

pensata

REVISTA DOS ESTUDANTES DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIFESP
V9.N2 | NOVEMBRO 2020



PENSATA | Revista dos Estudantes do Programa de Pós-Graduação em Ciências
Sociais da UNIFESP. v.9, n. 2, ano 10. 2020. Semestral. ISSN: 2237-678X.

CHEFIA EDITORIAL

Carolina Alencar, Jéssica Ronconi, Juliana Carvalho e Wilver Portella.

COMISSÃO EDITORIAL

Andressa Patacho, Bárbara Cortês, Beatriz Parisi, Carolina Alencar, Dayane Fernandes, Eduardo Fernandes, Felipe Figueiredo, Gabriel Oliveira, Gisele Vilalta, Ingrid Possari Cia, Jéssica Ronconi, Juliana Carvalho, Marianna de Andrade, Thaís Lima, Wesley dos Santos e Wilver Portella.

Foto da capa: Roberto de Alencar Pereira de Souza Junior

CONSELHO EDITORIAL

Andréa Barbosa (UNIFESP), Maria Fernanda Lombardi Fernandes (UNIFESP), Henrique Amorim (UNIFESP), Ana Lúcia Teixeira (UNIFESP), Daniel Vasquez (UNIFESP), Davisson de Souza (UNIFESP), Carolina Pulici (UNIFESP), Cynthia Sarti (UNIFESP), Melvina Araújo (UNIFESP), Antônio Sérgio Carvalho Rocha (UNIFESP), Alexandre Barbosa Pereira (UNIFESP), Debora Alves Maciel (UNIFESP), Mauro Rovai (UNIFESP), Valeria Macedo (UNIFESP), Débora Cristina Goulart (UNIFESP), Carlos Alberto Steil (UNIFESP), Adriano Codato (UFPR), Andréia Galvão (Unicamp), Bruno Wilhelm Speck (USP), Célia Tolentino (Unesp), Cornelia Eckert (UFRGS), Dagoberto José Fonseca (Unesp), Edmundo Peggion (Unesp), Heloisa Dias Bezerra (UFG), João José Reis (UFBA), José Paulo Martins Junior (UNIRIO), Juri Yuriy Castelfranchi (UFMG), Laura Moutinho (USP), Lucila Scavone (Unesp), Luiz Antônio Machado da Silva (UFRJ), Luiz Henrique de Toledo (UFSCar), Márcio Bilharinho Naves (Unicamp), Marco Aurélio Nogueira (Unesp), Milton Lahuerta (Unesp), Omar Ribeiro Thomaz (Unicamp), Peter Fry (UFRJ), Renato Athias (UFPE), Renato Sztutman (USP), Revalino de Freitas (UFG), Rogério Baptistini Mendes (FESPSP), Rosana Baeninger (Unicamp), Sergio Adorno (USP).

ENDEREÇO PENSATA: <https://periodicos.unifesp.br/index.php/pensata>

CONTATO: trabalhospensata@gmail.com

Editorial	5
Dossiê	7
Apresentação do dossiê Gênero, Decolonialidade e Pensamento Afrodiaspórico Carolina Carreiro Alencar de Carvalho, Juliana Bartholomeu	7
Escrevivências: As contribuições de Sueli Carneiro e Lélia Gonzalez ao pensamento Social Brasileiro Juliana Bartholomeu	9
Silêncios negociados: reflexões sobre relações raciais em uma prisão feminina Wallesandra Souza Rodrigues	21
para o desconjuro de maus revoltosos, para conspirar a boa revolta preâmbulo de um teoria da juntidade Adelaide Maria de Estorvo Alencar da Silva, Bru Pereira	32
A contribuição feminista às epistemologias do sul Carolina Carreiro Alencar de Carvalho	49
Pensata Convida	64
Perspectivas das infraestruturas: organização, conhecimento e poder Jean Carlos Hochsprung Miguel	64
Estratégias de resistência: enfrentamento ou passividade frente aos problemas de gestão, revisão sistemática da literatura Alessandra Neumann, Regina Mennin, Francisco Lacaz	87
Artigos	101
Direito, gênero e ensino superior: o processo de feminização da formação jurídica paulista Jéssica Ronconi	101
Neoconservadorismo, política e crise: ideias-força e estratégias de ação Danilo Dalio	127
A elitização da educação pública: não é para todo mundo e nem para todo lugar Dimitri Silva Sobral	147
Os algoritmos do empreendedorismo: A plataformização do trabalho de entregadores de iFood Nina Desgranges	177
Análise do acordo de paz colombiano: das reformas estruturais e políticas ao desarmamento e pacificação Luciano Alexandrino Santos Junior	193
“Não nos deixeis cair em tentação”: uma análise sobre religião e virgindade no Brasil Júlia Rajão Liboni Passos, Laura Maciel Freitas	211
Idosos “animados”: A velhice representada em produções de animação audiovisuais Valmir Moratelli	227

Uma análise sobre o cenário da fome no Brasil em tempos de pandemia do COVID-19	242
<i>Samyra Rodrigues da Cruz</i>	
Mapeando a transversalidade de gênero em políticas sociais: Um estudo no município de Seropédica, Baixada Fluminense – RJ	257
<i>Isabelly Andrade de Oliveira, Tatiane de Oliveira Pinto</i>	
De quem é o Brasil que aparece na tela? Uma análise sobre narrativa, poder e representação social na teledramaturgia brasileira	272
<i>Luana Ruy</i>	
“Deficiência” para um dicionário marxista: a política capacitista de uma palavra	296
<i>Larissa Xavier dos Santos</i>	
Obras Visuais	309
Um preto e branco colorido: (des)construindo a imagem de torcedores organizados através da fotografia etnográfica	309
<i>Roberto de Alencar Pereira de Souza Junior</i>	

Editorial



O ano de 2020 foi marcado pela pandemia do coronavírus e pelas mudanças e desafios que ela impôs a nós. Na educação superior, contexto concernente aos editores, autores e avaliadores da *Revista Pensata*, as práticas comuns de ensino e pesquisa tiveram que se adequar às novas normas de segurança, às aulas EAD e às mudanças nas metodologias comumente empregadas nas ciências humanas, como entrevistas e observações de campo. Enquanto revista científica mantida por estudantes de Pós-Graduação, a *Pensata* também lidou com dificuldades diversas, quer pelas adversidades que se estabeleceram na rotina dos nossos membros e contribuintes, quer pelas questões de saúde que nos atravessaram direta ou indiretamente. Sendo assim, a edição do segundo semestre de 2020 só pôde ser publicada meses depois do esperado.

Mesmo diante desses desafios, conseguimos construir debates e interlocuções entre tradições disciplinares para uma produção de saber diversa e horizontal. No Dossiê intitulado *Gênero, Decolonialidade e Pensamento Afrodiaspórico*, foram elucidadas diferentes formas de interpretação do social através de epistemologias *outras* que questionam visões etnocêntricas de mundo que não haviam considerado a articulação entre gênero e raça ou entre identidades culturais de gênero e sexualidade, nem os estreitos vínculos entre o racismo e as práticas e ideologias patriarcais.

Além disso, nesta edição inauguramos uma nova seção em nossa revista, a *Pensata Convida*, que tem como objetivo veicular trabalhos de autores convidados a publicar e dividir conosco suas pesquisas. Este número conta com a importante contribuição de Jean Miguel, pós-doutorando do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais na UNIFESP, que em seu texto, *Perspectivas das infraestruturas: organização, conhecimento e poder*, apresenta uma análise sobre as infraestruturas enquanto forma produtiva e inovadora de refletir sobre a sociedade moderna. Contamos também com a relevante contribuição de Alessandra Neumann, pós-doutorada do Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva da UNIFESP, em coautoria com Francisco Lacaz e Regina Mennin, professores do Departamento de Medicina Preventiva da EPM. O texto *Estratégias de resistência: enfrentamento ou passividade frente aos problemas de gestão* faz uma revisão da literatura sobre a saúde mental dos trabalhadores e as possibilidades de gestão e solução das enfermidades, pensando especialmente no sofrimento psíquico e físico dos trabalhadores na área da saúde. Trata-se, portanto, de uma discussão fundamental diante deste cenário pandêmico.

Por fim, a *Pensata* traz onze artigos de fluxo contínuo que atravessam os mais diversos temas da Antropologia, Ciência Política e Sociologia. O ensino superior e seus dilemas estão presentes em dois artigos deste número: um busca questionar a elitização e o acesso à educação pública; o outro discute a relação entre gênero e docência em estudo sobre a feminização da formação jurídica paulista. A questão de gênero motiva também três outros artigos: sobre a transversalidade de gênero nas políticas sociais; sobre a polêmica e

controversa relação entre religião e virgindade no Brasil e sobre a definição do conceito de "deficiência" sob uma ótica marxista. Dois artigos promovem uma discussão em torno das representações sociais construídas em produções audiovisuais: um em torno da figura das empregadas domésticas nas telenovelas nacionais e o outro em torno dos idosos nas animações. Outros artigos percorrem temas atuais como as novas formas de empreendedorismo e a plataformização do trabalho; o neoconservadorismo e as relações entre Estado, sociedade e políticas públicas; o acordo de paz colombiano e seus efeitos sobre as políticas de desarmamento e pacificação e, por fim, o cenário da fome no contexto da pandemia do Covid-19.

Como de praxe, a Pensata traz aos seus leitores uma obra visual, neste número apresentamos uma série de fotografias sobre a torcida organizada Gaviões da Fiel que discute a imagem do senso comum produzida em torno deste grupo. Uma das fotografias deste trabalho deu origem à capa do nosso mais novo número.

Aproveitamos este espaço para agradecer aos autores, avaliadores e editores envolvidos na produção deste número e desejamos a todos, todas e todes muita saúde e uma ótima leitura!

Chefia Editorial

Carolina Alencar
Jéssica Fernandes
Juliana Carvalho
Wilver Portella

Apresentação Dossiê: Gênero, Decolonialidade e Pensamento Afrodiaspórico



Carolina Carreiro Alencar de Carvalho¹
Juliana Bartholomeu²

Os desafios da produção de conhecimento sobre gênero no século XXI são atravessados por dimensões globais que requerem o reconhecimento das diversidades culturais e epistêmicas. Tais questões passam por identificar e superar heranças coloniais que obstaculizam os avanços das teorias e das práticas acadêmicas contemporâneas.

Neste dossiê temos como objetivo construir pontes de comunicação entre diversas tradições disciplinares que não foram suficientemente articuladas na literatura acadêmica e que postulam novas ferramentas para a construção de uma produção de saber decolonial, anti-racista e anti-patriarcal.

A partir de uma perspectiva transdisciplinar, discutiremos diferentes formas de interpretação do social que elucidam o giro nos debates sobre novas epistemologias, relações raciais e teorias de gênero, com autores nacionais, regionais e internacionais. Que questionam visões etnocêntricas que não haviam considerado a articulação entre gênero e raça ou entre identidades culturais e de gênero nem os estreitos vínculos entre o racismo e as práticas e ideologias patriarcais.

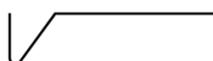
¹ Mestranda em Ciências Sociais (UNIFESP), Bacharel em Ciência Política pela Universidade Federal do Piauí. Pesquisadora do Grupo de Estudos LIMINAR (UNIFESP), do Grupo de Estudos em Teoria Política Contemporânea (DOXA), vinculado ao Núcleo de Instituições e Políticas Públicas da UFPI (NIPP). E-mail: carolina1454.cc@gmail.com.

² Graduada em Sociologia e Política pela Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo – FESPSP e Mestranda em Ciências Sociais pela Universidade Federal de São Paulo – UNIFESP.

Por meio da colaboração interdisciplinar de Intelectuais das Ciências Sociais, História e Relações Internacionais que inovam ao desvelar a diversidade epistêmica a partir de perspectiva(s) de gênero como um lugar privilegiado de memórias, escrita histórica, produção de conhecimento e espaço político. Em uma sequência não linear da apresentação dos textos, no entanto, sem perder a interlocução entre debates e contextos. O caminho certo para esta leitura é o caminho que se abre.

Boa imersão!

Escrevivências: As contribuições de Sueli Carneiro e Lélia Gonzalez ao pensamento Social Brasileiro.



Juliana Bartholomeu¹

Resumo

O presente trabalho visa compreender as interpretações de Lélia González e Sueli Carneiro sobre o lugar da mulher negra na formação histórica, no pensamento social brasileiro e nas relações sociais concretas da sociedade brasileira contemporânea. A partir dessa análise específica procuramos entender a crítica em relação à produção do conhecimento sobre o Brasil formulada por duas intelectuais negras brasileiras – Lélia Gonzalez (1935-1994) e Sueli Carneiro (1950-). Nossa principal hipótese de trabalho é que uma determinada situação e posição política e teórica de crítica ao racismo e sexismo possibilitaram a estas pesquisadoras tanto formular a crítica fundamental sobre o conhecimento histórico e sociológico que vinha sendo produzido sobre a sociedade brasileira, como construir outros caminhos alternativos de interpretação do país e sobre a condição específica da mulher negra. Esta crítica sobre a formação do Brasil e sobre o lugar da mulher negra na imaginação nacional deve ser compreendida levando em conta suas participações e lutas nos movimentos feminista e negro. A pesquisa se centrou na análise de algumas de suas produções intelectuais durante os anos de 1980, período da abertura política, da organização e fortalecimento de vários movimentos sociais e de uma produção crítica sobre as relações raciais e diferenças de gênero feita por mulheres negras. Como ferramenta metodológica utilizamos a perspectiva interseccional, especialmente a relação entre gênero e raça, em conjunto com a abordagem de análise de Estudos biográficos propostos pela antropologia, especificamente o método etnográfico. Nos arriscamos a propor a escrevivência como metodologia inventiva na produção de conhecimento nas ciências sociais.

Palavras-chave: Intelectuais Negras; Relações Raciais; Estudos epistemológicos; Pensamento Social Brasileiro.

¹ Graduada em Sociologia e Política pela Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo – FESPSP e Mestranda em Ciências Sociais pela Universidade Federal de São Paulo – UNIFESP.

A partir de um primeiro levantamento bibliográfico sobre a produção intelectual de mulheres negras brasileiras nos anos de 1980, houve a constatação da existência de vasto material produzido e a presença de autoras negras discutindo variados assuntos sobre a história, movimentos sociais e questões específicas sobre discriminações e desigualdades cotidianas vivenciadas pelas mulheres negras na sociedade brasileira a partir de estudos históricos, sociológicos, políticos, antropológicos, literários, entre outro.

Entre estas intelectuais negras, gostaríamos de destacar nesta pesquisa as produções críticas de Lélia González e Sueli Carneiro sobre o lugar da mulher negra na formação da sociedade brasileira e a maneira como questionam consagradas leituras de interpretação do Brasil. A escolha dessas intelectuais foi feita com base na sua importância política e histórica tanto no movimento negro como para o feminismo negro brasileiro. Conforme algumas pesquisas e trabalhos sobre a temática apontam: *Lembrando Lélia Gonzalez* (2000), *A atualidade de Lélia Gonzalez*. In. *Coisa de pele: relações de gênero, literatura e mestiçagem feminina* (2005), *A Produção Intelectual das Mulheres Negras e o Epistemicídio: Uma breve contribuição* (2010). A escolha de estudar a produção intelectual das duas autoras consiste em sua contribuição e pioneirismo nos estudos das relações raciais e de gênero no Brasil.

Os trabalhos de pesquisas atuais existentes sobre algumas dessas intelectuais negras tendem a pensar em suas trajetórias mais vinculadas aos movimentos negro e feminista do que como autoras do pensamento social brasileiro que produziram um giro teórico importante nas interpretações do Brasil. Sem desconsiderar os profundos vínculos com os movimentos sociais, decidimos propor nesse projeto de pesquisa uma espécie de “deslocamento do olhar”, isto é, que considere especialmente a produção de conhecimento e história feita por mulheres negras e de como a produção destas autoras possibilita tecer críticas fundamentais sobre as visões consagradas de interpretação do Brasil. Essa crítica situada e posicionada possibilita construir outros caminhos teóricos e metodológicos, trazendo para o primeiro plano a condição das mulheres negras e pobres ao longo da história, no ambiente familiar e no âmbito do trabalho contemporâneo.

Isso significa abordar de outra forma o nosso passado colonial, antes interpretado fundamentalmente por homens brancos de classes médias e altas. Para estas autoras, a produção de conhecimento na academia brasileira se configura a partir de uma perspectiva hegemônica e branco-centrada, colocando os grupos socialmente marginalizados apenas

como objetos de estudo e de subalternidade. Estas intelectuais negras apontam para a compreensão da história do país mais como fruto da diáspora de mulheres e homens africanos subjugados em um contexto de escravidão e colonização no território sul americano do que das idealizações centradas nos imaginários da "cordialidade", "mestiçagem" e da "democracia racial" efetivadas pela agência do colonizador português, presentes nas interpretações clássicas de Sérgio Buarque de Holanda, Gilberto Freyre e Caio Prado Jr.

Na perspectiva destas autoras, grande parte da intelectualidade acadêmica brasileira tinha a preocupação em construir uma ideia de identidade nacional e justificar a desigualdade racial no Brasil. Dessa forma, o debate das relações raciais no Brasil desde o final do século XIX e durante grande parte do século XX se constituiu a partir da criação de mitos e estereótipos em torno da inferioridade do homem e da mulher negra, inviabilidade de um país mestiço, tese do branqueamento, a fábula das três raças e o mito da democracia racial.

Durante o século XX, a questão racial e de gênero no Brasil foi marcada pela dimensão da sexualidade pensada desde a ótica masculina, o que configurou a "mulata" como símbolo sexual desse país mestiço. No próprio livro *Casa Grande & Senzala* (1933), Gilberto Freyre cita o dito popular de herança colonial e bastante comum no imaginário masculino brasileiro: "branca para casar, negra para trabalhar e mulata para f..." A pesquisadora Ana Cláudia Lemos Pacheco (2008) em sua tese de doutorado² demonstra como essa frase presente no imaginário social, representa uma herança da lógica escravista e como ele foi constituído neste período, apontou a estrutura do sistema escravista e patriarcal que se constituiu no Brasil, não sob bases harmônicas como supôs Freyre, mas que a sexualidade-afetividade entre senhores de engenho e mulheres escravizadas estabeleceu um papel dentro das relações raciais e de gênero, não existindo uma relação de afeto entre brancos e negros na colônia e sim uma miscigenação "forçada" construída através da violência sexual, física e psicológica de mulheres negras.

A tese fundamental de Freyre é que, devido a ausência de mulheres brancas na empresa colonial fundamentalmente masculina, o povo brasileiro é formado a partir dos intercursos sexuais do colonizador português com mulheres de cor, primeiro as índias e

² "Branca para casar, mulata para f..., negra para trabalhar": escolhas afetivas e significados de solidão entre mulheres negras em Salvador, Bahia (2008).

depois as negras escravizadas, produzindo a positiva mestiçagem brasileira. O agente do processo é o colonizador branco e a mulher negra é principalmente recipiente dos desejos sexuais masculinos e da produção populacional de filhos ilegítimos e mestiços, ainda que o autor destaque o papel de mediação cultural das amas de leite na educação dos filhos do senhor. De fato, as mulheres, especialmente as negras, não são vistas como agentes desse processo colonial e nacional e são invisibilizadas em muitos relatos.

Segundo Ângela Gilliam (1973, p.527) “o papel da mulher negra é negado na formação da cultura nacional; a desigualdade entre homens e mulheres é erotizada; e a violência sexual contra as mulheres negras foi convertida em um romance.” A “mãe preta” é um outro papel designado às mulheres negras, discutido por essas pensadoras. Sobre a figura boa da “ama negra” Lélia Gonzalez (1983, p.235) comenta: “nessa hora a gente é vista como figura boa e vira gente. Mas aí ele (Gilberto Freyre) começa a discutir sobre a diferença entre escravo (coisa) e negro (gente) prá chegar, de novo, a uma conclusão pessimista sobre ambos”.

Sobre as discussões em torno das relações de gênero, as intelectuais do feminismo negro brasileiro da década de 1980 - Sueli Carneiro e Lélia Gonzalez- propõem uma crítica as discussões sobre o sexismo, buscando demonstrar como a imagem da mulher negra é construída dentro de outro lugar na estrutura social, diferente da mulher branca, devido a experiência histórica do racismo e os resquícios coloniais. As autoras introduzem assim uma crítica sobre as questões de gênero dentro de uma nova perspectiva epistemológica:

E o risco que assumimos aqui é o do ato de falar com todas as implicações. Exatamente porque temos sido falados, infantilizados (infans é aquele que não tem fala própria, é a criança que se fala na terceira pessoa, porque falada pelos adultos) que neste trabalho assumimos nossa própria fala. Ou seja, o lixo vai falar, e numa boa. (GONZALEZ, 1993, p.234)

O debate introduzido por essas intelectuais tem como perspectiva crítica a experiência histórica do período colonial que permanece no imaginário social e se dissemina em todas as estruturas sociais de poder. Esta experiência de longa duração configura novas formas de opressão e exclusão social a partir das relações de gênero e de raça no Brasil.

Lélia Gonzalez, em seus trabalhos criticou fortemente a interpretação hegemônica sobre a sociedade brasileira que permeava as produções sociológicas, especificamente, Caio

Prado Jr. e sua obra *A Formação do Brasil Contemporâneo (1942)*, considerado um clássico do pensamento social brasileiro, apontando que:

Por essas e outras também, que dá vontade de rir quando a gente continua lendo o livro do “seu” Caio Prado Júnior (1976, p. 343). Aquele trecho, que a gente reproduziu aqui, termina com uma nota de rodapé, onde ele reforça todas as babaquices que diz da gente, citando um autor francês em francês (só que a gente traduz). (GONZALEZ, 1983, pg. 231)

A nota de rodapé que Lélia Gonzalez se refere está relacionada com uma afirmação sobre o “amor na senzala” que não se realizou na colônia. A problemática sobre sexismo e racismo nessas autoras permitem tanto essa crítica contundente às interpretações clássicas sobre o Brasil, como também pensar a relação destes dois fenômenos com os mecanismos de produção desigual do conhecimento. No tocante ao racismo, Sueli Carneiro (2005), utiliza conceitos foucaultianos como biopoder e epistemicídio para propor um entendimento das práticas discursivas racistas no Brasil. A autora demonstra a existência de um contrato social que sela um acordo de exclusão social e subalternização dos negros, no qual o epistemicídio cumpre uma função estratégica de tecnologia do biopoder:

Alia-se nesse processo de banimento social a exclusão das oportunidades educacionais, o principal ativo para a mobilidade social no país. Nessa dinâmica, o aparelho educacional tem se constituído, de forma quase absoluta, para os racialmente inferiorizados, como fonte de múltiplos processos de aniquilamento da capacidade cognitiva e da confiança intelectual. É fenômeno que ocorre pelo rebaixamento da auto-estima que o racismo e a discriminação provocam no cotidiano escolar; pela negação aos negros da condição de sujeitos de conhecimento, por meio da desvalorização, negação ou ocultamento das contribuições do Continente Africano e da diáspora africana ao patrimônio cultural da humanidade; pela imposição do embranquecimento cultural e pela produção do fracasso e evasão escolar. A esses processos denominamos epistemicídio (CARNEIRO, 2005, p.97).

A produção de conhecimento hegemônica no Brasil está vinculada a um sistema de poder fundado no contrato racial no qual brancos ocupam majoritariamente todas as instâncias de poder da sociedade. Essa concepção entre racismo e epistemicídio permite estabelecer um diálogo frutífero com a teoria da colonialidade do poder de Aníbal Quijano. As relações sociais nas Américas foram produzidas a partir da concepção de raça como um discurso de poder colonial apresentado como diferenças e hierarquias naturais biologizadas. Nesse processo colonial foram produzidas socialmente novas identidades: índios, negros, brancos e mestiços:

E na medida em que as relações sociais que se estavam configurando eram relações de dominação, tais identidades foram associadas às hierarquias, lugares e papéis sociais correspondentes, como constitutivas delas, e, conseqüentemente, ao padrão de dominação que se impunha. Em outras palavras, raça e identidade racial foram estabelecidas como instrumentos de classificação social básica da população. (QUIJANO, 2005, p.117)

Com a expansão do colonialismo europeu a concepção de raça foi utilizada na América como uma maneira de legitimar as relações de dominação. É a partir desta concepção que historicamente os povos colonizados e suas culturas foram delegados a uma posição de inferioridade. O modo básico de classificação social universal da população mundial tornou a racialização dos povos como critério fundamental para sua distribuição, papéis na estrutura de poder da nova sociedade moderna e colonial.

Mas a raça não é a única categoria central dessa colonialidade do poder, o gênero é também um termo estruturante em um processo colonial comandado por homens e fundado no patriarcalismo. Portanto, o debate advindo do movimento feminista negro ajuda a pensar melhor esta articulação entre raça e gênero como categorias configuradas na experiência colonial e produtoras de desigualdades epistêmicas.

Bell Hooks (1981) descreve como a nova geração de jovens mulheres negras no começo dos anos de 1980 nos Estados Unidos desafiou as ideias do movimento feminista branco vigente da qual não considerava as experiências de mulheres negras em suas reivindicações políticas, assim como Angela Davis (1981) que no mesmo período histórico traça um panorama crítico sobre o desenvolvimento da luta feminista e antirracista nos EUA. Todas, de alguma forma, trazendo um olhar sobre as opressões sociais a partir dos marcadores da diferença, mais tarde se tornará frase emblemática do feminismo interseccional - “não há hierarquias de opressão” (Lorde, 1985) - da qual compreende que todas as formas de opressão estão articuladas a uma mesma estrutura de poder.

No caso do Brasil, a crítica aconteceu de forma similar ao debate estadunidense. Os questionamentos feitos pelas feministas negras brasileiras ao feminismo branco também geraram uma relação tensa entre essas vertentes inicialmente. Embora, contemporaneamente, têm surgido novas perspectivas, possibilidades de diálogos (BARBOSA, 2010) conforme as propostas colocadas pela vertente do feminismo interseccional. É importante considerar que não existe uma unidade conceitual, a questão a ser colocado no desenvolvimento dos estudos sobre raça e gênero é compreender como as

vozes de mulheres negras coletivamente constroem, afirmam e mantêm um ponto de vista auto definido e dinâmico (COLLINS, 1996).

As diferenças entre os variados tipos de movimento de mulheres negras ao longo da história, como o mulherismo³ ou feminismo negro, refletem a diversidade das mulheres negras contrapondo a visão que define este grupo como homogêneo. Usar o termo “feminismo negro” contrapõe a concepção do senso comum que apresenta o feminismo como uma ideologia e um movimento político somente para pessoas brancas. Colocando o adjetivo “negro” interrompe com a visão falsa universal desse termo associado a mulheres brancas, visibilizando os marcadores de raça e gênero. O uso do termo “feminista negra” serve para lembrar às mulheres brancas que elas não são nem as únicas nem a norma “feministas” (COLLINS, 1996).

As intelectuais negras aqui selecionadas, Lélia Gonzalez e Sueli Carneiro, já no período da década de 1980, se auto reconheciam como feministas negras em uma busca de demarcar as diferenças de opressão entre mulheres brancas e negras. Essas pensadoras utilizam esse termo para desafiar as mulheres negras a confrontar os seus próprios pontos de vista sobre o sexismo e o racismo.

A proposta colocada por intelectuais do feminismo negro evidencia questões como as relacionadas à produção de conhecimento articulada com poder e verdade enquanto prática discursiva (Foucault, 1972). Uma vez que tais autoras apresentam uma crítica à forma como a construção do pensamento científico se dá no ambiente acadêmico ocidental, estão denunciando, sobretudo, o modo como a produção intelectual atual corrobora na perpetuação da subordinação de grupos marginalizados. Desta perspectiva, levando-se em consideração que condições históricas mantêm os privilégios sociais do grupo dominante, se entende, como uma das consequências, a geração de um discurso hegemônico na produção de teorias sociais.

Para analisar os mecanismos de invisibilização da produção intelectual de mulheres negras utilizaremos a perspectiva epistêmica do feminismo negro norte-americano, nos baseando nas obras de Patricia Hill Collins (1990) e Bell Hooks (1981). Estas obras nos fornecerão uma chave de interpretação em estudos críticos de raça, gênero e validação de

³ O “mulherismo” é um significado que o define como sendo diferente ao feminismo, uma diferença decorrente das diferentes histórias de mulheres negras e brancas com o racismo americano, defendido principalmente por intelectuais como Alice Walker.

conhecimento no processo educativo e na circulação do saber, possibilitando uma compreensão sobre exclusão social, econômica e epistêmica de comunidades negras, e mais especificamente, de mulheres negras. Em uma busca por uma definição sobre interseccionalidade, Patricia Hill Collins examina três conjuntos interdependentes de preocupações:

(a) intersectionality as a field of study that is situated within the power relations that it studies; (b) intersectionality as an analytical strategy that provide new angles of vision on social phenomena; and (c) intersectionality as critical praxis that informs social justice projects. (COLLINS, 2015, p. 3).

Desta forma, nossa preocupação teórica no estudo das obras dessas duas autoras negras brasileiras é justamente pensar a interseccionalidade entre raça e gênero - sem desconsiderar outras intersecções de classe, sexualidade e corpo - como campo de estudo sobre relações de poder, estratégia analítica questionadora da produção desigual do conhecimento e como práxis crítica que informa acerca dos projetos de justiça social que estas autoras estão engajadas. O eixo central da discussão é a condição das mulheres negras no passado e presente da sociedade brasileira como elo articulador das reflexões críticas sobre sexismo e racismo, do compromisso analítico crítico que permite pensar a relação entre raça, gênero e a produção e visibilização desigual do conhecimento e da práxis existencial e política destas duas autoras como militantes feministas e negras.

Epistemologia é uma ciência da aquisição de conhecimento. As epistemes determinam como conduzir estudos para produzir conhecimento, que questões merecem ser colocadas, como analisar e explicar um fenômeno social. Episteme vem do grego, que significa conhecimento, e logos, que significa ciência. Em outras palavras, o estudo das Epistemologias é um estudo sobre a ciência do conhecimento.

A teoria decolonial, emergente do pensamento latino-americano, africano e afro diaspórico, tem como um de seus objetivos desvendar a produção de conhecimento de uma episteme principalmente eurocêntrica e a elaboração da crítica ao privilégio epistêmico que tem como base a negação do conhecimento do outro. Esse “racionalismo” que existe como princípio propulsor da ciência ocidental tem produzido conhecimento calcado no mito da neutralidade científica, que procura se desvencilhar de sua localização geopolítica porque se entende como universal.

As desigualdades raciais estruturais presentes nas sociedades ocidentais constituem privilégios na produção de conhecimento que se estabelece como pensamento hegemônico, o que vem determinando ao longo do processo histórico quem pode produzir conhecimento e quem não pode, sobretudo, o que é considerado conhecimento e o que não é. Nesse sentido, a academia científica não é um espaço neutro, somente um espaço de conhecimento, mas é também um espaço de v-i-o-l-ê-n-c-i-a (KILOMBA, p.51, 2019). No pensamento acadêmico encontramos o resultado das relações desiguais de poder e raça existentes nas sociedades.

Ao contrário do conhecimento hegemônico acadêmico que procura se desvencilhar de seu pertencimento geopolítico, o projeto da teoria decolonial assume sua localização geopolítica como estratégia de criação e invenção da produção de conhecimento a partir da experiência do sujeito que a produz. Partindo desta definição entendemos as Epistemologias Negras como aquela produção de conhecimento que possui como tema, paradigma e método aliado ao compromisso político e científico com a questão racial.

Ao longo da pesquisa eu tive a oportunidade de mergulhar nas teorias decoloniais com maior profundidade, com isso, senti a necessidade de formular e produzir uma dissertação que estivesse alinhada metodologicamente com a minha teoria, senti a necessidade de pensar em uma prática de produção de conhecimento efetivamente decolonial, isso me exigiu buscar ferramentas metodológicas alternativas aquelas usadas comumente na universidade. Por esta pesquisa se tratar de um estudo sobre epistemologias, mais do que questionar e crítica à forma como a academia tem produzido ciência, uma vez que as epistemes determinam como conduzir estudos para produzir conhecimento, que questões merecem ser colocadas, como analisar e explicar um fenômeno social, pretendo com esse estudo ir além da crítica, trazer uma contribuição metodológica ordenada pela teoria da decolonialidade.

Para o antropólogo Roy Wagner a invenção consiste em algo que é continuamente construído, os seres e o mundo são criados e recriados nesta perspectiva a partir de códigos preexistentes, a invenção se dá como estilo de criatividade. Utilizamos desta perspectiva para pensar como o conhecimento foi construído pelas sociedades ocidentais como um dado universal, a Epistemologia Negra, a escrevivência faz uso de sua inventividade como estilo de criatividade coletiva. Em um exercício wagneriano aprendemos a inventar, tratamos assim como o antropólogo a linguagem como invenção criativa.

Neste capítulo nos propomos a desenvolver a noção de escrevivência cunhada por Conceição Evaristo como método de produção de conhecimento inventivo da criação e produção de mulheres negras. Aliada a teoria da decolonialidade que visa a experiência como parte fundamental da produção de conhecimento, em minha pesquisa de mestrado, propusemos narrar a trajetória das duas autoras estudadas na pesquisa Sueli Carneiro e Lélia Gonzalez a partir da escrevivência.

A escrevivência neste sentido significa contar histórias de vida absolutamente particulares, mas que remetem a outras experiências coletivizadas, uma vez que se compreende existir um comum constituinte entre autor(a) e protagonista, quer seja por características compartilhadas através dos marcadores sociais, quer seja pela experiência vivenciada, ainda que de posições distintas. (SOARES, P. 206).

O autor Luís Henrique Oliveira (2009) analisa a escrevivência como um conceito que é composto por três elementos: 1) corpo; 2) condição; e 3) experiência. As autoras Lissandra Vieira Soares e Paula Sandrine Machado (2017), apontam que além desses três elementos a escrevivência também é composta enquanto ferramenta metodológica, que seria um quarto elemento 4) Subversão da produção de conhecimento, ou seja, escrevivência como aposta metodológica. Em meio a diversos recursos metodológicos de escrita, utiliza-se da experiência do autor para viabilizar narrativas que dizem respeito à experiência coletiva de mulheres negras.

Se refletirmos sobre a produção intelectual de mulheres negras, observamos que a escrevivência, a escrita de si e ao mesmo tempo a escrita de tantas outras é um recurso utilizado por muitas escritoras, pensadoras, sociólogas e intelectuais. O escrever sobre uma experiência compartilhada, se colocar como parte de sua produção de escrita é algo muito comum nas produções de mulheres africanas e afrodiáspóricas em seu sentido mais amplo.

A escrevivência Evaristiana é retratada por este estudo como uma forma de ferramenta metodológica e uma ética de pesquisa que aposta na escrita como uma forma de resistência, abordando a vida de mulheres negras não como um objeto passivo de estudo, mas como potência, artística, inventiva (SOARES, P. p.217, 2017). Narrar a trajetória de Sueli Carneiro e Lélia Gonzalez por meio da escrevivência possibilita evidenciar as autoras como protagonistas de suas histórias. Para Conceição Evaristo (2005), escrever é um modo de ferir o silêncio imposto, ao escrever-se “toma-se” o lugar da escrita como direito,

assim como se toma o lugar da vida. Surge assim, portanto, a fala de um corpo que não é apenas descrito, mas antes de tudo vivido.

Em seu trabalho Grada Kilomba (2019) se dedica um capítulo inteiro para descrever as velhas e novas máscaras imposta pelo colonialismo, a máscara tornou-se parte do projeto colonial Europeu. Uma entre outras funções a máscara tinha/tem como funcionalidade implementar o senso de mudez e medo, simboliza o colonialismo como um todo, sobretudo, suas políticas de conquista e dominação. Não é por coincidência que Conceição Evaristo (2017) afirma que “Nossa voz, estilhaça a máscara do silêncio.” Para Kilomba a ideia de descolonização propõe, em linhas gerais, um tornar-se sujeito, aqueles que têm o direito de definir suas próprias realidades, estabelecer suas próprias identidades e nomear suas histórias. Portanto a escrita é um ato de descolonização, escrever é um ato de descolonização no qual o sujeito que escreve se opõe a posições sociais impostas pelo colonialismo, tornando-se escritora(o) legitimada(o) ao reinventar a si mesma(o).

Referências

CARNEIRO, Sueli. Mulher Negra. Cadernos Geledés, Instituto da Mulher Negra, Cadernos IV, São Paulo 1993.

CARNEIRO, Sueli (2005). A construção do outro como não ser como fundamento do ser. Tese (doutorado) em Educação. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2005, pg 96-110.

COLLINS, Patricia Hill. Black Feminist Thought: Knowledge, Consciousness, and the Politics of Empowerment. New York: Routledge, 2000 p.227-251.

COLLINS, Patricia Hill. O que é um nome? Mulherismo, Feminismo Negro e além disso. Cad. Pagu, Campinas, n. 51, e175118, 2017. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332017000300510&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 17 junho 2018.

COLLINS, Patricia Hill. Intersectionality Definitional Dilemmas. Department of Sociology, University of Maryland, College Park, Maryland 20742-1315 2015. Disponível em <<https://www.annualreviews.org/doi/pdf/10.1146/annurev-soc-073014-112142>>. Acesso em 23 junho 2018.

FREYRE, Gilberto. Casa Grande & Senzala. Global Editora. São Paulo. 2006, p.357-551.

GILLIAM, Angela; GILLIAM, Onik'a. Negociando a Subjetividade de Mulata no Brasil. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v. 3, n. 2, p. 525, jan. 1995. ISSN 1806-9584. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16471>>. Acesso em: 20 jul. 2018.

GONZALEZ, LÉLIA. A importância da organização de mulheres negras no processo de transformação social. Raça e Classe, ano

2, n. 5 (nov./dez.) In Patrulhas ideológicas,- 1980, p. 2.

GONZALEZ, LÉLIA; HASENBALG, Carlos . Lugar de Negro. Co-autoria com Carlos A. Hasenbalg. Rio de Janeiro. Editora Marco Zero (Coleção Dois Pontos). 1982.

GONZALEZ, LÉLIA. Por um feminismo afrolatinoamericano. Revista Isis Internacional, n. 8 (out)-1988.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: SILVA, Luiz Antonio. Movimentos sociais, urbanos, memórias étnicas e outros estudos, Brasília, ANPOCS, 1983.

HOOKS, Bell. AIN'T' I A WOMAN Black women and Feminism. Ed. London: 1986.

HOOKS, Bell. Feminist Theory From Margin To center . Boston, MA: South End Press, 1984.

KOFES, S. MANICA, D. VIDA & GRAFIAS: Narrativas antropológicas, entre biografia e etnografia. Suely Kofes & Daniela Manica (organização). Rio de Janeiro: Lamparina Editora, 2015.

LORDE, Audre. “I Am Your Sister - Collected and Unpublished writings of Audre Lorde”, Oxford University Press, 1985,p.22-23.

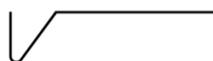
PACHECO, C. “Branca para casar, mula para f..., negra para trabalhar”: escolhas afetivas e significados de solidão entre mulheres negras em Salvador, Bahia, 2008, p.58-84.

PRADO JÚNIOR, Caio. Formação do Brasil Contemporâneo: colônia. 12. ed.

São Paulo: Brasiliense, 1976 p. 343-350.

QUIJANO, Aníbal. A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas. Edgardo Lander (org). Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. setembro 2005, p. 107- 130.

Silêncios negociados: reflexões sobre relações raciais em uma prisão feminina.



Wallesandra Souza Rodrigues¹

Resumo

Este artigo tem como objetivo discutir as adversidades encontradas no processo de discussão e construção das identidades raciais dentro de uma unidade prisional feminina. Diante do crescimento exponencial do contingente prisional brasileiro em um intervalo de 16 anos (2000-2016), a prisão destacou-se como um locus de análise das relações sociais estabelecidas. A população feminina teve crescimento de mais de 600% em que 63% desse grupo é formado por mulheres negras e jovens. Os dados oficiais são produzidos por funcionários do sistema prisional operando na lógica da hetero-identificação, contrariando a orientação do IBGE. Além dessa dificuldade em termos de produção de dados oficiais, observou-se durante atividades de leitura realizada em uma unidade prisional feminina na cidade São Paulo, silenciamento acerca da discussão explícita sobre relações raciais, seja no contexto extra ou intramuros. A experiência comum do horror da prisão é colocada, pelas mulheres observadas, de maneira precípua a outros marcadores, a saber gênero, raça e sexualidade. Diante destas observações, será realizada uma análise dos relatos colhidos durante observação participante nas atividades de leitura, mobilizando o conceito de *dispositivo de racialidade* como uma categoria de intelegibilidade do fenômeno do racismo contemporâneo.

Palavras-chave: racismo; relações raciais; gênero; dispositivo de racialidade; prisão.

¹ Mestrando no Programa de Ciências Humanas e Sociais na Universidade Federal do ABC (UFABC). Bacharela em Sociologia e Política pela Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (FESPSP). Integrante do Grupo de Estudos e Pesquisa Resistência – Controle Social, Memória e Interseccionalidades da UFABC.

Introdução

Este artigo constitui parte de um trabalho em andamento e pretende apresentar observações preliminares de uma pesquisa sobre as relações raciais e de gênero no contexto de uma unidade prisional feminina localizada na cidade de São Paulo, por meio de uma perspectiva interseccional, serão analisados relatos colhidos em uma atividade de leitura e interpretadas as adversidades encontradas no processo de discussão e construção das identidades raciais.

Apresentaremos, desta maneira, uma análise dos atravessamentos do constructo racial nas relações sociais no Brasil presente nas narrativas de nossas interlocutoras, duas mulheres negras, presas na unidade feminina de progressão de pena do Butantã na cidade de São Paulo, para somente então identificar a existência ou não de mecanismos de resistência elaborados por essas mulheres, frente à experiência de racismo em suas vidas.

Valemo-nos de referenciais teóricos e registros bibliográficos para discutir elementos formadores do racismo moderno e contemporâneo, considerando as especificidades do contexto brasileiro no que concerne à experiência elementar do sequestro e da escravização de povos africanos no contexto colonial e suas permanências. Com relação ao sistema punitivo, tomamos como ponto de partida a compreensão de que o processo de formação das prisões no Brasil é indissociável do fenômeno da escravidão moderna conformando, não apenas os objetos-alvo, mas seus princípios e seu funcionamento. Ainda nessa perspectiva, concebemos o sistema carcerário como lugar privilegiado para investigar as permanências e as reinvenções do racismo contemporâneo.

Fundamentamo-nos no conceito de racismo moderno, presente nos pensamentos do historiador britânico Paul Gilroy (2012) e do filósofo camaronês Achille Mbembe (2018), enquanto estrutura na construção de modelos relacionais constituintes da sociedade e Estados modernos.

Na qualidade de sistema ideológico, o racismo necessita de ferramentas que possibilitem o alcance do objetivo almejado. No Brasil, a apologia à miscigenação substanciada no ‘mito da democracia racial’, serviu principalmente como mecanismo para o mascaramento do racismo existente e sua funcionalidade, portanto dialogaremos com a concepção de ‘dispositivo de racialidade’ elaborada pela filósofa Sueli Carneiro (2005),

definida como uma noção ampliada da acepção de biopoder proposta por Michel Foucault (2014).

A partir da compreensão da relação dialética entre poder e resistência, mostra-se fundamental, para o que nos propomos, apresentar brevemente as concepções de resistência presentes nos pensamentos Michel Foucault (1994) e Sueli Carneiro (2005), bem como, em outra chave de compreensão, a acepção de resistência em Lélia Gonzalez (2020), para analisarmos quais são os possíveis mecanismos de resistência elaborados pelas mulheres acompanhadas frente às situações em que perceberam a questão racial presente em suas relações sociais.

Gênero e raça: dispositivos de controle social

Constituído sob a ideia de um lugar para conversão de mulheres com comportamentos desviantes, as prisões apresentam-se como uma das principais ferramentas de controle social, se não a mais utilizada, ao menos a mais perceptível. Um espaço cuja opinião pública e o senso comum forjado pela política do medo propagada por programas policiais, aliados ao racismo e sexismo arraigados no tecido social, reforçam sua função punitiva. Longe de ser um espaço neutro, as prisões são atravessadas pelas especificidades e construções imagéticas da sociedade em que se encontram.

Concebemos, assim como Lélia Gonzalez (2020) e Sueli Carneiro (2020) que o racismo e o sexismo produzem diferentes formas de submissão a depender do contexto, sendo necessário compreender o racismo através da perspectiva de gênero e o sexismo por uma ótica racial, uma vez que por efeito da colonização, as mulheres negras vivenciam o sexismo de maneira distinta das mulheres brancas por se tratar de um sexismo racializado.

Em artigo publicado na Revista Estudos Feministas em 1995, Sueli Carneiro (2020) responde à outra publicação produzida por Joel Rufino dos Santos e Wilson do Nascimento² em que os autores explicam a relação entre a ascensão social do homem negro e sua escolha afetiva por mulheres brancas. A crítica de Sueli Carneiro não reside no ato de defesa das relações interracialis em si, mas na forma como os autores a fazem, reforçando estereótipos e lugares sociais que objetificam mulheres brancas e negras, posições forjadas

² Artigo sob título de Dinâmicas das Culturas Afro-Brasileiras, publicado no livro *Atrás do Muro da Noite* pela Fundação Cultural Palmares em 1994.

na lógica sexista, colonial e racista. Ao comparar mulheres brancas a *Monças* e mulheres negras a *Fuscas*, uma analogia que explicita o valor simbólico do relacionamento com tais mulheres, Joel Rufino (1994) propaga, e demonstra acreditar, em duas grandes falácias que seriam: a assunção de poder por parte de alguns homens negros e a supressão da tensão racial existente nas relações interracialis. Sendo o grande símbolo desse mito da ascensão social do homem negro a ostentação da companhia de uma mulher branca, o homem negro busca validação do homem branco na conquista de sua dignidade humana e anulação de sua castração social. A mulher negra nessa lógica é o objeto que qualquer um pode ter, não conferindo ao relacionamento com ela nenhum valor social.

Igualmente sexista e racista, a dinâmica do sistema jurídico-penal brasileiro foi formado e ainda hoje se norteia por estereótipos de gênero e raça, em que a mulher em conflito com a lei pode ser classificada na chave da *“boa esposa e mãe, que foi vítima da ação de um homem patologizado, agressivo e, não raro, faz uso abusivo de álcool ou drogas, ora a imagem da mulher indócil”* (MATSUDA, 2016, p.37) ou mesmo como uma degenerada e desordeira com natural tendência ao crime.

Compreende-se que o perfil apresentado em levantamentos oficiais, em que há uma sobrerrepresentação de corpos negros, evidencia como o funcionamento do sistema penal, tal qual foi constituído como uma ferramenta no exercício do controle sobre um corpo social possui um elo vital com a categoria sociológica de raça³.

Algumas pesquisas no campo da criminologia feminista, fundamentada no feminismo negro, apontam para uma dupla punição das mulheres negras em função de estrutura racista e sexista da sociedade, uma vez que enquanto mulheres sofrem julgamentos com bases morais a partir de uma conduta supostamente esperada (OLIVEIRA; VASCONCELOS, 2015). Sobre as prisões femininas nos Estados Unidos, Angela Davis (2018, p.69) explicita a finalidade regenerativa dos comportamentos construídos socialmente como femininos, cujas atividades desenvolvidas durante o cumprimento das penas objetivavam tornas as mulheres “criminosas” em especialistas na prática doméstica. Produzindo mulheres mais ajustadas ao seu papel social de mães e esposas, no caso das mulheres brancas de classe média e empregadas domésticas no caso das mulheres negras.

³ Inicialmente um conceito “pseudocientífico”, tendo como base as ciências naturais na tentativa de classificação das diferenças percebidas entre os seres humanos, compreendida hoje como uma categoria construída histórica e socialmente. Sobre definição do conceito de raça enquanto categoria social ver: Costa (2002); Guimarães (2009).

A gênese colonial da sociedade brasileira está retratada no perfil do contingente prisional nacional cuja população negra é sobrerrepresentada quando em comparação à sua ocupação em outros espaços sociais. De acordo com relatório do Departamento Penitenciário Nacional – DEPEN, no Brasil são mais de 700 mil pessoas em situação de prisão, sendo mais de 60% dessa população identificada como negra e em sua maioria jovens entre 18 e 29 anos que chegaram apenas até o ensino fundamental ou ensino médio incompleto. Embora represente menos de 10% da população prisional total, o contingente de mulheres presas no Brasil sofreu um aumento em mais de 600% em um intervalo de dezesseis anos (2000-2016).

Conforme adentra-se aos muros altos, os corredores perpassados por grades, nota-se que as prisões são lugares destituídos de uma função ressocializadora, que ora justificou-se possuir, cujas dinâmicas relacionais nesses espaços intramuros obedecem à uma lógica própria do lugar e das circunstâncias.

Racismo moderno: persistências visíveis e resistências possíveis

Os processos de formação nacional das diferentes colônias existentes quando do advento do modelo republicano de governo foram distintos e específicos, adotando diferentes estratégias na constituição de uma possível unidade nacional. Após algumas investidas pseudocientíficas contrárias, a miscigenação foi apresentada como uma “saída à brasileira” para o problema das relações raciais que se intensificaram ainda mais durante a instituição dos Estados modernos e mais acentuadamente no contexto da Segunda Guerra. A miscigenação apresentou-se como solução redentora e elemento agregador, cuja mistura das alegadas raças humanas resultaria no povo brasileiro.

No ordenamento social houve uma vigorosa mobilização das elites tão logo se avizinhou a efetivação da abolição da escravatura, o objetivo de tal grupo foi elaborar um dispositivo designado à perseguição e à repressão da vadiagem. A categoria social de *vadios* foi criada no período colonial para assujeitar prostitutas, bêbados e pessoas sem emprego que vagavam pelas ruas, e acabou sendo estendida aos ex-escravos libertos que no contexto da pós-abolição foram alçados a uma classe dita perigosa (TEIXEIRA, SALLA & MARINHO, 2016, p.385).

A ordem jurídico-penal mostrou-se a primeira via de inclusão do ex-escravo liberto, que do *status* de mercadoria e ser semovente, portanto não sendo contemplado pela ordem jurídico-civil de sujeito de direito, passa a estar sujeito à prisão que se configura como um “*continuum* dos castigos cruéis que orbitavam das senzalas às masmorras”, como indicam Teixeira, Salla e Marinho (2016, p.385), ocasionando uma incorporação mal aclimatada das “técnicas de controle e punição” utilizadas em sociedades fundamentadas nas liberdades civis e trabalho livre. O trabalho, ressignificado ética e moralmente, ocupa um lugar importante na projeção de progresso social, justificando assim seu uso forçado, a partir de então, enquanto pena corretiva.

Diante da virada no uso da categoria trabalho, partimos da compreensão que o racismo moderno, tal qual nos explicam o historiador britânico Paul Gilroy (2001) e o filósofo camaronês Achille Mbembe (2018), apresenta-se como um efeito derivado da escravidão atlântica, pois observamos que embora há muito superadas as teorias biologicamente determinantes sobre a existência de diferentes raças humanas e suas posições hierárquicas, as proposições de tais ideias, que consubstanciaram justificativas para a escravização de sujeitos africanos, permanecem de maneira sofisticada. O regime de trabalho compulsório a que foram submetidos os sujeitos africanos propiciou acúmulo de capital a traficantes e proprietários, bem como serviu de base para a construção de modelos relacionais constituintes da sociedade e Estados modernos.

Portanto, o racismo se apresenta enquanto um sistema ideológico, que para sua operação se mostrou, e se mostra, dependente de uma lógica de controle dos sujeitos através dos corpos, tendo a *violência racial* como seu “mais importante princípio organizador”, como nos aponta Luiza Bairros (1996, p.181). Enquanto sistema, o racismo necessita de ferramentas que possibilitem o alcance do objetivo almejado, assim sendo, a concepção de *dispositivo de racialidade* elaborada pela filósofa Sueli Carneiro (2005), produto da noção ampliada da definição de biopoder de Michel Foucault (2014) nos proporciona uma via de análise da situação de maneira localizada.

Compreendendo que coexistem com o exercício do poder e seus dispositivos de controle social formas de resistência, nas inserções de campo foi observado que algumas elaborações de resistência à experiência do racismo se apresentaram mais complexas do que se esperava. Complexas tal qual o mecanismo observado por Lélia Gonzalez (2020, p.198), num diálogo mais aproximado ao conceito de sujeito-suposto-saber presente na psicanálise

lacaniana do que à microfísica do poder foucaultiana, ao tratar de maneira acurada a *resistência passiva* produzida pelas mães pretas dos tempos coloniais. O aparente não-confrontamento da estrutura a qual estavam sujeitas permitiu que essas mulheres tecessem possibilidades para a sobrevivência de símbolos da cultura africana, um “inconsciente cultural negro brasileiro” no imaginário dos filhos dos senhores, que destoavam da ideia que a elite brasileira em formação construía sobre as pessoas negras e sua cultura.

A perspectiva de Lélia Gonzalez nos indicou um caminho, e que foi sistematizado por Sueli Carneiro (2005) ao desenvolver a noção de *dispositivo de racialidade*. Em acordo com a analítica de poder foucaultiana, em que a constituição de um poder (e seus dispositivos) está condicionada à constituição de um campo de resistência, Sueli Carneiro considera que as possíveis resistências produzidas em resposta aos efeitos do dispositivo de racialidade podem ocorrer de modo a não necessariamente interpelá-lo ou tensioná-lo.

Nessa linha de pensamento, foram analisadas duas narrativas prospectadas em campo, numa atividade de roda de leitura na penitenciária feminina do Butantã. O relato da interação de Luciana⁴ e Núbia⁵ em atividade de leitura, suscita a reflexão acerca da não-neutralidade do espaço prisional e ainda mais a potencialização de interditos no que diz respeito à discussão das relações e identidades raciais.

Ditos e interditos como estratégias de enfrentamento à inconveniente tensão racial

Luciana é uma mulher cisgênero, socialmente reconhecida como branca, pouco mais de 40 anos, que antes de sua existência na prisão foi trabalhadora no campo da produção audiovisual. Como uma forma de, segundo ela, manter a saúde mental durante seu tempo de prisão, ela acessa a biblioteca nos dias permitidos e se debruça sobre livros de biografias para aprimorar sua técnica de escrita com a finalidade de escrever uma autobiografia em que compartilhará suas memórias e experiências na prisão.

Em um dos encontros, após leitura de um conto de Carolina Maria de Jesus presente no livro *Diário de Bitita*, a conversa em torno dos relatos da autora que retratavam as dificuldades de sua vida simples e de como por muitas vezes ela tinha consciência de uma dificuldade específica e comum às pessoas negras. Em um grupo de 18 mulheres, 50% delas

⁴ Nome fictício.

⁵ Nome fictício.

se reconheciam como pardas e pareciam compreender exatamente o que Carolina Maria queria dizer. Núbia, cuja participação se dava pela primeira vez, se sentiu tocada pelos relatos de Carolina Maria de Jesus e reforçou que “*é difícil para gente mesmo*”, identificando-se negra como a autora sem precisar dizer mais nada. Luciana rapidamente ocupa o intervalo na fala de Madalena, como se não quisesse dar tempo a mais manifestações no mesmo sentido, visivelmente incomodada prontamente diz que “*aqui dentro o inferno é para todas, sofremos igualmente aqui*”.

Chama a atenção sua manifestação no sentido de se posicionar acima, como quem pode organizar uma hierarquia de infortúnios, assumindo como padrão a sua visão de que o sofrimento comum da prisão é vivido de igual maneira por todas. É curioso que Luciana em nenhum momento nega explicitamente a afirmação da colega, não está em jogo negar que exista o racismo, pelo contrário, seu incômodo confirma que ela reconhece haver uma experiência específica como relata Carolina Maria de Jesus e reforça Núbia. O interdito promovido por Luciana se dá com o objetivo de não tocar no assunto, não ouvir a verdade incômoda, como se de alguma maneira assumi-la invalidaria sua experiência de dor.

Por outro lado, o silêncio aceito por Núbia nos remete à reflexão proposta por Michael Pollak (1989) acerca da memória, ao localizar as razões políticas e pessoais do silêncio diante de um fato traumático do passado. Em sua análise, Pollak evidencia o silêncio dos sobreviventes dos campos de concentração, que ao retornarem à Alemanha e à Áustria sua primeira motivação seria encontrar uma forma de viver com aqueles que de alguma maneira permitiram que eles fossem levados. O silêncio dos que foram torturados servia como forma de preservar os que nada fizeram para evitar de sentir culpa. E num movimento seguinte, o silêncio também serve para poupar as vítimas de reviver o trauma. Mesmo diante da complexidade existente nas várias motivações do silêncio, para que ele se quebre é fundamental que a vítima encontre escuta para o sofrimento que deseja relatar. Num movimento maior, o silêncio expresso pelos *não-ditos* promove uma separação entre “*umas memória coletiva subterrânea da sociedade civil ou de grupos marginalizados, de uma memória coletiva organizada que resume a imagem que uma sociedade majoritária ou Estado desejam passar ou impor*”. (POLLAK, p.6)

Sobre o silenciamento traumático da experiência do colonialismo, Grada Kilomba (2019) desvenda por meio da psicanálise, que existe um receio constante do sujeito branco

em relação ao que pode ser dito pelo “*sujeito colonial*”. Sem uma máscara simbólica, o sujeito branco estaria exposto à verdades inconvenientes que tem sido mantidas “*em silêncio como segredo*”. Kilomba mobiliza a noção de *repressão* freudiana para explicar esse receio que identificamos na intervenção de Luciana. Em essência a repressão seria o movimento de afastar as verdades desagradáveis do consciente e mantê-las distantes, tornando-as inconscientes em função da vergonha que tais verdades causam.

O apelo a um sofrimento comum da vida em prisão, uma nacionalidade comum – somos todos brasileiras/os, miscigenadas/os - em detrimento ao reconhecimento tácito da diferenciação social existente nas dinâmicas relacionais na sociedade brasileira, são uma das expressões do apagamento e silenciamento negociado a todas/todos como sendo a única maneira possível de coexistirmos em sociedade. Compreendemos como um silenciamento negociado, pois também se evocam de maneira limitada elementos culturais naturalizados nacionais que possuem origem africana. Uma origem que pode ser festejada em um espaço e tempo circunscritos, a exemplo do carnaval e festas de santos, diametralmente oposto à ‘celebração’ constante em torno de ancestralidades caucasianas e europeias. Lélia Gonzalez (2020) nos direciona nesse sentido quando aponta que o brasileiro gosta da bunda da *mulata*, mas não do quimbundo, que é a língua de onde se origina a palavra.

Conclusões

No caso específico do espaço prisional, o silenciamento negociado é uma das formas de sobrevivência. O silenciamento ou apagamento da realidade de um grupo ou uma pessoa conforma uma maneira de infantilizá-la, desumanizá-la, o que torna o exercício de promover o olhar às experiências de mulheres negras encarceradas numa perspectiva interseccional uma forma de apresentar questões inerentes ao aprisionamento. Elementos que vão além daquelas que consideram-se, de maneira normalizada, como “especificidades do gênero feminino” na realidade prisional: pobreza menstrual, a maternidade, espaços físicos adequados, entre outros, relacionados aos elementos subjetivos que constituem esse universo.

Por meio dos fragmentos dos relatos e das experiências compartilhadas nas oficinas de leitura, foi possível compreender que há espaços sociais que se conservam lenificados aos processos de escuta de memórias subterrâneas, em específico às experiências específicas

de gênero racializadas. Avaliamos que não apenas o universo intramuros é mais coibitivo as discussões acerca das desigualdades raciais, como aqueles sujeitos a quem os mecanismos controle social, por meio da perseguição e criminalização seletivas alcançam perene e preferencialmente, esses sujeitos tendem a se manter resistentes ao processo de reconhecimento das especificidades das experiências do “*outro do Outro*”.

Referências

- BAIRROS, Luiza. Nossos feminismos revisitados. *Estudos Feministas*. N 2/95.
- CARNEIRO, Aparecida Sueli. A construção do outro como não-ser como fundamento do ser. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.
- CARNEIRO, Sueli. *Escritos de Uma Vida*. São Paulo: Editora Jandaíra, 2020.
- COSTA, Sérgio. A Construção Sociológica de Raça no Brasil. *Estudos Afro-Asiáticos*, Ano 24, nº 1, 2002, pp.35-61.
- COSTA, Sérgio. O Racismo Científico em sua recepção no Brasil. In :Dois Atlânticos: Teoria Social, Anti-racismo, Cosmopolitismo. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.
- DAVIS, Angela. *Estarão as prisões obsoletas?*, Rio de Janeiro: Difel, 2018.
- FOUCAULT, Michel. *Dits et Écrits III*. Paris: Galimard, 1994.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir. Nascimento da Prisão*, Petrópolis: Editora Vozes, 1987.
- FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade I. A vontade de saber*, trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque, São Paulo: Paz & Terra, 2014
- FREYRE, Gilberto. *Casa Grande & Senzala*. 42ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- GILROY, Paul. *O Atlântico Negro: modernidade e dupla consciência*. Trad. Cid Knipel Moreira. São Paulo: Editora 34; Rio de Janeiro: Universidade Cândido Mendes, Centro de Estudos Afro-Asiáticos, 2012.
- GONZALEZ, Lélia. Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos. (orgs.) Flávia Rios, Márcia Lima. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.
- GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. Preconceito de cor e racismo no Brasil. *Revista de Antropologia*, São Paulo, USP, 2004, v.47 N°1.
- GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. *Racismo e antirracismo no Brasil*. São Paulo: Editora 34, 2009.
- bell hooks. Mulheres negras moldando a teoria feminista. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n.16, Brasília, jan-abr/2015, pp. 193-210.
- KILOMBA, Grada. *Memórias da Plantação: episódios de racismo cotidiano*. Trad. Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.
- KOERNER, Andrei. O impossível panóptico tropical escravista: práticas prisionais: política e sociedade do século

X\IX. Revista Brasileira de Ciências Criminais, n.35, jul./set.2001.

MATSUDA, Fernanda Emy. Sob Fogo Cruzado: A gestão de Mulheres e a justiça criminal paulista. Tese (Doutorado), FFLCH-USP, 2016.

MBEMBE, Achille. Necropolítica. Revista de Programa de Pós-Graduação em Artes Visuais EBA, UFRJ, n.32, 2016, pp.123-151.

MBEMBE, Achille. Crítica da Razão Negra. Trad. Sebastião Nascimento. São Paulo: n-1 edições, 2018.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO NACIONAL. Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias Atualização - Junho de 2017. Disponível em: <http://depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopen/relatorios-sinteticos/infopen-jun-2017-rev-2072019-0721.pdf>. Acesso em 25/11/2020.

_____. Relatório Temático sobre mulheres Privadas de Liberdade. http://depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopen-mulheres/copy_of_Infopenmulheresjunho2017.pdf acesso em 25/11/2020.

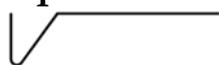
POLLAK, Michael. Memória, esquecimento e silêncio. Estudos Históricos. Rio de Janeiro, vol.2, n.3, 1989, p. 3-15.

TEIXEIRA, Alessandra; SALLA, Fernando; MARINHO, Maria Gabriela da Silva Martins da Cunha. Vadiagem e Prisões Correcionais em São Paulo: mecanismos de controle no firmamento da República. Estudos Históricos. Rio de Janeiro, vol. 29, nº 58, p.381-400, maio-agosto, 2016.

VASCONCELOS, Isadora Cristina Cardoso de; OLIVEIRA, Manoel

Rufino David de. Por uma criminologia feminista e negra: uma análise crítica da marginalização da mulher negra no cárcere brasileiro. Revista Eletrônica de Direito Penal e Política Criminal. UFRGS, Vol.4, nº 1, 2016.

**para o desconjuro de maus revoltosos, para
conspirar a boa revolta
preâmbulo de um teoria da juntidade**



Adelaide Maria de Estorvo Alencar da Silva¹
Bru Pereira²

Resumo

o presente experimento de escrita em companhia é igualmente um experimento com a revolta. quais os sentidos sobre revolta possíveis? ou, posto de outro modo, desde a revolta e contra alguns revoltosos, como podemos repensar nossas práticas de avizinhamo, de juntidade? apresentamos, como artifício investigativo, um conjunto de cenas e um exercício de ficcionalização arquetípica no desejo de tentar encontrar modos de imaginar o que nos falta ao estabelecimento de comunidade, nos quais sua viabilidade não se veja comprometida pela presença desvinculante daquilo que chamaremos "má revolta" – e nos quais "comunidade" não assuma contornos acachapantes ou de triunfante sentimentalismo.

Palavras-chaves: revolta; comunidade; precariedade; sonho; imaginação política.

Abstract

this experiment in companion writing is also an experiment in revolt. what are the possible senses of revolt? or, otherwise said, from the revolt and against some revolted ones, how might we rethink our practices of neighboring, of togetherness? we put forward, as an investigative artifice, a collection of scenes and an exercise in archetypical fictionalization in the pursuit of trying to find modes of imagining what we lack in the making of a community, in which its viability is not compromised by the unbinding presence of that we will call a "bad revolt" – and in which "community" is not supposed to assume on overwhelming contours or triumphant sentimentalism.

Keywords: revolt; comunity; precarity; dream; political imagination.

¹ Mestra em ciências sociais pela Universidade Federal de São Paulo (unifesp), e historiadora pela Universidade Estadual Paulista (Unesp).

² Doutoranda no programa de pós-graduação em ciências sociais da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp).

“é como se tivéssemos petróleo e todos os regimes poderosos quisessem esse petróleo, e para isso precisassem nos expulsar da gestão de nossas terras. é como se fôssemos muito ricos de uma matéria-prima indefinível. e, se interessamos tanta gente, é porque devemos possuir algo cuja essência é rara e preciosa – do contrário, como explicar que todos os movimentos liberticidas demonstrem tamanho interesse por nossas identidades, nossas vidas, nossos corpos e pelo que fazemos em nossas camas?”

virginie despentes para paul preciado

“estou procurando/
estou procurando/
estou tentando entender/
o que é que tem em mim que tanto incomoda você?”

linn da quebrada

“estou procurando. estou procurando. estou tentando entender. tentando dar a alguém o que vivi e não sei a quem, mas não quero ficar com o que vivi. não sei o que fazer do que vivi, tenho medo dessa desorganização profunda. não confio no que me aconteceu.”

clarice lispector

esta é uma leitura feita à maneira das que leem histórias de vida na borra do café: emborcado o corpo cansado de guerra sobre a mesa de escrever, o que é possível vislumbrar por entre as manchas deixadas pelos sucos que escorrem da combatente? a despeito da imagem/preensão criada/arrogada, não esperamos encontrar símbolos premonitórios por entre “tais manchas”, mas utilizar a força da alegoria para estabelecer um referencial à conversa: estas reflexões aqui ensaiadas são engendradas por corpos um pouco exauridos de sua exuberância e tenacidade, e dizemos “pouco exauridos” pois ainda nos resta algo, nossas letras e vozes a lembrar-lhes(-nos) de que somos as testemunhas de teus crimes, de tuas corrupções, de teus ressentimentos mais íntimos, de teus momentos de abandono e passividade diante do festim da carne. mas não só, há também esse algo mais, um *isso* da coisa, algo que nos interessa aqui, *borandá*.

nós/teus, certamente, apresenta aqui uma generalidade de difícil sustentação, um construto corroído desde as suas fundações por uma multiplicidade de operações sociais de diferenciação e desvelo sistemático – por meio de narrativas de denúncia – de mecanismos específicos de opressão/produção de vidas precarizadas, que fazem uns e outros atravessarem a fronteira da barra “/” aqui e acolá, a depender da localização que se assume em relação ao que se fala sobre esse nós/teus. mas, uma estrutura corroída pode demorar demais a colapsar de fato e há transcurso de vida enquanto ouvimos os demorados créques de suas rachaduras. sendo assim, “nós”, aqui, fala dessa gente que é perseguida, que tem a cabeça a preço, que desobedece para viver, que se faz maravilha em meio a esterilidade e aridez – é, acabamos por produzir aqui outras generalidades que poderiam nos conduzir a romantismos e outras *forçações de barra*, contudo, tais aberturas podem produzir espaço para que se engendrem – e houveram – *práticas de juntidade*: o estabelecimento de comunidades temporárias de resistência, avizinhamentos capazes de garantir *um salve* ali onde houver a urgência do cotidiano, ajuntamentos capazes de organizar de modo conveniente e utilitário toda uma economia de recursos necessários à garantia de dignidades e preservação de direitos conquistados, sendo a vida, e uma que seja digna, o mais fundamental destes.

expressões como “direitos conquistados”, “dignidades”, “urgência do cotidiano” podem ressoar demasiado “reformistas” de uma perspectiva clássica de “revolução” como resposta *de classe* no enfrentamento às suas condições de opressão/exploração, e neste sentido, insuficientes para uma “real” subversão de seu estado histórico de sujeição/dominação. entretanto, nas reuniões onde eram/são decididas as estratégias para emancipação do “homem”, tivemos nossos nomes riscados da lista de presença. apesar de profundamente arraigado no senso comum um sentimento de que uma grande revolução viria como um *deus ex machina* redentor de nosso sofrimento secular, tão profundamente encravada em nós está também a longínqua sensação de que tal solução seria impossível, seja por desconfiança (por parte dos comandantes dos processos de revolução, inclusive), por ausência de tempo real de trabalho revolucionário, ou ainda por medo de morrer. sobre isto, aliás, há de haver alguma perspectiva de ação política não-romântica que envolva parar de enviar nossa gente para o abate – historicamente, quais são os corpos enviados pelos dirigentes aos campos revolucionários de enfrentamento? quais são os corpos políticos escoltados nos atos de rua? fomos brutalmente esvaziados dos contingentes de mártires.

se faz importante ainda algo mais sobre essas localizações conceituais: o que tem sido feito de anos e anos de denúncias e de produção de conhecimento desobediente? nos perguntamos devido à inocuidade que parece estar a produzir todas essas inúmeras e qualificadas produções que versam sobre a superação ou avaliação crítica destes pares de conceitos como nós/eles, reforma/revolução, de tal modo que tenhamos sempre que gastar expedientes de vida na contextualização epistemológica do que se fala, um irônico e desgastante eterno-retorno sobre os pontos de partida das ações políticas que pretendem assumir uma responsabilidade sobre a garantia da vida de multidões no planeta no século vinte e um; e, ainda que não sejamos de todo modo poços de ingenuidade sobre o tamanho das tarefas a serem realizadas, se faz reiteradamente necessário que os contingentes privilegiados restantes de operadores “das mudanças” se dediquem à investigação do que tem sido produzido por “nós” em termos de conhecimento/teorização política, onde o “nós” não se justifica por ele mesmo – não reivindicamos iluminação –, mas encontra suas fundamentações nas lições aprendidas a marteladas na carne: não somos o simples negativo de suas verdades, mas de todo modo, acabamos por espelhar/encarnar, ainda que à revelia, os efeitos colaterais de suas ficções de poder, e este reflexo é irrevogável em termos do que deve ser sumariamente extirpado das visões/sonhos/materializações de um presente desempossado de suas propensões morticidas.

enquadramentos iniciais tracejados, nos resta uma última generalização: “vós”. a quem fica a posição de “outro lado da barra / ” nessa equação política? a toda essa gente que nos fode em segredo, a toda essa gente que nos caça nas ruas, que goza com nossas canções em churrascarias, que chora com nossas performances nos salões, mas que é incapaz de nos chamar pelo nome, a toda essa gente que nos contrata para formar quadros e que nos demite quando “alargamos demais” os limites das políticas de inclusão, a toda essa gente que nos olha com sede mas que nos nega um copo d’água, a toda essa gente que espera que eduquemos os contingentes todos de “desconstruídos & afins” mas que se recusa à tarefa de pesquisa, desenvolvimento e multiplicação desses saberes colhidos na carne quando estes se tornam incômodos para as verdades coloniais mais habituais e viscerais, a toda essa gente que insiste em declarar difícil nossas formulações mas que não encontram as mesmas dificuldades ao enveredarem pelos mais ermos dos sistemas filosóficos da humanidade, a toda essa gente que sente medo dos segredos que guardamos de seus momentos de entrega e confissão, a toda esse gente que declara aliança antes de

pesar o compromisso implícito de suas palavras. o *dizei-me com quem te alias, que te direi se tua luta vingará* nos servirá, assim esperamos, para poder chegar nos que queremos e permitir que se cheguem de volta, nomeados e responsabilizados, os que pretendem ao achego.

I.

ora, escrevemos tentando não habitar o ressentimento, mas sabemos que neste encontro-escrita temporário estamos compondo juntas um espaço de disposição à escuta/cuidado mútuo, e que há aqueles que maldizem tais encontros com perguntas como “quem escuta quem escuta?” ou “quem cuida de quem cuida?”. não é que tais perguntas não possam ter alguma relevância, mas utilizá-las como modo de frear disposições de entendimento e trato do que tem se podido realizar em termos de produção de pactos ou consensos locais é uma estratégia que, por fim, acaba por deslegitimar forças internas do “nós” que estão atuando em dimensões importantes dos processos sociais de transformação política, a saber, investigar as condições de estabelecimentos de alianças reparadoras e eficazes do ponto de vista do número de vidas que elas são capazes de trabalhar em prol da manutenção cotidiana, e muitas vezes, esses atos de deslegitimação acabam por colocar muito pouco no lugar.

sendo assim, este espaço que assumimos é um, tal qual o das parteiras e benzedeadas, que numa profissão de fé, encarregam-se de suas tarefas, e desta posição nos perguntamos: quais são as consequências possíveis das más revoltas quando implicadas em processos de construção de juntidades temporárias de resistência, juntidades mais ou menos definitivas de existência?

somos aqui atravessadas pela revolta. não reivindicamos pureza, nem qualquer forma de retidão moral que nos define de antemão como aquelas que atingiram a maioria do espírito, já mencionamos. e como revoltadas, sabemos dos perigos em criar polêmicas. a polêmica, como definiram os gregos, é uma forma de produzir a guerra – *polemikós*; mas também é uma forma de cultivar a hesitação como ferramenta para interromper os consensos rápidos, a seriedade daqueles que se definem como nossos responsáveis e as inúmeras políticas de abandono dos problemas que nos interpelam. queremos habitar a experiência da pausa pro cigarro na sua máxima potência, da interrupção dos movimentos rápidos. um trago de cada vez. um pega no tempo.

porém, mesmo que não queiramos repercutir as maldizências do canto “quem escuta quem escuta?” como um canto de derrota, reafirmamos nossa disposição em encarar que tal pergunta nos coloca um problema. somos herdeiras de um esquecimento das artes de se proteger e precisamos retomar com alegria a capacidade de tecer armaduras e levantar abrigos. produzir refúgios como um lugar de aterramento, como um buraco aberto em terra fértil para nos plantarmos e virarmos arruda. enfim, ter para onde voltar.

também pedimos licença, ou melhor, liberdade para escrever com pouco manejo das convenções literárias da escrita acadêmica, mas não nos entenda iconoclastas, estamos apenas tentando tecer com alguns fios que encontramos por aí, nas andanças, nas mesas de bar, nas salas de aula, nas vernissagens. por isso, escrevemos pequenas histórias para podermos fazer uma caracterização, talvez caricatural, do problema da revolta, do problema da escuta da revolta. talvez seja um tanto clichê, mas foi nietzsche que disse: ensaios são como um banho de água fria, temos que entrar e sair deles com rapidez.

ou algo assim.

três cenas

1.

verão de dois mil e dezoito. piracicaba. desembarco na cidade com a tarefa de mediar um processo de formação para educadores. encontro um amigo na rodoviária, eu chego, ele por partir. no meio tempo, vamos fumar maconha atrás da rodoviária da cidade. debaixo do sol escaldante, escondidos da polícia e dos patrulheiros morais voluntários, acendemos o cigarro atrás de um furgão. enquanto fumamos, somos observados de longe, uma moça nos vigia – ou, assim, pressupúnhamos. o sentimento de vigia, o devem saber, não é um bom sentimento, especialmente dadas as circunstâncias. pois que a brisa quase que nos era roubada, quando: “ei, tão fumando um?”. e eis que ela volta, a brisa que quase foi: “sim, estamos”. acontece que a “patrulheira” era na verdade também uma das vigiadas. e este estatuto marca o tom de nosso breve encontro. “eu sou jenifer, trabalho na rua aqui de cima, vendo calcinhas”. de começo, reclamamos do infortúnio de se ter de fumar escondidos, com medo, esse medo que se desenvolve para além do medo de sermos “pegos”: considerações sobre a instituição policial, sobre as (des)medidas de repreensibilidade para o que praticávamos, conversamos sobre como nos pega o que praticávamos, *papo de chapadas*, das interessantes. jenifer, muito sensata e companheira –

ainda que das de breves encontros – começa a localizar os corpos a serem pegos: “eu acho vocês muito corajosos, eu sempre gostei de gente como vocês”. meu amigo, gay, eu, travesti. e a conversa vai acontecendo em volta desse medo que sentíamos, mas também do achego de nossas semelhanças enquanto *vigiáveis* – jenifer nem precisou trazer à tona a cisgeneridade de sua experiência, já nos era tácito algumas coisas, agradavelmente, respeitosamente. e sobre este aspecto, jenifer qualifica um pouco a sua específica posição de vigiável. jenifer era filha de uma puta. como tal, jenifer se viu vigiada naquilo que seria seu destino manifesto: sendo filha de uma puta, deveria carregar consigo o estigma de sua mãe, uma herança capaz de fazê-la “desviar” do seu “potencial” para ser uma “boa pessoa”, uma herança capaz de reduzir seus “desvios”, “erros” ou “mau comportamento” como sendo da ordem do “mau gene” que carregava, pelo “mau exemplo” que traria de casa. jenifer manifestava essa categoria identitária, se assim podemos dizer, demasiado “invisível”, corporificava uma injúria como laço parental. chegou mesmo a mencionar que tal vigilância, talvez, tenha sido responsável pelos momentos difíceis de relacionamento com sua mãe, algo que ela, àquele momento, conseguia elaborar como tendo sido muito produzido por efeitos de “falação”, pelos “olhares” hierarquizante dirigidos a elas – deles a elas, passando da mãe a ela – pelos vigilantes, a quem ela chama de “revoltados”. jenifer, confessa que talvez esta revolta tenha a feito revoltar-se, aqui e ali, contra a mãe, indignou-se em algum momento com o sentimento subjetivamente plantado, feito flor de colônia, de refletir-se um desdobramento do ofício da mãe. uma revoltada contra o destemor, arrojo e irreverência da que a pariu, atributos estes que, diz, aprendeu a ver com “outros olhos”. sua mãe inspirava revoltas. jenifer, ali, destitui-nos a revolta de uma acepção exclusivamente revolucionária. a revolta nem sempre é revolucionária, ao menos, em seus sentidos mais “progressistas”. há uma revolta que funciona como prática de afirmação da obediência, uma revolta que deseja proteger-se contra a lembrança de diferença possível suscitada pelas prostitutas, gays, travestis, maconheiras, ... não esqueço mais jenifer, aquela que era filha de uma puta, desafortunadamente, inspiradora de revoltas.

2.

inverno de dois mil e vinte. tomo um uber, de noite, indo pra casa. o motorista visivelmente perturbado me interpela: “acabei de ver alguém morrendo”. calei – diante do absurdo da interpelação perturbadora, mas também diante da necessidade que se me

apresentou de ouvir, apenas, o desespero apresentado pelo testemunho do assassinato. ele ia agarrado ao volante, vidrado, sua rigidez muscular me apertava contra o banco traseiro: “meu, eu estava ali, na esquina da celso garcia com aquela rua ali de trás, descendo, e eu vi uma briga e eu parei o carro na hora, fiquei olhando. um ‘brasileiro’ tentava roubar um boliviano, que reagiu ao assalto e, na reação, foi surpreendido por um soco que o derrubou no chão, e eu ali, parado. eu vi ele pegando um pedaço de pau e batendo no boliviano derrubado, era um moleque, na verdade os dois, e o boliviano ali sendo espancado até a morte, e eu não consegui fazer nada, fiquei parado, não consegui acender os faróis, buzinar, jogar o carro em cima, nada, eu vi ele morrer”. eu muda, atenta, doída. “depois que o cara parou de bater no boliviano, ele saiu correndo. e eu fui embora. mas eu não consegui, tive de voltar, tá ligada?! dei a volta no quarteirão, devagar, e quando cheguei lá, de volta, já tinha juntado um grupo de outros bolivianos desesperados em torno do corpo, e eu fiquei ali vendo. uma hora a polícia chegou e eu fui lá, disse que tinha visto tudo, eu tinha de fazer alguma coisa, sugeri dar uma volta por ali pra poder ver se a gente achava o assassino, eu lembrava da cara dele. e achamos, uns quarteirões dali, junto de uns outros ‘bandidos’. eu apontei e os policiais levaram ele pra delegacia. filho da puta!³ tomara que ele seja maior de idade, tem que pegar cana um sujeito desse, por causa de uma celular, sei lá, sabe?! essas coisas me deixam revoltado! eu não sabia o que fazer! pensa na mãe desse boliviano! quem fica é quem lida! nossa, tô revoltado! tem que morrer, tem que matar uma praga dessas, depois vem o pessoal dos direitos humanos passar a mão na cabeça, ainda! a vontade que dá na gente é de acabar com essa raça!”.

ele falou que queria uma arma em uma hora dessas.

3.

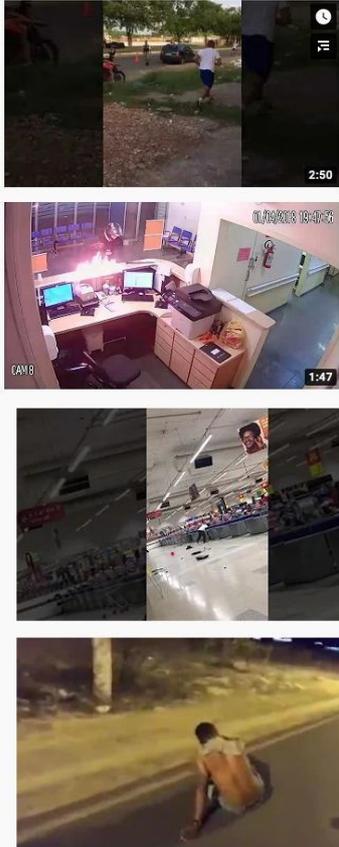
primavera de dois mil e dezesse. ele chegou como quem não queria nada, mas já estava esperta, conhecia muitos desses tipos que chegam manhosos, pois isso sempre acontece. um começo trivial. talvez algum comentário sobre meu batom vermelho ou a sombra extravagante nos olhos ou o vestido branco que carregava no corpo. depois sua jornada de superação: “é porque eu era um cara muito escroto”, mas alguém na sua trajetória havia lhe ensinado a se desconstruir. pode ter sido uma namorada que era feminista e abriu seus olhos para seus comportamentos machistas. ou, então, uma amiga bixa que ensinou que a

³ ah, jenifer...

masculinidade pode ser tóxica. mas fiquemos aqui com o fato dele ter tido uma filha e estar preocupado com a misoginia que ela poderá enfrentar. afinal, ele, como representante dos seus, sabe o que os seus são capazes. mas logo a história tem uma guinada e a conversa passa a ser assaltada pela figura do pai – “meu pai era um cara bruto, bem machista mesmo, ele nunca bateu na minha mãe, mas ele não tratava ela bem”. e esse pai se torna o adversário ali naquela batalha de fazer de si um novo homem. e ele diz com peito estufado, voz ainda grave mas suave, talvez uma lágrima que ele não deixa escorrer tremula espremida no canto de um olho – “eu sou um homem desconstruído, meu pai jamais conversaria, assim de boa, com alguém como você; na verdade, se meu pai me visse aqui conversando contigo ficaria revoltado, mas eu não, eu sou um cara diferente”. ali, como quem não queria nada, ele queria que eu virasse um instrumento de sua revolta contra um pai que ele não queria ser ou então que eu atestasse a sua vitória nesse embate.

4.

na internet não há estações do ano, dois mil e vinte um.



Homem revoltado quebra vtr do detram em belem. Por ter seu documento apreendido
5 mil visualizações • há 4 anos
MADRUGA LIKE
Homem quebra carro do detram em belem.

Homem revoltado com demora em hospital coloca fogo na recepção
1,6 mil visualizações • há 2 anos
Ecos da Notícia
Um homem revoltado com a demora no atendimento médico resolveu colocar fogo na recepção do Hospital Bruno Born, situado ...

HOMEM REVOLTADO DESTRÓI SUPERMERCADO EXTRA
5,5 mil visualizações • há 3 anos
coé rapaziada

Homem Revoltado da Soco em Poste e Causa Blecaute em Cidade
15 mil visualizações • há 3 anos
Tércio Oliveira da Silva
kkkkkkkkkk muita onda!

II.

acompanhe conosco a seguinte caracterização:

capitão davidson, “o domesticador de mundos” da novela *floresta é o nome do mundo*, de ursula k. le guin (2020), é “um homem grande, de músculos sólidos, que gostava de usar seu corpo bem treinado”. don davidson, como um bom capitão conquistador, não conhece a derrota, quando muito, pequenos desvios pelas vias que, inevitavelmente, hão de rumar para o triunfo – acredita que “(...) é preciso estar no jogo do lado que está vencendo, do contrário você perde”. *perder* é o inimaginável, é o ponto de interrupção do pensamento, como um pensamento de morte, não há o depois, há somente um corte, um engasgo. capitão davidson é um Homem que quando diz Terra quer dizer homens.

para davidson a lei é um princípio, uma diretriz: que não se coloque em seu caminho ou no caminho de seus homens; o lícito e o ilícito, o entretenimento e o estupro, a vida e sua ausência são limites que são estabelecidos *após* a sua passagem – ainda que sejam anteriores –, um homem que enxerga os pactos com “vistas grossas”, sendo que fazer/ter vistas grossas é identificar algo (talvez algo do rol das coisas que são importantes de serem observadas, importantes porque fazem sentido para toda uma ecologia social anterior ao contato com este) no campo de visão e passar por ele. davidson passa, passa porque abre as paisagens que se interpõem entre ele e os objetos de seu desejo.

o pragmatismo, o realismo que davidson julga dispor, em seus modos de pensamento, são os que podem ser iconografados nas seguintes imagens, que se sobrepõem desconectadas, em substituição dura: a) a visão ansiosamente erótica de carregamentos de mulheres a serem transportados para “suportarem essa vida infernal”, essa dele e de seus homens na domesticação dos mundos, pela b) imagem do erro de sua atuação devastadora em outros mundos insatisfatoriamente domesticados – melhor posto: destruídos –, erro incorrido pelo descaso em relação a técnica e o conhecimento praticado por aqueles que ele chama de “efeminados”, esses intelectuais que não fazem parte de sua comunidade de masculinidade e, que se se preocupam tanto com “conhecimento” há de ser por ressentir a virilidade dos homens como ele, lhes restando essa tarefa de homens menores, o que leva de volta a imagem a): diante dos limites analíticos de suas faculdades fundadas em vencer, onde não há espaço para o reconhecimento ou a avaliação do erro, voltam a ondular e sorrir os carregamentos de mulheres.

a máquina de domesticar de davidson conhece apenas duas funções: aniquilar ou assimilar – talvez apenas uma, a de aniquilar o que não for assimilável. e é este o modo de operar relacionalidades com os outros viventes dos mundos por onde ele *passa*: as criaturas que puderem ser submetidas ao trabalho forçado o serão, por um trato duro, do começo ao fim, caso contrário, terão seus rostos surrados até virarem “geleia de amora” – o que, é claro, deve ser evitado, lhe basta apenas ser “durão”.

sendo um homem “sozinho, altivo, bonito, com expressão calma e bastante severa em seu rosto esbelto e rude”, os pilares fundantes de sua performatividade são a beleza, a confiança e a rijeza, atributos que, combinados com uma alta posição hierárquica – “(...) eu gosto de colocar as coisas em perspectiva, de cima pra baixo, e em cima, até o momento, estão os humanos” –, apoiam a sua conduta inclemente e atroz, ainda que não fosse por isso um homem prepotente, o conhecimento de sua própria magnitude o satisfaz: “por acaso, fora feito assim. sabia o que queria e como consegui-lo. e sempre conseguia”. apenas algo lhe marejava os olhos: sua pátria, seus homens, o mito da terra que embasa sua narrativa heroica:

por isso, diante da visão da nave que vinha de sua terra natal, lágrimas brotaram levemente nos olhos de davidson. ele não tinha vergonha daquilo. era um homem patriota, simplesmente era o seu jeito de ser. (le guin, 2020, p. 21)

apesar de ser esse homem de “passadas largas”, a tacanhice de suas viris faculdades de pensar é composta de uma furtiva inabilidade que é, justamente, o ponto de detonação das bases de sua ostensiva performatividade, a saber, *a inabilidade ao sonho*, a dar o passo que vai para depois do momento de interrupção de seu pensamento, para depois de seu engasgo existencial. seu delírio de invulnerabilidade não comporta a imaginação do “revide”: a pressuposição de passividade em relação aos submetidos, a certeza da efetividade de suas práticas de domesticação de mundos – ele não reconhece os erros, é incapaz de avalia-los –, a confiança ativa, de quem olha desde cima, na impossibilidade de resistência o surpreende, o revide o conduz a uma expressão de “loucura”: “aquilo tudo era loucura e, obviamente mentira”/ “(...) aquilo tudo não significava nada, era um sonho ruim e louco, um pesadelo”/ “(...) os creechies não poderiam ter feito aquilo. creechies não lutavam, não matavam, não faziam guerras. não tinham agressividade interespecífica, ou seja, eram presas fáceis. não revidavam”/ “ele não tinha sonhado com nada daquilo”. e, no entanto, os

creechies incendiaram a base do território de “smith” e massacraram duzentos homens em um só ataque.

então, davidson viu a reveladora tensão na postura da criatura, que, ainda assim, saltou sobre ele tão ágil e inclinada que o fez errar o tiro, queimando um braço ou ombro em vez de bater bem entre os olhos. e o creechie estava sobre ele, tinha metade de seu tamanho e peso, mas o fez perder o equilíbrio com a investida, porque ele, confiando na arma, *não esperava um ataque*. os braços daquela criatura eram magros, fortes, cobertos de pelos grossos e, enquanto davidson os agarrou e lutou, *a criatura cantava*. (le guin, 2020, p. 26, *grifo nosso*).

não à toa evitamos mencionar os creechies⁴ em meio a galante caracterização deste homem que não imagina. os creechies são “(...) as criaturas mais próximas que se desenvolveram da linhagem do macaco”, são a contraparte submetida pelo domesticador de mundos, a que é destinada a servir os que vêm fixar novos ordenamentos hierárquicos,

⁴ desçamos um pouco ao nível rodapé da página, há algumas considerações sobre os creechie – os creechies são uma forma de humanos, diferentes dos humanos terranos, mas de ancestralidade comum, ainda que de difícil genealogia, há toda uma mítica envolvida em tais investigações de origem, para mais: cf. le guin, 2020, rs – que gostaríamos de estabelecer aproximações, e nos parece conveniente experimentar as hierarquias da página para explorar esses avizinhamentos. sempre observados com uma distância de dignidade por parte da quase totalidade dos yumanos da novela, os creechies encarnam uma posição conceitual-literária que nos interessa aqui: as revoltas re-encenadas na seção anterior condicionam uma sombra de davidson, seja jenifer vigiada por seus olhares altivos e rudes, seja a mãe de jenifer no entretenimento dos davidsons, entretenimento pago com estigma e precarização a ela e aos seus, seja no passo que o motorista de uber não deu – entendemos, a questão não é o passo em direção ao martírio dos que se jogam na frente das balas que levamos, mas seu passo era em direção a uma juntidade somente possível com os agentes de morte do estado, em nome da morte, em nome da justiça praticada pelos que empunham (ou desejam empunhar) armas de fogo cheias de salvo-condutos, o motorista, por fim, toma um desvio em relação à juntidade de vida possível de ser construída ali na hora, para além do martírio. por que não ofereceu seus bancos de couro ao corpo ensanguentado e aos que o guardavam? por exemplo, apenas por exemplo. tivesse ele amparado o pranto dos imigrantes diante do conterrâneo assassinado, tivesse ele não respondido com esta sede hollywoodiana de perseguição policial. ainda: percebam, a questão não é culpabilizar o motorista pelo passo não dado, nem por esperar da polícia que cumpra sua promessa romântica e perversa de salvação e segurança, mas o de performar a fantasia do justiceiro que caça, julga, sonha a pistola como superpoder, e pelo espanto com a própria vulnerabilidade ser acolhido por um desejo de aniquilação de raças. desde esta nota creechie de rodapé, e dizemos creechie não por naturalizar a hierarquia, mas por encontrar aqui, neste miúdo, nesta vaga, uma lacuna para imaginar. imaginar questões capazes de alumiar o que nos aproxima de jenifer e o que nos afasta do motorista de uber, a ponto de lembrar o nome de uma e esquecer o de outro, em tempo de poder viver junto de jenifer um encontro fugidivo e especial, e de viver com o outro o desespero de não poder, desde o banco de trás, construir com o motorista uma relação vinculante, pois o luto do injustiçado cederá espaço a multiplicação de uma violência que não era da ordem de uma redistribuição, mas de reforço daquela que, talvez e provavelmente, tenha sido a que foi utilizada na produção daquele mesmo assassinato. jenifer se avizinhou de uma realidade que ela foi capaz de sonhar, o motorista não sonha a desigualdade social, sonha sonhos de pistolas e carros em alta velocidade. *revolta* aparece, então e a partir das cenas, como significante capaz de expressar desejo de correção moral (me lembro da revolta das mães de bragança, no norte de portugal, que em 2003 exigiu a expulsão de putas brasileiras dos prostíbulos da região, sob a alegação de que elas estariam enlouquecendo e enfeitando seus homens) e de práticas autoritárias de justiça. talvez ainda, por fim, com jenifer a juntidade foi possível de ser estabelecida pois ela digeriu e acolheu a própria *má revolta*.

a que tem seus nomes e nomeações substituídos – os que veem kelme deva passar a chamar-se “território de smith” –, a contraparte que perde suas mulheres para o estupro, “os bostinhas”, “lerdos”, “desleais”, “como algum tipo de besouro em que você precisa continuar pisando porque ele não sabe que já foi esmagado”:

– eu era selver thele quando morava em eshreth, em sornol. minha cidade foi destruída pelos yumanos quando eles cortaram as árvores daquela região. fui um dos que foram obrigados a servi-los, junto com minha esposa, thele. ela foi estuprada por um deles e morreu. ataquei o yumano que a matou. ele poderia ter me matado naquele momento, mas um deles me salvou e me libertou. saí de sornol, onde agora nenhuma cidade está a salvo dos yumanos, e vim pra cá, para a ilha do norte, e morei na costa de kelme deva, nos bosques vermelhos. logo os yumanos chegaram e começaram a derrubar o mundo. eles destruíram uma cidade, penle. capturaram cem homens e mulheres e os obrigaram a servi-los e a viver em um curral. não fui capturado. morava com outras pessoas que fugiram de penle, no pântano ao norte de kelme deva. às vezes, a noite, eu ia até as pessoas nos currais do yumanos. eles me disseram que aquele lá estava ali. aquele que eu tentara matar. primeiro, pensei em tentar de novo; ou então libertar as pessoas do curral. mas eu via as árvores caindo o tempo todo e via o mundo lacerado e abandonado para apodrecer. os homens poderiam ter escapado, mas as mulheres ficavam trancadas de forma mais segura e não conseguiriam, e estavam começando a morrer. falei com as pessoas escondidas nos pântanos. estávamos todos muito amedrontados e muito bravos, e não havia como liberar nosso medo e raiva. então, depois de muito tempo de conversa, e de sonhar por muito tempo, e de fazer um plano, saímos à luz do dia e matamos os yumanos de kelme deva com flechas e lanças de caça e queimamos a cidade deles e suas máquinas. não deixamos nada. mas aquele lá tinha ido embora. ele voltou sozinho. eu cantei por cima dele e o deixei partir. (le guin, 2020, p. 35-6)

abrimos espaço para que a história se contasse, por si, de uma perspectiva creechie, sobre o que se pode ser realizado desde os pântanos, desde o sonho. é notável, sobre isto do “sonho” pontuar que, para davidson, e os outros yumanos, os creechies não dormiam, olhavam para o nada, vagueavam. e é neste momento que são forjadas as condições de derrocada do invencível. para um creechie, o sonho é mais que a distinção minguada entre o “real” e o “irreal”: seus sonhos antecipam eventos, materializam desejos, harmonizam a vida em vigília, os ensina. é no sonho, e em sua argúcia de tradução, que os creechies aprendem, inclusive a revidar.

sem furtar-lhes o prazer da leitura com antecipações estraga-prazeres, gostaríamos de contar apenas como é que davidson reage após ter sido domado e ter de olhar, de baixo para cima, para um creechie que canta por sobre seu corpo rendido: ele incendia kelme deva:

no fim de tarde dourado e esfumaçado, ele correu. (...) ele não tinha sonhado nada daquilo. e eles não podiam simplesmente desaparecer. estavam lá, escondidos. davidson abriu fogo com a metralhadora do nariz do gafanhoto [sua aeronave] e fez uma varredura no solo carbonizado, atirou nas brechas entre a vegetação da floresta, alvejou os ossos incandescentes e os corpos frios de seus homens, o maquinário destruído e os tocos brancos em putrefação, retornando várias vezes até a munição acabar e os espasmos da arma cessarem bruscamente. as mãos de davidson agora estavam firmes, seu corpo parecia apaziguado, e ele sabia que não estava preso em nenhum sonho. (le guin, 2020, p. 28)

para se livrar do aprisionamento provocado pelo sonho feito instrumento de surpresa/revide, uma revolta é desencadeada no “invulnerável”, ele incendeia o incendiado, derruba mundos para encontrar seres insurgentes cuja existência se garantiu justamente em encontrar gretas e pântanos para poderem sonhar a possibilidade de cantar por sobre seu algoz, isto é, davidson – o podemos dizer, agora – é apenas devastador, pouco astuto.

esta é uma arquetipização do homem mal revoltado, e você o conhece.

III.

falamos da revolta para pensarmos sobre a *inabilidade ao sonho* que acomete a davidsons. não queremos fazer um discurso contra a revolta ou os revoltosos, mas sim qualificar o que seria a má revolta, o tipo de revoltar-se que não busca a vinculação, o avizinhamiento, a construção de vilas ou de comunidades temporárias de existência. a má revolta que caracterizamos neste ensaio é, por natureza, desvinculante, isto é o mesmo que dizer que ela é uma forma de revolta que, em seu sentido primário, aponta para a incapacidade e falta de desejo do sujeito revoltado em fazer juntidade, em se implicar no problema, em assumir o risco da presença radical. cabe-nos perguntar, portanto, o que assombra o sujeito revoltado diante de uma situação que pode demandar de si *tomar parte?* o que o impede de sonhar?

ora, a questão de ser parte numa parte, de se fazer em conjunto, não se resume a uma fácil contraposição entre boas e más revoltas. não somos inocentes, já dissemos, e voltamos a dizer. sabemos que a feitura da juntidade requer mais ingredientes, o que estamos abordando neste ensaio, o fazemos a partir de uma certa posicionalidade, uma certa apreensão do estado de coisas, uma creechianidade ficcionalizada na carne, um certo jeito de termos sido ajeitadas como sujeitinhas que escutam, sujeitinhas que foram tomadas como orelha para desabafo. e, novamente, não queremos recusar tal posicionalidade:

escutamos, sim; mas agora falaremos com nossas línguas de fogo e de serpente, como nos ensina gloria anzaldúa.

acreditamos, pois não há de ser de outro modo, mas também porque demos de ler judith butler, que a vida é precária. ontologicamente precária. “a vida de alguém está sempre, de alguma forma, nas mãos do outro” (2018, p. 31). precariedade é a consequência de uma vida implicada, de uma vida que se acredita parte de outras partes, de uma vida que sabe que o que a nutre também lhe põe em risco. a revolta é filha parida de partenogênese coletiva da condição de precariedade, e como filha da precariedade ela herda a angústia de ter que se haver com a duplicidade do jogo nutrir-se/arriscar-se, fazer-se fazendo-se-com-outros. por isso podemos falar de uma má revolta e de uma boa revolta. a má revolta é a recusa de tomar parte numa parte se reconhecendo como parte em risco. a má revolta é uma das muitas tecnologias de desvinculação da presença, que é, ela própria, presença da precariedade que é a vida.

voltemos, a efeito de singela ilustração, para a primavera de dois mil e dezessete, quando, então, ele nos dizia da sua revolta com o pai e nos procurava para certificar sua boa qualidade de homem revoltado (também conhecido como homem desconstruído). entendíamos o que ele dizia e sabíamos que ali encontramos uma má revolta. revoltar-se do pai não é a questão – que nos revoltamos de nossos papais e mães! – a questão é o gesto de desvinculação que ali se criava. o sujeito que não era como o pai, era também o sujeito que havia mudado, o sujeito que havia deixado no seu passado aquilo tudo que o pai representava – “alguém que não conversaria com alguém como você”. e ao tornar passado o problema do pai, que é um problema que afeta gente como a gente, o revoltado se desvinculava do nosso presente – “eu já mudei, eu fiz minha parte, não é mesmo?” –, o problema não é mais dele. ele não faz mais parte.

poderíamos ainda avançar pelas outras estações do ano, lembrar dos enfrentamentos de jenifer com davidsons, o desejo de ser davidson de um motorista de uber. poderíamos ainda, sabemos, não é preciso nos lembrar, falar daqueles momentos em que nós mesmas incorporamos a inabilidade ao sonho, em que diante do problema tivemos que optar pela má revolta, pelo revolta desvinculante, como modo de permanecer (vivas?). quando contrapomos as más e as boas revoltas não reivindicamos pureza, a pureza é fantasia dos maus revoltosos – dos que não conseguem lidar com o trauma de reconhecer que o seio mau é também o seio bom – queremos a mistura, a boa revolta requer uma sabedoria de

alquimista, tipo receita de vó, pede um punhado aqui, uma pitada ali. nossa receita, é também um convite, para escutar conosco essas histórias, e escutá-las com a generosidade necessária de não fazer delas histórias de vilões ou heróis. é história de gente, da gente. é história de ensinança, tipo simpatia de fazer em lua crescente para poder cultivar as boas revoltas e começar a aprender a se desvincilhar das revoltas que nos desvinculam. que nos desajuntam. que nos impedem de sonhar em juntidades.

qual é o *isso* dessa coisa que nos parece escapar?

Roteiro de leituras ou o que se chama de bibliografia

ANZALDÚA, Gloria. Como domar uma língua selvagem. *Cadernos de Letras da UFF*, 39, 2009.

BROWN, Wendy. “Nenhum futuro para homens brancos: niilismo, fatalismo e ressentimento”. In: *Nas ruínas do neoliberalismo*. São Paulo: Editora Filosófica Politeia, 2019.

BUTLER, Judith. *Quadros de guerra*. Quando a vida é passível de luto? Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

CAMPOS LEAL, abigail. A pandemia, o espelho de merda y o fim do mundo. *GLAC edições*, 2020.

DAS, Veena. *Vida e palavras*. A violência e sua descida ao ordinário. São Paulo: Editora Unifesp, 2020.

DESPENTES, Virginie. *Teoria King Kong*. São Paulo: n-1 edições, 2016.

FOUCAULT, Michel. *O enigma da revolta*. São Paulo: n-1 edições, 2018.

KRENAK, Ailton. Ideias para adiar o fim do mundo. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

KRISTEVA, Julia. *Sentido e contra-senso da revolta*. Rio de Janeiro: Editora Rocco, 2000.

LE GUIN, Ursula K. *Floresta é o nome do mundo*. São Paulo: Editora Morro Branco, 2020.

LE GUIN, Ursula K. *Floresta é o nome do mundo*. São Paulo: Editora Morro Branco, 2020.

LORDE, Audre. “Os usos da raiva: mulheres negras reagem ao racismo”. In: *Irmã outsider*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

MOMBAÇA, Jota. *Rumo a uma redistribuição desobediente de gênero e anticolonial da violência*. Oficina de Imaginação Política, 2016.

MORAES DE SOUZA, Alana. “No avesso do político: experimentações de uma vida baldia”. In: MEDEIROS, Claudio; GALDINO, Victor. *Experimentos de filosofia pós-colonial*. São Paulo: Editora Filosófica Politeia, 2020.

PEREIRA, Bru. *A comunidade das sobreviventes contra a sobrevivência dos heróis*. São Paulo: n-1 edições, 2020. (Coleção Pandemia Crítica)

PRECIADO, Paul. Multidões queer: notas para uma política dos “anormais”. *Revista de Estudos Feministas*, 19(1), 2011.

PROFANA, Ventura. Profecía de vida.
PISEAGRAMA, n. 14, 2020.

SEGATO, Rita Laura. *Contra-pedagogías de la
crueldad*. Buenos Aires: Prometeo Libros,
2018.

A contribuição feminista às epistemologias do sul

Carolina Carreiro Alencar de Carvalho¹

Resumo

Este trabalho discute a contribuição trazida pela crítica feminista à abordagem das epistemologias do sul, com o intuito de evidenciar a diversidade de formas de pensar por meio de uma análise interseccional da produção de conhecimento. De forma geral, às epistemologias do sul, é um campo de investigação que se assenta na defesa à diversidade epistêmica, assim como na crítica ao pensamento moderno/colonial. Segundo este arcabouço teórico, não há epistemologias neutras e as que reclamam sê-lo são ao menos neutras. Ou seja, a reflexão epistemológica deve incidir, não nos conhecimentos em abstrato, mas nas práticas de conhecimento e nos seus impactos noutras práticas sociais. No entanto, a crítica feminista evidencia alguns limites impostos ao maior acesso das mulheres do Sul Global no campo científico, assim como de discussões interseccionais que abordassem o gênero a classe e a raça para a melhor compreensão de sua realidade social. Portanto, tal crítica enfatiza a importância dos estudos de gênero para a produção de conhecimento, de forma que introduz outros componentes à prática científica. Destarte, esta reflexão é guiada pela questão subsequente: em que se fundamenta a crítica feminista às epistemologias do sul?

Palavras-chave: crítica feminista; conhecimento científico; epistemologias do sul.

¹ Mestranda em Ciências Sociais (UNIFESP), Bacharel em Ciência Política pela Universidade Federal do Piauí. Pesquisadora do Grupo de Estudos LIMINAR (UNIFESP), do Grupo de Estudos em Teoria Política Contemporânea (DOXA), vinculado ao Núcleo de Instituições e Políticas Públicas da UFPI (NIPP). E-mail: carolina1454.cc@gmail.com.

Introdução

Este artigo busca introduzir questões fundamentais que elucidam por qual “Razão”, nos dois últimos séculos, dominou uma epistemologia que eliminou da reflexão epistemológica o contexto cultural e político da produção e reprodução do conhecimento advindo do Sul Global². Temos como base a abordagem das Epistemologias do Sul e Decolonialismo, um campo de investigação que se assenta na defesa à diversidade epistêmica, assim como na crítica ao pensamento moderno/colonial (SANTOS, 2010).

Segundo este arcabouço teórico, não há epistemologias neutras e as que reclamam sê-lo são ao menos neutras. Ou seja, a reflexão epistemológica deve incidir, não nos conhecimentos em abstrato, mas nas práticas de conhecimento e nos seus impactos noutras práticas sociais. É a luz deste debate, que questiona-se o impacto do colonialismo, patriarcado, racismo e capitalismo moderno na construção das epistemologias dominantes. De forma que foi através da dominação epistemológica, que se fortaleceram relações extremamente desiguais entre saberes, conduzindo à supressão de muitas formas de saber próprias dos povos e nações colonizados, relegando muitos outros saberes para um espaço de subalternidade.

Não obstante, submetida a um escrutínio feminista esta nova corrente de pensamento revela grandes limitações em sua compreensão do lugar que ocupa o gênero em seu objeto de investigação. É notória a ausência de referências a cerca das violências que sistematicamente se infringem sobre as mulheres de cor: mulheres não brancas, mulheres vítimas da colonialidade de poder e, inseparavelmente da colonialidade de gênero. Tal constatação aponta, como elucidado por Maria Lugones em seu trabalho *Colonialidad y Género*, como esta produção de conhecimento, ignorou a interseccionalidade de raça/classe/sexualidade e gênero e acabou por limitar as produções engajadas em teorizar às opressões coloniais. Diante disto, demonstraremos a importância da produção de conhecimento de Mulheres que criticaram o feminismo hegemônico e às epistemologias do sul, se propuseram a articular essas categorias de análise, assim como sua respectiva contribuição científica

² Formalmente, o termo “Sul Global” nasceu na Conferência de Bandung, em 1955, em designação às lideranças de países da África, Ásia e Oriente Médio mais interessados nos debates a respeito do imperialismo, não alinhamento e colonização do que no debate entre Leste e Oeste, hegemônico e próprio da Guerra Fria.

Para tanto, no primeiro momento deste artigo busco elucidar as principais obras que pensaram a colonialidade de poder no Sul Global, em especial, na América Latina, a partir do pensamento de Aníbal Quijano, Enrique Dussel, Boaventura de Sousa Santos, Walter Dignolo e Ramón Grosfoguel. Em seguida, proponho fundamentar a crítica feminista de Maria Lugones, Breny Medonza, Rita Laura Segato, Sylvia Marcos, dentre outras autoras, a fim de compreender os limites de uma Epistemologia do Sul que não articula categorias como a de Gênero, para compreender os mecanismos da colonialidade de poder. Assim como, às principais contribuições epistemológicas da abordagem interseccional.

1. Pensamento Colonial e o Giro Decolonial

“La dominación (guerra, violencia) que se ejerce sobre el Otro es, em realidade, emancipación, “utilidade”, “bien” del bárbaro que se civiliza, que se desarrolla o “moderniza”. (DUSSEL, 1992, p. 70).

A emergência da ideia de hemisfério ocidental deu lugar a uma mudança radical no imaginário e nas estruturas de poder do mundo moderno/colonial. Segundo Mignolo (2005), essa mudança não apenas produziu um enorme impacto em sua reestruturação, mas teve e tem importantes repercussões nas relações Sul-Norte nas Américas, para a configuração atual da Latinidade nos Estados Unidos, como também para a diversidade afro-americana no Norte, no Sul e no Caribe. Para o autor, imaginário - em sentido geopolítico³ - é a construção simbólica mediante a qual uma comunidade (racial, nacional, imperial, sexual, etc.) se define a si mesma. Ou seja, a imagem que temos hoje da civilização ocidental é, por um lado, um longo processo de construção do interior desse imaginário, desde a transição do Mediterrâneo, como centro, à formação do circuito comercial do Atlântico, assim também como de sua exterioridade.

Isto é, no Ocidente a imagem interior construída por letrados e letradas, viajantes, estadistas de todo tipo, funcionários eclesiásticos e pensadores cristãos, esteve sempre acompanhada de um exterior interno, composto pela figura dos mouros, judeus e ameríndios, povos africanos escravizados, todos eles passaram a configurar, no imaginário ocidental cristão, a diferença (exterioridade) no interior do imaginário.

Como apontado por Quijano (2005), a classificação social da população mundial de acordo com a ideia de raça, foi um dos eixos fundamentais desse padrão de poder. Segundo

³ Empregado na fundação e formação do imaginário do sistema-mundo moderno colonial.

o autor, a América constituiu-se, como o primeiro espaço/tempo de um padrão de poder de vocação mundial e, desse modo e por isso, como a primeira entidade da modernidade. A codificação das diferenças, pautada na estrutura biológica que situava uns em situação natural de inferioridade em relação a outros, foi um dos elementos constitutivos das relações de dominação que a conquista exigia. Nessas bases, conseqüentemente, foi classificada a população da América, e mais tarde do mundo, nesse novo padrão de poder. Por outro lado, a articulação de todas as formas históricas de controle do trabalho, de seus recursos e de seus produtos, em torno do capital e do mercado mundial.

Esta construção mental expressa, portanto, a experiência básica da dominação colonial e que desde então permeia as dimensões mais importantes do poder mundial, incluindo sua racionalidade específica, o eurocentrismo. Esse eixo tem, portanto, origem e caráter colonial, mas provou ser mais duradouro e estável que o colonialismo em cuja matriz foi estabelecido. Implica, conseqüentemente, num elemento de colonialidade no padrão de poder ainda hoje hegemônico (MIGNOLO, 2005).

O colonialismo foi a condição sine qua non de formação da Europa e da própria modernidade. Em outras palavras, sem colonialismo não haveria modernidade, conforme fora articulado na obra de Enrique Dussel (1994). A partir dessa formulação tornou-se evidente a centralidade do conceito de colonialidade do poder, entendido como a ideia de que a raça e o racismo se constituem como princípios organizadores da acumulação de capital em escala mundial e das relações de poder do sistema-mundo. Esse padrão de poder não se restringiu ao controle do trabalho, mas envolveu também o controle do Estado e de suas instituições, bem como a produção do conhecimento (GROSFOGUEL, 2016).

Isto se justifica pois, segundo Santos (2010) o pensamento moderno ocidental é um pensamento abissal. De forma que, consiste, num sistema de distinções visíveis e invisíveis, sendo que as invisíveis fundamentam as visíveis. As distinções invisíveis são estabelecidas através de linhas radicais que dividem a realidade social em dois universos distintos: o universo "deste lado da linha" e o universo "do outro lado da linha". A divisão é tal que "o outro lado da linha" desaparece enquanto realidade, torna-se inexistente, e é mesmo produzido como inexistente. Inexistência significa não existir sob qualquer forma de ser relevante ou compreensível. Tudo aquilo que é produzido como inexistente é excluído de forma radical porque permanece como sendo o Outro. A característica fundamental do

pensamento abissal é a impossibilidade da copresença dos dois lados da linha.

Para Santos (2010), o conhecimento e o direito representam uma das manifestações mais bem conseguidas do pensamento abissal. O pensamento abissal consiste na concessão à ciência moderna do monopólio da distinção universal entre verdadeiro e o falso, em detrimento de dois conhecimentos alternativos: a filosofia e a teologia. De forma, que a validade universal da verdade científica é, reconhecidamente, sempre muito relativa, dado o fato de poder ser estabelecida apenas em relação a certos tipos de objetos em determinadas circunstâncias e segundo determinados métodos. A visibilidade, desta forma de produzir conhecimento, se assenta na invisibilidade de formas de conhecimento que não encaixam em nenhuma destas formas de conhecer. Como é o exemplo dos conhecimentos populares, leigos, plebeus, camponeses ou indígenas do outro lado da linha.

Juntamente a esta forma de produzir saber, se fundamentou a concepção universalista de comunidade (da cultura, da história, dos costumes) que nos organizou politicamente no mundo, o Estado Nação. Onde se pressupôs a homogeneidade das culturas e civilizações, que se organizavam a partir de um sistema de valores, pelo caráter homogêneo de suas identidades e uniformidade de seus processos de desenvolvimento. O etnocentrismo, é identificado como um dos principais mecanismos que conceberam tal universalismo, na medida em que as formas de vida ocidentais são radicalmente distintas de outras civilizações. Para a autora Seyla Benhabib (2006), o universalismo acaba por se fundamentar em falsas generalizações sobre o Ocidente/ Norte Global em si mesmo.

Segundo Guha (2002) e Chakrabarty (2000), estas categorias “universais”, foram construídas por meio da força e pela persuasão de um colonialismo informado por uma história universal-europeia. Ao tentarem construir uma narrativa dotada de uma universalidade “forte”, baseada numa necessidade de princípio, ela acaba por representar apenas a consciência europeia, a qual não suspeita que alguns conceitos e categorias não são universais, não são pensados e exercidos por outras culturas. Aquilo que é apresentado como o sujeito da Modernidade⁴ é na verdade, após uma mirada cautelosa, não mais do que uma região pretendendo falar pelo mundo como um todo. Conseqüentemente, a história que a segue se mostra altamente reducionista em escopo, uma historieta de pretensões épicas. Tal história desmente o seu título ao negligenciar grandes porções de

⁴ Para melhor compreensão do debate que tento construir aqui, associo o “sujeito da modernidade” ao indivíduo que compõem o “Eu nacional”.

historicalidade⁵.

Este projeto imperialista e world-historical perpetrado pela Europa, no qual o único sujeito cultural (e histórico) era o homem europeu, o próprio tempo histórico passou a ser ditado e definido por ele. O tempo torna-se “vazio, secular, homogêneo e desencantado”. O mundo "mergulhou" num mesmo regime de historicidade- e começam a ser sentidas tensões temporais de retardamento e aceleração, na medida em que se intensificam as tensões entre aqueles que fazem, ou não, parte desta “história”. Fortalecendo, por seu turno, a dicotomia “Nós” e os “Outros”. (CHAKRABARTY, 2000).

O que está em jogo aqui é a imposição de um tempo histórico e organização territorial, política e epistêmica específica, moderna, homogênea, secular e desencantada. Implícito nisso está uma outra diferença relativa, qual seja, o “colonizado” possui um olhar e uma relação com o “cosmos” (que pode ser compreendido, aqui como seu território, sua cultura, seu próprio tempo, língua, tradições e saberes), nos quais práticas e maneiras de pensar são adversas ao modelo europeu, e continuam persistindo. A "história" do pensamento colonial e de sua "universalização", foi marcado pela pluralidade da história dos “outros” que não fazem parte dessa modernidade.

Nesta contenda, o caráter universal destes mecanismos de dominação e sujeição se perpetuaram no tempo histórico, segundo Edgardo Lander (2000), um dos grandes desafios contemporâneos é a dificuldade na formulação de teorias alternativas e políticas na primazia total do mercado, caracterizada pelo neoliberalismo. Esta dificuldade se deve, em grande medida, ao fato de que o neoliberalismo é debatido e confrontado como uma teoria econômica, quando na realidade deve ser compreendido como o discurso hegemônico de um modelo civilizatório, isto é, como uma extraordinária síntese dos supostos valores básicos da sociedade liberal moderna em torno do que entendemos como humano, raça, riqueza, natureza, história, progresso, o próprio conhecimento e o bem estar. As alternativas a estas propostas e ao modelo de vida e produção de conhecimento que representam, não poderiam ser buscadas nos modelos e teorias eurocêntricas e econômicas,

⁵ Para Guha (2002), Historicalidade significa algo como “uma experiência humana dotada de uma abertura ou possibilidade de ser narrada ou integrada à história (universal) que não se realiza, ou seja, potência em lugar de ato. A historicalidade, suprimida pela narrativa da filosofia histórica da História Universal pode ser definida também pela sua negação, isto é, a historicalidade é o que reside fora dos limites da História Universal, é algo que não está em seu escopo ou fim – e é ela que Guha quer reabilitar.

de forma que estas assumem a cosmovisão liberal.

De forma a completar este argumento, para Grosfoguel (2016), os projetos neoliberais, militares, internacionais, de direitos humanos estão informados pela autoridade de conhecimento Norte-cêntrica que se impõe por meio de mecanismos institucionais universitários, militares, internacionais (ONU, FMI, Banco Mundial), estatais etc. Essa autoridade não é democrática, impõe-se à base da superioridade do conhecimento imposta pela dominação ocidental capitalista do mundo e tem uma história de longa duração. Ou seja, os epistemicídios - destruição de conhecimentos ligada à destruição de seres humanos - causados pelo pensamento colonial⁶ e pela lógica genocida da conquista, se reorganizaram em novas estruturas, discursos, relações políticas e sociais, de forma a se manterem atuais e dominantes.

A modernidade, portanto, se constituiu através de uma ordem colonial, que legitimou a “força expansiva de um povo, seu poder de reprodução, sua dilatação e sua multiplicação através dos espaços; é a submissão do universo ou de uma vasta parte dele à sua língua, aos seus costumes, às suas ideias e as suas leis. A ordem colonial se baseia na ideia de que a humanidade estaria dividida em espécies e subespécies que podem ser diferenciadas, separadas, e classificadas hierarquicamente. Tanto do ponto de vista da lei quanto em termos de configurações espaciais, essas espécies e subespécies deveriam ser mantidas à distância uma das outras. (MBEMBE, 2018).

Todo este paradigma histórico e político, demonstra como a razão/conhecimento moderna(o) estabeleceu limites geográficos e coloniais. Ela precisou operar em uma territorialidade implícita, e em um universalismo provedor de silenciamentos. Ou seja, as promessas eurocêntricas de “civilização”, se deram a partir da exploração, escravização colonial e epistemicídios de povos colonizados.

2. A crítica da crítica: interseccionalidade e produção de conhecimento.

"Meu nome é Rigoberta Menchú. Tenho 23 anos. Esse é meu testemunho. Não aprendi num livro e nem sozinha. Quero deixar claro que esse testemunho não é a minha vida, é também o testemunho de minha gente" (MENCHU, 2007, p. 21).

⁶ Estou chamando aqui de pensamento colonial todo o processo que constitui a colonialidade de poder.

Como apontado anteriormente, o conceito de colonialidade de poder é importantíssimo para a compreensão das formas de dominação modernas, que tiveram seu início com o colonialismo. Para isso, foi de grande importância a teoria decolonial produzida pelos autores, aqui citados. No entanto, é importante apontar a preocupante indiferença que alguns desses autores mostraram a cerca das violências que sistematicamente se infringem sobre as mulheres de cor: mulheres não brancas; mulheres vítimas da colonialidade de poder e, inseparavelmente, da colonialidade de gênero. Sobretudo, segundo Lugones (2008), é importantíssimo para nossas lutas problematizar as violências perpetradas não só pelo Estado, e pelo patriarcado branco. Mas às violências empregadas pelos homens - vítimas da dominação racial, da colonialidade de poder e inferiorizados pelo capitalismo global - contra as mulheres de nossas comunidades.

A autora entende a indiferença à violência contra as mulheres em nossas comunidades como indiferença às profundas transformações sociais nas estruturas comunal e, portanto, totalmente relevante para a rejeição da imposição colonial. Só por meio da compreensão do modo como essa indiferença é construída, que se poderia então convertê-la em algo cujo reconhecimento é inevitável para aqueles que afirmam que estão envolvidos em lutas de libertação. Essa indiferença é insidiosa porque impõe barreiras intransponíveis às lutas de mulheres de cor, de sua própria integridade, autodeterminação, ou seja, o cerne das lutas pela libertação de nossas comunidades⁷. Essa indiferença é tanto no nível da vida cotidiana quanto ao nível de teorização, opressão e libertação. A indiferença não é provocada somente pela separação categórica de raça, gênero, classe e sexualidade, de forma que ao separar estas dimensões não conseguimos ver claramente a violência.

Não seria então, uma questão de cegueira epistemológica cuja origem reside em uma separação categórica. As feministas da cor deixaram claro o que é revelado, em termos de dominação e exploração violenta, uma vez que a perspectiva epistemológica se concentra na intersecção dessas categorias. No entanto, isso não tem sido suficiente para acordar naqueles homens que também foram vítimas de dominação e exploração violenta, nenhum tipo de reconhecimento da dominação violenta exercida contra mulheres de cor. Em

⁷ Comunidades dos povos colonizados.

particular, a teorização da dominação global continua a ocorrer como se não fosse necessário reconhecer e resistir a traições ou colaborações deste tipo (LUGONES, 2008).

Para a autora Rita Laura Segato (2011), não se trata apenas de introduzir o gênero como um dos temas da crítica decolonial ou como um dos aspectos de dominação no padrão de colonialidade, mas para dar um verdadeiro status teórico e epistêmico ao examiná-lo como uma categoria central capaz de iluminar todos os outros aspectos da transformação imposta à vida das comunidades que foram capturadas pela ordem colonial moderna. Para isso, a autora sinaliza sua crítica ao feminismo eurocêntrico, que afirma que o problema da dominação de gênero, e dominação patriarcal, é universal, sem diferenças maiores, justificando, sob essa bandeira de unidade, a possibilidade de transmitir os avanços da "modernidade" no campo dos direitos às mulheres não brancas, indígenas e negras dos continentes colonizados. Sustentando, assim, uma posição de superioridade moral das mulheres européias ou Eurocêntrica, autorizando-as a intervir com sua missão civilizadora colonial/ modernizadora, sobre as mulheres de cor do Sul Global.

O gênero passou a existir na modernidade colonial, de uma forma diferente, pois quando se aproxima das comunidades colonizadas, as modificam perigosamente. A estrutura intervém nas relações destes povos, capturando-os e reorganizando-os a partir de dentro, mantendo a aparência de continuidade, mas transformando os sentidos, introduzindo uma ordem agora governada por regras diferentes. De forma que o discurso igualitário da modernidade, é transformado em uma ordem super hierárquica e devido aos seguintes fatores: a superinflação dos homens no ambiente da comunidade, em seu papel como intermediários do mundo exterior, isto é, com a administração dos brancos; a emasculação de homens no ambiente extra-comunitário, na frente ao poder dos administradores brancos; a superinflação e universalização da esfera pública, habitada ancestralmente pelos homens, com o colapso e privatização da esfera doméstica; e a binarização da dualidade, resultante da universalização de um dos seus dois termos, quando constituído como público, em oposição ao outro/mulheres de cor, constituídas como privado (SEGATO, 2011).

Segundo Oyèrónké Oyěwùmí (1997), o privilégio de gênero masculino se configurou como parte essencial do ethos europeu consagrando-se na cultura da modernidade. Para esta autora, assim como para Paula Allen Gumm (1992), o gênero junto com a ideia de raça eram ao mesmo tempo construtos coloniais para racializar e gerar as

sociedades que se submeteram. De acordo com essas feministas africanas e indígena, não existia nas sociedades Yoruba ou nos povos indígenas da América do Norte um princípio de organização semelhante para o gênero do Ocidente antes do "contato"/ colonização. Nessas sociedades não se dividiam ou se hierarquizavam com base no gênero, de forma que as mulheres tinham acesso igual ao poder público e simbólico. Suas línguas e sistemas de parentesco não continham uma estrutura que apontasse para uma subordinação das mulheres para com os homens. Não houve divisão sexual do trabalho e suas relações baseavam-se em princípios de reciprocidade e complementaridade. No entanto, o princípio organizador mais importante foi a experiência baseada na idade cronológica [...] o sexo anatômico biológico teve pouco a ver com a ideia de organização social, ou seja, o social que organizava o social (MENDOZA, 2010).

Nos processos de colonização, as mulheres nestas partes do mundo foram colonizadas não só racialmente, mas, ao mesmo tempo foram sendo reinventadas como 'mulheres' de acordo com os códigos e princípios discriminatórias de gênero. A colonialidade criou as circunstâncias históricas para que as mulheres não brancas perdessem relativamente às relações igualitárias que tiveram com os homens de suas sociedades. De forma que não caíram somente sob o domínio dos homens colonizadores, mas também sob os homens colonizados. A subordinação de gênero era o preço que os homens colonizados negociavam para manter algum controle sobre suas sociedades. Esta confabulação, impediu e impede a construção de laços fortes de solidariedade entre as mulheres e os homens do Sul, na luta por processos de libertação. Assim como, ao ignorarem a historicidade e a colonialidade de gênero, as mulheres brancas do Ocidente, não reconhecem a interseccionalidade de raça e gênero e sua própria cumplicidade nos processos de colonização e dominação capitalista. As mulheres brancas ao retroalimentarem a dominação, dificultam às alianças com mulheres de cor (MENDOZA, 2010).

Para finalizar este argumento, essa perspectiva reforça as mulheres do Sul Global não como o "Outro", como afirma Simone De Beauvoir (1970). De forma que um dos momentos base da intervenção colonial é a transformação das mulheres de cor no "outro do outro", como apontado por Grada Kilomba (2010), as mulheres não brancas seriam vistas não como um sujeito, mas sim como um objeto, algo que tem uma função dentro da manutenção da colonialidade de poder. O domínio colonial definiu, portanto, às "relações

de gênero" nas sociedades patriarcais. Relações de poder que se referem, ao mesmo tempo, a subordinação e desequilíbrios entre homens e mulheres. É importante conhecer as formas em que a construção social e cultural das relações de gênero permite, através da socialização, que os papéis sociais fossem internalizados e considerados "naturais". A autora Sylvia Marcos (2014), chama esse processo de "naturalização" do gênero. Com isso, no âmbito da produção de conhecimento, o conceito de gênero, é abordado por estas autoras como categoria analítica, servindo de base para a teorização destes processos.

De forma que a intersecção entre gênero, raça e classe, permitiu estudar as diferenças socioculturais atribuídas às diferenças entre homens e mulheres, de forma a hierarquizar estas relações. Com isso, as teóricas feministas das epistemologias do sul, reforçam a importância da abordagem interseccional. De forma que elucidam uma "matriz de dominação" a qual se encontram interconectadas e são mutuamente constitutivas as outras formas de exclusão e dominação. Estes esforços teóricos e propostas práticas organizativas, em torno da interseccionalidade, pluralizaram e particularizam o significado do conceito de "mulher". Estes são os desafios os quais as pesquisadoras e ativistas que propõem e constroem articulações estratégicas entre as diferenças teóricas e políticas fundadas nas diferenciações de raça, etnia, classe, orientações sexuais, enfrentam hoje em dia. Ao desafiar os discursos intelectuais e acadêmicos hegemônicos sobre o gênero (MARCOS, 2014).

De forma que a intersecção entre gênero, raça e classe, permitiu estudar as diferenças socioculturais atribuídas às diferenças entre homens e mulheres, de forma a hierarquizar estas relações. Com isso, as teóricas feministas das epistemologias do sul, reforçam a importância da abordagem interseccional. De forma que elucidam uma "matriz de dominação" a qual se encontram interconectadas e são mutuamente constitutivas as outras formas de exclusão e dominação. Estes esforços teóricos e propostas práticas organizativas, em torno da interseccionalidade, pluralizaram e particularizam o significado do conceito de "mulher". Estes são os desafios os quais as pesquisadoras e ativistas que propõem e constroem articulações estratégicas entre as diferenças teóricas e políticas fundadas nas diferenciações de raça, etnia, classe, orientações sexuais, enfrentam hoje em dia. Ao desafiar os discursos intelectuais e acadêmicos hegemônicos sobre o gênero (MARCOS, 2014).

Desta feita, a autora Verónica Nájera (2014), considera que o processo de

descolonização das subjetividades seria um dos eixos articuladores de uma descolonização efetiva. As formas que nos representamos e compreendemos, tem construído as bases das relações de poder e de dominação que moldam as formas que concebemos a realidade social como estados naturalizados. O pensamento colonial está profundamente arraigado em nossos marcos cognitivos, de forma que moldam e determinam as formas como nos relacionamos socialmente. O horizonte descolonizador está presente na memória das comunidades tradicionais, indígenas, mulheres de cor, afro-americanos, caribenhos, latinos, em suas formas de organização política e social e em suas experiências no mundo contemporâneo. Na medida em que incorporam elementos da modernidade, os resignificando a partir de suas próprias concepções de mundo.

Como foi observado anteriormente, a categoria de gênero e a abordagem da interseccionalidade, desestabiliza os espaços mais definidos do socialmente estabelecido, ao questionar instituições como a família, a escola, os espaços laborais, e os lugares de convivência social. Tais espaços são os lugares os quais se produzem e reproduzem as formas de opressão, marginalização e subordinação das mulheres. Por isso, o feminismo não é apenas um movimento social, é um espaço simbólico de afirmação cultural, de formação de identidade, de produção de conhecimento, de ação social e política. A relevância atual do movimento feminista se expressa em sua capacidade multidimensional de transformação (NÁJERA, 2014).

Pois tem sido sempre pela afirmação da autonomia política das mulheres, partindo de uma concepção ampla de "política", que se atravessa os espaços privados, da vida cotidiana, as instituições, a materialidade e corporalidade desde suas diversas representações. A perspectiva de gênero, nestes momentos de crises de paradigmas, enfrentou uma série de processos que redirecionaram e ampliaram seus princípios e suas demandas sociais, ao incorporarem as mulheres desde suas posições mais subalternas. (GARGALLO, 2006).

De modo geral, a crítica epistemológica destas autoras historiciza a ciência, portanto, às Epistemologias do Sul, ao se voltarem para a análise de como a categoria de gênero tem historicamente influenciado os conceitos de conhecimento, sujeito cognoscente, justificativas práticas de investigação ditas científicas. Buscando identificar as maneiras em que os conceitos e práticas dominantes na atribuição de conhecimentos, e sua aquisição e justificação, sistematicamente invisibilizam as mulheres e outros grupos

subordinados. A sua crítica vem revelando que o androcentrismo tem ido muito além da mera exclusão das mulheres do mundo da ciência, tendo um papel determinante não só na construção da cultura da ciência, mas também no próprio conteúdo dos conhecimentos produzidos (SADENBERG, 2001).

Considerações finais

Quando nossa experiência vivida de teorização está fundamentalmente ligada a processos de autorrecuperação, de libertação coletiva, não existe brecha entre teoria e a prática. Com efeito, o que essa experiência mais evidencia é o elo entre as duas - um processo que, em última análise, é recíproco, onde uma capacita a outra. A teoria não é intrinsecamente curativa, libertadora e revolucionária. Só cumpre essa função quando lhe pedimos que o faça e dirigimos nossa teorização para esse fim. A posse de um termo não dá existência a um processo ou prática; do mesmo modo, uma pessoa pode praticar teorização sem jamais conhecer/possuir o termo, assim como podemos viver e atuar na resistência feminista sem jamais usar a palavra "feminismo"(hooks, 2013). Como visto anteriormente, muitos teóricos das epistemologias do sul empregaram e empregam livremente certos termos - como "libertação" ou "decolonialidade"- cujas práticas de teorização ou engajamento não necessariamente levaram em conta "os outros", no caso deste trabalho, "as outras".

Seguindo a argumentação de hooks (2013), o ato privilegiado de nomear, muitas vezes abre aos poderosos o acesso a modos de comunicação e os habilita a projetar uma interpretação, uma definição, uma descrição de seu trabalho e de seus atos que pode não ser exata, pode esconder o que realmente está acontecendo. E isto serve para pensarmos que, o androcentrismo, pensamento colonial, os autores homens do sul e do norte global, mulheres/autoras brancas do sul e do norte global, participam e participarão de produções acadêmicas formuladas em um ambiente hierárquico que habilitou, a poucos destes, um status de visibilidade a suas produções de conhecimento.

Concomitantemente a estes processos, os esforços das mulheres negras e de cor, para desafiar e desconstruir a categoria universal de "mulher", teorias que não levassem em conta a perspectiva de gênero, assim como ao insistirem em reconhecer que o sexo não é o único fator que determina as construções de feminilidade - foram uma intervenção crítica que produziu uma revolução profunda, não só no pensamento feminista, mas nas

epistemologias do sul, ao questionarem e perturbarem as produções de conhecimento hegemônicas produzidas. No rastro dessa perturbação, a abordagem da interseccionalidade demonstrou o esforço em formular avaliações críticas em sociedades marcadas pela colonialidade de poder, levando em conta a articulação entre gênero, raça e classe. Trabalhos estes, marcados pelo confisco e/ou desvalorização, de forma que não se "encaixavam", que de repente foram considerados não teóricos - ou não suficientemente teóricos. Especialmente quando escritos num estilo que fosse acessível a um público amplo de leitores, sendo deslegitimados nos circuitos acadêmicos, mesmo que esses trabalhos possibilitassem e promovessem a prática feminista e libertária.

Foi, pois, nessa direção que pretendi caminhar neste artigo, identificando e analisando, ainda que em breves considerações, os encontros e desencontros e, assim, as ambigüidades e tensões entre os principais posicionamentos epistemológicos das epistemologias do sul, desenhados nos embates ora em curso, e a crítica feminista a esta produção de conhecimento perpetrada, que acaba por ignorar a interseccionalidade de gênero, raça, classe e sexualidade. No entanto, se fez necessário apontar que não se tratou aqui de uma avaliação "inocente" ou não compromissada. Ao contrário, pretendeu defender uma epistemologia do sul que englobe a crítica feminista de gênero.

Referências

ALLEN, Paula Gunn, 1992. *The Sacred Hoop. Recovering the Feminine in American Indian Traditions*. Boston: Beacon Press.

BEAUVOIR, Simone. *O Segundo Sexo*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1970
 BENHABIB, Seyla. *Las reivindicaciones de la Cultura: igualdad y diversidad en la era global*. Buenos aires: Katz, 2006.

CHAKRABARTY, Dipesh. *Provincializing Europe: Postcolonial Thought and Historical Difference*. Princeton University Press, 2000.

DUSSEL, Enrique. 1492: El encubrimiento del otro: hacia el origen del mito de la modernidad (conferencias de Frankford, octubre 1992). Bolivia: Plural Editores, 1994.

GARGALLO, Francesca (2006). *Las ideas feministas latinoamericanas*, versión electrónica disponible en: http://webs.uvigo.es/pmayobre/descargar_libros/las%20ideas%20feministas%20latinoamericanas.pdf

GROSGOUEL, Ramón. *A estrutura do Conhecimento nas Universidades Ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/ epistêmicos do longo século XVI*. Revista Sociedade e Estado – Volume 31 Número 1 Janeiro/Abril 2016.

GUHA, Ranajit. *History at the limit of World-History*. Columbia University Press, 2002.
 hooks, bell. *Ensinando a Transgredir: a educação como prática da liberdade*. São Paulo: Martins Fontes, 2013.

KILOMBA, Grada. *Plantation memories: episodes of everyday racism*. Münster: Unrast,

2008.

LANDER, Edgardo (org.) 2000. La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas latino-americanas (Buenos Aires: CLACSO/UNESCO).

LUGONES, Maria. Colonialidad y Género. Tabula Rasa. Bogotá - Colombia, No.9: 73-101, julio-diciembre, 2008 .

MARCOS, Sylvia. Feminismos en camino descolonial. In: Más allá del feminismo: caminos para andar -1ª ed. - México, D. F.: Red de Feminismos Descoloniales, 2014.

MBEMBE, Achille. Crítica da Razão Negra. Paris, N-1 Edições, 2018.

MENCHÚ, Rigoberta; BURGOS, Elizabeth Debray. Me llamo Rigoberta Menchú u así me nació la consciência. 20ª edição. Cidade do México: Siglo veintiuno editores, 2007.

MENDOZA, Breny. La epistemología del sur, la colonialidad del género y el feminismo lationamericano. Yuderlys Espinosa (2010).

NÁJERA, Verónica. Feminismos y descolonización epistémica: nuevos sujetos y conceptos de reflexión en la era global. In: Más allá del feminismo: caminos para andar -1ª ed. - México, D. F.: Red de Feminismos Descoloniales, 2014.

OYEWÙMI, Oyéronké, 1997. The Invention of Women. Making an African Sense of Western Gender Discourses. Minneapolis: University of Minnesota Press.

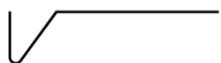
SADENBERG, Cecília. Da Crítica Feminista à Ciência a uma Ciência Feminista. Salvador: NIEM/UFBA, 2001.

SANTOS, Boaventura. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. In: Epistemologias do sul/ Boaventura de

Sousa Santos, Maria Paula Meneses. São Paulo: Cortez, 2010.

SEGATO, Rita. Colonialidad y patriarcado moderno: expansión del frente estatal modernización, y la vida de las mujeres. Bidaseca y Vazquez Laba (2011).

Perspectivas das infraestruturas: organização, conhecimento e poder



Jean Carlos Hochsprung Miguel¹

Resumo

Nas últimas décadas, o tema das infraestruturas adquiriu grande relevância na área dos Estudos Sociais da Ciência e da Tecnologia (ESCT) e da Antropologia da Ciência e da Tecnologia (ACT), dentre outras áreas. A maneira que a vida moderna tem acontecido entrelaçada aos sistemas técnicos, fez com que o foco da análise social fosse dirigido às infraestruturas, resultando em um renovado número de questões e abordagens sobre as formas de organização social, a produção do conhecimento e o exercício do poder. Nesse texto, apresento uma perspectiva analítica sobre as infraestruturas, sugerindo que essa é uma forma produtiva e inovadora de pensar temas e questões prementes da sociedade moderna.

Palavras-chave: Infraestruturas; Estudos Sociais da Ciência e da Tecnologia; Antropologia da Ciência e da Tecnologia; Tecnopólitica; *Social Studies of Science*.

¹ Pesquisador de Pós-doutorado na Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP).

O que é uma infraestrutura?

O termo “infraestrutura”, familiar a tantos profissionais, dentre eles, engenheiros, tecnólogos, arquitetos, urbanistas..., mas também familiar aos cientistas sociais e filósofos, é um termo polissêmico. Requer, portanto, uma primeira definição de trabalho como ponto de partida para uma reflexão mais profunda. O dicionário de português da Google traz uma interessante definição do termo: “infraestrutura: suporte, escondido ou invisível, que é base indispensável à edificação, à manutenção ou ao funcionamento de uma estrutura concreta ou abstrata, visível ou percebida racionalmente”. Esta definição já nos indica que se trata de um objeto cheio de sutilezas, pois se refere a algo que paira entre o concreto e o abstrato, que está, ao mesmo tempo, no domínio do visível e do invisível, que dá suporte e edifica, que faz funcionar...

De maneira imediata, o termo infraestrutura evoca em nosso imaginário a dureza do concreto e aço das edificações urbanas, os fios e componentes eletrônicos, as linhas de trem, dentre outros componentes e plataformas que dão suporte às nossas ações. O historiador da ciência e da tecnologia Paul Edwards (2003) nos diz que o termo “infraestruturas” foi originalmente utilizado no meio militar para designar “instalações fixas”, bases sobre as quais as organizações sociais operam, por exemplo: rodovias, sistemas de abastecimento de água, redes elétricas, sistemas de esgoto etc. Contudo, se pensarmos nos atuais fluxos de informações que acontecem através da internet, percebemos que as infraestruturas podem ser fluidas e intangíveis, tornando-se um objeto de estudo desafiador.

Nas Ciências Sociais, especialmente nos estudos marxistas e na formulação dada por Louis Althusser (1970, p.26), o termo infraestrutura surge como categoria analítica para explicar a composição da estrutura de toda a sociedade. A sociedade, metaforicamente representada por Althusser como “um edifício que comporta uma base (infraestrutura) sobre a qual se erguem outros andares (superestrutura)”, é imaginada como uma sobreposição de camadas. Uma primeira camada, a das infraestruturas, se refere aos instrumentos de produção, trabalho, relações técnicas e sociais de trabalho. A segunda camada, a das superestruturas, se refere à religião, à família, ao Estado, ao direito, à moral, à ciência etc. Nesse sentido, a base material da sociedade (infraestrutura) que, segundo Marx

e Engels (2001), determina suas formas ideológicas (superestrutura) formam o modo de produção de uma determinada época.

Para além dos estudos marxistas, tanto o termo infraestrutura quanto “estrutura”² são usados nas Ciências Sociais para se referir a algo que não está visível, que não é óbvio, mas que determina certas formas de organização econômica e política; condiciona comportamentos e dispõe certos modos de organização social. Representar e refletir a respeito dessas (infra)estruturas tem sido objeto de estudo de inúmeros estudos sociais que as consideram como sendo de caráter dinâmico no processo de organização das sociedades.

Nas últimas décadas, o termo infraestruturas passou a ser reinterpretado ao se estudar aquelas infraestruturas comumente reconhecidas como sendo a base material sobre as quais as organizações sociais operam, exemplos: as rodovias, os sistemas de abastecimento de água, as redes elétricas, os sistemas de esgoto, internet etc. Tais infraestruturas se tornaram objetos de estudo cada vez mais relevantes para a pesquisa social, especialmente para investigadores ligados aos campos interdisciplinares dos Estudos Sociais da Ciência e da Tecnologia (ESCT)³ e da Antropologia da Ciência e da Tecnologia (ACT)⁴. As elaborações teóricas e estudos empíricos alcançaram um volume bastante expressivo de produções que, em seu conjunto, formaram uma linha de estudos chamada, em língua inglesa, de Infrastructure Studies (EDWARDS, et al, 2009).

Estes estudos de infraestruturas partem do diagnóstico de que viver no mundo moderno é viver por meio e na presença de infraestruturas. Esse aspecto da modernidade nos parece evidente na atualidade quando a maior parte da população mundial vive em cidades e depende de um incontável número de sistemas técnicos para se locomover, trabalhar, se alimentar e se comunicar. As infraestruturas parecem estar por toda parte,

² Vide a corrente do “estruturalismo” e sua influência no desenvolvimento do pensamento social. Teoria cuja formação e influência podem ser vistas tanto nos campos da linguística (Ferdinand de Saussure), literatura (Roland Barthes), psicanálise (Jacques Lacan), história (Fernand Braudel), antropologia (Claude Lévi-Strauss) e filosofia (Louis Althusser) como pode na sociologia. Está associada à busca por estruturas profundas e relativamente duradouras que estão abaixo do fluxo e da mudança de eventos superficiais e contingências aparentes. Em sociologia, a obra de Émile Durkheim e Marcel Mauss é frequentemente associada ao estruturalismo, assim como a obra de escritores posteriores como Pierre Bourdieu, Anthony Giddens e Stuart Hall, todos claramente marcados pela tradição.

³ Estudos cujo ponto de partida está no entendimento de que ciência e tecnologia são atividades sociais, situadas no tempo, no espaço, na cultura, sendo, portanto, impossível compreendê-las separadamente da sociedade. Para uma introdução às principais teorias e temas desse campo vide: Sismondo (2010).

⁴ Área de estudo que se destaca dos tradicionais ESCT por adentrar de maneira mais profunda o estudo do humano na modernidade, atacando as tradicionais clivagens entre natureza e cultura, corpo e ambiente, humano e não-humano. Ver: Fonseca et al (2019).

como uma “segunda natureza” (BOWKER, 1995), a qual habitamos, nos relacionamos, através da qual pensamos e agimos no tempo e no espaço. Portanto, o reconhecimento do seu papel constitutivo da modernidade, sua inegável presença nas formas de organização e controle social, e seu envolvimento no modo em que nós significamos o mundo, fez com que o estudo das infraestruturas interessasse não só às engenharias, mas também às humanidades.

Autores dos ESCT tratam do tema da tecnologia e das relações entre a sociedade e os sistemas técnicos desde os primórdios desse campo na década de 1980 (HUGHES, 1983; WINNER, 1986; BIJKER, et al 1987). Não obstante, elaborações teóricas e pesquisas empíricas dirigidas especificamente ao tema das infraestruturas surgiram de maneira mais organizada em meados da década de 1990. Bowker, (1995), Star e Ruhleder (1996) foram alguns dos autores (as) que primeiro encararam o desafio de dar uma nova elaboração teórica às infraestruturas. Estes (as) autores (as) buscaram entender como as organizações e seus sistemas de informação ganham escala, coordenação e regularidade por longo período e através do espaço. Sua intuição era de que não seriam apenas aspectos ditos “sociais”⁵ que explicariam essa regularidade, mas também a circulação de referências, artefatos, padrões, dentre outras formas materiais e representacionais empregadas para regularizar determinadas práticas. Profundamente influenciados pelos trabalhos da Teoria Ator-Rede (TAR)⁶, estes (as) autores (as) consideraram que a materialidade das infraestruturas, a heterogeneidade dos atores que as compõem e suas formas de se associar e agir deveriam ser levados em conta para que as infraestruturas pudessem ser compreendidas para além de seus aspectos técnicos e sociais separadamente. O objetivo seria, por um lado, captar o caráter “sociotécnico” das infraestruturas, dando ênfase ao caráter relacional da tecnologia e da sociedade para escapar das armadilhas do determinismo tecnológico e do determinismo social.

⁵ Os ESCT têm como uma de suas contribuições ao pensamento social enfatizar que o “social” não pode ser pensado como um tipo de material ou de domínio, questionando, assim, as tentativas de fornecer “explicações sociais” de outros estados de coisas sem que se leve em conta outros atores (não-humanos) que são mediadores daquilo que se chama de relação social. Os trabalhos do filósofo Bruno Latour (1986, 1991, 2012) e dos teóricos da Teoria Ator-Rede (TAR) representam a principal contribuição do campo para essa crítica.

⁶ A TAR é caracterizada como uma vertente contestatória das abordagens tradicionais da Sociologia. Possui sua gênese nos Estudos Sociais da Ciência, Tecnologia. Mas deixou sua marca ao propor como forma de investigação da dinâmica de produção do conhecimento científico e tecnológico, considerar os atores humanos e os não-humanos nos processos de estabilização e difusão do conhecimento e da tecnologia. Os conceitos e preceitos dessa teoria estão detalhados em Latour (2012) dentre outros trabalhos.

Bowker (1995) definiu como “inversão infraestrutural” (*infrastructural inversion*) a abordagem que descreve as infraestruturas não apenas como superfícies das quais os motivos sociais, culturais ou políticos podiam ser decodificados, mas como “uma segunda natureza”, ou seja, como um conjunto de formas representacionais com as quais compreendemos e agimos no tempo e no espaço. Para Bowker (1995, p.48), dirigir o olhar às infraestruturas nos permite reconhecer estes “elos perdidos” entre a sociedade, a natureza (primeira natureza) e formas de representação do tempo e espaço (segunda natureza) que estão presentes nas organizações sociais.

Star e Ruhleder (1996, p.113), ao se perguntarem: “o que é uma infraestrutura?”, concluíram que as “infraestruturas são fundamentalmente relações e não uma coisa”. Infraestruturas são articulações de materialidades com atores institucionais, regimes legais, políticas, práticas de conhecimento que estão em constante formação através do espaço e do tempo. O estudo das infraestruturas busca, portanto, compreender que tipo de relações configuram as infraestruturas, trazendo à luz a heterogeneidade de atores e os diferentes pontos de vista⁷ e interesses que são articulados e incorporados nas dinâmicas infraestruturais.

Por exemplo, para um cozinheiro, o sistema de fornecimento de águas é uma infraestrutura de trabalho que lhe permite fazer o jantar. Sua percepção e interesse nessa infraestrutura não vai muito além de um meio que lhe proporciona o fornecimento contínuo da água. Para os planejadores urbanos e encanadores, o sistema de fornecimento de águas é uma variável de um complexo processo de planejamento e um objeto que requer constantes reparos. Portanto, definir o que é uma infraestrutura é uma questão de perspectiva e de relação (STAR, 1999). Definir qual o alcance de uma infraestrutura, para quem ela é funcional e para quem representa um problema, e o que ela representa em termos de aspirações, ideais e imaginários, são questões que necessitam de uma resposta empírica acompanhada de uma reflexão metodológica importante⁸.

⁷ Susan Leigh Star (1954-2010), mesmo tendo a TAR como uma de suas inspirações, nunca renunciou categorias antropológicas em suas pesquisas. A ideia de que os atores possuem perspectivas, pontos de vista e formas de produção de significado importantes para a pesquisa de infraestruturas, as quais podem ser captadas através da etnografia, perpassa toda sua obra em um interessante diálogo com as categorias analíticas e métodos da TAR. Para uma compilação de seus trabalhos ver Bowker et al (2015).

⁸ Star (1999), recorre à etnografia para estudar as infraestruturas e desenvolve uma interessante discussão metodológica a respeito do que significa a etnografia das infraestruturas. Outros estudos etnográficos das infraestruturas podem ser encontrados em: Jensen; Winthereik, (2013); Harvey; Knox, (2015); Harvey et al (2017); Hetherington (2019).

A partir de seus estudos etnográficos, Star (1999) e Bowker; Star (1999) trouxeram para o primeiro plano as práticas que estavam nos bastidores das infraestruturas. Eles identificaram certas propriedades comuns desses arranjos sociotécnicos que ainda não haviam sido postas de maneira clara. Algumas dessas dimensões podem ser conferidas no quadro 1:

Quadro 1 - Propriedades das infraestruturas sob ponto de vista sociotécnico e organizacional	
Incorporação (<i>Embeddedness</i>)	A infraestrutura está inserida dentro de outras estruturas, arranjos sociais e tecnologias. Os vários aspectos coordenados das infraestruturas são de difícil distinção. Nós, frequentemente, estamos nas infraestruturas sem se dar conta dos aspectos coordenados que elas mantêm com outros sistemas técnicos.
Transparência	As infraestruturas são construídas para se tornarem “transparentes”, isto é, elas devem suportar nossas práticas sem que nos demos conta de que estão operando. Quando ligamos o computador não pensamos no sistema elétrico ou na rede de internet que o suporta. Simplesmente nos ocupamos de nossas tarefas a serem feitas.
Se tornam visíveis quando colapsam	A qualidade de transparência das infraestruturas se perde quando elas falham em nos atender. Nós não nos atentamos para a coordenação da rede de abastecimento de água até sofrermos com uma crise hídrica.
Alcance ou escopo (espacial ou temporal)	A infraestrutura tem alcance além de um único evento, local ou prática.
Aprende-se sobre infraestruturas fazendo parte de uma “comunidade de práticas”	Pode-se conhecer mais a fundo a infraestrutura se participarmos de grupos que as desenvolvem, consertam e as atualizam. Aprender sobre os usos de dados e criptografias da internet é um bom exemplo. Fazendo parte de grupos de desenvolvedores de códigos, podemos nos especializar e nos familiarizar com a infraestrutura da internet. Aprender sobre infraestruturas, portanto, é uma atividade coletiva. É participando da comunidade de práticas de uma determinada infraestrutura que passamos a entender suas convenções, padrões e linguagens específicas, bem como suas rotinas e formas de vida.
Incorporação de padrões	As infraestruturas operam e se conectam com outras infraestruturas através de padrões e

	classificações que precisam ser incorporadas e compartilhadas. Por exemplo, a padronização da voltagem de uma rede de energia é um padrão compartilhado entre as infraestruturas de uma determinada região. A incorporação de tais padrões não é algo automático ou natural, requer processos sociais que devem ser compreendidos.
Construídas sobre uma base instalada	Infraestruturas não nascem na ausência de velhas infraestruturas. Elas crescem com base em velhas instalações e formatos pré-existentes. Quando um sistema novo é desenhado, ele necessita se compatibilizar com sistemas antigos, mesmo que isso seja provisório.
Modificam-se de maneira incremental	Por conta de serem grandes, possuem diferentes camadas, serem complexas e adquirirem significados diferentes dependendo da localidade em que estão instaladas, as infraestruturas demoram para serem modificadas. Isso leva tempo e negociação. Portanto, as infraestruturas são modificadas de maneira incremental, nunca sendo transformadas totalmente de uma só vez.

Fonte: elaborado pelo autor com base em STAR (1999) e BOWKER; STAR (1999).

Essas primeiras características das infraestruturas, que foram obtidas através de trabalhos empíricos desses autores, serviram de base para novos estudos sobre uma diversidade de temas relacionados às infraestruturas, alguns dos quais trataremos a seguir.

1. Infraestruturas do conhecimento científico

Um tema de estudo das infraestruturas que recebeu grande atenção se refere ao papel das infraestruturas na produção do conhecimento científico. A ciência moderna depende fundamentalmente de sofisticadas infraestruturas para testar hipóteses, fazer observações, realizar experimentos, gerar e compartilhar dados e manter um sistema global de produção.

Os ESCI demonstraram que a produção de novos conhecimentos, longe de ser o resultado de epifanias, refere-se a um constante processo de representação, interação e comunicação coletiva (LYNCH; WOOLGAR, 1990; PICKERING, 1992; KNORR-CETINA, 1999). Permite-se com isso “mobilizar a natureza” para dentro das

infraestruturas laboratoriais e submetê-la a sucessivas transformações (LATOURE; WOOLGAR, 1997). Essa feitura dos fatos científicos na atualidade é fundamentalmente uma atividade infraestruturada e globalmente conectada.

A respeito da maneira que as infraestruturas modificam as metodologias e as práticas científicas, é surpreendente como o avanço das infraestruturas informacionais e computacionais impactou a ciência em diversas áreas nas últimas décadas (HEY et al. 2009). As chamadas *e-sciences* ou cyberinfraestruturas da ciência trouxeram questões a respeito do que são os experimentos científicos na atualidade e o que pode ser considerado uma evidência ao se gerar e testar hipóteses com base em simulações (LENHARD et al, 2006; HINE, 2006; WOOLGAR; COOPMANS, 2006). As cyberinfraestruturas da ciência reconfiguraram a prática científica, passando a exercer um papel determinante na produção de dados, novos resultados e na maneira que a ciência se organiza enquanto sistema de trabalho (WOOLGAR, 2014).

O caso das ciências climáticas é um exemplo interessante dessas transformações. A partir da II Guerra Mundial, a meteorologia obteve grandes avanços tecnocientíficos nos Estados Unidos e Europa. Tais avanços se referem, por um lado, à construção de amplas redes de observação da atmosfera e de telecomunicação para o compartilhamento de dados meteorológicos e, por outro, à constituição de instituições internacionais como a OMM (Organização Meteorológica Mundial) e suas sub-redes regionais, nacionais e locais (MIGUEL, 2017). De acordo com Edwards (2006), o estabelecimento e a consolidação dessas amplas redes administradas pela OMM representam articulações sociotécnicas que resultam em uma “infraestrutura global do conhecimento meteorológico”. Edwards (2010) considera que a atmosfera global é produto dessa “ampla máquina” formada por dispositivos técnicos, padrões, regulamentos, modelos computacionais, supercomputadores, sistemas de compartilhamento de dados e acordos firmados internacionalmente. Em outras palavras, para que se tenha um objeto de estudo como o clima global, foi preciso construir uma infraestrutura do conhecimento global sem a qual a ideia de clima global não se sustentaria empiricamente.

Os experimentos com o clima global acontecem principalmente através de modelos computacionais, chamados “modelos climáticos”. Um aspecto interessante desses modelos e seus experimentos é que, para testar, por exemplo, a hipótese do aquecimento global, os dados ditos “observacionais”, que poderiam ser chamados de “dados brutos”, não existiam

na prática. Todos os dados passaram (e passam) pelos modelos climáticos e, com isso, puderam ser agrupados e tratados de maneira que um passado climatológico global pudesse ser construído através de simulações. Com base nesse passado climatológico, foram realizadas projeções climáticas com a elevação dos níveis de carbono na atmosfera e sem essa elevação. Os resultados permitiram constatar que o aumento das emissões antrópicas é responsável pelo maior aquecimento atmosférico. Esses experimentos em escala planetária não seriam possíveis se a climatologia não dispusesse de “uma ampla máquina” (EDWARDS, 2010), isto é, de uma infraestrutura amplamente conectada para realizar tais experimentos.

Esse exemplo nos ajuda a entender o quanto dependem a ciência de suas infraestruturas. Isso faz com que as infraestruturas científicas se tornem um importante objeto de estudo social na atualidade por diferentes motivos. Algumas questões importantes que têm sido estudadas são: quais os novos modos de organização da ciência na era atual das cyberinfraestruturas? De que maneira as simulações e uso de grandes bancos de dados impactaram as metodologias científicas? (HEY et al 2009). Como a objetividade e a empiria adquiriram novos significados com as transformações ocorridas nas infraestruturas laboratoriais? (DASTON, 2014). Como essas transformações ocasionadas pela introdução de novas infraestruturas no sistema global impacta a ciência e a política científica nos países menos desenvolvidos? (NEVES, 2014; MIGUEL, 2017, MIGUEL et al 2019), dentre outras questões.

2. Infraestruturas da informação e comunicação

As infraestruturas exercem um papel central na maneira que as informações circulam pela sociedade e na maneira que nos comunicamos. Atualmente, a internet pode ser considerada “uma infraestrutura das infraestruturas”, dada a dependência que os outros sistemas e as pessoas têm dessa rede global. Um volumoso número de estudos sociais tem discutido o papel das tecnologias da informação e comunicação (TIC’s) nas mais diferentes esferas da vida social. Sem que se possa tratar de todos esses temas aqui, cito apenas alguns que são de grande relevância:

a) implicações entre o crescimento das redes digitais e o estabelecimento de um mercado de coleta e venda de dados pessoais nos ambientes digitais (SILVEIRA, 2017);

- b) o impacto das TIC's nas formas de se fazer política (CASTELLS, 2014; CARTY, 2015);
- c) a cibercultura e as novas formas de se comunicar e interagir por meio das redes (LEVY, 2010);
- d) o papel do hackativismo como forma de resistência (JORDAN; TAYLOR, 2004; ASSANGE, 2013);
- e) o significado do virtual e suas implicações na noção de realidade e consciência (TURKLE, 2005; WOOLGAR, 2012);
- f) as novas formas de organização do trabalho na era digital e a luta de classes (ANTUNES, 2020);
- g) as políticas discriminatórias dos algoritmos (O'NEIL, 2016);
- h) a questão da pós-verdade na era da informação (KALPOKAS, 2018; CESARINO, 2019);
- i) o movimento software livre e a questão da propriedade na era digital (EVANGELISTA, 2010);
- j) o que são infraestruturas da informação e como se organizam enquanto sistema sociotécnico (BOWKER et al, 2010; JACKSON, et al 2007).

Estes são apenas alguns dos temas que demonstra a grande importância do estudo das infraestruturas da informação, comunicação e sociedade na atualidade. A tendência é pensar essas infraestruturas como sistemas interconectados e politicamente disputados que estão articulados com a sociedade e com os indivíduos de maneira complexa.

3. Infraestruturas e tecnopolíticas

Infraestruturas são formas eficientes de materializar categorias de poder, expressar visões políticas e exercer formas de governo. A célebre obra de Michel Foucault, “Vigiar e Punir” (1999), fala da figura arquitetural chamada “panóptico” (figura 1). Idealizada pelo filósofo utilitarista Jeremy Bentham (1748-1832), o panóptico fora concebido como uma infraestrutura prisional na qual um único vigilante seria capaz de observar todos os prisioneiros, sem que estes pudessem saber se estavam ou não sendo observados. Foucault (1999) analisa que a arquitetura panóptica representa um dispositivo que desindividualiza o poder numa “certa distribuição concertada dos corpos, das superfícies, das luzes, dos

olhares; numa aparelhagem cujos mecanismos internos produzem a relação na qual se encontram presos os indivíduos” (p.167). Como uma forma arquitetônica na qual está encarnada uma concepção específica de organização dos corpos, o panóptico é um exemplo de infraestrutura concebida para exercer uma forma de “tecnopolítica” disciplinar.

Figura 1 – Panóptico de Jeremy Bentham.

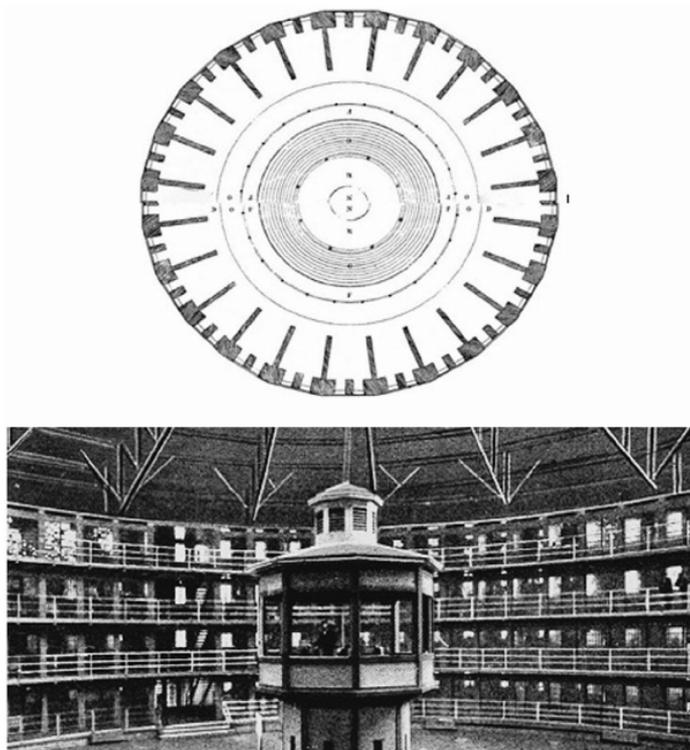


Imagem: Google imagens, 2020.

Assumir a dimensão tecnopolítica das infraestruturas é assumir a noção de que os objetos técnicos possuem qualidades políticas, rompendo assim a noção de neutralidade da ciência e da tecnologia (DAGNINO, 2008). Em seu influente artigo, “artefatos têm política?”, Langdon Winner (1986) argumenta que:

[...] as estruturas e os sistemas da cultura material moderna podem ser apreciados com precisão não apenas por suas contribuições em termos de eficiência e produtividade, bem como seus efeitos ambientais secundários negativos ou positivos, mas também pelas maneiras nas quais eles podem incorporar formas específicas de poder e autoridade (WINNER, 1986, p.01).

Um exemplo trazido por Winner (1986) dessa incorporação da política nas infraestruturas fala dos viadutos de Long Island (figura 2), no estado de Nova York. Winner relata que o empreiteiro de estradas, parques, pontes e outras obras públicas de Nova

Iorque, Robert Moses, entre as décadas de 1920 e 1970, construiu viadutos de acordo com especificações que deveriam desencorajar a presença de ônibus nas avenidas de parques. Os motivos para isso refletem os preconceitos de classe social e racial de Moses. Proprietários de automóveis, brancos, de “classe alta” ou “classe média burguesa”, estariam livres para usar as avenidas do parque para recreação e deslocamento. Pessoas pobres e negros, que normalmente usavam transporte público, eram mantidas afastadas dessas estradas porque os ônibus com mais de 3 metros de altura não podiam passar pelos viadutos. Uma das consequências foi limitar o acesso de minorias raciais e de baixa renda ao Jones Beach, o mais aclamado parque público de Moses.

Figura 2 – Viaduto que dava acesso ao Jones Beach Park, Long Island, NY, 1926.



Fonte: CAMPANELLA, 2017.

Schnitzler (2018) destacou que, de várias maneiras, o Apartheid para existir como projeto político, dependeu de modalidades de poder infraestruturadas. Nas áreas urbanas da África do Sul, os residentes negros eram considerados moradores temporários cuja residência permanente era imaginada nas áreas rurais delimitadas nos chamados “Bantustões”⁹. As infraestruturas nas áreas urbanas se tornaram símbolos, condutores e

⁹ A partir de 1910, quando a África do Sul se tornou independente da Coroa britânica, várias leis segregacionistas foram implementadas. Entre elas, o *Native Labour Act*, de 1913, estendeu aos trabalhadores urbanos o sistema de submissão vigente nas fazendas, dividindo a África do Sul em duas partes: 7% do território nacional foram deixados aos negros, os quais representavam 75% da população, e 93% das melhores terras foram entregues aos brancos, que correspondiam a 10% da população. Em 1923, o *Native Urban Act* limitou drasticamente a possibilidade dos negros se instalarem em cidades consideradas redutos dos brancos. (PEREIRA, 2018, p.140).

formas de poder no Apartheid. A segregação no transporte urbano, as placas em locais públicos que limitavam a entrada de negros, “*whites only*”, são exemplos claros de como as infraestruturas servem para que categorias de poder sejam constituídas de maneira material e simbólica (figura 3).

Figura 3 – Placa utilizada no regime do Apartheid diz: “Para uso de pessoas brancas. Estes locais públicos e as respectivas amenidades foram reservados para uso exclusivo de pessoas brancas”. As infraestruturas materializavam no contexto segregacionista do Apartheid uma forma de organização e distribuição dos corpos no espaço que configurava as identidades raciais, suas possibilidades de mobilidade, seus hábitos e suas rotinas.



Foto: Google Images, 2020.

Percebe-se, portanto, que refletir a respeito de como são desenhadas e planejadas as infraestruturas e o que elas produzem em termos de efeitos políticos é fundamental para que se possa expor quais formas de autoridade estão ganhando corpo com esses sistemas; quem será excluído dos ganhos e das funcionalidades propostas com essas infraestruturas; quem perderá ou ganhará mais direitos com a existência desses sistemas; dentre tantas outras questões.

Outro exemplo do caráter coprodutivo das infraestruturas e formas de poder e de autoridade pode ser reconhecido nas políticas ambientais que visam a sustentabilidade. Ao pensar nas implicações políticas dos planos de expansão das usinas nucleares como principal fonte de geração de energia, Denis Haynes (1977) argumentou que apenas governos autoritários poderiam aceitar esses planos, pois a geração de energia nuclear, segundo ele, exige a presença de um poder controlador central e tecnocrático devido aos protocolos de segurança e aos grandes riscos assumidos pelo governo. Ao contrário, a

energia solar, segundo o autor, estaria mais a fim das formas mais democráticas de organização social, pois permite a geração distribuída de energia limpa dando maior autonomia e poder de decisão aos usuários. Haynes (1977) argumenta, portanto, que nossas escolhas tecnológicas também são escolhas do modo como queremos viver em sociedade; são escolhas a respeito de como queremos tomar as decisões públicas e de qual autoridade delegamos aos conselhos de especialistas e ao governo.

Nesses mesmos termos, se refletirmos a respeito de que tipo de política ambiental está em curso com a predominância das usinas termoeletricas (maiores emissoras de carbono) nos países industrializados, podemos concluir que, no atual contexto das mudanças climáticas, essa forma de gerar energia é produtora de injustiça social, na medida em que o agravamento das mudanças climáticas pela emissão de carbono impacta diretamente a vida dos mais pobres, gerando imigrações em massa, fome e crise hídrica. As termoeletricas são, portanto, fonte de “injustiça climática”, pois suportam a produção de riqueza nos países centrais do capitalismo industrial e perpetuam as desigualdades nos países menos desenvolvidos.

Outro aspecto relacionado às nossas escolhas tecnológicas e de infraestrutura, diz respeito à relação entre produção de conhecimento e ação no contexto das mudanças climáticas. Miguel (2017) discute como a política e a ciência das mudanças climáticas, ao eleger os cenários e simulações produzidas por modelos computacionais como o ferramental central para orientar os planos de adaptação às mudanças climáticas, pode resultar em propostas de ação confiadas aos dispositivos de segurança controlados pelo Estado. Segundo o autor, os modelos climáticos e seus cenários de impacto produzem racionalidades governamentais de caráter biopolítico que servem à administração centralizada do Estado. Essas “pragmáticas de governo”, constituídas como forma de leitura predominante das mudanças climáticas, frequentemente excluem outros saberes da lista de opções para pensar a adaptação. Tais “tecnopolíticas das mudanças climáticas” reduzem a complexidade das questões que envolvem as mudanças climáticas a uma linguagem dirigida a processos de gestão tecnocráticos que minimizam a participação pública. Sendo assim, as escolhas tecnológicas que fazemos para compreender as mudanças climáticas, são também a forma como pretendemos agir no mundo aquecido.

Estes e outros exemplo nos fazem ver que as infraestruturas podem ser formas efetivas de exercer a política por outros meios. Os estudos sociais, portanto, têm um papel

fundamental de deslindar tais formas incorporadas de poder e estimular a discussão pública a respeito do que produzem tais infraestruturas.

4. As promessas das infraestruturas

Um dos ganhos dos estudos sociais ao adentrarem o tema das infraestruturas foi chamar a atenção para os imaginários e aspirações que se constituem com as infraestruturas. Os discursos institucionais daqueles que desenham, financiam e gerenciam infraestruturas aparecem frequentemente como “promessas” (ANAND, et al. 2018) em termos de modernizar, tornar eficiente, reduzir custos, proporcionar bem-estar a toda população. Tais promessas de progresso e desenvolvimento econômico nascem aliadas aos projetos de infraestruturas.

Defensores das ideias neoliberais, por exemplo, argumentam que tipos particulares de infraestruturas são necessários ao bom funcionamento do capitalismo. Por exemplo, as estradas, aeroportos, sistemas de energia, telecomunicações, dentre outras infraestruturas que servem para garantir a circulação de capital e trabalho. Estas infraestruturas precisam ser continuamente aprimoradas, preferencialmente, com financiamento público. Contudo, no contexto de países subdesenvolvidos, percebe-se que tais infraestruturas atendem a interesses privados e às elites econômicas. A política neoliberal faz com que infraestruturas sejam formas de expressão dos interesses de classe, tornando-se assim, formas de agravamento das desigualdades sociais.

A construção das infraestruturas públicas de grande porte envolve negociações entre poder público e privado, que resultam em contratos bilionários entre o Estado e corporações globais. Politicamente, representam uma transferência de responsabilidades do poder público para o setor privado que, sob a ótica neoliberal, deve se encarregar da gestão das infraestruturas e companhias públicas. Se atentarmos para a realidade do Brasil, percebemos que as políticas de privatização tiveram e têm como alvo infraestruturas consideradas estratégicas, por exemplo, o setor de energia, telecomunicações, mineração, sistema bancário, aeroportos, rodovias etc. Contudo, a promessa neoliberal de desenvolvimento e bem-estar social através da privatização de infraestruturas não se realizou no caso brasileiro. O que verificamos são escândalos que envolvem

irresponsabilidades socioambientais, negligência com os serviços prestados à população e corrupção¹⁰.

A preponderância da ótica neoliberal distorce a imagem construída pelo Estado moderno como provedor e gestor das infraestruturas estratégicas, que fariam parte da política de desenvolvimento. Na ótica Keynesiana, as infraestruturas ocupam um papel central como política econômica e como forma de constituição do poder do Estado, compreendido como o definidor dos rumos da modernização. Em uma lógica de estatização das infraestruturas, o Estado deveria aumentar seu poder conforme incentiva o desenvolvimento de infraestruturas modernas sob seu controle. As infraestruturas, nesse sentido, adquirem um papel geopolítico importante, sendo frequentemente associadas aos ideais de soberania do Estado Nação (figura 4).

Figura 4 – Presidente Lula ergue uma bandeira do Brasil nas instalações da Petrobras. Ao fundo, pode-se ler a faixa na plataforma com a frase “orgulho do povo brasileiro”. Ilustra-se, portanto, como as infraestruturas podem representar soberania, produzir uma nação imaginada, e criar a imagem de um Estado forte que atende aos interesses de sua população.



Foto: Google Imagens, 2020.

¹⁰ Para ficar em alguns casos, lembremos do rompimento da represa de Brumadinho sob gestão da Vale; da construção da usina de Belo Monte; dos apagões do setor elétrico na década de 1990; dos serviços prestados pelas empresas de telecomunicação que são de má qualidade e possuem um alto custo; das negociações realizadas através da Petrobrás sobre a compra de refinarias...etc. Todos esses casos envolvem processos de privatização que resultaram em grandes desilusões a respeito do que havia sido prometido ao povo brasileiro como recompensa pela venda dessas infraestruturas que eram parte do patrimônio público.

Com a predominância da política neoliberal, questões infraestruturais e de soberania representam desvios dos investimentos públicos que poderiam ser, segundo a ótica capitalista, aplicados de maneira mais coerente com a política definida pelas grandes corporações. Com isso, as infraestruturas se convertem em lócus onde se perpetuam as desigualdades. Por exemplo, o acesso aos sistemas de saúde e educação privados são um privilégio daqueles que têm dinheiro. A maioria dos aparelhos urbanos atende primeiro as regiões mais ricas das cidades e raramente chegam às periferias.

Um caso ilustrativo é o do apagão elétrico no Amapá em 2020. Após um incêndio na subestação do estado, ocorreu uma crise energética que afetou quase 90% do estado, deixando boa parte da população sem luz por semanas¹¹. Sem energia, a população do Amapá passou a sofrer com falta de água potável; com a incapacidade de manter alimentos refrigerados; com a escassez de produtos nos mercados; com a impossibilidade de sacar dinheiro nos caixas eletrônicos; com o isolamento produzido pela incapacidade de recarregar aparelhos eletrônicos como celulares; dentre outros problemas resultantes da falha do sistema elétrico. A subestação de Macapá pertence a uma sociedade empresarial chamada de “Linhas de Macapá Transmissora de Energia (LMTE)”, controlada pelo capital financeiro internacional. Desde 2008, a empresa recebia, anualmente, uma receita de R\$135 milhões para oferecer serviços de linhas de transmissão e subestações. Porém, na busca de diminuir custos, a empresa colocou equipamentos de baixa qualidade que se degradaram e não foram substituídos¹². O apagão elétrico revelou que, enquanto a população sofria as consequências do apagão, o Amapá produzia e exportava energia de quatro hidrelétricas aos estados mais ricos em outras regiões do Brasil. Evidenciou-se com isso que o discurso que afirma que a construção de hidrelétricas traz desenvolvimento à região das usinas é uma cilada (vide também o caso de Belo Monte). Sem energia, a população fez protestos que

¹¹ Fonte: https://brasil.elpais.com/brasil/2020-11-14/capital-do-amapa-vive-dias-medievais-a-luz-de-velas-e-com-agua-de-poco-colhida-com-balde.html?utm_medium=Social&utm_source=Twitter&ssm=TW_BR_CM#Echobox=1605318401 acesso 19/01/2021;

¹² Fonte: <https://midianinja.org/news/um-mes-apos-apagao-no-amapa-mais-de-50-entidades-assinam-carta-contra-privatizacao-do-setor-eletrico/> acesso 19/01/2020.

foram duramente repreendidos pela polícia¹³. Quando a energia voltou em sistema de rodízio, atendeu primeiro aos bairros nobres e a periferia permaneceu na escuridão¹⁴.

Notamos, portanto, que infraestruturas estão profundamente relacionadas às dinâmicas e tensões entre o Estado, o setor privado e a sociedade civil. Elas se constituem em meio a narrativas de modernização, progresso e bem-estar da população. Não obstante, quando essas promessas se quebram junto com as infraestruturas, agravam-se as profundas desigualdades sociais.

5. Infraestruturas e a vida no Antropoceno

A crise ambiental em escala global, cuja expressão mais clara são as mudanças climáticas e sua ampla cadeia de efeitos nos mais diversos ecossistemas, fez com que toda uma série de questionamentos ocorresse nas ciências naturais e sociais. O termo “antropoceno” tem sido utilizado para designar a época em que vivemos, na qual o impacto das ações humanas adquiriu escalas geológicas, transformando o meio ambiente em escala planetária (CRUTZEN; STOERMER, 2000). O primeiro problema conceitual que o antropoceno causa nas ciências sociais é uma perturbação em várias divisões de categoria, por exemplo, entre natureza e cultura, humanos e não-humanos, global e local, história humana e história da Terra (CHAKRABARTY, 2009; LATOUR, 2020). O conceito de antropoceno causa uma inversão da relação entre figura e fundo. A Terra, antes palco das nossas ações, torna-se agente que responde aos nossos atos. Isso requer que a concepção antropocêntrica da ação seja repensada. O foco da análise passa a ser direcionado para os múltiplos tipos de agenciamentos, alianças e enredamentos e novas formas de saber e de fazer política, que se formam nessa nova época para que possamos aprender a “viver no tempo das catástrofes” (HARAWAY, 2016; STENGERS, 2015; TSING, 2015).

Os termos “ambiente” e “infraestrutura” compartilham um território conceitual que foi perturbado com o advento do antropoceno. Ambos os termos se referiam a um

¹³ Fonte: https://brasil.elpais.com/brasil/2020-11-14/capital-do-amapa-vive-dias-medievais-a-luz-de-velas-e-com-agua-de-poco-colhida-com-balde.html?utm_medium=Social&utm_source=Twitter&ssm=TW_BR_CM#Echobox=1605318401 acesso 19/01/2020.

¹⁴ Fonte: <https://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,amapa-rodizio-de-energia-atende-bairros-nobres-e-periferia-fica-no-escuro,70003506808> acesso 19/01/2020.

determinado “contexto” da ação humana, espacialmente delimitado e de fácil reconhecimento, os quais passam agora por redefinições importantes. O “ambiente” ou “meio ambiente”, em uma distinção clássica, precederia a infraestrutura, da mesma forma que a paisagem precederia a arquitetura de uma ponte. Sendo assim, “o ambiente seria a infraestrutura da infraestrutura” (HETHERINGTON, 2019, p.06). Mas essa distinção já não funciona na medida em que são as infraestruturas capitalistas globais (da indústria, do transporte, da produção de energia, alimento etc.) que têm interferido diretamente no ambiente, mas também têm recebido a resposta desse “ambiente” na forma de catástrofes que arrasam as infraestruturas e as populações que delas dependem. Nem as infraestruturas nem o ambiente, portanto, são o background que suportam um ao outro, mas estão dinamicamente relacionados em um movimento de retroalimentação que traz desafios à nossa compreensão.

Uma das questões do antropoceno diz respeito a como as infraestruturas, cada vez mais entrelaçadas umas nas outras em escala planetária, resistirão às catástrofes que estão por vir. O termo “crise”, que se refere a tantas dimensões na atualidade, refere-se também a uma crise das infraestruturas, que ocorre em escalas nunca presenciadas devido ao alto grau de interdependência desses sistemas. Precisa-se, portanto, que se dirija um outro olhar aos processos que constituem a integração desses sistemas técnicos entre si e com aquilo que costumávamos chamar de “ambiente”. Tal olhar precisa alcançar os efeitos que as catástrofes produzirão em termos de “desentrelaçar” essas infraestruturas, produzindo uma cadeia de eventos catastróficos cuja resposta se tornará cada vez mais difícil de ser planejada¹⁵ (MIGUEL; TADDEI; FIGUEIREDO, no prelo).

Nota-se que o antropoceno torna as infraestruturas um lócus de análise central para pensar as crises dentro das crises que vivemos na atualidade. Jensen e Morita (2015), ao sugerirem que as infraestruturas podem ser pensadas como “experimentações ontológicas”, isto é, “locais onde vários agentes se encontram, se envolvem e produzem novos mundos” (p.85), nos indicam um caminho possível para rastrear transformações, delinear os contornos das ontologias emergentes e, com isso, também perceber um ponto de partida para considerar as questões centrais de uma política não humanista: “com que outras criaturas vivemos? E como podemos viver de forma diferente?”. O antropoceno exige que

¹⁵ Pensemos no impacto sistêmico da pandemia de Covid 19 e seus inúmeros efeitos nas mais diferentes infraestruturas (MIGUEL; TADDEI; FIGUEIREDO, no prelo).

inventemos novas formas de perceber nossa relação com o mundo e novos modos de fazer política. As infraestruturas são, portanto, sítios importantes do trabalho antropológico e do esforço mais amplo de compreender o advento do antropoceno.

Considerações finais

Nesse texto, busquei esclarecer como o ponto de vista analítico das infraestruturas pode ser produtivo e recomendável para pensar diferentes questões que estão colocadas como desafios na contemporaneidade. Se viver na modernidade pode ser compreendido como “viver por meio de infraestruturas”, precisamos aprender a lidar conceitualmente e empiricamente com esses objetos que se apresentam cheios de sutilezas materiais e imateriais, nos desafiando a pensar para além das categorias tradicionais da sociologia. Os ESCT produziram volumosos estudos que indicam como problemas que envolvem conhecimento, tecnologia e sociedade não podem ser reduzidos aos fatores ditos sociais, tão pouco serem explicados pelo determinismo científico-tecnológico. Estes problemas exigem formas mais reflexivas de compreensão, que permitam enxergar a tecnologia e o conhecimento como parte constitutiva da sociedade. As infraestruturas são um exemplo claro do nexos entre sociedade, tecnologia, natureza e cultura. Também demonstram a profunda associação entre formas de poder e aparatos técnicos. O ponto de vista analítico das infraestruturas pode contribuir, portanto, para pensarmos novos conceitos, ações transdisciplinares e, com isso, permitir experimentações entre diferentes formas de saber e de fazer política.

Referências

ALTHUSSER, L. *Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado*. Martins Fontes, 1ª Ed. 1970.

ANAND, N.; GUPTA, A.; APPEL, H (eds.). *The Promise of infrastructure*. Duke University Press. 2018.

ANTUNES, R. (org.). *Uberização, trabalho digital e indústria 4.0*. Boitempo, 2020.

ASSANGE, J. *Cyberpunks. Liberdade e o futuro da internet*. Biotempo, 2013.

BIJKER, W.E.; HUGHES, T. P.; PINCH, T.J.; (eds.) *The Social Construction of Technological Systems: New Directions on Sociology and History of Technology*, 1st.ed. Massachusetts The MIT Press, 1987.

BOWKER, G. C. (1995) “Second Nature Once Removed: Time, Space and

- Representations,” *Time and Society* 4(1): 47–66.
- BOWKER, G.; STAR, S. L. *Sorting Things Out: Classification and Its Consequences*. Cambridge, MA, and London: MIT Press, 1999.
- BOWKER, G. C.; TIMMERMANS, S.; CLARKE, E. A.; BALKA, E. *Boundary Objects and Beyond. Working with Leigh Star*, MIT Press. 2015.
- BOWKER, G. C.; BAKER, K.; MILLERAND, F.; RIBES, D. *Toward Information Infrastructure Studies: Ways of Knowing in a Networked Environment*. *International Handbook of Internet Research*, p.97-117, 2010.
- CAMPANELLA, T.; J. Robert Moses and His Racist Parkway, Explained. *Bloomberg Citylab*, 2017. In: <https://www.bloomberg.com/news/articles/2017-07-09/robert-moses-and-his-racist-parkway-explained> Acesso: 23/01/2021.
- CARTY, V. *Social Movements and New Technology*. Taylor & Francis, 2015.
- CASTELLS, M. *Redes de Indignação e Esperança. Movimentos Sociais na Era da Internet*. Zahar, 2014.
- CESARINO, L. Pós-verdade uma explicação cibernética. *VII Reunião de Antropologia da Ciência e da Tecnologia*, 2019.
- CHAKRABARTY, D. O clima da história: quatro teses. *Sopro* 91, 2009. Disponível em: <http://www.culturaebarbarie.org/sopro/n91s.pdf> acesso 25/01/2021.
- CRUTZEN, P.; STOERMER, E. F. The Anthropocene. *IGBP, Newsletter*, 41, 2000.
- DASTON, L. Beyond Representation. In: COOPMANS, C.; VERTESI, J.; LYNCH, M.; WOOLGAR, S. (eds). *Representation in Scientific Practice Revisited*. Cambridge, Massachusetts, The MIT, p.319-322, 2014.
- DAGNINO, R. *Neutralidade da Ciência e Determinismo Tecnológico*. Campinas, Editora UNICAMP, 2008.
- HARAWAY, D. *‘Staying with the Trouble’: Making Kin in the Chthulucene*. Duke University Press, 2016.
- HAYES, D. *Rays of Hope: The Transition to a Post-Petroleum World* (New York: W. W. Norton, 1977.
- EDWARDS, P.; BOWKER, G. C.; JACKSON, S.; WILLIAMS, R. Introduction: An Agenda for Infrastructure Studies. *Journal of Association for Information Systems*, p.365-374, 2009.
- EVANGELISTA, R. *Traidores do movimento: política, cultura, ideologia e trabalho no software livre*. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP, 2010.
- FONSECA, C.; ROHDEN, F.; MACHADO, S.; PAIM, S.; H. *Antropologia da Ciência e da Tecnologia. Dobras reflexivas*. Editora Sulina. 2019.
- FOUCAULT, M. *Vigiar e Punir. Nascimento da Prisão*. Editora Vozes, Petrópolis, 1999.

- HARVEY, P. H.; KNOX, H. *Roads: An Anthropology of Infrastructure and Expertise*. Cornell University Press, 2015.
- HARVEY, P. H.; JENSEN, B. C.; MORITA, A. *Infrastructure and Social Complexity: a companion*. Routledge, London, and New York, 2017.
- HETHERINGTON, K. (ed.). *Infrastructure, Environment, and Life in the Anthropocene*. Duke University Press, 2019.
- HEY, T.; TANSLEY, S.; TOLLE, K. (eds.) *The Fourth Paradigm: Data Intensive Scientific Discovery*. Edmond, Washington, Microsoft Research, 2009.
- HINE, C. (ed.). *New Infrastructures for Knowledge Production: Understanding E-Science*, London, Information Science Publishing, 2006
- HUGHES, T. *Networks of Power: Electrification of Western Society, 1880-1930*. Baltimore, Johns Hopkins University Press, 1983.
- JACKSON, S. J.; EDWARDS, P.; BOWKER, G.; KNOBEL, C. P.; *Understanding Infrastructures: History, Heuristics, and Cyberinfrastructures Policy*. *First Monday*, (12)6, 2007.
- JENSEN, C. B.; MORITA, A. *Infrastructures as Ontological Experiments*. *Engaging Science, Technology, and Society* (1), p. 81-87. 2015.
- JENSEN, B.J; WINTHEREIK, B.R. *Monitoring in Development Aid: Recursive Partnerships and Infrastructures*. Cambridge, Massachusetts, The MIT Press, 2013.
- JORDAN, T.; TAYLOR, P. A. *Hactivism and cyberwars. Rebels with a cause?* Routledge, 2004.
- KALPOKAS, I. *A Political Theory of Post-Truth*. Palgrave, 2018.
- LATOUR, B. WOOLGAR, S. *Vida de laboratório. A produção dos fatos científicos*. Relume Dumará, 1997.
- LATOUR, B. *Visualisation and Cognition: Drawing Things Together*. In: H. KUKLICK, H. (ed.). *Knowledge and Society Studies in the Sociology of Culture Past and Present*, Jai Press vol. 6, pp. 1-40, 1986.
- LATOUR, B. *Science in Action: How to Follow Scientists and Engineers Through Society*. Harvard University Press, 1987.
- LATOUR, B. *Jamais fomos modernos*. Editora 34, 1991.
- LATOUR, B. *Reagregando o Social. Uma introdução à Teoria do Ator-Rede*. Bauru, SP, EDUSC, 2012.
- LENHARD, J.; KUPPERS, G.; SHINN, T. (Eds.). *Simulation. Pragmatic Construction of Reality*. Dordrecht, Netherlands, Springer, p.79-88, 2006.
- LEVY, P. *Cibercultura*. Editora 34, 2010.
- LYNCH, M.; WOOLGAR, S. (Eds.). *Representation in Scientific Practice*. Massachusetts, The MIT Press, 1990.
- KNORR-CETINA, K. *Epistemic Cultures: How the Sciences Make Knowledge*. Massachusetts, Harvard University Press, 1999.

- NEVES, F. M. A contextualização da verdade ou como a ciência torna-se periférica. *Civitas Revista de Ciências Sociais*, (14)3, p.556-574, 2014.
- MARX, K.; ENGELS, F. *A Ideologia Alemã*. Martins Fontes, 2010.
- MIGUEL, J. Infraestruturas e Políticas das Ciências Atmosféricas: Um estudo social da modelagem climática no INPE. Tese de doutoramento. Pós-graduação em Política Científica e Tecnológica, IG – UNICAMP, 2017.
- MIGUEL, J.; MAHONY, M.; MONTEIRO, M. S. A. Infrastructural geopolitics- of climate knowledge: the Brazilian Earth System Model and the North-South knowledge divide. *Sociologias (UFRGS)*, v. 21, p. 44-75, 2019.
- MIGUEL, J.; TADDEI, R.; FIGUEIREDO, F. Coronavirus, infrastructures and sociotechnical (dis)entanglements in Brazil. *Social Science & Humanities*, (no prelo).
- O'NEIL, C. *Weapons of Math Destruction*. Crown Books, 2016.
- PEREIRA, AD. Apartheid: apogeu e crise do regime racista na África do Sul (1948-1994). In: MACEDO, JR., org. *Desvendando a história da África* [online]. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.
- PICKERING, A. (ed.) *Science as Practice and Culture*. Chicago, University of Chicago Press, 1992.
- SISMONDO, S. *An Introduction to Science and Technology Studies*. Blackwell Publishing, Second Edition, 2010.
- SILVEIRA, A. Tudo sobre Tod@s. *Redes digitais, privacidade e venda de dados pessoais*. Edições, SESC. 2017.
- STAR, S. L.; RUHLEDER, K. Steps toward an ecology of infrastructures: Design and access for large information spaces. *Information Systems Research*, 7(1), p. 111-134, 1996.
- STENGERS, I. *No tempo das catástrofes*. Cosac & Naify, 2015.
- TSING, A. *The Mushroom at the End of the World: On the possibility of life in capitalism ruins*. Princeton University Press, 2015.
- TURKLE, S. *The Second Self: computers and the human spirit*. The MIT Press, 2005.
- WINNER, L. "Do Artifacts Have Politics?" In: WINNER, L. *"The Whale and the Reactor – A Search for Limits in an Age of High Technology"*. Chicago: The University of Chicago Press, p. 19-39, 1986.
- WOOLGAR, S.(ed.). *Virtual Society? Technology, Cyberbole, Reality*. Oxford, Oxford Press, 2002.
- WOOLGAR, S.; COOPMANS, C. Virtual Witnessing in a Virtual Age: A prospectus for Social Studies of E-Science. In: HINE, C. (ed.). *New Infrastructures for Knowledge Production: Understanding E-Science*, London, Information Science Publishing. p.01-25, 2006.
- WOOLGAR, S. (eds). *Representation in Scientific Practice Revisited*. Cambridge, Massachusetts, The MIT, p.319-322, 2014.

Estratégias de resistência: enfrentamento ou passividade frente aos problemas de gestão, revisão sistemática da literatura



Alessandra Paula Ferreira Moreira Neumann¹; Regina Helena Petroni Mennin²; Francisco Antonio de Castro Lacaz³.

Resumo

Foi realizada uma revisão sistemática da literatura para se analisar evidências científicas sobre formas de resistência dos trabalhadores à gestão do trabalho em saúde. Selecionou-se 25 publicações nacionais e internacionais utilizando estudos qualitativos que foram avaliados através de Análise de Conteúdo, segundo núcleos temáticos de sentido e categorias, classificados em três dimensões: 1) Sofrimento; 2) Estratégias de resistências; 3) Proposições para melhorar gestão do trabalho. As proposições apontadas por trabalhadores e autores apresentam importante relação com a prática da Educação Permanente em Saúde e qualidade de vida n(d)o trabalho, permitindo levantar proposições e soluções para lidar com o sofrimento psíquico e físico no trabalho em saúde, visando melhorar os processos de trabalho.

Palavras-chave: Trabalhadores; Enfrentamento; Resistência; Sofrimento; Gestão.

Abstract

A systematic review of the literature was conducted to analyze scientific evidence relating to the ways in which workers cope with the management of health work. Twenty five national and international qualitative studies were evaluated using content analysis according to thematic units of meaning and categories, classified into three dimensions: Several units and categories identified in three dimensions: 1) suffering; 2) strategies of coping; 3) proposals to improve management. The propositions identified by workers and authors have an important relationship with the practice of Continuing Education in Health and quality of life n (d) work. Giving voice to workers allowed them to raise propositions and solutions to deal with the psychological and physical suffering in health at work and to improve work processes.

Keywords: Workers; Coping; Resistance; Suffering; Management.

1 Doutora em Saúde Coletiva. Aluna de Pós-doutorado do Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva da Universidade Federal de São Paulo. Endereço: Rua Botucatu, 740, 4º andar Vila Clementino/São Paulo - Brasil CEP: 04023-062

2 Doutora em Saúde Pública. Docente do Departamento de Medicina Preventiva da Escola Paulista de Medicina da Unifesp. Coorientadora da dissertação. São Paulo, Brasil.

3 Doutor em Saúde Coletiva. Docente do Departamento de Medicina Preventiva da Escola Paulista de Medicina da Unifesp. Orientador da dissertação. São Paulo, Brasil.

Introdução

Sabe-se que ao longo da história há citações de resistência do movimento negro; nos discursos e ações dos trabalhadores sem-teto; nos movimentos feministas, indígenas, e dos trabalhadores do campo, bem como nos movimentos de estudantes e trabalhadores urbanos (NEUMANN, 2014, p. 8).

Quando se pensa na palavra “resistência” aparentemente ela não parece trazer dúvidas sobre seu significado, entretanto, quando se faz uma pesquisa sobre sua origem e significado nos dicionários, encontra-se as seguintes definições, “Ato ou feito de resistir e segundo como uma força que se opõe a outra” (FERREIRA, 1999, p.1752) e o Grande dicionário Larousse (1999, p.786) além dessas definições inclui 3. Capacidade de resistir às fadigas físicas ou aos infortúnios morais. 4. Força que anula os efeitos de uma ação destruidora. 5. Defesa contra um ataque. 6. Oposição, reação, recusa de submissão à vontade de outrem [...].

Para Foucault (1986) o conceito de resistência está ligado ao de subjetivação, na medida em que resistir e subjetivar-se remete a um modo de produção do sujeito cujas relações de força agem tensionando, e considera que não deixar-se assujeitar é resistir, é abrir-se a outros modos de ser sujeito, ainda que desconhecidos.

Considerando que a resistência está diretamente ligada à submissão no trabalho, afirmam dialeticamente Mendes e Dias (1991, p. 347) que “[...] a Saúde do Trabalhador considera o trabalho, enquanto organizador da vida social, como o espaço de dominação e submissão do trabalhador pelo capital, mas, igualmente, de resistência, de constituição e do fazer histórico”.

As dificuldades no trabalho são motivos de preocupação para profissionais, das mais variadas áreas de atuação. Assim convém perguntar, “[...] até que ponto os trabalhadores podem reclamar, exigir, defender-se, resistir? Têm eles (as), teoricamente esse direito?” (VIANA, 1996, p.29).

Assim, atualmente, o maior desafio não é somente o reconhecimento do direito à saúde dos trabalhadores, já que as normas jurídicas a respeito são numerosas e suficientemente claras para proclamá-lo. “A luta que deverá ser travada é para que esse direito já consagrado objetivamente venha a incorporar-se na realidade dos ambientes e

processos de trabalho, no dia a dia do trabalhador.” (OLIVEIRA, 2002, p.78), mas também como os trabalhadores resistem aos problemas de gestão.

1. Abordagens das relações trabalho e saúde mental

Uma abordagem bem conhecida, a Psicodinâmica do Trabalho tem como campo de estudo o homem e sua interação com o ambiente de trabalho, com a organização do trabalho e as situações geradas nesse âmbito. (BRUCH, MONTEIRO, 2011). Essa abordagem surgiu na década de 1950 sendo o psiquiatra Le Guillant (1900-1968) um de seus fundadores, naquela as pesquisas voltavam-se para os quadros neuróticos ou psicóticos associados ou não ao suicídio (CODO, 2002).

As pesquisas avançam e Codo pesquisando sobre doenças mentais e trabalho, conclui que “o sofrimento psíquico e a doença mental ocorrem quando e apenas quando, afeta esferas da nossa vida que são significativas, geradoras e transformadoras de significado” (CODO, 2002, p.174).

Assim o sofrimento dos trabalhadores ganha destaque e alguns autores mencionam a importância de se dar visibilidade “[...] ao processo de transformação do sofrimento em adoecimento” (BRANT e MINAYO—GOMES, 2009, p.214), especialmente quando coexistem situações políticas (dominação e resistência), de gozo (mesclagem de prazer e dor) e econômicas (prescrição e consumo abusivos de medicalização).

O conceito de organização do trabalho na interpretação de Dejours (1987) está relacionado à tarefa desenvolvida, à divisão do trabalho, ao sistema hierárquico, às relações de poder, responsabilidade e modalidade de comando e pode se tornar uma fonte de sofrimento psíquico no trabalho. O sofrimento mental resultante da insatisfação do trabalhador com seu ambiente de trabalho pode desencadear o processo de adoecimento (DEJOURS et al., 1994; SELIGMAN-SILVA, 1994; LAURELL e NORIEGA, 1989). Enquanto que condição de trabalho é considerada como sendo as circunstâncias ambientais de caráter físico, químico e biológico; envolvendo também a segurança, a ergonomia e condições de higiene; bem como as características do posto do trabalho, podendo influenciar também a saúde dos trabalhadores (LAURELL e NORIEGA, 1989; DEJOURS et al., 1994).

Dessa forma, trabalhadores podem adoecer ou morrer por eventos relacionados ao trabalho, como consequência das atividades que exercem ou exerceram, ou pelas condições adversas em que seu trabalho é ou foi realizado (MENDES e DIAS, 1991).

Assim, busca-se responder no que consistem as formas de resistência dos trabalhadores à gestão do trabalho em saúde para a proteção ao sofrimento físico e psíquico encontradas na literatura.

2. Método

Trata-se de pesquisa sobre publicações nacionais e internacionais como parte da dissertação de mestrado em Saúde Coletiva intitulada “As estratégias de resistência ao sofrimento psíquico e físico relacionadas à gestão do trabalho em saúde: um estudo de revisão sistemática da literatura”, a respeito das estratégias de resistência ao sofrimento psíquico e físico no âmbito da realidade dos trabalhadores da área da saúde.

Foi realizado um estudo de revisão sistemática da literatura, que segundo Santos (2006) pode reconhecer e dar crédito à criação intelectual de outros autores. As revisões sistemáticas resgatam pesquisas originais, de artigos completos e publicados, que foram analisados e avaliados quanto à qualidade, através de um levantamento nas bases de dados LILACS, MEDLINE e SCIELO, em português, inglês e espanhol, na área da saúde através da Biblioteca Virtual Bireme e portal Capes.

Os critérios de inclusão dos artigos foram: periódicos científicos indexados; idioma de publicação, ou seja, em língua Portuguesa, Espanhola e Inglesa; ano de publicação compreendido entre abril de 2009 a abril de 2014; artigos que tinham recorte qualitativo e que apresentassem a fala transcrita dos sujeitos participantes do estudo. Os critérios de exclusão foram: artigos repetidos nas bases de dados; títulos e resumos que não tinham relação com a gestão do trabalho em saúde; artigos que apresentassem apenas dados quantitativos sem a fala dos trabalhadores.

Para realizar o tratamento analítico, adotou-se três grandes etapas conforme proposto Análise de Conteúdo (AC) (BARDIN, 2004): pré-análise, exploração do material, tratamento dos resultados e interpretação.

O conteúdo dos artigos encontrados foi interpretado, segundo AC que considera esta um conjunto de técnicas de análise das comunicações e que visa obter por

procedimentos sistemáticos e objetivos a descrição do conteúdo das mensagens. Para o ‘reagrupamento’ dos achados da análise do material empírico foram criados ‘núcleos de sentido, categorias e subcategorias’ (BARDIN, 2004).

O estudo foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de São Paulo (CEP/UNIFESP/Hospital São Paulo), com protocolo de pesquisa aprovado pelo Parecer nº 186.723 de 11/01/2013.

3. Resultados e discussão

O total 1010 artigos foi o número inicial, muitos desses tinham resumos incompletos, o que dificultou identificar o objeto de estudo, ou falavam apenas de resistência física. Diante disso, 335 artigos foram selecionados para análise dos resumos, visando uma análise preliminar para avaliar a pertinência em relação ao tema de estudo. Ao final desta abordagem metodológica foram selecionadas e analisadas 25 publicações.

Após a coleta de dados, foram construídos quadros e tabelas, utilizando os descritores e termos adotados, considerando as buscas efetuadas nas bases SCIELO, LILACS e MEDLINE. Segundo já referido, analisou-se 25 publicações em português, inglês e espanhol, conforme quadro 1.

Quadro 1 - Com artigos escritos em português 1-15, espanhol 16-20, inglês 21-25, selecionados para análise, conforme levantamento nas bases de dados Scielo, Lilacs e Medline, período de abril de 2009 a abril de 2014.

N	ANO	AUTORES	TÍTULO	DESCRIÇÃO DO ESTUDO	PERIÓDICO	BASE
1	2013	Janine K. Monteiro; Artur L.L.Oliveira; Camila S. Ribeiro; Gabrielle H. Grisa; Nivia Agostini	Adoecimento psíquico de trabalhadores de unidades de terapia intensiva.	Realizaram entrevistas com 8 profissionais da área da enfermagem, que apresentavam adoecimento mental (depressão e/ou burnout) de dois hospitais privados na região metropolitana de Porto Alegre/RS.	Psicologia: Ciência e Profissão v.33 n.2 pp.366-379	SCIEL O
2	2012	Alcindo J. Rosa; Ana L. Bonfanti; Cintia S. Carvalho.	O sofrimento psíquico de ACS e suas relações com o trabalho.	Intervenção em unidades de saúde ESF em Rondonópolis (MT) com 6 ACM através de entrevistas e acompanhamento como observador em cinco visitas domiciliares.	Saúde e Sociedade vol.21 n.1 pp.141-152	SCIEL O
3	2012	Vladimir Athayde; Élide Azevedo Hennington;	A saúde mental dos profissionais de um Centro de Atenção Psicossocial.	Foi feita uma pesquisa com trabalhadores de um CAPS no estado do Rio de Janeiro com 13 profissionais de saúde mental (psicólogo, enfermeiro, terapeuta ocupacional, médico, nutricionista, assistente social e uma "danço- terapeuta") através de observação participante, entrevistas individuais e análise documental.	Physis vol.22 no.3 pp.983-1001	SCIEL O
4	2012	Claudia N. Magnus; Álvaro C. Merlo	A construção de saúde, entre o servir e a servidão: das relações entre servidores de um hospital psiquiátrico público.	Pesquisa feita com servidores públicos estaduais, enfermeiro, auxiliar e técnico e enfermagem, fisioterapeuta, psicólogo, assistente social e terapeuta ocupacional, do Hospital Psiquiátrico São Pedro (HPSP) no Rio Grande do Sul, por meio de entrevistas.	Cad. Psicol. soc. Trab. vol.15, n.2 SP p.175-188	LILACS
5	2011	Sandra F.R.Ribeiro; Sueli T. F. Martins.	Sofrimento psíquico do trabalhador da saúde da família na organização do trabalho.	Realizaram o estudo em uma Unidade Saúde da Família (USF) de um município do Interior de São Paulo, com quinze trabalhadores: 5 ACS, 3 auxiliares de enfermagem, 1 enfermeira, 2 residentes (um de enfermagem e um de medicina), 1 médica, 1 auxiliar administrativo e 1 auxiliar de serviços gerais. Através entrevistas e a observação participante.	Psicologia em Estudo vol.16 n.2 p.241-250	SCIEL O
6	2011	Davi Baasch; Aline S. Laner	Os significados do trabalho em unidades de terapia intensiva de dois hospitais brasileiros.	Pesquisaram com oitenta trabalhadores, 40 no hospital privado e 40 no hospital público, sendo, 14 médicos, 17 enfermeiros, 34 técnicos de enfermagem, 3 técnicos administrativos e 12 auxiliares de enfermagem, por meio de aplicação de questionário e entrevistas semiestruturadas.	Ciênc. saúde coletiva vol.16 supl.1 pp. 1097-1105	SCIEL O
7	2011	Cássia B. Batista; Augusto S. Campos; Juliana C. Reis; Virgínia T. Schall;	Violência no trabalho em saúde: análise em unidades básicas de saúde de Belo Horizonte, Minas Gerais.	Estudo com 75 trabalhadores de um distrito de saúde de Belo Horizonte, através de grupos focais e entrevistas, 11 agentes comunitários de saúde; sete enfermeiros; quatro médicos; três gerentes de UBSs; cinco gerentes distritais; quatro profissionais do núcleo psicossocial (assistente social, psicólogo e psiquiatra); seis profissionais da equipe de saúde bucal (dentista e técnico de higiene dental); sete auxiliares e técnicos de enfermagem; oito auxiliares administrativos; seis porteiros; oito auxiliares de serviços gerais; e seis usuários.	Trab. educ. saúde (Online) vol.9 no.2 pp.295-317	SCIEL O
8	2011	Katia V.O.Feliciano; Maria H. Kovacs; Sílvia W. Sarinho	Burnout entre médicos da Saúde da Família: os desafios da transformação do trabalho	Pesquisa qualitativa desenvolvida entre agosto de 2005 e novembro de 2006, baseada em depoimentos com 24 médicos da Estratégia Saúde da Família em diversos distritos de Recife	Ciência & Saúde Coletiva v.16 n.8 pp.3373-3382	MEDLINE
9	2010	Iara Ap.O. Secco; Maria L.C.C.Robazzi; Francisco E.A.Souza; Denise S. Shimizu.	Cargas psíquicas de trabalho e desgaste dos trabalhadores de enfermagem de hospital de ensino do Paraná.	Realizaram um estudo com 7 enfermeiras, detentoras de cargo de chefia: a diretora de enfermagem, as enfermeiras-chefe das 5 divisões/setores de enfermagem do hospital que apresentaram maiores indicadores de risco de ATTs e a enfermeira da comissão de controle de infecção hospitalar, por meio de entrevistas semiestruturadas.	SMAD.Revista eletrônica saúde mental álcool e drogas v6.n1 pp.1-17	LILACS
10	2010	Cássia R.G. Medeiros; Álvaro G.W. Junqueira; G. Schwingel; Ioná Carreno; Lucia A.P. Jungles; Olinda M.F.L.Saldanha	A rotatividade de enfermeiros e médicos: um impasse na implementação da Estratégia de Saúde da Família.	Realizaram um estudo quanti-qualitativo com 7 médicos e 7 enfermeiros da equipe ESF no vale do Taquari (RS). A primeira fase foi quantitativa, e na segunda fase foi qualitativa, por meio de entrevistas semiestruturadas.	Ciência & Saúde Coletiva v.15 sp.1 pp.1521-31	SCIEL O

11	2010	Eliana P. Azambuja; Denise E.P.Pires; Marta R.C.Vaz Maria H. Marziale	É possível produzir saúde no trabalho de enfermagem?	Realizaram uma pesquisa qualitativa em Unidades de Terapia Intensiva de dois hospitais situados na região Sul do Brasil, utilizando-se observação e entrevistas semi-estruturadas com a equipe de enfermagem.	Texto & Contexto – Enfermagem v.19 n.4 pp.658-66	SCIELO
12	2010	Rodolfo A. G. Vilela; Reginalice C. Silva; José M. J. filho.	Poder de agir e sofrimento: estudo de caso sobre Agentes Comunitários de Saúde.	A equipe do Cerest de Piracicaba realizou uma análise ergonômica do trabalho, entrevistando 5 ACS em uma unidade de saúde de família..	Revista Brasileira de Saúde Ocupacional v.35 n.122 pp. 289-302	SCIELO
13	2009	Luiz C. Brant; Carlos Minayo-Gomez.	Manifestação do sofrimento e resistência ao adoecimento na gestão do trabalho.	Empreenderam uma investigação numa empresa pública, de grande porte, do setor de serviços, numa metrópole da região Sudeste do Brasil, entrevistando vinte e um trabalhadores, sendo 13 gestores e 08 profissionais da saúde.	Saúde e Sociedade vol.18 no.2 pp. 237-247	SCIELO
14	2009	Tatiana A. Tuacek; Selma Tuacek; Maria I. G. Ghirardi; Eliane D. Castro;	Repercussões da violência na saúde mental de trabalhadores do PSF.	Realizaram uma pesquisa nas cidades de São Paulo, Ribeirão Preto e Embu, com profissionais do PSF: médicos, enfermeiros, auxiliares de enfermagem e agentes comunitários de saúde, por meio de grupos de reflexão.	Rev. Saúde Pública vol.43 no.4 pp.682-8	MEDLINE
15	2009	Mey F.P.Wai; Ana Maria P. Carvalho	O trabalho do agente comunitário de saúde: fatores de sobrecarga e estratégias de enfrentamento.	Realizaram entrevistas semi estruturadas com 17 ACS da ESF no município de São José do Rio Preto-SP em 2005, utilizando abordagem qualitativa exploratória, com dois temas centrais: sobrecarga e estratégias de enfrentamento.	Revista de enfermagem UERJ 17(4) pp. 563-568	LILACS
16	2013	Rosane T. Fontana; Daiane H. Nunes.	Riesgos laborales en la concepción de los trabajadores de una lavandería hospitalaria.	Estudo realizado em uma lavanderia de um Hospital Universitário de Maringá (PR) com 10 trabalhadores, por meio de entrevistas.	Enferm. Glob. Vol.12 nº29 pp.170-182	SCIELO
17	2012	Dois Castellón; Angelina María;	Hostigamiento laboral: amenaza permanente para enfermería	Pesquisas qualitativa descritiva com 13 enfermeiros e enfermeiras obstetras chilenos, por meio de entrevistas.	Enferm. Glob. Vol.11 nº 4 pp.105-136	SCIELO
18	2012	César B. Abadía; María A.. Pinilla., Katerine Ariza R.y Héctor C. Ruíz S.	Neoliberalismo em salud: La tortura de trabajadoras y trabajadores del Instituto Materno Infantil de Bogotá.	Realizaram entrevistas semi-estruturadas com 5 mulheres que trabalhavam no Instituto Materno Infantil (IMI), em Bogotá – Colombia, com 1 auxiliar de enfermagem, 1 técnica de radiologia, 1 secretária, 1 terapeuta ocupacional e 1 enfermeira chefe, propõem analisar as conexões entre os diferentes tipos de violência no neoliberalismo.	Rev. Salud pública v.14 sppl.1 pp.18-31	LILACS
19	2012	Laura R. Serna, Diana C. G. Ospina; Lina M.R. Molina	Posición afectiva que asume el personal de la salud de las Unidades de Cuidados Intensivos pediátricos de la ciudad de Medellín en el primer semestre de 2010.	Estudo qualitativo na cidade de Medellín com 16 trabalhadores, médicos, profissionais de enfermagem, auxiliares de enfermagem e terapeutas respiratórios, por meio de entrevistas semiestruturadas.	Medicina U.P.B. v. 31 nº 2 pp. 151-159	LILACS
20	2009	Paula R. A. Díaz; Ana M. A. Muñoz; Marcela L. L. García;	Protectores de estrés laboral: percepción del personal de enfermería y médicos, temuco, Chile	Pesquisa com 8 trabalhadores, gestores de instituições de saúde, auxiliares de enfermagem, enfermeiros / as e médicos que trabalham em unidades hospitalares crítico e crítico público não e privado média e alta complexidade, de uma unidade de UTI na região de Araucania no Chile, por meio de entrevistas.	Enferm. Glob. Vol.12 nº29 pp.170-182	SCIELO

21	2013	Rosane T.Fontana; Liana Lautert	The situation of nursing work and occupational risks from an ergological perspective.	Estudo realizado com 25 trabalhadores da enfermagem em uma unidade básica de saúde em Rio Grande do Sul, por meio de entrevistas e observação participante.	Rev. Latino-Americana Enfermagem v.21 n.6 pp.1306-1313
22	2013	Meral Turk; Asli Davas; Feride A. Tanik; Anthony J. Montgomery	Organizational stressors, work-family interface and the role of gender in the hospital: Experiences from Turkey.	Estudo realizado com 23 profissionais de saúde, sendo 02 grupos com 12 enfermeiros e outro com 09 médicos. Na cidade de Esmirna na Turquia, por meio de entrevistas e grupos focais.	British journal of Health Psychology v.19, n.2 pp. 442-458
23	2012	Meredith Mealer; Jacqueline Jones; Marc Moss	A qualitative study of resilience and posttraumatic stress disorder in United States ICU nurses.	Entrevistaram 27 enfermeiros por telefone, em busca de identificar a resiliência e a resistência como característica que permitem aos enfermeiros a lidarem com os problemas do ambiente de trabalho, no Colorado nos EUA.	Intensive Care Med v. 38, n.9 pp. 1445-1451
24	2009	Leticia L. Trindade; Liana Lautert; Carmem L.C. Beck	Coping mechanisms used by non-burned out and burned out workers in the Family health strategy.	Pesquisa quantitativa com 86 trabalhadores em unidades da ESF, em Santa Maria, RS, Brasil: 12 médicos, 13 enfermeiros, 19 técnicos de enfermagem, cinco dentistas e oito auxiliares de consultório dentário, num total de 57 profissionais, e 29 agentes comunitários de saúde. Após responderem o questionário foram divididos em 2 grupos com e sem burnout para entrevistas.	Revista Latino-Americana de Enfermagem v.17 n.5 pp.607-612
25	2009	A.N.Nasrabadi; H.Seif; M. Latifi; N. Rassolzadeh; A. Emami	Night shift work experiences among Iranian nurses: a qualitative study.	Estudo realizado com 16 trabalhadores de enfermagem, com famílias de classe média, de quatro hospitais no Irã, por meio de entrevistas estruturadas que focavam o trabalho noturno.	International Nursing Review v.56, nº4 pp. 498-503

FONTE: Informações extraídas dos artigos selecionados, analisados e organizados pela autora.

Nos artigos selecionados, considerando a AC, observaram-se três núcleos de sentido: 1) Dimensão sofrimento; 2) Dimensão estratégias de resistência e 3) Dimensão proposições para intervir na gestão do trabalho.

Quadro 2 - Núcleos de sentido, categoria e subcategorias da análise.

NÚCLEOS DE SENTIDO	CATEGORIA	SUBCATEGORIAS
DIMENSÃO SOFRIMENTO	Suscetibilidade dos profissionais	Física / psíquica
	Organização do trabalho	Sobrecarga, conflitos, turnos de trabalho, reconhecimento, salário e autonomia..
	Condições de trabalho	Recursos materiais, espaço físico, equipamentos e risco.
DIMENSÃO ESTRATÉGIAS DE RESISTÊNCIA	Enfrentamento	Individual / coletiva
	Passividade	Negação, resignação, desistência, silêncio, assujeitamento e isolamento.
DIMENSÃO PROPOSIÇÕES	gestão do trabalho	Educação permanente, capacitação, qualidade de vida no trabalho (QVT), políticas para resolução de problemas, apoio psicológico ...

FONTE: Neumann, 2014, p. 49 (Quadro adaptado).

4. Núcleo I - Dimensão Sofrimento

Aparece sob a forma de queixas dos trabalhadores da saúde, exprimindo seus sentimentos, seus problemas físicos e/ou emocionais, críticas às condições e organização do trabalho. Isto contribui para investigar a pertinência de cada problema. Entende-se que as queixas dos trabalhadores podem abrir espaço de luta e resistência por melhores condições de trabalho, de acordo com Dejours (1990), como uma forma de expressar o sofrimento e a doença através da linguagem comum aos próprios trabalhadores. Nos artigos analisados os problemas relacionados ao trabalho foram expressos como impotência, sofrimento com a dor ou morte de pacientes, conflitos, irritabilidade, tristeza, desmotivação e depressão.

Do núcleo acima surgiram as seguintes categorias:

1. Suscetibilidade dos Trabalhadores: No que se refere a esta categoria, 48% dos textos representavam cansaço/fadiga/exaustão ; 36% sofrimento com a dor ou morte de pacientes; 32% depressão ou burnout ; 28% sentimentos de impotência ; 24% dores físicas; 20% problemas com sono/insônia; 16% choro; 16% estresse; 16% dificuldade para separar questões de cunho pessoal do profissional; 12% sentimento de injustiça
2. Organização do Trabalho: Nesta categoria, 40% das queixas relacionava-se à sobrecarga, excesso de trabalho e demanda excessiva; 32% conflitos/dificuldade de relacionamento no trabalho; 28% falta de treinamento/capacitações técnicas; 20% falta de reconhecimento e valorização pessoal; 16% problemas com salário; 12% violência, agressões e assédio; 8% falta de autonomia.
3. Condições de Trabalho: Nesta categoria, 28% das queixas referiam-se à falta de recursos; 24% à precariedade do espaço físico e estrutura; 20% à falta de equipamentos e materiais; 12% ao risco de acidentes e exposição a outros riscos.

5. Núcleo II - Dimensão Estratégias de resistências

Para Dejours et al. (1994), os trabalhadores utilizam estratégias defensivas, que podem ser individuais ou coletivas, definidas pelo mecanismo pelo qual os trabalhadores buscam modificar, transformar e minimizar sua percepção da realidade que os faz sofrer.

Sufrimento este que pode estar relacionado ao trabalho na atualidade, pois, o trabalho intenso ou sobrecarga são um dos maiores problemas da contemporaneidade capitalista.

Pode-se observar que os trabalhadores enfrentam os problemas no trabalho de várias maneiras, tais como: cerca de 28% referia-se a apoio nas relações interpessoais; 16% busca de ajuda profissional; 12% tentativa de diálogo e micro-negociações.

Por outro lado, na categoria passividade, observou-se que os trabalhadores podem torna-se passivos frente aos problemas do trabalho, ou seja, 20% buscam o silêncio, 16% a religiosidade; 12% se afastam do trabalho; 12% terapia/psicoterapia; 8% lazer e entretenimento; 8% atividade física; 8% e o restante o choro etc. Esta categoria pode ser representada pela negação, resignação, desistência, silêncio, isolamento e submissão, o que tem levado trabalhadores a adotarem estratégias de resistência de acordo com o nível de seus limites subjetivos (SATO, 1997).

Ademais, muitos trabalhadores buscam no enfrentamento uma forma de suportar o sofrimento no trabalho. Para Brant e Minayo-Gomez (2004) “Trabalhadores, gestores e profissionais da saúde constroem estratégias de resistência contra o adoecimento e instituem espaços de escuta para a manifestação do sofrimento” (BRANT & MINAYO-GOMES, 2008, p. 668).

Os autores mencionam ainda as resistências como sendo reativas e ativas, ou seja, na “resistência reativa, os trabalhadores reagem após a ocorrência de situações que podem desencadear processos de adoecimento” e na resistência como ação, ou ativa, “tudo ocorre de maneira bem diferente. O trabalhador age e crê em si mesmo espontaneamente, é capaz de manifestar o sofrimento, reconhecer e recusar dispositivos de adoecimento” (BRANT & MINAYO-GOMEZ, 2009, p.245).

Moraes (2011) aponta ainda a negação e a racionalização como sendo mecanismos psicológicos mais frequentes nas estratégias defensivas. Para a autora, a “[...] negação pode ser sinalizada pela presença da desconfiança, de individualismo, de isolamento, e pela banalização das dificuldades da organização de trabalho”, ou seja, os trabalhadores podem negar que de fato seu sofrimento é causado pelo seu ambiente de trabalho, enquanto a racionalização “se manifesta em falas que justificam as dificuldades do trabalho” (MORAES, 2011, p.103).

Assim, não se pode negar que quem cuida da saúde também requer cuidados. No núcleo III serão listadas algumas proposições indicadas pelos trabalhadores visando a melhoria nas condições e organização do trabalho.

6. Núcleo III – Proposições

Este núcleo compreende a categoria gestão do trabalho, a qual foi a mais referida pelos trabalhadores nos artigos analisados.

As proposições apontadas por trabalhadores e autores apresentam importante relação com a prática da Educação Permanente em Saúde, para Ceccim (2005), é importante notar, que o conceito de Educação Permanente em Saúde está relacionado à gestão, formação e atenção em saúde.

A Educação Permanente em Saúde pode corresponder à Educação em Serviço, quando esta coloca a pertinência dos conteúdos, instrumentos e recursos para a formação técnica, submetidos a um projeto de mudanças institucionais ou de mudança da orientação política das ações prestadas em dado tempo e lugar. (Ceccim, p.162)

Partindo da premissa de que as organizações de saúde para funcionarem com qualidade dependem da formação, qualificação e uma boa gestão; a educação permanente é um grande desafio, pois confere ao trabalhador a possibilidade de atuar como protagonista efetivo do seu processo de trabalho o que envolve a necessidade de auto-interrogação de si mesmo (MERHY, 2005). Para o mesmo autor a educação permanente tem que ter a força de gerar no trabalhador as transformações de sua prática e de problematizar e construir novos pactos de convivência no âmbito individual e coletivo.

Com essa atitude, a reivindicação por espaços coletivos aparece tais como oficinas de trabalho, reuniões, programas de apoio psicológico que melhorem a qualidade de vida. No que tange à gestão do trabalho em saúde, as proposições colocadas giram em torno da capacitação dos gerentes para melhorar a organização do trabalho e saber lidar melhor com os conflitos. Tal proposição aparece de forma consistente nos depoimentos dos trabalhadores em saúde. As formas como lidam com o sofrimento e apontam para algumas sugestões que visam à melhoria dos processos de trabalho que afetam a vida e a saúde dos trabalhadores.

Concordando com tais proposições, Lacaz (2000) enfatiza a importância da prática da qualidade de vida no trabalho e defende a conquista de um (re) planejamento do trabalho, com gestão participativa e com canais coletivos efetivos para negociações, já que a busca pela QVT envolve questões como salários, incentivos, participação nos lucros das empresas, autonomia, novas tecnologias e seu impacto para saúde e o meio ambiente.

Conclusões

Ao longo desse artigo buscou-se demonstrar que na área da saúde, apesar de todo investimento e potencial, existem várias limitações que têm sido objeto de críticas. E, quando se discute o mal-estar no trabalho na contemporaneidade, é cada vez mais importante partir da fala dos trabalhadores para pensar medidas de controle da nocividade do trabalho para a saúde.

Os trabalhadores mencionaram a importância das reuniões, dos espaços coletivos para discussão, da comunicação e políticas de gestão de conflitos, todavia, não é relatada uma mobilização nesse sentido, bem como existe ainda muita dificuldade para que se coloquem em prática os referidos espaços.

Nesta investigação, qualitativa e quantitativa, foi verificado que os trabalhadores constroem estratégias de resistência para amenizar o sofrimento, psíquico ou físico, pois não se pode negar que existe uma preocupação com os profissionais da área da saúde, tem buscado se reunir para debater e apontar as deficiências da gestão, por outro lado, não se pode negar também o direito dos trabalhadores a resistirem. Considera-se que identificar e analisar as estratégias de resistência, bem como as propostas para gestão do trabalho em saúde, podem fortalecer e apoiar as atuais políticas e práticas de atenção à saúde do trabalhador.

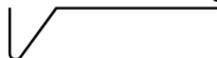
Entre os muitos desafios colocados, percebe-se que reconhecer a força e a abrangência das proposições dos trabalhadores da saúde pode reforçar a importância de investir-se em ações e políticas para melhorar a qualidade de vida no trabalho, criar espaços de discussão e dar voz ao trabalhador, individual e coletivamente.

Referências

- ANTUNES R.; DRUCK F. T. (Org.). Dimensões da precarização estrutural do trabalho. A perda da razão social do trabalho: terceirização e precarização. São Paulo: Boitempo, 2007. p. 13-22.
- BARDIN L. Análise de conteúdo. 3ª ed. Lisboa: Edições 70, 2004.
- BLANCH J.M. et al. El capitalismo organizacional como factor de riesgo psicosocial: efectos psicológicos colaterales de las nuevas condiciones de trabajo dictadas por el capitalismo académico y sanitario implantado en universidades y hospitales no lucrativos de la red pública. Proyecto de pesquisa, Barcelona: Universidade Autònoma de Barcelona, 2007.
- BRANT L. C.; MINAYO-GOMEZ C. Manifestação do sofrimento e resistência ao adoecimento na gestão do trabalho. Saúde e Sociedade, v. 18, n. 2, p. 237-247, 2009.
- BRASIL. Presidência da República. Lei 8080. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 19 set. 1990.
- _____. Ministério da Justiça. Programa Nacional de Direitos Humanos. PNDH II. Brasília, 2002.
- BRUCH V. L. A.; MONTEIRO J. K. Relações entre colegas como manifestações de resistência ao adoecimento no trabalho. In: FERREIRA M. C. et al. (Org.). Dominação e resistência no contexto trabalho-saúde. São Paulo: Mackenzie, 2011.
- CECCIM R. B. Educação permanente em saúde: desafio ambicioso e necessário. Interface Comunicação Saúde Educação, Botucatu, v. 9, n. 16, p. 162-168, set. 2004/fev. 2005.
- CODO W. Um diagnóstico integrado do trabalho com ênfase em saúde mental. In: JACQUES M.G.; CODO W. (Org.). Saúde mental & trabalho: leituras. Petrópolis, Vozes; 2002. p. 173-90.
- DEJOURS C. A. loucura do trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho. São Paulo: Cortez, 1987.
- DEJOURS C.; ABDOUCHELI E.; JAYET C. Psicodinâmica do trabalho: contribuições da Escola Dejouriana à análise da relação prazer, sofrimento e trabalho. São Paulo: Atlas, 1994.
- FERREIRA A. B. H. Novo dicionário Aurélio século XXI. 3ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; 1999.
- FOUCAULT M. Microfísica do poder. 6ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1986.
- LACAZ F. A. C. Qualidade de vida no trabalho e saúde/doença. Ciência e Saúde Coletiva, São Paulo, v. 5, n. 1, p. 151-161, 2000.
- LACAZ F. A. C, et al. Gestão do trabalho em saúde em dois sistemas municipais do Estado de São Paulo: implicações operacionais e psicossociais para uma política de pessoal. Relatório técnico. São Paulo, 2014.

- LAROUSSE C. Grande dicionário Larousse cultural da Língua Portuguesa. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1999.
- LAURELL A. C.; NORIEGA M. Processo de produção e saúde: trabalho e desgaste operário. São Paulo: Hucitec, 1989.
- MENDES A. M. (Org.). Violência no trabalho: perspectivas da psicodinâmica, da ergonomia e da sociologia clínica. São Paulo: Distribuidora Editora Cultura Cristã, 2010.
- MENDES R.; DIAS E. Da medicina do trabalho à saúde do trabalhador. Revista de Saúde Pública, São Paulo, v.25, n. 5, p. 341-349, 1991.
- MERHY, E. E. O desafio que a educação permanente tem em si: a pedagogia da implicação. Interface Comunicação Saúde Educação, Botucatu, v. 9, n. 16, p. 172-174, 2005.
- MERLO A. R. Psicodinâmica do trabalho. In: JACQUES M. G.; CODO W. (Org.). Saúde mental & trabalho: leituras. Petrópolis: Vozes, 2002. p.130-142.
- MORAES, R. D. As estratégias de defesa e o enfrentamento do sofrimento no trabalho com automação no polo industrial de Manaus. In: FERREIRA, M. C. et al. (Org.). Dominação e resistência no contexto trabalho-saúde. São Paulo: Mackenzie, 2011.
- NEUMANN A. P. F. M. As estratégias de resistência ao sofrimento psíquico e físico relacionadas à gestão do trabalho em saúde: um estudo de revisão sistemática da literatura. 2014. [Dissertação de Mestrado em Saúde Coletiva]- Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, 2014.
- OIT - Organización Internacional del Trabajo. OMS - Organización Mundial de la Salud. Diretrizes marco para afrontar la violencia laboral en el sector de la salud. Ginebra, 2002.
- OLIVEIRA, S. G. Proteção Jurídica à saúde do Trabalhador. São Paulo: Editora LTR Ltda, 2002.
- OMS - Organización Mundial de la Salud. Informe mundial sobre la violencia y la salud. Washington, D.C.: OPS Organización Panamericana de la Salud; 2002.
- SANTOS, L. F. A. Apostila de Metodologica da pesquisa científica II. Itapeva: Faculdade Metodista de Itapeva, 2006.
- SATO, L. Astúcia e ambigüidade: as condições simbólicas para o replanejamento negociado do trabalho no chão de fábrica. [Tese de Doutorado], Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997.
- SELIGMANN-SILVA E. Desgaste mental no trabalho dominado. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1994.
- VIANA M. T. Direito à resistência: possibilidades de autodefesa do empregado em face do empregador. São Paulo: Editora Ltda, 1996.

Direito, gênero e ensino superior: o processo de feminização da formação jurídica paulista¹



Jéssica Ronconi²

Resumo

O presente artigo analisa a presença e as representações sobre mulheres no ensino do Direito, em duas faculdades tradicionais do estado de São Paulo. Os dados apresentados neste artigo são resultado do levantamento dos TCCs entregues pelos discentes das duas instituições ao final de 2015; da aplicação de questionários às suas turmas ingressantes, em 2016; da coleta dos Currículos Lattes dos professores de Direito, em 2017; e de entrevistas realizadas com docentes, em 2018. A partir da análise desse material, identificamos que, assim como outras carreiras jurídicas, a docência no Direito também assiste a um processo de feminização, pois se as mulheres conseguem ingressar no espaço de formação jurídica, anteriormente masculino, elas ainda ocupam posições dominadas em relação aos colegas homens, tanto no que se refere à hierarquia dos cargos profissionais como em relação à hierarquia das áreas do Direito.

Palavras-chave: Formação jurídica; Relações de gênero; Academia; Feminização; São Paulo.

Abstract

This article analyses the presence and representations of women in the universe of legal training in two traditional faculties of Law of São Paulo. The results presented here draw on different methods: the study of undergraduate dissertations presented at the end of 2015; the application of questionnaires to the freshmen of 2016; the study of the Curriculum Lattes of professors in 2017; and interviews conducted with some Law professors in 2018. The analysis of this material showed that, like other legal careers, teaching in law experiences a process of feminization. Whether women manage to be part of the universe of Law schools, traditionally restricted to man, they still occupy dominated positions in relation to their male colleagues, both in terms of the hierarchy of professional positions and the hierarchy of the fields of Law.

Keywords: Teaching of Law; Gender; Academic field; Feminization; São Paulo.

¹ O presente artigo é fruto de uma pesquisa mais ampla sobre as definições de excelência jurídica e o recrutamento social na formação jurídica de São Paulo e foi realizada sob os auspícios iniciais do CNPq, em 2015, e da FAPESP (Processo nº 2015/11519-2), de 2016 a 2018.

² Mestranda no programa de pós-graduação em Ciências Sociais da Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP). E-mail: jessica.ronconi.fernandes@gmail.com

Introdução

Estudos sobre a fundação dos primeiros cursos de Direito no Brasil, em 1827, mostram que a formação jurídica tinha como objetivo a criação de um corpo burocrático nacional e a construção da imagem de um país independente, razão pela qual apenas os filhos homens e brancos das elites dirigentes poderiam aceder ao curso de Direito (SCHWARCZ, pp.186-187). Por meio da educação e da carreira promovida pelas poucas instituições responsáveis pela formação jurídica, os primeiros bacharéis implementaram o modelo de dominação política que favorecia as classes superiores (ADORNO, 1988). Ao longo do tempo, novos cursos de direito foram criados e o cenário de expansão acadêmica na educação superior não demorou a promover uma ampliação – mas não a transformação – de seu público escolar. Neste novo cenário, as mulheres puderam acessar a formação jurídica e, posteriormente, ingressar no campo profissional do direito.

Os trabalhos contemporâneos sobre carreiras jurídicas tradicionais e originalmente masculinas indicam a existência de um processo de feminização: ou seja, há uma abertura às mulheres, porém elas ainda ocupam majoritariamente as bases dessas profissões jurídicas em razão de obstáculos materiais e simbólicos que dificultam sua ascensão profissional (BERTOLIM, 2017; BARBALHO, 2008; BONELLI, 2013; CAMPOS, 2015 e outros). Na magistratura, por exemplo, a despeito do aumento do número de mulheres, elas estão concentradas na primeira instância, momento em que os requisitos de entrada são considerados mais objetivos; na Advocacia, elas são quase metade das estagiárias e das advogadas júnior, mas dificilmente são sócias dos escritórios. Esta desigualdade de gênero³ é resultante do impacto da presença de mulheres em carreiras jurídicas tradicionalmente masculinas, promovendo o fenômeno da feminização. Diante desse cenário, o presente artigo se dedica a análise das posições, disposições e representações de mulheres no campo do ensino do direito com o objetivo de compreender como o processo de feminização se manifesta na carreira acadêmica em faculdades de direito tradicionais e prestigiadas da cidade de São Paulo.

³ Se o tema central deste trabalho articula Direito, Gênero e a Academia, é necessário dizer o que se entende por gênero neste trabalho: adotamos a perspectiva de Joan Scott (1995) para quem esta categoria é fruto das relações sociais que se baseiam na diferença entre os sexos e como modo de significar as relações de poder; ou seja, o gênero não seria uma propriedade biológica, mas sim cultural e relacional. Ao longo do trabalho o termo “sexo” é usado como sinônimo de gênero.

A fim de realizar uma análise comparativa sobre o universo do ensino jurídico paulistano, estudamos a Faculdade de Direito da USP e a Faculdade de Direito do Mackenzie. A escolha por essas faculdades foi, em primeiro lugar, baseada no critério de antiguidade no campo, ambas são anteriores ao fenômeno de expansão acadêmica do final do século passado: a Academia de Direito de São Paulo, que viria a se transformar na Faculdade de Direito da USP, foi fundada em 1827, sendo anterior à própria universidade da qual faz parte; já a Faculdade de Direito do Mackenzie foi criada em 1955. Além disso, a seleção das duas faculdades se deve ao reconhecimento social que elas possuem e que pode ser mensurado pela constante taxa de aprovação elevada de seus estudantes na OAB⁴ e em carreiras jurídicas públicas (ALMEIDA, 2010, pp. 98-126), bem como pela competência de ensino declarada pelo selo de qualidade *OAB recomenda*⁵. Por fim, dadas as diferenças institucionais e culturais entre as duas instituições – uma sendo pública, laica e inspirada no modelo de ensino europeu; a outra sendo privada, confessional e inspirada no modelo de ensino norte-americano – investigamos se elas expressam diferenças também no que tange às posições e disposições profissionais e acadêmicas de homens e mulheres que compõem essas duas faculdades de Direito.

Como dissemos, os primeiros cursos da formação superior no Brasil não foram receptivos às mulheres. Na verdade, quando pertenciam às classes baixas, elas deveriam trabalhar e as que pertenciam às classes médias e altas deveriam se cultivar apenas o suficiente para o melhor exercício das funções domésticas e familiares. Como veremos adiante, este cenário mudou, porém as mulheres que obtiveram sucesso em acessar o espaço da formação jurídica em massa – hoje elas já dividem metade (ou quase metade) das cadeiras de estudantes com os homens –, são as mulheres brancas e das camadas médias e altas da sociedade. Isso quer dizer que quando falarmos de “mulheres” neste trabalho, estamos nos referindo a um grupo em específico; não se trata de um sujeito abstrato e universal, mas principalmente de uma parcela de mulheres que dispõem de ao menos alguns privilégios sociais, como o acesso à educação.

Dito isso, apresentaremos uma breve reconstituição histórica da passagem de mulheres – majoritariamente brancas e de classes médias – do espaço doméstico ao espaço

⁴ Ver mais em: <http://examedeorde.oab.org.br/DadosEstatisticos>. Disponível em: 10/02/2020.

⁵ Ver mais em: <https://www.oab.org.br/servicos/oabrecomenda> Disponível em: 17/07/2020.

público e que posteriormente puderam ingressar no ensino superior e nos cursos de Direito. Dessa forma, é possível analisar a posição atual e os papéis exercidos pelas mulheres no ensino jurídico, pois ao traçar suas trajetórias no tempo e no espaço podemos conhecer a estrutura social que embasa a desigualdade de gênero que, em alguma medida, ainda se reproduz.

Desde o século XIX e a ascensão dos valores burgueses, a função social de cuidar do status da família foi designada à mulher, que deveria ser uma boa esposa e mãe. Com a ascensão da burguesia, a educação também passou a ser valorizada, pois era necessário se afastar dos valores coloniais e aristocráticos anteriores a ela. A educação foi, então, implementada para homens e mulheres, porém, ela não era a mesma para os dois públicos e se ajustava aos seus destinos sociais: o mundo público para os homens e a vida doméstica para as mulheres. Sendo assim, a educação feminina atendia às necessidades do que era considerado a sua “essência”, a maternidade.

Se o papel social das mulheres era educar os filhos, o magistério surge como uma oportunidade de migração do espaço privado para o espaço público sob a justificativa de ali desenvolver as habilidades maternas. Dessa forma, muitas delas se tornaram professoras resultando na concepção do magistério como profissão “feminina”, afinal, os homens tinham muitas outras possibilidades de carreira. Tendo em vista que o afeto e a docilidade eram considerados facilitadores do ensino, as mulheres não eram consideradas competentes para lidar com atividades burocráticas, logo, os homens eram os diretores das escolas públicas, reforçando a “hierarquia doméstica” (LOURO, 2018, p. 460): elas ficavam na sala de aula e eles dirigiam as escolas e tinham poder decisório sobre o sistema de ensino.

Essa representação da professora como mãe afetuosa foi substituída por outras representações sucessivas e simultâneas que concorriam entre si. Cada uma delas é um princípio ativo na construção do “jeito professora” de ser e da sua posição no mundo social, por tal motivo seria um equívoco pensá-las fora das relações de poder que envolvem a sua construção. Ora, socialmente dominantes, os homens detinham o poder de falar sobre as mulheres e seus discursos eram muitas vezes incorporados e reproduzidos por elas. Um exemplo disso é o estereótipo de “professora mãe”, afetuosa, dócil e “cheia de sentimento”, mas havia outros: a “professora solteirona”, severa e pouco atraente ou a “professora-homem”, quando era considerada inteligente, pois a ignorância era uma característica

atribuída às mulheres e quanto mais instruída menos se era mulher (LOURO, 2018, pp 461-473).

Todas essas representações de professoras coexistiram, concorriam e se transformaram ao longo do tempo e da história do Brasil. Muitas delas foram incorporadas pela sociedade e constituíram a estrutura dessa profissão, e por isso persistem e se reproduzem até os dias atuais como parte da construção da própria subjetividade dessas mulheres, o que as torna professoras “ajustadas” ou “desviantes”. O que se apresenta como especialmente importante para o presente trabalho é que esses estereótipos não se restringiram ao contexto escolar, mas aparecem também na docência de cursos jurídicos, como veremos adiante.

Com a expansão da formação superior que viria a ser intensificada entre o início dos anos 1980 e fim dos anos 1990 (BRITO, 1990, p.82), as mulheres puderam, além de exercer as atividades do magistério, ingressar em cursos do ensino superior ditos “femininos”, como a pedagogia e a enfermagem, que pressupunham a entrega de si e o cuidado com o outro e que também estariam em harmonia com o suposto “instinto maternal” (PEROSA, 2005, p. 155). O curso de Direito também foi envolvido pelo fenômeno da expansão acadêmica (BRITO, 2009) e, por consequência, começou a receber perfis, em alguma medida, diversificados gerando uma certa pluralização das carreiras no Direito. Dito isso, buscamos investigar a presença de mulheres em faculdades de direito tradicionais e prestigiadas no estado de São Paulo. A apresentação dos resultados desta pesquisa está dividida em três partes: a primeira trata das propriedades sociais e escolares dos estudantes e de suas famílias, bem como das aspirações profissionais dos futuros bacharéis; a segunda parte está centrada nas posições e disposições das professoras na docência jurídica; e, por fim, a última parte discute as representações sobre as mulheres e os obstáculos sociais e simbólicos que atravessam suas trajetórias acadêmicas no ensino jurídico.

1. Recrutamento social e preferências acadêmicas do corpo discente

Apesar de ter sido um curso inicialmente direcionado aos homens, a análise do perfil dos estudantes ingressantes de Direito das duas instituições, em 2016, demonstrou um equilíbrio entre o número de estudantes homens e mulheres. Segundo os 237 questionários aplicados em 2016 nos períodos matutino e noturno, 100 no Mackenzie e 137 na USP, as

mulheres eram 58% dos ingressantes do curso jurídico na faculdade privada e 46,7% na faculdade pública.

Com o objetivo de aprofundar a compreensão sobre o perfil dos alunos e alunas de Direito, avaliamos suas propriedades econômicas, sociais e culturais. A análise dos questionários revelou que a trajetória escolar mais comum entre os estudantes de ambas as faculdades compreende a passagem pelo Ensino Médio em escola particular. Contudo, há uma notória diferença entre as duas instituições: no Mackenzie, apenas 10% fez o E.M em escola pública; na USP, possivelmente graças às políticas de ampliação de acesso como o INCLUSP, 23,5% fez o E.M no ensino público. Ainda assim, nas duas faculdades, homens e mulheres são predominantemente brancos (cerca de 80% nas duas faculdades), com idade modal entre 17 e 19 anos, seus pais (homens) são os que mais contribuem para a renda mensal familiar e apenas 20% dos discentes desenvolve atividade remunerada ao ingressar no curso. Ademais, verificou-se que esse público estudantil possui alto volume de capital econômico: cerca de 40% deles possuem renda acima de 15 salários mínimos, cerca de 30% têm a renda entre 9 e 15 salários mínimos e menos de 10% têm a renda até 3 salários mínimos. Se observarmos as condições econômicas das famílias dos estudantes separadamente, veremos que a USP recebe um público com poder aquisitivo ainda mais alto: cerca de 30% declararam ter renda mensal familiar acima de 20 salários mínimos, no Mackenzie este é o caso de 22% dos estudantes.

Considerando que a análise do capital econômico é insuficiente para identificar as propriedades sociais e culturais dos estudantes, verificamos também o volume de capital cultural desses estudantes por meio da escolaridade de seus pais e mães. Nas duas instituições, mais de 70% dos pais (homens) possuem ensino superior completo e as mães são ainda mais escolarizadas, elas são 75% com diploma de ensino superior. A alta escolaridade das famílias desses estudantes indica que eles pertencem às classes sociais mais elevadas, notadamente ao observamos a titulação de suas mães, pois a escolaridade materna exprime mais precisamente o ajuste entre os investimentos educacionais e a posição social da família (PEROSA, 2005, p.136). Isto é ainda mais válido para a USP, onde as mães com ensino superior somam 73,7%, das quais 40,5% têm uma pós-graduação; no Mackenzie, 68% delas possuem diploma superior, dentre elas 29,4% têm uma pós-graduação.

Em geral, a análise das propriedades sociais dos estudantes indica que o público de ambos os cursos de Direito pertence às classes dominantes, contudo, há maior

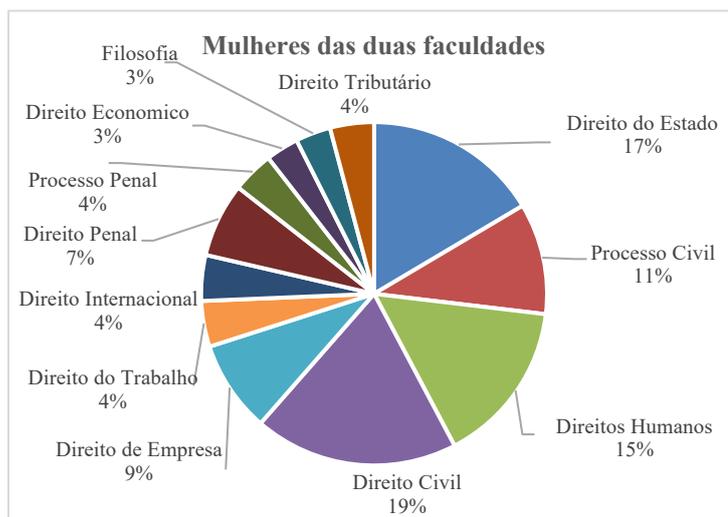
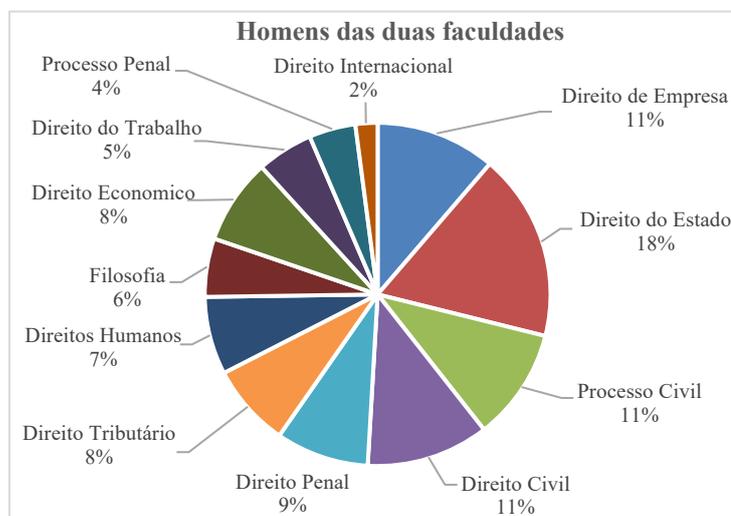
diversificação do recrutamento social dos estudantes da faculdade privada, pois seu público estudantil possui sensivelmente menor volume de capital econômico e cultural e ali está a maior porcentagem de mulheres, dominadas na hierarquia sexual. Isso não quer dizer que a seleção dos ingressantes seja feita dissimuladamente em razão do gênero ou da estrutura de capitais dos estudantes, mas o cenário descrito anteriormente indica que os homens brancos, principalmente os pertencentes às camadas dominantes da sociedade, possuem disposições ajustadas à posição de estudante de uma das melhores faculdades públicas de Direito do Brasil. Em outras palavras, estudar em uma faculdade tradicional com alto volume de capital simbólico está dentro do universo de possibilidades de determinados grupos que são socializados para ocuparem tais posições e que nelas se veem representados pelos seus iguais, o que estimula uma ambição pelo “provável”, quase naturalizada, justamente por ser próxima de sua realidade.

1.1 Divisão sexual das áreas jurídicas nas faculdades de Direito

A fim de investigar se as estudantes de Direito se dirigem às áreas jurídicas tradicionalmente associadas ao cuidado, à mediação dos conflitos e às questões familiares, como ocorre nas carreiras da Magistratura e da Advocacia (BARBALHO, 2013, p 13), foram levantados todos os títulos – e resumos, no caso do Mackenzie – dos Trabalhos de Conclusão de Curso entregues ao final de 2015.

A seguir, os gráficos⁶ 1 e 2 mostram a divisão sexual dos TCCs por área do Direito e indicam não apenas que a diferenciação das carreiras jurídicas segundo o gênero já possui seu fundamento na graduação, mas também que a diferença entre as temáticas eleitas por homens e mulheres no curso de Direito excede a própria natureza das instituições, manifestando-se de forma similar nas duas faculdades.

⁶ Os gráficos retratados agrupam as mulheres das universidades pública e privada no primeiro caso, e os homens das universidades pública e privada no segundo caso. Isto se deve ao fato de não ter havido uma grande diferença em relação à natureza das instituições (pública ou privada), mas principalmente no que tange ao gênero dos estudantes (mulher ou homem, neste caso). Ver mais em: RONCONI, Jéssica. *Direito e Gênero na Academia: estudo do caso de dois cursos jurídicos do estado de São Paulo*, TCC, Universidade Presbiteriana Mackenzie, 2018, p.38.

Gráfico 1: Divisão das mulheres por área jurídica**Gráfico 2:** Divisão dos homens por área jurídica

Fonte dos gráficos 1 e 2: RONCONI, 2018, p.39.

Os gráficos acima demonstram forte adesão ao Direito de Estado tanto pelas mulheres como pelos homens das duas instituições, o que pode ser explicado pelo espaço que esta área jurídica ocupava nos programas curriculares da USP e do Mackenzie em 2015: em ambas as faculdades, o Direito de Estado é a segunda área com maior carga horária nas respectivas grades curriculares (RONCONI, 2018, p.31). A maior adesão de alunas e alunos a este domínio temático indica que as faculdades de Direito conseguem inculcar suas preferências nas escolhas de seus corpos discentes.

Além disso, no caso dos homens, o Gráfico 2 mostra que há uma grande concentração de trabalhos em Direito de Empresa, Processo Civil e Direito Civil, áreas

igualmente privilegiadas nos programas curriculares da USP e do Mackenzie (RONCONI, 2018, p.31). No caso das mulheres, o Gráfico 1 mostra que a adesão ao Direito Civil também é alta, contudo, é importante ressaltar que nesses casos os temas mais escolhidos pelas estudantes integram o Direito de Família, subcampo considerado feminino e que ocupa uma posição dominada na hierarquia das áreas jurídicas (BONELLI, 2011, p.110). No Mackenzie, 44,5% dos trabalhos em Direito Civil são produzidos na área do Direito de Família – adoção, guarda compartilhada, abandono afetivo, gravidez por substituição, parentalidade socioafetiva, etc. – e todos são escritos por mulheres, com exceção de apenas dois. Na USP, Direito de Família corresponde a 25% da produção em Direito Civil, dentre eles apenas 3 não foram escritos por mulheres.

Ademais, o Gráfico 2 indica que os Direitos Humanos também receberam um grande número de TCCs nas duas faculdades, cuja produção notória é das estudantes. Com porcentagem mínima de horas na grade curricular do Mackenzie e nenhuma disciplina obrigatória no curso de Direito da USP, em 2015 (RONCONI, 2018, p.32), os Direitos Humanos são um caso emblemático, pois quase 20% das mulheres do curso privado, o dobro em relação aos seus colegas homens, 10%; e 13% das mulheres do curso público, também quase o dobro dos alunos homens (7%), produziram o TCC nesta área que atende às demandas das camadas dominadas da sociedade e é reivindicada pelos críticos do Direito que buscam romper com a ordem social pela redefinição da hierarquia das áreas jurídicas (ENGELMANN, 2006, p. 38). É interessante notar que no Mackenzie, os Direitos Humanos são a terceira área jurídica de maior produção de TCCs, atrás apenas do Direito do Estado e do Direito Civil; estas últimas juntas ocupavam 27% da carga horária total do curso, enquanto os Direitos humanos ocupava apenas 2,5% da grade curricular (RONCONI, 2018, pp. 29-35).

A preferência das estudantes pelos Direitos Humanos e pelo Direito de Família indica a existência da homologia entre a posição dominada da mulher no campo social e a posição dominada da disciplina escolhida na hierarquia temática do Direito. Segundo Bourdieu (2001, p. 251), para que se compreenda a eficácia simbólica do Direito, é necessário considerar que os “efeitos do ajustamento da oferta jurídica à procura jurídica” deve-se principalmente a mecanismos estruturais, mais ou menos inconscientes de modo que os ocupantes das posições dominadas no campo jurídico tendem a se dirigir aos clientes dominados no campo social. Estudos sobre o campo jurídico no Brasil (ALMEIDA, 2010)

mostram que a divisão sexual do trabalho coloca as mulheres, principalmente nas Defensorias Públicas, na defesa de interesses de menores, incapazes e pessoas com baixo ou nenhum poder aquisitivo. Outros trabalhos, por sua vez, falam em “guetos” femininos:

A estratificação ocorre na linha vertical, negando-se às mulheres acesso ao topo da ocupação. A segmentação processa-se na linha horizontal, formando guetos com as mulheres sendo confinadas a áreas menos valorizadas (direito de família x direito de negócios); a sedimentação dá-se com as profissionais recorrendo ao essencialismo como forma de organizar a identidade de gênero em enclaves, tentando se empoderar (BONELLI, 2011, p.110).

Se a análise das áreas jurídicas eleitas para a produção do TCC indica que as mulheres continuam se direcionando às áreas “sociais” que demandam preocupação com o outro, com a sociedade e com os menos privilegiados, isso não se deve a um suposto essencialismo de gênero, mas ao processo histórico que se insere também na estrutura do campo jurídico e que é incorporado por seus agentes. Não se sugere um determinismo em relação ao destino de homens ou mulheres – não constatamos áreas hegemonicamente femininas ou masculinas –, mas identificamos áreas historicamente associadas às características culturalmente atribuídas a um gênero e a outro.

Em suma, a análise desses trabalhos mostrou que há uma homologia entre as áreas mais valorizadas nos programas acadêmicos dessas instituições e as áreas eleitas para a produção da monografia pelos estudantes. Porém, também há uma correspondência entre a posição dos agentes na hierarquia de gênero e a posição da área do Direito na hierarquia das áreas jurídicas. Por um lado, a legitimidade da excelência jurídica inculcada pela faculdade nos estudantes é reproduzida por eles; por outro lado, o movimento em direção contrária também existe e pode vir a modificar a hierarquia das áreas jurídicas consagradas. Este processo parece ocorrer “de baixo para cima”, e se deve ao menos em parte à abertura do curso de direito às mulheres, em nível discente.

Além dos domínios temáticos no Direito, através dos questionários aplicados investigamos as preferências profissionais declaradas pelos alunos e alunas das duas faculdades. De modo geral, há uma ampliação do universo de possibilidades aspiradas pelas mulheres das duas faculdades, porém, se por um lado elas demonstraram interesse por carreiras tradicionalmente masculinas como a Magistratura – que atrai 12% do total de alunas e 16% do total de alunos –, por outro lado, as carreiras tradicionalmente femininas, como a Defensoria Pública, continuam atraindo mais mulheres (12%) que homens (6%).

Outro aspecto de diferenciação no que tange à escolha da carreira profissional é a instituição de ensino da qual esses estudantes fazem parte: no Mackenzie, há um equilíbrio entre os que pretendem seguir a carreira pública e a carreira privada, ao passo que na USP, a preferência é pelas carreiras jurídicas públicas⁷. Cerca de 30% dos alunos do Mackenzie assinalaram o interesse pela Advocacia – carreira mais favorável à reconversão de capitais herdados em capital profissional pela mobilização das relações sociais e familiares na conquista de uma clientela –; outros 37% preferem seguir alguma carreira pública; sendo a mais popular a Promotoria (14%) seguida da Magistratura (9%). Na USP, apenas 17% declarou interesse pela Advocacia e mais da metade dos estudantes, 52,5% declaram a intenção de seguir alguma carreira pública, principalmente a Diplomacia (16%), a Magistratura (16%) e a Defensoria Pública (10%).

Ao observar os motivos que levaram seus estudantes a escolher o curso de Direito nota-se que, no Mackenzie, a possibilidade de “Poder contribuir para a sociedade” foi declarada como uma razão determinante para 41% das mulheres e 20% dos homens na escolha do curso; na USP, a mesma razão motivou 32,8% das mulheres e 34,3% dos homens. Neste caso, a diferença entre os dois gêneros é notadamente mais marcante na universidade privada. Além disso, vimos que as possibilidades salariais e a inserção no mercado de trabalho foram decisivas na escolha do curso de Direito para cerca de 48% das mulheres e homens do Mackenzie, sendo considerada importante por apenas 18% das alunas e 23% dos alunos da USP.

As divergências percebidas entre as duas instituições demonstram que a análise de gênero não é capaz de sozinha explicar a agência das pessoas. Como vimos anteriormente, os públicos das duas faculdades, apesar de disporem de alto volume de capital econômico e cultural, não possuem a mesma estrutura de capitais. Sendo assim, os estudantes da USP, com capital cultural e econômico mais elevado que as famílias dos estudantes do Mackenzie, se veem mais “livres” para consagrar sua carreira ao social, aqui representada pelo desejo de entrar na faculdade de direito para “contribuir para a sociedade”, e declarar sua despreocupação em relação às questões econômicas e profissionais. Na faculdade privada, por sua vez, a despeito

⁷ Cabe dizer que as exigências de acesso ao mercado privado são, em princípio, menos objetivas; isso implica, de um lado, a ampliação do direito de entrada nesta carreira, porém, na medida em que os critérios não são objetivos ou institucionalizados, torna-se mais difícil decodificar as condições para ascensão profissional na Advocacia (BERTOLIM, 2017).

da valorização da dimensão social do curso de direito, mais eminente é a valorização das possibilidades salariais e a inserção no mercado de trabalho pelos ingressantes (RONCONI 2018, pp.50-52). Além disso, as autorrepresentações das Faculdades de Direito do Mackenzie e da USP, que constam em seus *sites*⁸, revelou que a primeira associa sua identidade aos valores de tradição e inovação ligados ao mercado de trabalho, enaltecendo o sucesso de seus alunos no campo profissional; a segunda reivindica a tradição no ensino jurídico e promove uma imagem romântica de si enquanto centro político e cultural⁹. Dessa forma, encontra-se uma correspondência entre o “espírito de corpo” (BOURDIEU, 1989, pp. 112) da USP e a valorização do caráter social da formação jurídica por seus alunos, assim como a adesão declarada dos alunos do Mackenzie ao caráter profissionalizante do curso de direito condiz com a imagem que esta universidade promove de si mesma.

Em suma, o conjunto das expectativas sociais sobre a representação de gênero somadas às autorrepresentações das faculdades de direito e à estrutura de capitais de suas famílias produzem em alunos e alunas de Direito disposições ajustadas às suas posições no campo universitário por meio das “escolhas” relacionadas à profissão e à área jurídica de atuação.

2. Mulheres no corpo docente das faculdades de Direito

Feita a análise do corpo docente das duas faculdades de Direito, podemos seguir com o estudo da docência no Direito. Uma primeira observação da composição dos corpos docentes da USP e do Mackenzie mostram que eles são hegemonicamente masculinos. Em 2017, as duas faculdades de Direito possuíam 315 professores, sendo 154 da faculdade privada, 155 da faculdade pública e 6 de ambas as faculdades. Nos dois casos, o número de homens é muito superior ao de mulheres: no Mackenzie, elas representam 28% do corpo docente e na USP elas são apenas 17,4% do grupo professoral, muito abaixo da média nacional de 38,4%, segundo o levantamento da FGV (BONELLI, 2017, p. 99). Assim como outras carreiras jurídicas, a carreira acadêmica no Direito também sofre um processo de

⁸ Ver mais em: <https://www.mackenzie.br/instituto/historia-do-instituto/> e <http://www.direito.usp.br>. Acesso em: 20/07/2020.

⁹ Análise as autorrepresentações e o “espírito de corpo” das duas Faculdades de Direito com maior profundidade em RONCONI, 2021 no prelo.

feminização uma vez que sua base, o corpo discente, é equilibrado entre homens e mulheres e seu topo continua sendo predominantemente ocupado por professores homens. Além da diferença quantitativa entre professores e professoras, por meio dos currículos *lattes* nós investigamos suas trajetórias acadêmicas para investigar se os obstáculos colocados às mulheres na ascensão profissional na carreira acadêmica apareceriam em seus currículos.

Em geral, a maioria dos professores e professoras passou por faculdades de Direito tradicionais e consagradas durante a graduação, o mestrado e o doutorado (RONCONI, 2018, p. 59). Em relação ao grau de instrução, também não há grandes diferenças em relação ao gênero, mas sim em relação às instituições. Tendo em vista que o título de doutorado é um requisito obrigatório para integrar o corpo docente de universidades públicas e que o mesmo não ocorre nas universidades privadas – embora a alta titulação também seja um critério para a contratação cada vez mais valorizado em um contexto de profissionalização docente –, não é surpresa que os docentes da USP possuam títulos escolares mais altos que os professores do Mackenzie.

Tabela 1: Grau escolar mais alto dos docentes da Faculdade de Direito do Mackenzie em 2017

Grau escolar mais alto - Mackenzie	Mulher (%)	Homem (%)
Pós-doutorado	15,5	16
Doutorado	46,7	53,5
Mestrado	35,5	26,3
Especialização	2,3	3,5
Não informou	0	0,9

Fonte: Elaboração própria.

Tabela 2: Grau escolar mais alto dos docentes da Faculdade de Direito da USP em 2017

Grau escolar mais alto - USP	Mulher (%)	Homem (%)
Pós-doutorado	18	26,3
Doutorado	82	73,7

Fonte: Elaboração própria.

A observação das duas tabelas anteriores mostra que a quantidade de professores e professoras com pós-doutorado na universidade privada é praticamente a mesma (15,5% e 16%, respectivamente); na universidade pública, 18% das mulheres e 26,3% dos homens possuem pelo menos um título de pós-doutorado. Como dissemos, se o doutorado é o menor título que os docentes da USP podem ter, o pós-doutorado funciona como elemento de distinção. Dentre os docentes que possuem este título na USP, nota-se que homens fizeram o pós-doutorado fora do Brasil e apenas quatro professoras fizeram o mesmo;

como veremos na próxima seção, uma das maiores dificuldades para a ascensão de mulheres na carreira docente é a maternidade, pois o papel social exigido da mãe não favorece a realização de um pós-doutorado no exterior, por exemplo. Mesmo um pós-doutorado no Brasil exigiria dela uma dupla jornada, caso ela exerça funções acadêmicas e domésticas, ou uma tripla jornada, se além disso ela ainda tiver uma outra função profissional, o que é tão comum entre docentes do Direito.

Além da titulação, a fim de verificar a dedicação de professores e professoras no cotidiano da carreira docente, analisamos seu trabalho de produção acadêmica. Para tanto, levantamos a quantidade e a qualidade dos periódicos e revistas científicas de suas publicações, por meio da plataforma Sucupira da CAPES, cujas categorias mais elevadas são “A1” e “A2”. Até 28 de outubro de 2017, os 161 professores da USP tinham 5.864 publicações, mais do que o dobro de publicação dos 160 docentes do Mackenzie, com 2.886 publicações. Além disso, 34 professores desta última – 21% deles –, não indicou qualquer publicação no *lattes*; em contrapartida, no corpo professoral da USP apenas 4 apresentam a mesma situação, isto é, menos de 2,5%. Esses dados quantitativos são indicadores da inclinação relativamente menos acadêmica e da menor profissionalização dos professores da faculdade privada, quando comparados aos da faculdade pública.

Com o objetivo de apreender suas competências realmente distintivas, avaliamos apenas as publicações em periódicos “A1” e “A2”, que correspondem a 3,8% dos textos dos professores do Mackenzie e 7% dos textos dos professores da USP. Apesar de relativamente escassa, a publicação em revistas consideradas de maior qualidade por parte dos docentes do curso público é praticamente o dobro daquela feita pelos docentes do curso privado. Além disso, ao verificar o número de professores que publicaram nessas revistas encontramos 51 professores de Direito do Mackenzie e 95 da USP, isto é 32% e 60% do corpo docente de cada instituição, respectivamente. Dessa forma, o estudo sobre a qualidade dos periódicos e o número de docentes envolvidos na produção acadêmica considerada de excelência aponta para a maior profissionalização do corpo docente da USP.

Ao analisar as publicações em relação ao gênero, nota-se que na universidade privada, as professoras são responsáveis por 23% das publicações em periódicos de alta qualidade; na pública, elas são apenas 8,8%. Isso não quer dizer, contudo, que as docentes da USP são menos comprometidas com a produção acadêmica; das 407 publicações desta faculdade em revistas “A1” e “A2”, 36 foram feitas por professoras; no Mackenzie, dentre

as 109 publicações, 25 são feitas por professoras. Na verdade, os professores homens da faculdade privada é que aparecem como menos comprometidos com a produção acadêmica em relação aos colegas da faculdade pública. Sendo assim, as professoras do Mackenzie são responsáveis, através de suas publicações, pela acumulação de capital científico, não apenas para elas, mas também para a instituição.

No que tange à área de produção e de atuação dos professores e professoras das faculdades de Direito, analisamos a distribuição do corpo docente dos dois cursos nas diversas áreas jurídicas, como demonstra a tabela a seguir, a fim de identificar se os domínios temáticos de preferência do corpo docente confirmam às tendências apontadas no estudo sobre os estudantes.

Tabela 3¹⁰: Distribuição de professores e professoras do Mackenzie e da USP por área jurídica em 2017

Área do Direito	Homens (Mackenzie e USP)	Mulheres (Mackenzie e USP)
Direito Civil	13%	14%
Direito de Empresa	11%	13%
Direito do Estado	13%	11,8%
Filosofia e TGD	9,5%	13%
Processo Civil	9%	6,5%
Processo Penal	5,5%	6,5%
Direito Penal	8,5%	10,8%
Direito Econômico	7,6%	1%
Direito do Trabalho	6,3%	3,2%
Direito Internacional	3,8%	4,3%
Direito Tributário	4%	3,2%
Direitos Humanos	2,5%	7,5%
Prática Jurídica	3,5%	3,2%
Formação Geral	2,8%	2%

Fonte: Elaboração própria. Grifo meu.

As maiores distâncias entre a coluna de homens e a coluna de mulheres da Tabela 3 aparecem com o Direito Econômico (diferença de 6,6%) e os Direitos Humanos (diferença de 5%), espaços majoritariamente ocupados por integrantes do sexo masculino e feminino, respectivamente. Na realidade, o 1% feminino que leciona no Direito Econômico corresponde a apenas 1 mulher, ou seja, de todas as 71 docentes das duas instituições apenas

¹⁰ Os valores de cada coluna da tabela referem-se ao total de docentes de cada gênero, pois se expuséssemos os dados em relação à totalidade dos corpos professorais seria evidenciada a diferença quantitativa entre homens e mulheres e não a divisão por área do Direito.

1 (da faculdade privada) ministra aulas nesta área jurídica. No caso dos Direitos Humanos, por sua vez, o número de docentes mulheres é três vezes maior que a dos homens, o que corrobora a tendência já anunciada na análise dos TCCs produzidos pelos estudantes. Em contrapartida, a quantidade de professoras em áreas jurídicas consagradas nas duas faculdades é maior do que a dos homens: isto vale para o Direito Civil – mesmo considerando que muitas mulheres atuam no Direito de Família –, Direito de Empresa e Filosofia e Teoria Geral dos Direito, com exceção apenas do Direito do Estado, onde homens e mulheres estão equilibrados.

A distribuição das professoras segundo as áreas do Direito nas duas instituições revela que, se por um lado elas conseguem ultrapassar algumas barreiras simbólicas e estão em áreas jurídicas dominantes, por outro lado, ainda são elas as principais integrantes e atuantes das áreas menos legitimadas juridicamente e socialmente. Em outras palavras, as professoras podem estar vinculadas à área de Direito Empresarial – que seria considerada tipicamente masculina (BONELLI, 2011, p.210) –, desde que haja mulheres atuando no Direito de Família e nos Direitos Humanos.

Além da hierarquia das áreas jurídicas, investigamos a hierarquia dos cargos e as posições de docentes nas Faculdades de Direito da USP e do Mackenzie, em 2017. Apesar do baixo número de mulheres nos corpos docentes dos dois cursos de Direito, elas representavam 60% do corpo administrativo do Mackenzie e 55% da USP, porém em ambos os casos as mulheres ocupavam cargos secundários ou associados à pesquisa e à cultura. No Mackenzie, elas estavam na coordenação de pesquisa, na coordenação de TCC, na coordenação adjunta de pesquisa, na coordenação adjunta de TCC e na coordenação adjunta de atividades complementares e extensão; a única exceção foi a coordenação de estágio. Na USP, as mulheres ocupavam as presidências da comissão de pesquisa, da comissão de Cultura e Extensão e a vice-presidência destas duas comissões. Os homens das duas universidades, por sua vez, ocupavam os cargos de direção da Faculdade de Direito, da coordenação da graduação e da pós-graduação bem como a coordenação adjunta da Faculdade de Direito, no caso da faculdade privada, e as presidências e vice-presidências das comissões de graduação e de pós-graduação, na faculdade pública.

Ao serem questionadas sobre esta divergência nos quadros diretivos das Faculdades de Direito, algumas professoras afirmam ser muito comum que o “primeiro escalão” seja masculino e outras enfatizam a hierarquia política das comissões e coordenações.

Se você olhar o primeiro escalão, ele é um escalão masculino, diretor, coordenador de curso... Se você olha o segundo escalão, coordenadoras adjuntas, maioria. As coordenações que têm trabalho braçal mesmo são as mulheres. Então assim, ou você aparece, dá sua cara lá bonita, ou você segura o piano e as mulheres têm sido escolhidas pra carregar o piano [...] agora eu não sei se quando tem que aparecer alguém em nome da faculdade, se eles mandam as mulheres. (Professora, Mackenzie, entre 50 e 55 anos)

Graduação e Pós-graduação são as comissões politicamente mais importantes, é uma questão política então pesquisa, cultura e extensão são menos importantes internamente falando, politicamente falando, né, por isso a diferença, mas hoje já mudou. (Professora, USP, entre 40 e 45 anos)

Segundo Bonelli (2017), estudos internacionais que tratam da maior presença das mulheres no ensino do Direito trazem à tona essa dimensão estrutural de práticas de gênero como segregação desse grupo no preenchimento de posições subalternas no campo acadêmico e a reprodução dos estereótipos femininos, como será visto a seguir.

3. Barreiras simbólicas e a representação sobre mulheres na docência jurídica

A análise dos currículos lattes de professores e professoras das faculdades de Direito da USP e do Mackenzie revelam distinções importantes entre as duas instituições e entre os dois gêneros, porém, os documentos do CNPq não demonstram as condições segundo as quais se desenvolveram as trajetórias acadêmicas e profissionais desses docentes. Com o objetivo de suprir esta lacuna, foram realizadas 20 entrevistas semidiretivas com os docentes dos dois cursos de Direito, em 2018, – dez do Mackenzie (sete homens e três mulheres), oito da USP (seis homens e duas mulheres) e, por fim, um professor e uma professora de ambos os cursos. Durante as entrevistas, os docentes falaram sobre a trajetória social, familiar e profissional que os levou à docência jurídica, bem como suas percepções e representações sobre as mulheres no ensino do Direito.

No que tange à origem social dos entrevistados, os depoimentos revelaram que eles não tiveram dificuldades financeiras durante a infância e adolescência; em geral, eles estudaram em colégios particulares e relataram uma vida confortável, mas não luxuosa. Além disso, eles demonstraram grande incentivo e investimento das famílias para que estudassem: “*Chegava em casa, aí tinha uma regra muito interessante: primeiro a obrigação depois a diversão [...] toda a lição antes*” (Professor, Mackenzie, entre 30 e 35 anos).

No que se refere à trajetória acadêmica, independentemente da natureza da instituição e do gênero, nenhum deles afirma ter tido grandes dificuldades durante o curso. Quase metade deles teve alguma experiência com a monitoria ou com a iniciação científica logo no início da graduação, principalmente na USP, por essa razão muitos consideraram a docência como uma trajetória natural. Quase todos, 16 entrevistados, disseram que a decisão de seguir a carreira acadêmica foi tomada durante a graduação, embora muitos também tenham decidido seguir outra função profissional simultaneamente.

3.1 Interpretações da baixa representatividade feminina no corpo docente

Se em relação à origem social e à infância não apareceram desigualdades entre as duas faculdades e entre homens e mulheres, ao analisar as representações das professoras na carreira acadêmica, nota-se que se exige delas um esforço muito maior que o dos homens para que os dois estejam na mesma posição. O número tão reduzido de mulheres no corpo docente das duas faculdades apareceu em 18 das 20 entrevistas como algo negativo.

Dez entrevistados (quatro homens do Mackenzie, quatro homens da USP, um professor das duas faculdades e uma mulher da USP) disseram que esta situação é fruto da estrutura social e da história, ou seja, haveria uma conjuntura social de discriminação de gênero que se reproduz no Direito. Nesse sentido, alguns acreditam que apenas o tempo é capaz de resolver esta desigualdade: *“Ah, eu acho que isso é um paradigma de herança [...] as pessoas não saem daqui [...] isso é um retrato do passado [...] mas isso tá mudando [...] acaba não tendo vaga, mas as vagas que estão aparecendo elas estão sendo supridas por mulheres”* (Professor, Mackenzie, entre 45 e 50 anos). Outros acreditam que apesar da conjuntura social, a falta de políticas públicas agrava essa situação: *“você tem estruturas profundas que às vezes que operam naturalmente sem necessariamente atos deliberados intencionais né... Por um lado, é produto disso, por outro lado é produto da falta de incentivo, da falta de... políticas públicas que removam os obstáculos que essas mulheres enfrentam né.”* (Professor, USP, entre 40 e 45 anos).

Sete docentes (duas mulheres e dois homens do Mackenzie e uma professora e dois professores da USP), atribuem a baixa representatividade feminina na docência à própria estrutura do Direito, que seria historicamente masculina e machista, e a universidade estaria reproduzindo a discriminação de gênero presente no campo jurídico: *“O Direito é um ambiente muito machista [...] viver nesse meio, quer dizer, transitar nesse ambiente de homens não é fácil”* (E13, Professora, fac. pública).

Faz parte da tradição da própria universidade, [...] na verdade o Direito faz parte da realidade né, Direito, Medicina e Engenharia [...] agora a contratação de professores é feita via edital, tem todo um processo, né. Isso talvez tenha possibilitado ou possibilite a entrada de mais mulheres, ou que a gente discuta a questão de gênero quando da seleção, se a gente for olhar pra trás talvez isso tenha a ver. É um feudo né, o campo jurídico, ele é dominado por homens [...] é um *locus* eminentemente masculino, embora a gente tenha mais mulheres hoje nas cadeiras do Direito como discentes e se formando, mas a gente tem um predomínio masculino e talvez isso tenha gerado o predomínio de homens professores no corpo docente (Professora, Mackenzie, entre 45 e 50 anos)

Duas mulheres (uma do Mackenzie e a outra das duas faculdades) interpreta a pouca presença feminina na docência como uma escolha das mulheres: *“é muito uma questão de opção também, talvez a mulher não queira fazer a parte acadêmica porque você precisa estar sempre investindo, sempre estudando então, [...] mas assim, nunca senti nenhum tipo de problema pelo fato de ser mulher”* (Professora, Mackenzie, entre 40 e 45 anos). Segundo Bourdieu (2002) e Bertolin (2017), essa postura é comum entre aquelas que conseguem ascender na hierarquia da sua profissão e a partir desse momento abrandam os efeitos da dominação masculina e da discriminação de gênero pela naturalização de sua posição e reprodução do padrão masculino.

Dentre aqueles que acreditam haver dificuldades específicas enfrentadas pelas mulheres na carreira acadêmica, a maternidade foi a mais mencionada. Na representação de mais da metade desses docentes ser mãe e seguir a carreira acadêmica são dois trajetos que não se ajudam, uma vez que ter filhos implicaria a redução da produtividade, freando a carreira acadêmica ou exigindo muito mais esforço para que ela seja bem-sucedida.

Como você vira professora [...] você passa por um concurso, quando você faz esse concurso? Quando você é doutor, quando você é doutor? Ah você é doutor ali entre seus 30 e poucos e seus 40 e poucos anos de idade. Pensando em uma pessoa que, né, tenha escolhido constituir uma família e ter filhos [...] a divisão de tarefas decorrente da paternidade, da maternidade é muito desigualmente distribuída, não só do ponto de vista físico, [...] o trabalho mental de coordenar a babá, a creche, de lembrar de mandar o cheque do passeio da escola que vai ter não sei quando e [...] essa agenda de preocupações é muitas vezes desigualmente distribuída e, por conta da nossa configuração social, dificilmente esse ônus é maior pro homem do que pra mulher. [...] Quem é que vai rejeitar convite pra congresso porque a criança não tem com quem ficar? Quem é que vai rejeitar marcar reunião ou dar palestra no período noturno porque agora tem filho? Quem é que vai ter a sua produtividade diminuída e não vai conseguir produzir artigo porque chega em casa à noite e ainda tem que [...] No âmbito conjugal, se você não tiver uma divisão igual ou às vezes um plano de carreira mesmo em que o marido chega pra mulher né, falando assim, pensando em falar “olha daqui a três anos vai abrir um

concurso, você precisa dar um gás no seu currículo, então, eu vou desacelerar a minha carreira para que você possa dar um gás na sua”. [...] Então o sujeito chega lá e tem três filhos pequenos, com 38 anos de idade, você vai olhar o currículo dele, a vida dele não mudou nada [...] chega em casa já está todo mundo de banho tomado, dormindo, limpinho, né? (Professor, USP, entre 35 e 40 anos)

Além da maternidade, o espaço físico da universidade impõe obstáculos simbólicos e culturais às mulheres, pois as referências são hegemonicamente masculinas: as salas de aula e auditórios são nomeadas em homenagem aos homens, os retratos nas paredes são de homens, as bancas muitas vezes são masculinas etc. Todos esses aspectos são incorporados pelos agentes do campo e delimitam até onde é possível seguir, dessa forma, além das estruturas sociais, as práticas culturais e simbólicas também são eficientes para manter a mulher afastada do espaço do ensino jurídico.

Na tentativa de romper com esse modelo é comum que as mulheres passem a exercer funções anteriormente masculinas, pois além de sua força de trabalho ser considerada inferior, são exigidos delas os pré-requisitos masculinos daquela carreira fazendo com que a normalidade do homem equivalha ao duplo esforço da mulher (BOURDIEU, 2002).

É reflexo do machismo, [...] a necessidade que nós mulheres temos de ser melhor, a gente tem que provar não só que a gente é boa, a gente tem que provar que a gente é melhor que os homens, isso é um inferno na vida. Você tem o mesmo que um homem, você não é igual a um homem, você tem que provar que você é 10 vezes melhor do que ele pra você tá junto com ele (Professora, USP, entre 40 e 45 anos).

Como o homem é a medida para ambos os sexos, esta é uma forma de manutenção das relações desiguais entre homens e mulheres, pois a moral androcêntrica é vista como neutra então não precisa ser legitimada ou justificada (BOURDIEU, 2002, p.18).

3.2 Os estereótipos das professoras

Além desses impasses colocados às mulheres, elas também convivem com os estereótipos construídos em torno da figura feminina. Na introdução deste artigo foram apresentados alguns estereótipos atribuídos às mulheres no magistério e que ainda existem no ensino jurídico. Embora muitas professoras busquem se desvincular desses estereótipos, eles funcionam como medidores do bom e do mau professor em função do gênero. Se a professora incorpora a figura maternal em sala de aula, ela pode não ser levada à sério; em

contrapartida, se é severa, pode ser considerada desequilibrada e associada à figura masculina ou à ausência de vida sexual. O trecho a seguir resume alguns desses estereótipos:

“A gente tem os estereótipos né, ou você sobreviveu de favor sexual, chegou onde você chegou porque você teve alguma coisa com alguém, porque é influente. Ou você é a louca, a que grita, que não sei o que, ou você é a famosa, eu vou falar palavrão, mas enfim, a mal comida, aquela masculina [...] Cada uma vai se encaixar num deles conforme as características pessoais né, mas sempre você tá em algum deles, você não foge disso [...] eu ainda sofro estereótipo, o tempo inteiro, o tempo inteiro, eu tenho o tempo inteiro que provar que eu sou. E eu achei que isso não fosse mais acontecer e isso acontece e eu acho que até eu ter 80 anos isso vai continuar acontecendo” (Professora, USP, entre 40 e 45 anos).

Os estereótipos trazidos no trecho acima coincidem com a descrição de representações das professoras apresentada por Louro (2018). A autora demonstra que houve um período em que a profissão de magistério foi incompatível com o casamento, logo, aquelas que optassem ou precisassem trabalhar teriam sua sexualidade negada. A negação da vida sexual passou, então, a fazer parte do imaginário das pessoas, despertando sua curiosidade (LOURO, 2018, p. 467).

Como dissemos, todos esses estereótipos dificultam a legitimação da professora no exercício da sua função profissional. Um exemplo pragmático disso é a maior inviabilidade das mulheres em fazer o *networking*: “*Se a mulher sair com o colega ou conhecido com quem ela quer se relacionar profissionalmente, se ela sair, já fica assim, ‘oh, o que ela quer? Ela está indo de noite será que tem segundas intenções?’*” (Professora, Mackenzie, entre 50 e 55 anos). Além disso, em entrevistas com duas professoras da USP o respeito pela autoridade feminina na sala de aula aparece como algo que precisa ser conquistado junto aos alunos:

Eu dava aula pra uma sala sei lá de quase 200 alunos e o colega que estava dando a mesma matéria estava com 40 alunos na sala, então eu acho que teve um movimento pra fazer a minha matéria, não sei se acharam que ia ser tranquilo, né, eu realmente, era muito mais nova. [...] Eu tive uma alta taxa de reprovação, altíssima taxa de reprovação e isso aconteceu no primeiro ano que eu dei aula e no segundo ano também, isso gerou muito atrito, muito desgaste assim eu sofri muito, muito mesmo [...] mas depois disso até por uma compreensão de que esse era, de que meu estilo ia ser de um curso exigente e que eu também compreendi os limites dos alunos e ajustei o meu curso em alguns aspectos pra exigir um tipo de participação que seria factível e que poderia ser organizada e aí isso foi construindo hoje uma relação muito, muito boa (Professora, USP, entre 30 e 40 anos).

A minha relação com os alunos, começou boa, eu tive que construir ela boa porque eu passei por uma fase de muita fragilidade. [...] Eu tinha acabado de me formar e eu tinha que falar pra alunos de quinto ano como

monitora de pós-graduação, e muitas vezes falar sem ter um professor atrás de mim [...] Então eu sempre tive muito claro pra mim que se eu fosse ser arrogante se eu fosse me pautar num papel de superioridade eu ia tomar uma porrada. Eu lembro da primeira monitoria que eu dei [...] primeiros 15 minutos de aula, falando qualquer coisa, um aluno se levanta e fala 'professora, ..., que interessante isso que você está falando, inclusive sobre esse tema tem um autor alemão que diz o seguinte, ele abre um livro em alemão e começa a ler, ele fecha dá uma risadinha e fala o que que você acha?', quer dizer, é um teste né [...] Eu tive que aprender, foi uma sobrevivência, eu construía uma boa relação porque senão eu morria, né? [risos] (Professora, USP, entre 40 e 45 anos)

No primeiro caso, há o pressuposto de que a professora mulher e jovem é sempre “boazinha”, “maternal”, e quando isto não se verifica cobra-se dela esta postura; no segundo caso, os discentes já logo intimidam a professora. Se a estratégia da primeira foi mostrar o seu rigor em sala de aula, a segunda fez um cálculo, mesmo que não de forma consciente, e notou que a postura severa não lhe traria benefícios. Nas duas situações as professoras demonstram que houve um processo de construção da boa relação com os alunos. É importante ressaltar que nenhum dos 14 homens entrevistados indicou qualquer necessidade em conquistar um bom relacionamento com os estudantes, eles sugerem que sua relação é “naturalmente” boa; leia-se socialmente construída em momento anterior ao encontro dos alunos com o professor e que, portanto, está nas estruturas sociais presentes nas ações dos agentes.

Além desses estereótipos apresentados até aqui, há outros relacionados à suposta “natureza feminina”. É com “elogios” a esses atributos que cinco entrevistados – quatro homens e uma mulher, todos do Mackenzie – justificam o aumento da presença feminina no corpo discente e contam as “vantagens” de tê-las no campo acadêmico. As mulheres são, em geral, consideradas organizadas, dedicadas e meticolosas:

O homem ele é mais de embate do que a mulher, tanto que você vê em sala de aula com criança pequena os meninos se batendo a partir dos dois anos de idade, os homens se enfrentam mais do que as mulheres e com isso as mulheres acabam tendo cargos por merecimento porque sabem que é super dedicada e acabam indicando pra área cultural, pra área de coordenação, e os homens vão pra essa área de embate, a eleição guardadas as proporções ela é uma guerra. (Professor, Mackenzie, entre 50 e 55 anos)

É que mulher é bem meticolosa né, mas é coincidência. Aqui nós já tivemos ó, na coordenação de pesquisa eu, depois foi a [nome da professora], e agora a [nome da professora], não sei se vai ser uma linha sempre, as mulheres estão invadindo, mas eu acho que a mulher, ela tem

uma qualidade porque ela é muito minuciosa e isso pra pesquisa é muito importante, entendeu? Agora pra extensão normalmente é homem mesmo, normalmente é homem, já era homem no passado. (Professor, Mackenzie, entre 45 e 50 anos)

Percebe-se então que as mulheres não são tidas como iguais aos homens, mas como um “outro” que possui características particulares e por isso ocupam um papel específico no universo jurídico e acadêmico. A representação da mulher como alguém que cuida e é sensível aparece também em entrevista com outro professor do Mackenzie que enaltece a importância da sensibilidade feminina nas relações interpessoais ao mesmo tempo em que atribui o maior número de mulheres no alunado à “vocação mais humanitária” dos cursos de Direito, despertando também o lado “sensível” das jovens ingressantes.

Você tem professoras aqui que são extremamente capazes e inspiradores, enfim, com produção enorme, [...] mulher no século XXI, que compatibiliza inúmeras responsabilidades e que tem uma capacidade gigante de produzir, de influenciar, de inspirar, que tem uma contribuição aí tão ou mais relevante, [...] é uma mistura saudável né, necessária, saudável, importante, a mulher sempre tem um... a mulher tem uma sensibilidade refinada pra muita coisa então eu acho que isso é sempre muito importante e isso numa relação interpessoal principalmente [...] Hoje os programas têm uma vocação cada vez mais humanitária. Isso mexe muito com a sensibilidade e a mulher, e eu acho que isso gera uma sinergia muito grande com o perfil da mulher né, de ajudar, de acolher, de... de... apoiar, de envolver de engajar, então, eu to chutando né, não sei se isso faz sentido ou não. (Professor, Mackenzie, entre 40 e 45 anos)

A representação que os homens, notadamente os professores do Mackenzie, têm das mulheres indica que elas ocupam um papel específico no universo jurídico e acadêmico em razão das suas qualidades “femininas”. Dessa forma, cada estereótipo, a seu modo, possui um peso social muito grande que recai sobre as mulheres como forma de exigências: elas não devem ser muito dóceis, nem muito severas; devem ser extremamente exigentes e competentes, não comuns ou medianas; devem ter uma família, mas não podem colocá-la em primeiro lugar, pois seria falta de profissionalismo, ao mesmo tempo em que a responsabilidade familiar recai sobre elas.

Eu nunca paro de trabalhar, nem sábado e domingo, assim, um dia... além da questão mulher tem a questão mãe que eu acho muito complicado para carreira profissional, então eu passei a minha vida inteira me desculpando, até hoje eu faço isso, todo mundo fala 'como é que você conseguiu, essa pergunta de sempre né, conciliar a carreira profissional com a vida de mãe? Eu falo, “não consegui”, simples assim, eu estou sempre atrás do prejuízo eu estou sempre me desculpando com alguém porque eu não consegui fazer alguma coisa. Então, essa rotina é muito louca, eu sempre estou

atrasada, eu sempre estou correndo eu estou sempre tendo que remarcar coisas, e eu sempre tento trabalhar, não tem aquele momento que você fala “ah esse final de semana não vou fazer nada”. Isso não existe [risos] (Professora, USP, entre 40 e 45 anos)

Como bem mostra o trecho anterior, todas essas obrigações contraditórias são incorporadas pelas mulheres, que possuem disposições ajustadas à posição social de mãe e de profissional, o que resulta no sentimento de culpa visto que a produção acadêmica exigida no topo da carreira docente demanda uma carga de trabalho incompatível com a carga de trabalho exigida delas no âmbito familiar. Diante disso, uma das estratégias femininas é lutar pelo reconhecimento e apropriação dos espaços masculinos por meio da afirmação do marcador social de gênero, enaltecendo e visibilizando o que antes era sistematicamente apagado.

Considerações Finais

Se é verdade que as mulheres – principalmente brancas e das classes médias e altas – conquistaram seu espaço no mercado de trabalho e no universo jurídico, ao longo deste artigo pudemos perceber que essa conquista ainda não foi integralmente alcançada. Verificamos que o processo de feminização ocorre também no ensino jurídico, pois, na faculdade de Direito da USP e do Mackenzie, a base da carreira tem um equilíbrio entre homens e mulheres, mas o seu topo, o corpo docente, continua sendo predominantemente masculino. Além disso, as diferenças decorrentes da representação social de cada gênero é um fator importante nas escolhas profissionais de estudantes e professores. Como vimos, embora as mulheres se dirijam às mais diversas áreas do direito, inclusive aquelas tradicionalmente masculinas, elas ainda são maioria nas áreas jurídicas menos consagradas ao passo que os homens são a maior parte dos agentes das áreas mais reconhecidas na hierarquia social e jurídica.

Contudo, o gênero é apenas uma das chaves de interpretação das preferências acadêmicas e profissionais dos agentes do Direito, sendo ele insuficiente para explicar a complexidade das distinções manifestas no universo do ensino jurídico paulista. O “espírito de corpo” de cada faculdade de Direito e a estrutura de capitais de suas famílias também exercem um peso considerável em suas trajetórias. No Mackenzie – instituição que se declara, ao mesmo tempo, inovadora, tradicional e ajustada ao mercado de trabalho, e cujo

o corpo docente tem uma produção acadêmica comedida e seus estudantes pertencem a uma fração das classes dominantes com menor capital cultural e econômico –, a divisão entre homens e mulheres é mais explícita em nível discente, na escolha das áreas jurídica e na motivação pelo curso de direito, e em nível docente, também na escolha das áreas jurídicas e na reprodução de estereótipos da mulher no ensino jurídico. Na USP, – instituição tradicional que se reivindica como centro político, cultural e jurídico, com professores que publicam mais em periódicos bem avaliados e cujos estudantes possuem alto volume de capital econômico e cultural – as diferenças em torno do gênero existem e são estruturantes daquele espaço, porém são menos explícitas.

Ainda assim, nas duas faculdades, os obstáculos materiais, culturais e simbólicos, que juntos constituem uma espécie de “teto de vidro”, colocam limites gradativos às mulheres e dificultam sua ascensão às posições mais altas na Academia. As representações sobre as mulheres presentes na estrutura social são incorporadas não só pelas professoras, mas também pelos alunos e pelos colegas de profissão que esperam delas certas condutas associadas à sua “condição feminina”. Além disso, a vida privada e a vida profissional das professoras são dois caminhos que não se ajudam uma vez que a carreira acadêmica implica uma busca incessante e necessária por títulos acadêmicos mais altos, alto volume de produção acadêmica, construção de redes de trabalho, participação e parcerias internacionais entre outras demandas quase incompatíveis com as representações sociais das mulheres e as responsabilidades familiares e maternas que recaem sobre elas.

Diante do que foi apresentado, este artigo procurou demonstrar que, se por um lado as mulheres vêm conquistando mais direitos em busca da igualdade de gênero, por outro lado, tal igualdade ainda não foi integralmente alcançada, pois há mecanismos simbólicos e estruturais que mantêm as mulheres em posições hierarquicamente inferiores aos homens, e que, portanto, tornam sua trajetória rumo ao topo da consagração da carreira docente muito mais árdua.

Referências

ADORNO, Sérgio. *Os aprendizes do Poder: o bacharelismo liberal na política brasileira*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra S/A, 1988.

ALMEIDA, Frederico Normanha Ribeiro de. *A nobreza togada: as elites jurídicas e a política da justiça no Brasil*. São Paulo. 2010. Tese (Doutorado em

Ciências Sociais) – Universidade de São Paulo, São Paulo.

BARBALHO, Rennê Martins. *A feminização das carreiras jurídicas: construções identitárias de advogadas e juízas no âmbito do profissionalismo*. 2008. Tese (Doutorado em Sociologia) – UFSCAR. São Carlos, 2008.

BERTOLIN, Patricia Tuma Martins. *Mulheres na Advocacia: padrões masculinos de carreira ou teto de vidro*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2017.

BONELLI, Maria da Gloria. Profissionalismo, gênero e significados da diferença na justiça estadual e federal em São Paulo. In: *Profissionalismo, gênero e diferença nas carreiras jurídicas*. São Carlos: EdUFSCAR, 2013, pp. 13-35.

BONELLI, Maria da Gloria. Profissionalismo, gênero e significados da diferença entre juízes e juízas estaduais e federais. *Contemporânea*. São Carlos, v.1 n.1, pp.103-123.

BONELLI, Maria da Gloria. Docência do direito: fragmentação institucional, gênero e interseccionalidade. *Cad. Pesqui.* São Paulo, v. 47, n. 163, p. 94-120, 2017.

BOURDIEU, Pierre. *A Dominação Masculina*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

BOURDIEU, Pierre. *La noblesse d'état*. Grandes écoles et esprit de corps. Paris: Les Éditions de Minuit, 1989.

BOURDIEU, Pierre. “A força do direito”. In: BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Trad. Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001, p.209-254.

BRITO, Renato de Oliveira. *O ensino jurídico no Brasil: Análise sobre a massificação e o acesso aos cursos de Direito*. VIDYA, v. 28, n. 2, Santa Maria: 2009, pp. 73-87

CAMPOS, Veridiana P. Parahyba. *A chegada das Meritíssimas: um estudo sobre as relações entre agência individual, ocupação feminina de um espaço de poder e mudança social*. 2015. Tese (Doutorado em Sociologia) – UFPE, Recife, 2015.

RONCONI, Jéssica. Entre “espírito de corpo” e unidade do direito: definições de excelência e recrutamento social de duas faculdades tradicionais de São Paulo. *Política & Sociedade*. Florianópolis, 2021, no prelo.

RONCONI, Jéssica. *Direito e Gênero na Academia: estudo do caso de dois cursos jurídicos do estado de São Paulo*, TCC, Universidade Presbiteriana Mackenzie, 2018, p.38.

RONCONI, Jéssica. *Definições de excelência jurídica da Universidade de São Paulo e da Universidade Presbiteriana Mackenzie*. TCC. Universidade Federal de São Paulo, Guarulhos, 2018.

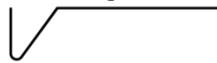
LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na sala de aula. In: PRIORE, Mary Del. *História das Mulheres no Brasil*. 10. Ed. São Paulo: Contexto, 2018, pp. 443-481.

PEROSA, Graziela Serroni. *Três escolas para meninas*. Março de 2005. 245 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Unicamp. Campinas, 2005.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*. Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995.

Neoconservadorismo, política e crise: ideias-força e estratégias de ação



Danilo José Dalio¹

Resumo

A ascensão do neoconservadorismo na cena política contemporânea representa um fenômeno pleno de significados cuja apreensão exige situá-lo em um contexto histórico mais extenso que se inicia com a crise estrutural do capitalismo nos anos 1970 e a implantação, correlata, de um projeto global de mudanças econômicas, políticas e culturais, comumente denominado neoliberalismo. Trata-se de um amplo programa hegemônico, que busca preencher de maneira alternativa o vazio ideológico produzido pela crise das políticas keynesianas e, por isso, seus fundamentos mais sólidos remontam diretamente às teorias da crise do Estado capitalista, elaboradas mais sistematicamente naquele período. Consideramos, dessa forma, que o neoconservadorismo hodierno se caracteriza como um movimento intelectual e político cujas nuances só podem ser apreendidas em toda sua complexidade se retornarmos a suas origens recentes, apontando suas ideias-força, seus diagnósticos da realidade social e suas estratégias de ação.

Palavras-chave: neoconservadorismo; neoliberalismo, crise; Estado.

Abstract

The rise of neoconservatism in the contemporary political scene represents a phenomenon full of meanings whose apprehension requires placing it in a broader historical context that begins with the structural crisis of capitalism in the 1970s and the related implementation of a global project for changes economic political and cultural, commonly called neoliberalism. It is a new hegemonic project, which seeks to fill in an alternative way the ideological vacuum produced by the crisis of Keynesian policies and, therefore, its most solid foundations go directly back to the theories of the crisis of the capitalist state, elaborated more systematically in that period. We consider, therefore, that today's neoconservatism is characterized as an intellectual and political movement whose nuances can only be apprehended in all its complexity if we return to its recent origins, pointing out its strength-ideas, its diagnoses of social reality and its strategies of action.

Keywords: neoconservatism; neoliberalism; crisis; State.

¹ Membro do grupo de estudos em Teoria Social e Políticas Públicas (GETESPP-IFG). Docente na área de Ciências Sociais no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás, campus Anápolis. Doutor em História Econômica pela USP, Mestre em Ciência Política pela UNICAMP e Bacharel em Ciências Sociais pela UNESP.

Introdução

As eleições presidenciais no Brasil em 2018 expressaram, de modo dramático, o alcance do processo de radicalização do eleitorado brasileiro, já perceptível em anos anteriores, pelo menos desde a onda de protestos de junho de 2013 que marcou indelevelmente a cena política no país (MARICATO, 2013)², revelando a tendência crescente de diferentes segmentos da sociedade brasileira a assumirem posições francamente conservadoras.

Embora o deslocamento das preferências à direita no espectro político durante aquelas eleições tenha tornado mais evidente certo fenômeno de “fasticização” em marcha (CRUZ, KAISEL e CODAS, 2015), não deve ele ser visto como um simples desvio de percurso. Não caracteriza, evidentemente, um fenômeno inédito na política brasileira, cuja história está repleta de períodos de predomínio conservador seguidos de outros de ascendência progressista, alternâncias estas tão comuns – como bem registra a historiografia brasileira – que mesmo a vitória de um candidato abertamente reacionário em amplas matérias não chega a surpreender (embora incomode) os olhares menos precavidos pela perspectiva histórica.

A ascensão do neoconservadorismo ao poder no Brasil (e em outras nações latino-americanas) representa, no entanto, um fenômeno pleno de significados, que vão muito além do mero deslocamento cíclico de um clima de opinião, cuja apreensão exige situá-lo em um contexto histórico mais amplo que se inicia com a crise estrutural do capitalismo na década de 1970 e a implantação, correlata, de um projeto global de mudanças econômicas, políticas e culturais, comumente denominado neoliberalismo³. Está respaldado teoricamente em concepções amplamente difundidas e repisadas sobre a crise persistente

² A título de esclarecimento, não considero as “Jornadas de Junho” um movimento conservador; tampouco exclusivamente progressista. Tratou-se, antes, de uma onda multifacetada e desconexa de mobilizações sociais e ações coletivas, que expressaram descontentamentos díspares de diferentes segmentos da sociedade brasileira. Vale ressaltar ainda que certos impulsos de fermentação social já podiam ser observados bem antes de 2013, e em todo o mundo, como nos alerta HARVEY (2012).

³ O neoliberalismo e os princípios que lhe dão forma foram inicialmente forjados durante a realização do Colóquio Walter Lippman, em agosto de 1938, como reação à crise do liberalismo clássico, e sistematizados no decorrer dos encontros da Sociedade Mont-Pèlerin, criada em 1947. (DARDOT e LAVAL, 2016, Capítulo 2).

do Estado e dos regimes liberal-democráticos, e por um discurso político justificatório moralizante associado àquele projeto global.

O neoconservadorismo, tal como conhecido esse movimento intelectual e político, desenvolveu-se a partir da segunda metade dos anos de 1950⁴ nos países desenvolvidos e difundiu-se paulatinamente junto às reformas estruturais de liberalização e desregulamentação econômica que vêm, desde os anos 1980, experimentando as economias capitalistas centrais e periféricas. Vinculado oportunamente ao recente processo de financeirização do capitalismo mundial (DUMÉNIL e LÉVY, 2014), o neoconservadorismo pretende oferecer uma resposta totalizante à crise estrutural de reprodução do capital, sustentada em um discurso justificatório de uma sociabilidade hipermercantilizada (DARDOT e LAVAL, 2016; BROWN, 2019) comandada pelas finanças a nível global (CHESNAIS, 2005), eficaz em impor sua retórica, sua linguagem e seus temas aos intelectuais e aos grupos políticos dirigentes nos regimes democrático-liberais mundo afora.

O texto que se segue pretende apontar as ideias-força⁵ que estruturam o discurso e as práticas neoconservadoras, explorando seus diagnósticos da realidade social e as linhas de ação deles derivadas. Pressupomos, para tanto, que o neoconservadorismo busca apresentar-se como uma nova hegemonia, a preencher de maneira alternativa o vazio ideológico produzido pela crise keynesiana e, por isso, seus fundamentos ideológicos mais sólidos remontam diretamente às teorias da crise do Estado capitalista⁶, sistematizadas na década de 1970. A hipótese que orienta essa investigação é de que o neoconservadorismo contemporâneo pode ser apreendido em todas as suas nuances apenas se o integrarmos a um movimento mais amplo que tem suas origens na visão de mundo elaborada sobretudo nos Estados Unidos durante as décadas de 1960 e 1970. Vale ressaltar que, apesar de suas raízes comuns, os movimentos políticos neoconservadores hodiernos apresentam particularidades características de suas imersões históricas, nacionais e culturais. Daí a

⁴ Ver o artigo de Álvaro Bianchi intitulado “Buckley Jr., Kirk e o renascimento do conservadorismo nos Estados Unidos” em Cruz, Kaisal e Cudas (2015).

⁵ Por ideias-força refiro-me às ideias, crenças e aos valores fundamentais que estruturam o discurso e orientam as práticas e estratégias de ação do movimento conservador contemporâneo.

⁶ Refiro-me aqui às *teorias do Estado sobrecarregado* que expressam, em grande medida, o ideário político da Nova Direita, e não às teorias da crise de legitimidade do Estado, à esquerda do espectro político. Com o objetivo de tornar sintético o texto, faço amplo uso das análises presentes em Held (2015) e, no que diz respeito ao contexto histórico, em Hobsbawm (1995).

necessidade de retornar às suas origens, ainda que recentes, para se compreender os fundamentos de suas formas contemporâneas.

Antes, porém, uma ressalva: esse amálgama entre o projeto global liberal anti-estatalista e o discurso justificatório de uma sociabilidade essencialmente individualizadora e moralizante não deve ser associado de modo absoluto nem ao liberalismo clássico revivificado tampouco às experiências nazifascistas dos anos de 1930. Tanto o neoliberalismo como neoconservadorismo, duas dimensões de um mesmo fenômeno, assumem formas matizadas coerentes com as novas exigências de recomposição do capitalismo global em um contexto de profusão de regimes democrático-liberais marcado, entretanto, pela regressão dos direitos sociais e valores republicanos.⁷

No que se segue, abordo em linhas gerais os traços sociais e políticos característicos do capitalismo pós-guerra e sua crise (1947-1973) e, na sequência, as ideias-força presentes no diagnóstico neoconservador sobre a crise sistêmica da sociabilidade burguesa e, concomitantemente, as linhas de ação políticas e culturais que instrumentalizam as respostas a suas constatações. Aponto, por fim, a circularidade ideológica em que se baseia o ideário neoconservador.

1. A obsolescência do Estado keynesiano e sua crise

O quarto de século que se seguiu à Segunda Guerra Mundial (1939-1945) é considerado um período marcado por um consenso relativamente amplo, por uma expressiva confiança na autoridade legalmente constituída e pela legitimidade das instituições políticas no Ocidente. Os graves percalços gerados pelo conflito mundial estimularam expectativas alvissareiras sobre uma nova *era pós-guerra* caracterizada por mudanças progressivas na relação entre o Estado e a sociedade civil. À esquerda e à direita do espectro político, as esperanças depositadas nas principais instituições dos regimes democrático-liberais do Ocidente eram significativamente vastas, embora não fossem

⁷ É forçoso reconhecer, apesar dessa ressalva, que o pensamento liberal e o liberalismo, ou seja, “o movimento e as sociedades liberais em sua concretização” (p.12), apresentam uma verve conservadora inextricável em seus fundamentos abstratos e objetivos (LOSURDO, 2006). Minha ponderação, adotada metodologicamente e trabalhada historicamente na referida obra de Losurdo, segue também a perspectiva explorada minuciosamente na obra de Brown (2019), texto ao qual devo alguns dos *insights* desse artigo sobre a presença constitutiva das ideias conservadoras na ideologia neoliberal.

unânicos. A instável, porém, necessária articulação política entre a economia de livre mercado e uma sistemática regulação estatal marcaram os contornos assumidos pelo processo de recuperação das economias capitalistas durante o pós-guerra.

Os limites dessa nova forma política eram dados pelo compromisso com a reforma social e econômica, pela insuspeição do governo representativo e pelo desejo de estimular a busca individual dos próprios interesses, ao mesmo tempo em que se fomentavam as políticas de interesse nacional e público. Nesse cenário, o Estado se apresentava como o meio mais apropriado para a promoção do interesse individual e coletivo, assumindo plenamente os traços ideológicos próprios ao poder estatal moderno. Era praticamente consensual entre os partidos políticos burgueses que somente uma política de Estado atenta, que incorporasse interesses sociais e especialização técnica, imparcialidade política e habilidades administrativas, seria capaz de criar condições que promovessem o máximo bem-estar social.

Por quase trinta anos, o sistema capitalista apresentou resultados econômicos muito significativos que permitiram a alguns analistas designar esse período como os “anos dourados” ou, ainda, as “três décadas gloriosas”. Embora convivendo com crises cíclicas recorrentes (1949, 1953, 1958, 1961 e 1970), contornadas por medidas interventivas do Estado, a produção industrial dos países capitalistas desenvolvidos obteve crescimentos expressivos entre 1950 e 1970. Nos Estados Unidos, esse crescimento foi de 5,0% entre 1940 e 1966; No Japão, entre 1947 e 1966, foi de 9,6%; e nos seis países que então integravam a Comunidade Econômica Europeia, a produção industrial cresceu 8,9% no mesmo período (MANDEL, 1982, p. 99). Um outro registro importante a expressar o dinamismo econômico dos “anos dourados” diz respeito às taxas de crescimento do PIB das economias desenvolvidas: entre 1950 e 1973, esse crescimento foi em média de 4,9% a.a. Entre 1960 e 1968, o crescimento médio anual da economia norte-americana foi de 4,4%; do Japão, de 10,4%, da Alemanha Ocidental de 4,1%, da França de 5,4% e da Inglaterra de 3,8% (HARVEY, 1993, p. 126-128 Apud NETTO e BRAZ, 2006, p. 209).

Em meados dos anos de 1970, no entanto, as condições que permitiram o expressivo crescimento econômico durante essa fase do capitalismo – vale destacar: a orientação macroeconômica de matriz keynesiana conjugada à organização taylorista-fordista da produção – e que ajudaram a financiar a concepção socialdemocrata ou

reformista da política de bem-estar social, se tornaram insustentáveis⁸. A política do chamado *Welfare State* passou a ser questionada à esquerda (por ter poupado privilegiados e poderosos) e à direita (por suas políticas excessivamente custosas e pelas ameaças à liberdade e iniciativa individuais). A aliança de classes que o apoiava⁹, visando manter a estabilidade política como base para o crescimento econômico, começou a ruir com consequências incontornáveis para a dinâmica e a natureza da democracia liberal, renunciando uma reconfiguração na relação entre o Estado e a sociedade civil.

Enquanto a fase que precedeu a crise de meados de 1970 ofereceu as condições objetivas para o desenvolvimento de análises otimistas que expressavam certo consenso social dos anos pós-guerra (as teses sobre o “fim das ideologias” ou sobre a “sociedade unidimensional”), o período crítico deu ensejo a abordagens que se ocuparam da erosão desse consenso e da crescente crise da democracia liberal do final dos anos 1960 (as teorias do Estado sobrecarregado e da crise de legitimidade).

Na sequência ocupar-me-ei, exclusivamente e de forma sintética, a fim de analisar um dos diagnósticos centrais que caracterizam o pensamento neoconservador (a saber: a constatação da existência de uma profunda crise política que se expressa na crescente (e permanente) instabilidade dos regimes democrático-liberais e de setores governantes), das teorias do Estado sobrecarregado (HELD, 2015, p. 267-310), sobejamente apropriadas pelo movimento intelectual e político neoconservador, que serviram de base ao modelo de democracia proposto pela chamada Nova Direita.

No plano teórico, as leituras que fundamentaram o *Welfare State*, como os preceitos da economia política keynesiana, a sociologia funcionalista do pós-guerra (a enfatizar a modernização, mobilidade e integração social) e a teoria democrático-pluralista (a destacar

⁸ Entre 1968 e 1973, a taxa de lucro nas economias capitalistas desenvolvidas começa a declinar: na Alemanha Ocidental, de 16,3% para 14,2%, na Grã-Bretanha de 11,9% para 11,2%, na Itália de 14,2% para 12,1%, nos Estados Unidos de 18,2% para 17,1% e no Japão de 26,2% para 20,3% (NETTO e BRAZ, 2012, p. 225). Em resposta ao advento da crise, os Estados Unidos decidem unilateralmente recusar a conversibilidade do dólar em ouro, rompendo os acordos de Bretton Woods. Também nesse período, o *choque do petróleo*, com alta dos preços determinados pela OPEP, contribui para o colapso do regime de acumulação de capital constituído no pós-guerra.

⁹ A dedicação do Estado burguês a serviço do capitalismo monopolista, com o objetivo de legitimar-se, é notória nas suas políticas de reconhecimento dos direitos sociais, ao lado dos direitos civis e políticos. Como resultado da pressão dos trabalhadores, as políticas sociais se consolidaram e ampliaram nesse período, sob a configuração de um conjunto de instituições que desembocaram em diferentes modelos de *Welfare State*. A articulação entre dinamismo econômico e garantia de significativos direitos sociais se deu, sob o capitalismo monopolista, em sociedade nas quais vigiam instituições políticas democráticas, marcadas por uma ativa atuação sindical e pela presença de partidos políticos de massas.

a necessidade de participação política e a competitividade entre grupos de interesse como forma de orientar a ação dos governos, capazes de responder satisfatoriamente às demandas de cidadãos imbuídos de uma “cultura cívica”, participatória e igualitária) foram ofuscadas pela projeção pública de concepções que ressaltavam a insustentabilidade da política de bem-estar social e a disfuncionalidade sistêmica da democracia liberal capitalista¹⁰. De forma condensada, vamos a elas.

Conforme destacou David Held, ainda que os teóricos do Estado sobrecarregado diferenciem-se, quanto às análises e conclusões, do pensamento liberal democrático-pluralista, compartilham com estes os seguintes pressupostos: a) nas democracias liberais, o poder político é compartilhado e negociado por numerosos grupos representando interesses diversos e contrapostos, gerando assim resultados políticos advindos de múltiplos processos e pressões, vale dizer, distintas demandas às quais o Estado tenta mediar e decidir; b) a combinação entre políticas econômicas keynesianas e a sociedade de livre mercado gerou um crescimento substancial da riqueza e da renda, o que promoveu uma prosperidade significativa nos anos pós-guerra, assentada no consumo de massa. Dessas duas condições gerais, derivam os prognósticos que se seguem:

1) aumento das expectativas como resultado da elevação dos padrões de vida proporcionada, entre outros fatores, pela expansão da renda e do bem-estar social e pela escolarização de nível básico e superior;

2) diminuição da “deferência” ou respeito à autoridade e ao status, enquanto efeito da universalização das políticas sociais gratuitas (assistência social, educação e saúde), o que também desestimula a iniciativa e a responsabilidade privadas, além da difusão de ideologias igualitárias e meritocráticas que prometem mais do que de fato podem oferecer;

3) intensificação, nesse contexto, das pressões sociais aos políticos e aos governos para que satisfaçam interesses e ambições corporativas (aumentos salariais, manutenção dos empregos em setores industriais decadentes, juros bancários elevados, juros baixos a prestatários domésticos, preços baixos a consumidores e preços mais altos para certas organizações empresariais);

¹⁰ HELD (2015, p. 276) elenca alguns expoentes dessa corrente teórica, tais como Samuel Brittan, William Dawbney Nordhaus, Richard Rose, Guy Peters, Anthony King e Samuel Huntington, cujas publicações nos anos 1970, embora amplamente compartilhadas pela Nova Direita, não nos permite associá-los diretamente como defensores daquele movimento político e intelectual, com exceção de Samuel Huntington.

4) maximização de votos por parte dos políticos os quais frequentemente exageram em suas promessas, comprometendo-se inclusive com demandas contraditórias, impossíveis de serem atendidas, práticas estas intensificadas pela concorrência interpartidária, levando a uma espiral crescente de promessas;

5) convergência das expectativas em relação aos partidos políticos, que são vistos como meios concorrentes para um mesmo fim, ou seja, melhorar os padrões de vida;

6) predomínio da adoção de políticas de apaziguamento por parte dos partidos quando no governo, temerosos em perder futuros votos, postura esta que inviabiliza a persecução de “ações firmes” e corretivas;

7) proliferação de organizações estatais como resultado de estratégias de apaziguamento e dedicação ao auto interesse por parte dos administradores públicos. Desenvolvem-se assim burocracias “indefinidas” que frequentemente não conseguem cumprir os objetivos para as quais estavam originalmente desenhadas;

8) imobilismo do Estado, cada vez menos capaz de proporcionar uma administração firme e efetiva, uma vez que tem de enfrentar, por exemplo, os custos ascendentes de seus programas. Os gastos públicos se tornam excessivos e a inflação se apresenta como um dos sintomas do problema;

9) intervenção excessiva do Estado, o qual, à medida que se expande, limita progressivamente a esfera da iniciativa individual, reduzindo os espaços para o empreendimento livre e privado;

10) necessidade de uma liderança política firme e decidida, menos sensível às pressões e demandas democráticas, como forma de romper o círculo vicioso derivado dessa dinâmica política acima descrita.¹¹

Desde que surgiram, essas análises foram não por acaso muito influentes nos círculos político-partidários e muito debatidas nos meios de comunicação dos países capitalistas desenvolvidos, sobretudo nos Estados Unidos. Sua recepção e difusão não se deveu exclusivamente à coerência de seus argumentos e à capacidade de expressar as percepções e os anseios de uma sociedade em crise, mas contou também com uma extensa

¹¹ Ainda que de modo conjectural, vale destacar a retomada de argumentos semelhantes na abundante produção recente sobre a “morte das democracias”. A concepção de que as instituições democrático-liberais, consideradas salvaguarda da vida pública, tem seu vigor e funcionamento abalado pela emergência política das massas, acalentando populismos à direita e à esquerda do espectro político, aponta para a reiteração, conquanto revigorada, de uma linhagem elitista presente em diferentes etapas históricas do liberalismo.

e consistente rede de ações e influências capaz de atualizar os mecanismos sociais de direção intelectual e moral da sociedade norte-americana.

Além de contar com um numeroso grupo de intelectuais, escritores, jornalistas, acadêmicos e políticos profissionais, dentre os quais se destacaram Irving Kristol, Daniel Bell, Samuel Huntington, Nathan Glazer, Norman Podhoretz e Midget Decter, esse “círculo áulico dos teóricos conservadores” (BORON, 2003, p. 160-165) dispunha ainda de amplo acesso aos meios de comunicação de massa como periódicos acadêmicos, revistas populares, rede de jornais, emissores de rádio e estações de televisão, e suas contribuições teóricas foram acolhidas e propagadas por *think tanks*¹² poderosos e influentes como a Rand Corporation, o Hudson Institute, o Institute for Contemporary Studies de San Francisco, a Heritage Foundation, o Center for Strategic and International Studies da Universidade de Georgetown, a Hoover’s Intitution on World Revolution an Peace da Universidade de Stanford e, um dos mais importantes, o American Enterprise Institute.

Além de contar com sofisticados e influentes aparelhos privados de hegemonia, o pensamento neoconservador foi capaz de projetar e difundir seus diagnósticos e ideais de forma eficaz e consistente na sociedade norte-americana também pela virtude de propor uma defesa do capitalismo monopolista e de seu projeto hegemônico em termos concretos e reais, vale dizer, de oferecer uma resposta conservadora à crise geral do capitalismo, alternativa esta que expressava os anseios do capital norte-americano em atenuar os efeitos negativos da conjuntura econômica e política.

O êxito do pensamento neoconservador em fundar as novas bases de hegemonia do capitalismo monopolista repousou na sua articulação e organicidade com os interesses das frações superiores das classes capitalistas, com as camadas médias e segmentos populares suscetíveis a seus diagnósticos da crise. Concretamente, o neoconservadorismo expressou-se na cena política norte-americana contrário à ameaça ao *status quo* representada pelos programas do presidente democrata Lyndon Johnson (1963 – 1969) para a eliminação da pobreza e da desigualdade racial, influenciados pelas reivindicações dos movimentos pelos direitos civis, pela oposição à Guerra do Vietnã, pela igualdade de gênero e pela política de cotas e ações afirmativas. A crescente mobilização estudantil, *Black Power* e feminista, alertou as tendências conservadoras da sociedade para o descontrole social que

¹² Em livre tradução: “Tanques de pensamento”. Sobre os *Think Tanks* conferir artigo de Reginaldo Carmelo Correia de Moraes em CRUZ, KAISEL e CODAS (2015, p. 231-246).

as demandas igualitaristas poderiam gerar. Ao lado de visões incrédulas sobre a democracia e a mudança social, forjou-se uma aposta conservadora na *política da ameaça* contra a política da oportunidade. Como bem observou Lacerda (2019, p. 22-23), os intelectuais conservadores, antes vinculados à direita do Partido Democrata, migraram para o Partido Republicano e associaram-se à direita secular e à direita cristã, ressignificando o arranjo de forças sociais e políticas conservadoras na sociedade norte-americana. Esse estreitamento de laços ideológicos teria se dado pela aproximação entre a agenda interna de valores morais tradicionais (priorizada pela nova direita secular e pela direita cristã), a luta contra o comunismo, Israel e a política externa (valorizada pelos intelectuais conservadores), e a defesa da não intervenção do Estado na economia (princípio comum aos integrantes da aliança conservadora).

Ao tentar propor uma resposta global e coerente, a nova frente conservadora precisava conciliar a “existência da moderna corporação monopolista com os princípios da democracia liberal” (BORON, 2003, p. 179), tarefa essa difícil de se realizar em uma sociedade historicamente enredada na trama do liberalismo clássico e cujas condições histórico-concretas favoreceram, pelo menos até a crise do *Welfare State* nos anos 1970, certa identidade precária entre o capitalismo e a democracia, genuinamente expressa no liberalismo de “Os Federalistas”¹³. Ainda que o discurso político, mesmo após o New Deal na década de 1930, fosse capaz de garantir a legitimidade dos governos intervencionistas e de uma estrutura econômica oligopolística, reproduzindo a matriz ideológica originária do capitalismo norte-americano, não seria possível evitar a crise de legitimidade – fundamentada concretamente na explicitação das contradições promovidas pelas mudanças do regime de acumulação de capital –, que se projetava por trás da progressiva obsolescência da ideologia liberal clássica.

Já na década de 1960, portanto, viria a florescer o debate a respeito da crise do liberalismo, somado à disfuncionalidade da democracia representativa, da ineficácia do

¹³ A matriz ideológica fundamental do capitalismo norte-americano, forjada ideologicamente para preservar os interesses de proprietários de terras e de escravos, se assentava originalmente sobre uma nação de *farmers* e empresários, em um enorme território praticamente vazio e com recursos naturais ilimitados; baseava-se ainda em uma tradição de tolerância religiosa e política própria de suas origens nacionais e garantida no texto constitucional; contava ainda com uma estrutura governamental mínima, reforçada pela inexistência prévia de burocracias sólidas como na experiência europeia. Daí o culto liberal norte-americano da preeminência absoluta da sociedade civil sobre o Estado (Cf. capítulo IV “Eram liberais a Inglaterra e os Estados Unidos no século XVIII e XIX?”, em LOSURDO, 2006).

planejamento a longo prazo da economia capitalista e da falência fiscal do Estado ao tentar redistribuir socialmente os frutos do crescimento econômico. Os intelectuais orgânicos dessa frente política neoliberal perceberam claramente as ameaças presentes nessa situação e, ao se debruçaram sobre essas questões, destacaram os assuntos ligados à ideologia e à cultura e defenderam a importância de se preservar os núcleos tradicionais de socialização política como a família, a igreja e a escola¹⁴. Propunha-se, efetivamente, uma rearticulação entre as transformações da base material e cultural e um liberalismo ressignificado, isto é, “[...] uma nova fórmula que [conciliasse] a perplexa existência da moderna corporação monopolista com os princípios da democracia liberal [...]” (BORON, 2003, p. 179), capaz de oferecer ao grande capital uma legitimidade um tanto recalcitrante como era de se esperar em um dos berços do liberalismo clássico.

Por esse motivo, e diante da magnitude dos desafios a se enfrentar, o “novo” liberalismo parece muitas vezes contrariar seus pressupostos clássicos; em certa medida, reivindica a preeminência do Estado sobre a esfera privada, o que tem dificultado e confundido a apreensão de sua nova forma histórica. Se, por um lado, o capitalismo se caracteriza originalmente como uma forma social baseada na dissociação relativa entre a esfera econômica e a esfera política – dimensão objetiva captada e teorizada pelo pensamento liberal clássico –, separação esta consubstanciada na “privatização do poder político” como bem nos advertiu Ellen Wood (2006), por outro, o neoliberalismo (ou neoconservadorismo) aposta em grande medida em uma reaproximação entre as duas esferas. Trata-se de um projeto de *estatalização do poder político privatizado*, no sentido de se reconhecer o Estado e a esfera pública, incluindo aqui as políticas sociais, como entes privados, atribuindo-lhes uma racionalidade empresarial já impregnada na individualidade do sujeito social.

Como bem destacaram Pierre Dardot e Christian Laval (2016, p. 181-182), o neoliberalismo busca fazer “das relações econômicas internas ao jogo do mercado o fundamento de ‘toda a sociedade’”; pretende que as “regras jurídicas se [identifiquem] com

¹⁴ A incompatibilidade entre os princípios liberais e as formas monopolísticas da economia e da política mundial leva o neoconservadorismo a tentar encontrá-los e reforça-los nas dimensões morais da vida social. Não por acaso a família, a escola e a igreja se fortalecem enquanto espaços de sociabilidade privada à medida que se comprime a esfera pública e se encolhe o âmbito de cobertura dos serviços estatais de seguridade social. Para uma análise detalhada do papel dos aspectos morais presentes na relação entre neoconservadorismo e o neoliberalismo, conferir os trabalhos de Melinda Cooper, Wendy Brown e, no Brasil, Flávia Biroli.

as regras do direito privado e penal (em especial as do direito comercial), que são oriundas de um processo inconsciente de seleção”; e, coroando os dois pontos anteriores, avaliam que

[...] o Estado deve aplicar a si mesmo as regras do direito privado, o que significa que não só ele tem de se considerar igual a qualquer pessoa privada, como também deve se impor, em sua própria atividade legislativa, a promulgação de leis fiéis à lógica desse mesmo direito privado (DARDOY e LAVAL, 2016. P. 182)

Trata-se, portanto, de algo muito distante de uma mera “reafirmação” dos princípios da velha tradição liberal. Daí considerarmos que seu discurso justificatório seja inerentemente conservador, embora também o conservadorismo tenha se ressignificado para compatibilizar-se com os interesses monopolistas na atual fase do capitalismo corporativo global.

2. A ofensiva ideológica neoconservadora e suas ideias-força

Uma das condições fundamentais para que uma nova hegemonia se consolide em qualquer sociedade é sua capacidade de se transformar em “partido”, processo no qual certa ideologia, gestada em um período precedente de lutas e enfrentamentos,

[...] tenda a prevalecer, a se impor, a se irradiar por toda a área social, determinando, além da unicidade dos fins econômicos e políticos, também a unidade intelectual e moral, pondo todas as questões em torno das quais ferve a luta não no plano corporativo, mas num plano “universal”, criando assim a hegemonia de um grupo social fundamental sobre uma série de grupos subordinados (GRAMSCI, 2007. P. 41)

O poder de Estado, nesse processo, aparece como o *locus* privilegiado de irradiação dessa universalidade assumida pela “ideologia-partido”:

O Estado é certamente concebido como organismo próprio de um grupo, destinado a criar as condições favoráveis à expansão máxima desse grupo, mas este desenvolvimento e esta expansão são concebidos e apresentados como a força motriz de uma expansão universal, de um desenvolvimento de todas as energias “nacionais”, isto é, o grupo dominante é coordenado concretamente com os interesses gerais dos grupos subordinados e a vida estatal é concebida como uma contínua formação e superação de equilíbrios instáveis (no âmbito da lei) entre os interesses do grupo fundamental e os interesses dos grupos subordinados, equilíbrios em que os interesses do grupo dominante prevalecem, mas até um determinado ponto, ou seja, não até o estreito interesse econômico-corporativo (IDEM. P. 41-42)

A formação e superação de *equilíbrios instáveis*, de que nos fala o intelectual sardenho, dentro desse quadro hegemônico neoliberal-conservantista tem se transmutado, no Brasil, em um conflito redistributivo de classes que atenta insistente e sistematicamente, governo após governo, contra o arcabouço institucional-legal do Estado Social tardio, previsto na Constituição Federal de 1988 (FAGNANI, 2019 e BOITO JR., 2018).

Nesse sentido, as ideias-força do pensamento neoconservador, conquanto já arraigadas ao projeto político do primeiro presidente sufragado nas urnas em 1989, após mais de vinte anos de um regime de exceção, ganhariam notória projeção no Brasil apenas com a ascensão ao poder do candidato do Partido Social Democrático Brasileiro (PSDB), em 1994. Desde esse momento, o pensamento neoconservador foi capaz de dotar a direita política de argumentos coerentes e persuasivos, suscetíveis de serem disseminados por todos os interstícios da sociedade (CASIMIRO, 2018). A reafirmação da sociedade burguesa adquire um tom apologético na programação midiática da grande imprensa, associada aos interesses financeiros monopolistas. A extraordinária difusão das formulações pró-mercado aproveita-se da crise integral da sociedade brasileira, atordoada ainda pelo processo de transição à democracia e pela persistente crise econômica e financeira, para estabelecer amplas composições políticas entre classes e frações do capital, camadas médias frustradas e desiludidas e setores expressivos dos trabalhadores (SAES, 2001). Apesar dos limites encontrados pelos teóricos neoconservadores em oferecer uma resposta global e coerente à crise do capitalismo dependente brasileiro, o discurso justificatório ao redor da agenda de reformas neoliberais obteve êxito significativo ao enraizar-se como perspectiva filosófica global dentro do Palácio do Planalto. Vale ressaltar que cada um dos governos e frentes políticas neoliberais que se sucederam na república brasileira desde então, ora aprofundaram ora amenizaram os conteúdos específicos da ideologia neoconservadora, convenientemente às conjunturas sociais enfrentadas.

De qualquer forma, o diagnóstico central à ideologia neoconservadora é a constatação de uma crise política profunda que assola o mundo ocidental e que se expressa na *perda de legitimidade dos regimes democráticos e de suas classes políticas dirigentes*. Vive-se uma época de instabilidades sociais e conflitos políticos que ameaçam solapar a herança civilizatória liberal. Uma crise orgânica de autoridade tem minado paulatinamente a viabilidade da

ordem societal burguesa, a exigir em contrapartida uma resposta célere e eficaz de resgate desse legado civilizacional.

Diferentemente das leituras feitas à esquerda do espectro político, o neoconservadorismo rejeita a atribuição dessa crise a problemas e deficiências presentes na estrutura produtiva capitalista. Tampouco a institucionalidade econômica seria a responsável pelo atual estado crítico. Nem mesmo as alegadas fraquezas e capitulações das elites políticas, encarregadas de manipular o aparelho estatal, poderiam ser responsabilizadas, já que a crise tem tamanha dimensão que somente incompetências não a explicariam. A conclusão é límpida: trata-se primordialmente de uma *crise moral e cultural*, resultante do rompimento de um consenso ético-político voltado à construção de uma sociabilidade burguesa harmoniosa. O niilismo corrente e a crítica irresponsável teriam minado esse patrimônio cultural. A perversão da moralidade e dos costumes tradicionais são os fundamentos da crise crônica que afeta progressiva e destrutivamente o núcleo ideológico de sustentação da sociedade capitalista. Por subestimar óbices econômicos ou questões de legitimidade política como causas da crise de hegemonia, a interpretação neoconservadora assenta-se sobre a vigência de uma cultura adversária, eminentemente subversiva e contrária a todos os valores, crenças e rotinas da sociedade burguesa. Seus vilões são os responsáveis pela doença cultural que abala o delicado equilíbrio psicocultural das classes subalternas. Mais especificamente,

trata-se de intelectuais, vinculados todos à “indústria do conhecimento” e ao complexo “universidade-governo-meios de comunicação”, de atitudes e valores liberais e secularizados, economicamente prósperos, indiferentes ou abertamente hostis às instituições tais como a família tradicional e a religião, possuidores de estudos de pós-graduação e de poder cultural, verdadeiros niilistas, cuja bagagem ideológica é intrinsecamente antagonista aos da grande massa da população [...]. (BORON, 2003. P. 168).

Daí, portanto, a detecção por parte dos neoconservadores da base social da cultura adversária residir no crescimento do *establishment* universitário e dos meios de comunicação, bem como na expansão da burocracia civil estatal, responsável por incluir silenciosamente elementos socializantes na economia de mercado.

Se a crise de legitimidade política é causada pela subversão cultural dos valores dominantes, a ascensão da cultura adversária é, por sua vez, o resultado de um *excesso de democracia patrocinado pela instrumentalização do Estado* a fim de atender a inconsequentes

demandas populares. O sufocamento do Estado pelo crescimento das demandas sociais levaria à paralisia fiscal e a incapacidade de satisfazer às reivindicações populares motivaria sua deslegitimação. Segundo os ideólogos neoconservadores, destacadamente Samuel Huntington¹⁵, as mobilizações populares na década de 1960, impulsionadas pelas bandeiras do igualitarismo e da participação política, levaram a sociedade civil a abandonar seu conformismo e sua passividade habituais, ocasionando um inchaço nas atividades governamentais concomitantemente à perda de autoridade governamental. A crise de governabilidade das democracias liberais a partir dos anos 1970 seria expressão da sobrecarga do Estado, comprometido em termos fiscais pelo excesso de demandas provocado pela ampliação da participação política.

Nesse ponto, uma leitura tocquevilleana da modernidade burguesa é convidativa (TOCQUEVILLE, 2010; RENAULT, 2004, p. 25-38). A pulsão igualitarista que acompanha o avanço das liberdades democráticas representa uma ameaça à própria democracia. A necessária moderação dos anseios populares só seria alcançada se neutralizada a influência dissolvente exercida pela cultura adversária, os intelectuais niilistas, cujas pregações demagógicas e atitudes populistas têm provocado as revoltas populares urbanas. A sobrevivência do regime democrático dependeria, portanto, da moderação, desmobilização e apatia políticas.

Reconhecidas as causas e os agentes da crise sistêmica contemporânea, trata-se agora de delinear estratégias claras de ação política, ainda que genéricas, que possam ser incorporadas ao senso comum em situações de crise. Em termos gerais, tais estratégias contemplam os elementos que se seguem.

Busca-se, em primeiro lugar, promover uma *reafirmação da autoridade e proteção ao governo*. A crise de legitimidade deve ser contra-arrestada com a recuperação da racionalidade e eficácia da ação governamental, cuja autoridade é condição para o exercício da liberdade (de mercado). Uma nova configuração das relações entre o Estado e a sociedade civil é fundamental para regular e limitar as demandas que possam vir a ser atendidas pelo poder

¹⁵ Samuel Huntington, acadêmico associado à Universidade de Harvard, foi um dos mais destacados intelectuais a contribuir com o desenvolvimento da perspectiva teórica neoconservadora. Criticou inicialmente o otimismo liberal em torno das relações entre economia e política, plasmado na noção de “desenvolvimento político”, em voga no final da década de 1960. Voltou-se em seguida para questões que afligiam a democracia no capitalismo avançado, cujas teses pessimistas nortearam o famigerado informe da Comissão Trilateral sobre a crise das democracias. Huntington é mais conhecido no Brasil por sua obra “O choque das civilizações e a recomposição da nova ordem mundial” de 1997.

público. Muitas delas podem e devem ser resolvidas à margem da ação governamental, via relações de mercado. Ao Estado cabe garantir a ordem dentro da qual tais relações possam aflorar. Há aqui uma certa premissa hobessiana que busca a submissão da sociedade civil às imposições do Estado, fetichizado como sustentáculo autoritário e exclusivo da ordem. O reforço da autoridade nos diversos níveis (governo, família, empresa, etc) é, com efeito, condição para a reestruturação de um novo sistema social hegemônico, na mesma medida em que é preciso reduzir ao mínimo as pressões sobre o poder público. Segundo essa concepção, toda mobilização da sociedade civil equivale a desafiar a autoridade suprema do Estado, e conseqüentemente, a provocar a erosão de sua legitimidade. Trata-se, enfim, de reforçar as autoridades e “isolar” progressivamente o Estado, frente a uma sociedade civil “disciplinada”; uma nova articulação, portanto, entre o poder estatal e a sociedade civil, bem distinta daquela promovida pelo Estado keynesiano.

Há aqui uma ponderação a se fazer. O consenso neoconservador a respeito da redução drástica dos gastos fiscais provenientes das diversas atividades e aparelhos estatais, a contrapor-se ao intervencionismo governamental na área social, pode sugerir equivocadamente a defesa de uma destruição sistemática do *Welfare State*. Pretende-se antes racionalizar (leia-se: fortalecer) sua atuação, conservando programas e agências governamentais comprovadamente eficazes na tarefa de controlar ou neutralizar possíveis pressões desestabilizadoras. Nessa reconfiguração poder estatal / sociedade civil, quaisquer projetos assistencialistas que envolvam a iniciativa estatal pública deverão se submeter a uma estrita avaliação de sua conveniência política, seus possíveis impactos sobre tendências igualitaristas desenfreadas ou sua utilidade, seja para incentivar a mobilização de certa clientela social ou conter suposta influência da cultura adversária sobre a sociedade.

Mesmo porque uma gama extensa de iniciativas governamentais não podem ser canceladas, urge traçar uma estratégia de proteção à autoridade governamental, dispersando a responsabilidade por seus eventuais fracassos entre os entes federativos (união, estados e municípios), bem como desobstruindo a esfera mercantil das restrições geradas por todo e qualquer intervencionismo “socializante” que perturbem seu “correto” funcionamento, enquanto agente da destinação dos recursos escassos e bastião inexpugnável das liberdades democráticas. Pelo seu anonimato e impessoalidade, ninguém poderá culpá-lo por suas fragilidades e eventuais fracassos, como ocorrera aos governos.

Em segundo lugar, contra a cultura adversária e seus ideólogos, sejam eles liberais ou radicalizados, deve ser travada uma guerra sem tréguas, que visa *associar descriteriosamente (e combater) qualquer manifestação de pensamento crítico com práticas e valores considerados antitéticos ao estilo de vida burguês*. Posicionamentos críticos à pobreza urbana e rural, às mazelas da segurança pública e manifestações de repúdio a crimes ambientais são considerados antipatrióticos; programas sociais, quaisquer que sejam, são tachados de “socialistas”; questionamentos incisivos a desmesurados gastos governamentais com marketing governamental são denunciados como forma de consentimento ao comunismo latino-americano, e assim sucessivamente.

Quanto ao grosso das camadas populares, prevê-se, em terceiro lugar, uma concomitante *reversão de suas expectativas quanto aos direitos sociais e às prerrogativas de uma cidadania ativa e participativa*. Para tanto, deve-se reafirmar, ao lado da pregação mercadológica, as virtudes e os valores tradicionais da religião e da família, exímias justificativas piedosas e estoicas para enfrentar os inevitáveis reveses da implantação da agenda neoliberal.

E, por último, a estratégia de ação neoconservadora prescreve a unidade nacional, a lealdade e a disciplina para assumir responsabilidades em um mundo cada vez mais agressivo aos valores e às rotinas do mercado, da família e da autoridade política. Esse novo projeto hegemônico constrói imaginativamente um inimigo tipo “Guerra Fria”, não admitindo concessões ao adversário tampouco moderação política que possam ameaçar os cânones da sociedade burguesa “restaurada”. Em sua versão mais grotesca, o neoconservadorismo não titubeia em adotar uma postura beligerante e contenciosa, mesmo que ela se restrinja ao discurso político infundado.

Considerações Finais

Retomemos brevemente as ideias-força que alimentam os diagnósticos e as linhas gerais de ação desenvolvidas pelo movimento intelectual e político neoconservador. A avaliação de uma fragilidade crônica que afeta as democracias liberais e suas classes dirigentes é tese primeva da visão de mundo neoconservadora. A crise de legitimidade daí resultante se deve à subversão moral e cultural promovida por intelectuais, acadêmicos e educadores adeptos de valores ético-liberais secularizados. As instituições e os aparelhos estatais, ao buscarem a acomodação entre diferentes interesses de classes e suas frações,

estimulam as pressões igualitaristas e participativas dos segmentos populares mobilizados por um ideário crítico e questionador dos valores tradicionais e das hierarquias “naturais”. Segue-se dessas constatações, a necessidade de se adotar uma postura política de teor autoritário, militarista e punitivista. Como bem sintetizou Lacerda (2019, p. 58):

O eixo da linguagem neoconservadora é a ideia de privatização. Seja no sentido de garantir o total livre mercado, livre de ingerências estatais; seja no sentido de se manter intocado o poder patriarcal. A peculiaridade do ideário neoconservador reside no foco que tem em relação às questões sexuais e reprodutivas. A defesa da família tradicional e dos valores religiosos oferece laços sociais sólidos que visam a compensar a falta de solidariedade deixada pelas políticas neoliberais. O fortalecimento da família e dos papéis tradicionais de gênero seria necessário, também, para que as pessoas não dependessem de políticas públicas. Além da família, outro tratamento dado à pobreza, na linguagem neoliberal e neoconservadora, seria o rigor penal.

Consideradas adequadamente as ideias-força do que chamamos até aqui de diagnósticos e estratégias de ação do movimento intelectual e político neoconservador, é impossível não observar uma forma circular na estruturação de seu ideário. A crise de legitimidade política é gerada por uma cultura adversária, que é, por sua vez, alimentada por um Estado perdulário, o qual, ao fim e ao cabo, é o impulsionador da ilegitimidade política, da rejeição dos valores tradicionais e das hierarquias naturais, as quais estimulam o niilismo de intelectuais liberais e secularizados, que pressionam o poder estatal por maior participação política e reconhecimento de seus direitos, minando a legitimidade política...

Nesse quadro sistêmico de crise por que passa a civilização ocidental, o poder estatal, a autoridade e a cultura, todos em profunda crise, se retroalimentam e justificam ações e comportamentos que pretendem resgatá-los dessa situação anômica: controle pela reafirmação da autoridade pública e privada, combate impenitente das concepções e posições discordantes e recuperação fiscal do Estado pela ofensiva contra os direitos sociais.¹⁶

¹⁶ A emergência do neoconservadorismo nas últimas três décadas, seus diagnósticos da realidade e suas estratégias de ação tem se valido daquilo que o filósofo italiano Domenico Losurdo denominou de *bonapartismo soft*, “o regime do nosso tempo” (LOSURDO, 2004, p. 92), o qual “tem no centro um líder, fortalecido pela sua investidura popular de tipo plebiscitário, pelos amplíssimos poderes que exerce e pode estender enormemente com o estado de exceção, pela auréola sagrada que lhe deriva do fato de ser intérprete de uma missão sagrada de liberdade, pela possibilidade de dispor de um gigantesco aparelho propagandístico e de persuasão oculta” (Idem, p. 300).

Esse texto pretendeu explorar os fundamentos que respaldam as leituras contemporâneas neoconservadoras, encontrando-as, em germe, nas teorias do Estado sobrecarregado que vicejaram na década de 1970. É importante ressaltar sua ligação orgânica com a tentativa de recomposição do capitalismo monopolista em sua condição de crise estrutural. A persistência desse ideário neoconservador e as diferentes formas que assume nos diversos países da periferia do capitalismo mundial se deve às múltiplas investidas do projeto neoliberal, que, apesar de seus repetidos fracassos, insiste em se perpetuar. Da crise do Estado ao estado (sempiterno) de crise. Este é seu itinerário!

Referências

- BOITO JR., Armando. *Reforma e crise política no Brasil: os conflitos de classe nos governos do PT*. Campinas, SP: Ed. Unicamp; São Paulo, SP: Ed. Unesp, 2018.
- BORON, Atilio A. O neoconservadorismo norte-americano e a crise da tradição liberal. In: BORON, Atilio A. *Filosofia política marxista*. São Paulo: Cortez; Buenos Aires: CLACSO, 2003. p.151-188.
- BROWN, Wendy. *Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no ocidente*. 1ª ed. São Paulo: Ed. Filosófica Politeia, 2019.
- CASIMIRO, Flávio Henrique C. *A nova direita: aparelhos de ação política e ideológica no Brasil contemporâneo*. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2018.
- CHESNAIS, François. O capital portador de juros: acumulação, internacionalização, efeitos econômicos e políticos. In: CHESNAIS, François. (Org.). *A finança mundializada: raízes sociais e políticas, configuração, consequências*. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2005. p. 35-67.
- CRUZ, Sebastião Velasco e, KAYSEL, André e CODAS, Gustavo (Orgs.). *Direita, volver!: o retorno da direita e o ciclo político brasileiro*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2013.
- DARDOT, Pierre e LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2016.
- DUMÉNIL, Gérard e LÉVY, Dominique. *A crise do neoliberalismo*. 1ª ed. São Paulo: boitempo, 2014.
- FAGNANI, Eduardo. *Previdência: o debate desonesto: subsídios para a ação social e parlamentar: pontos inaceitáveis da Reforma de Bolsonaro*. São Paulo: Editora Contracorrente, 2019.
- GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*, Vol. 3: Maquiavel – Notas sobre o Estado e a política. 3ª ed. Rio de Janeiro: 2007.
- HARVEY, David. et. al. *Occupy: movimentos de protestos que tomaram as ruas*. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2012.
- _____. *A condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1993.
- HELD, David. *Modelos de Democracia*. 3ª ed. 4ª reimpr. Madrid: Alianza Editorial, 2015.

HOBSBAWM, Eric. *Era dos extremos: o breve século XX (1914-1991)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

LACERDA, Marina B. *O novo conservadorismo brasileiro: de Reagan a Bolsonaro*. Porto Alegre, RS: Zouk, 2019.

LOSURDO, D. *Democracia ou bonapartismo*. Rio de Janeiro/São Paulo: UFRJ/UNESP, 2004.

_____. *Contra-história do liberalismo*. Aparecida/SP: Ideias & Letras, 2006.

MANDEL, Ernest. *O capitalismo tardio*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MARICATO, Hermínia. et. al. *Cidades Rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013.

NETTO, José Paulo e BRAZ, Marcelo. *Economia política: uma introdução crítica*. São Paulo: Cortez, 2006.

RENAUT, Alan. *O indivíduo: reflexão acerca da filosofia do sujeito*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Difel, 2004.

SAES, Décio. A política neoliberal e o campo político conservador no Brasil atual. In: SAES, Décio. *República do capital: capitalismo e processo político no Brasil*. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2001. p. 81-91.

TOCQUEVILLE, Alexis. *A democracia na América*. São Paulo: Publifolha, 2010.

WOOD, Ellen M. A separação entre o “econômico” e o “político” no capitalismo. In: WOOD, Ellen M. *Democracia contra capitalismo: a renovação do materialismo histórico*. 1ª ed. 1ª reimpr. São Paulo: Boitempo, 2006. p. 27-49.

A elitização da educação pública: não é para todo mundo e nem para todo lugar



Dimitri Silva Sobral¹

Resumo:

Após quase uma década da primeira implementação da lei de cotas e políticas de ações afirmativas no Brasil, muito ainda se discute sobre a democratização do acesso à educação pública. A discussão não deixa de ser pertinente quando o assunto é o ensino médio, especialmente em uma metrópole tão desigual como a do Rio de Janeiro. Nesse cenário, o presente trabalho visa discutir, com a ajuda de um estudo de caso, como a secretaria municipal de educação carioca atua na contramão das medidas de democratização do acesso ao ensino público, intensificando modelos de bonificação pautados na desigualdade. A metodologia consistiu na coleta de dados em campo, visitando algumas instituições estudadas, realizando entrevistas semi-estruturadas e orientadas, especialmente, pelos conceitos de prestígio escolar (Da Costa, 2008) e direito à cidade (Carlos, 2005), sistematizados com o trabalho de Bourdieu (2003), que disserta sobre a capacidade do sistema escolar público ser um meio de manutenção das desigualdades sociais.

Palavras-chave: democratização; educação; desigualdade; prestígio escolar.

Abstract:

After almost a decade since the first act of the access democratization law in Brazil, there is a lot of discussion about the equality of access to public school. This topic is important as well when we talk about high school, especially in Rio de Janeiro, a very injustice city. Then, this research intends to discuss, with a study case, how the education department of Rio is acting against the democratization of public school access, increasing inequality models. The methodology concerns in search primary and secondary data, realizing semi-structured interviews oriented by the concepts of school prestige (Da Costa, 2008) and right to the city (Carlos, 2005), arguing with Bourdieu (2003), when discussing the school system as a tool that keeps the social inequality.

Keywords: democratization; education; inequality; school prestige.

¹ Universidade Federal do Rio de Janeiro. Mestrando no Programa de Pós-graduação em Geografia (PPGG/UFRJ). Email: dimitri.sobral@gmail.com

Introdução

A premissa e a principal motivação do presente trabalho residem no contexto em que a educação brasileira se situa: passados 13 anos da primeira lei de políticas de ações afirmativas no estado do Rio de Janeiro (Lei 4151/2003) e 8 anos da obrigatoriedade da reserva de 50% de vagas oriundas dessas ações em processos seletivos na educação pública federal (Lei nº 12.711/2012), muito se discute sobre a eficiência e até mesmo a necessidade dessas leis. Não obstante, os setores mais conservadores da sociedade costumam sustentar a ideia da meritocracia, bem como do acesso equânime e universal à educação.

Bourdieu (2003) aponta, tomando como exemplo o caso francês, que o sistema escolar ratifica e conserva desigualdades sociais. O citado autor parte da premissa da escola ser um instrumento persuasivo quanto à possibilidade de ascensão social, porém aborda que sua persuasão é ilusória. Partindo desse rumo da discussão, pode parecer que, a fim de democratizar o acesso à educação pública, as leis de políticas de ações afirmativas bastariam para um país como o Brasil, por exemplo, aniquilando, com certa obviedade, o argumento daqueles que clamam a existência de uma meritocracia.

No entanto, segundo Da Costa et. al. (2012), o sistema educacional brasileiro é estratificado, sobretudo o ensino fundamental II em escolas municipais. A cidade do Rio de Janeiro, por assumir quase homogeneamente esse segmento entre as escolas públicas, apresenta consideráveis contradições no que tange o acesso e à distribuição de seus alunos. Corroborando com Bourdieu (2003), o destino da matrícula dos filhos e filhas de pais oriundos das classes populares tende a não ser uma escolha, e sim, um condicionamento induzido pelo poder público. Nesse sentido, no caso carioca, a secretaria municipal de educação (SME) utiliza-se de instrumentos de diferenciações entre suas escolas, como a Prova Brasil e o IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) que influenciam na opinião pública, sendo classificadas à grosso modo como “escolas boas”, conseqüentemente aquelas que terão maior repercussão positiva e procura por vagas, consideradas o suprasumo, ainda que a uma escala de alcance reduzida a um bairro ou microrregião, ou “escolas ruins”, as que terão repercussões negativas, conforme aponta Da Costa (2008) em seu conceito chamado de Prestígio Escolar.

Costa, Prado e Rosistolato (2012), ainda identificam que as Coordenadorias Regionais de Educação (CREs) do município do Rio de Janeiro se utilizam das repercussões sobre as “escolas boas” para atribuir burocracias pouco claras quanto aos critérios para matrícula nas mesmas, repelindo publicamente a própria ideia do acesso a todos. Corroborando com Da Costa (2008), o sistema educacional público é composto por elites, ainda que fugindo de uma definição clássica, que são detentoras de oportunidades e recursos pouco acessíveis às “massas”, em disputas pelo controle de tais recursos, os quais conferem oportunidades vantajosas de poder, prestígio e riqueza. Não obstante, pode, portanto, ser considerado um sistema com características de injustiça social, levando em conta a ausência dos critérios sintetizados por Schlosberg (2009) como a distribuição, reconhecimento, capacidade e participação democrática da sociedade. “O sistema não é equilibrado e não pode ser considerado equânime” (COSTA, PRADO e ROSISTOLATO, 2012, p. 170)

No mesmo sentido, é possível inserir, a partir de Corrêa (1989) e Costa (2010), a cidade do Rio de Janeiro como *locus* de um intenso processo de exclusão social e precarização territorial, ou seja, sustenta uma divisão espacial entre diferentes classes sociais, onde o Estado atua direta e indiretamente para manter esse sistema, como aparenta ser o caso na educação pública.

[...] continuamos tomando o sistema escolar como um fator de mobilidade social, quando, ao contrário, tudo tende a mostrar que ele é um dos fatores mais eficazes de conservação social, pois fornece a aparência de legitimidade às desigualdades sociais, e sanciona a herança cultural e o dom social tratado como dom natural. (BOURDIEU, 2003, p. 41)

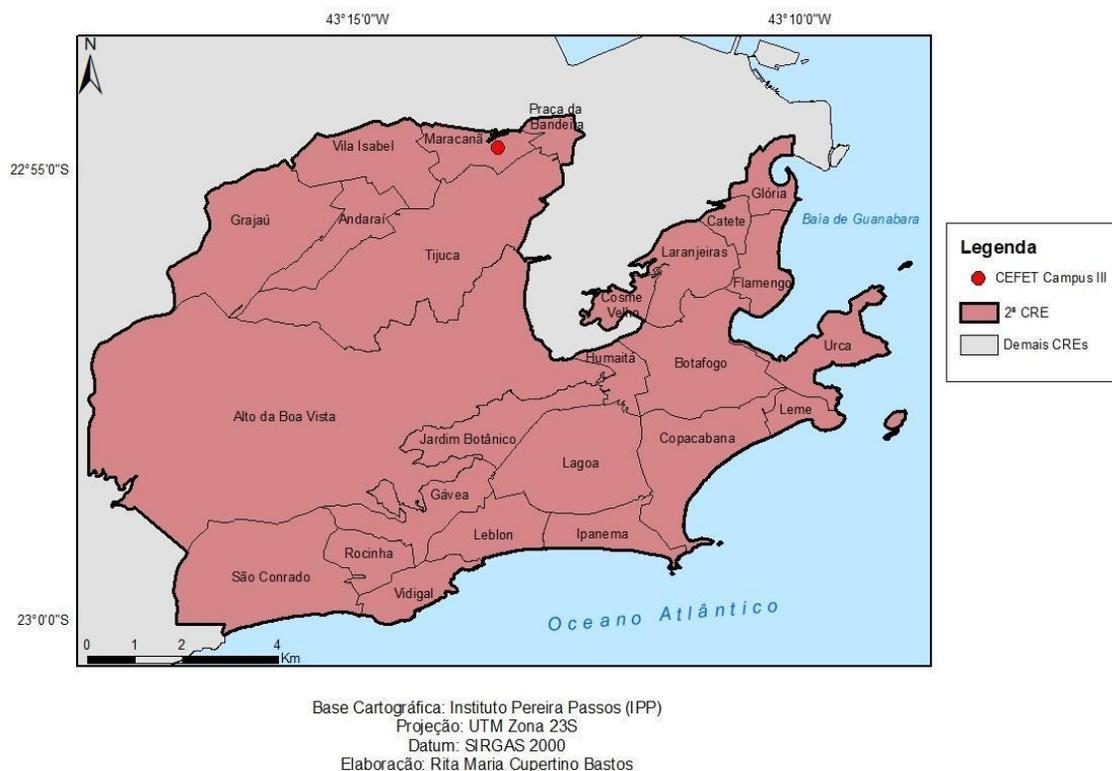
[...] a cidade também é o lugar dos conflitos que surgem como reivindicação, ou em torno da luta pelo direito à cidade, obrigando-nos a considerar, em sua radicalidade, a transformação da sociedade porque este é o conteúdo do direito à cidade. Nessa condição, “direito à cidade” introduz o negativo - a revolta da sociedade contra aquilo que segrega, afasta, impede a realização da vida na cidade, e com isso a interrogação sobre a realidade como condição para a construção de um projeto futuro. (CARLOS, 2005, p 227)

Dada a contextualização, o presente trabalho visa examinar, com a ajuda de um estudo de caso, como a educação pública pode ser um instrumento de ratificação ou intensificação das desigualdades sociais.

O estudo de caso, por sua vez, será aplicado a uma complexidade ainda maior, pois envolve as matrizes federal, representada pelo Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (CEFET/RJ), e municipal, representada pela 2ª Coordenadoria Regional de Educação (2ª CRE). As instituições são responsáveis pelo denominado Projeto Turma Cidadã, um curso Pré-técnico social, em formato de projeto de extensão entre o CEFET/RJ, localizado no bairro do Maracanã, e a coordenadoria de educação abrangente da área. A iniciativa surgiu por uma demanda que a própria instituição federal constatou, pois, passados os primeiros dois anos após a adesão ao sistema de ação afirmativa da Lei nº 12.711/2012, o número de alunos jubilados aumentou consideravelmente, segundo seu Departamento de Ensino Médio e Técnico (DEMET/CEFET).

A fim de mitigar o citado problema, o CEFET propôs à Secretaria Municipal de Educação (SME) a criação do projeto. Para isso, com o início das atividades em 2017, a instituição federal dispõe de servidores, voluntários, extensionistas bolsistas e salas de aula para atender, por ano, 80 alunos potencialmente cotistas, ou seja, matriculados em escolas municipais em seu 9º ano do ensino fundamental e que possam prestar o processo seletivo para ingresso no nível médio-técnico do CEFET. Segundo a instituição, o projeto é um pré-técnico social que visa o nivelamento dos futuros alunos e promover extensão com a comunidade, por isso o convênio com a 2ª CRE, coordenadoria de educação correspondente a bairros da Zona Sul e Grande Tijuca, na cidade do Rio de Janeiro (PORTAL CARIOCA DIGITAL, 2019).

Mapa 1: área de estudo – abrangência da 2ª CRE e localização do CEFET.



Nesse sentido, portanto, o presente trabalho visa examinar, com a ajuda do estudo de caso sobre a Turma Cidadã, o Pré-técnico social do CEFET, se a educação pode ser um instrumento de ratificação ou intensificação das desigualdades sociais. Como objetivos específicos, o trabalho irá: levantar quais escolas fazem parte do projeto e por que, bem como suas localizações e a quantidade de alunos cedidos; identificar os critérios para a seleção do alunado anual do projeto, quem os elabora e quais implicações sócio-espaciais podem oferecer; analisar o êxito do projeto desde seu início, em 2017, até o momento, verificando a quantidade de estudantes que foram aprovados no processo seletivo do CEFET e suas respectivas permanências na instituição.

Metodologia

A metodologia do presente trabalho foi dividida em três levantamentos: o bibliográfico, visando a articulação da pesquisa às bases teóricas referentes aos conceitos de Território, Espaço e Justiça Social no campo da ciência geográfica. Não obstante, no campo educacional, os conceitos a serem articulados serão prestígio escolar e sistema educacional estratificado. A articulação entre geografia e educação é feita visando a complementação sobre o tema do acesso à escola pública, tendo como plano de fundo, o espaço urbano da cidade do Rio de Janeiro.

Outro levantamento será feito a partir da coleta de dados mediante trabalhos de campo, visando informações gerais sobre a iniciativa, bem como as mais específicas, sendo obtidas por meio de entrevistas semi-estruturadas à coordenação do Pré-técnico social do CEFET/RJ. A partir dos procedimentos bibliográficos, as idas a campo visam a compreensão sobre os mecanismos de seleção das escolas municipais integrantes do projeto.

Por fim, também se apresenta neste trabalho o levantamento de dados referentes à Secretaria Municipal de Educação, como a quantidade de escolas que tenham condições de participar do projeto, suas localizações e outras informações complementares. Para isso, serão utilizados o portal carioca digital, onde a SME disponibiliza a localização das escolas por região administrativa, além do Censo Escolar, a fim de alcançar informações relativas ao desempenho das instituições participantes do convênio em avaliações públicas como Prova Brasil e IDEB, sob a ótica do conceito de prestígio escolar, abordado por Da Costa (2008).

1. Discussão teórico-conceitual

Bourdieu (2003) aponta para uma certa superficialidade no que diz respeito às análises sobre escolas públicas serem homogeneamente de má qualidade e, não obstante, indica que há hierarquias socialmente conhecidas entre essas instituições. Nesse sentido, o autor argumenta que o poder público atua de maneira distinta na gestão escolar e, conseqüentemente na distribuição de seus alunos, mantendo um sistema de valores implícito e interiorizado pela sociedade, levando a uma quase conformação de uma realidade desigual e imutável. O citado autor ainda aponta que, nesse sentido, sendo a escola pública alvo de uma procura maior entre as classes desfavorecidas, e concomitantemente tratada de maneira desigual pelo Estado, privilegiando umas em detrimento de outras, a desigualdade social não só mantida, mas é intensificada, marginalizando ainda mais os mais pobres e mantendo as diferenças entre classes sociais. Da Costa, Do Prado e Rosistolato (2012) corroboram com essa vertente, acrescentando ainda que as principais “fugas” desse sistema são oriundas de práticas como nepotismo, troca de favores ou até mesmo votos, chamado pelos autores como “algum conhecimento” que os pais tenham para matricularem seus filhos em instituições municipais de certo renome positivo, o “prestígio escolar” (DA COSTA, 2008) ainda que em escala local, devido, principalmente, a

resultados dessas escolas em avaliações nacionais como o IDEB. Complementarmente, entende-se prestígio escolar como: “[...] elementos que conferem diferenciação a estabelecimentos de ensino que, submetidos à mesma autoridade e às mesmas regras, integrando os mesmos sistemas e dispondo de recursos equivalentes, apresentam considerável disparidade em muitos aspectos e gozam de reputações claramente opostas”, conforme Da Costa (2008, p. 455).

A partir da discussão feita por Bourdieu (2003) e das estratégias debatidas por Da Costa, Prado e Rosistolato (2012), é possível, portanto, considerar a escola pública um objeto do espaço social a ser conquistado e ocupado e, para isso, em um sistema educacional estratificado, estratégias são necessárias. Do ponto de vista geográfico, portanto, estamos falando de um recurso que é alvo de disputa por oferecer a possibilidade de obtenção do capital cultural.

“Seja no campo seja na cidade, as novas chances da ordem competitiva se abrem para os segmentos mais capazes de arregimentar maior qualificação comparativa do trabalho, poupança e mobilidade espacial e ocupacional. Os imigrantes e os segmentos mais cultos ou semi-instruídos de origem nacional são os candidatos naturais a ocuparem os novos espaços.

Abaixo do segmento dos novos incluídos no mercado competitivo existiria uma plebe nacional composta por brancos que vinham do campo para as cidades e para quem os interstícios da nova ordem eram de qualquer modo um ganho em relação à miséria material e moral da dependência pessoal. Mais abaixo ainda, dá-se a constituição histórica daquilo que chamo de ‘ralé brasileira’: composta pelos negros recém-libertos e por mulatos e mestiços de toda ordem para quem a nova condição era apenas uma nova forma de degradação. A submersão na lavoura de subsistência ou a formação das favelas nas grandes cidades passam a ser o destino reservado pelo seu abandono”. (SOUZA, 2017. p. 47)

No caso do presente estudo de caso, o que parece se apresentar em um primeiro momento como oportunidade a classes sociais mais pobres, é, por outro lado, a reprodução de um sistema educacional estratificado, baseado em uma ilusão meritocrática e ratificadora das desigualdades sociais.

“Talvez estudos como o que temos realizado auxiliem a compreender a crítica situação de um amplo sistema educacional que logrou incorporar recentemente a quase totalidade de seu público potencial ao nível fundamental de ensino, mas que guarda abismos em todos os níveis escolares e, conseqüentemente, nas oportunidades de integração socioprofissional de gerações à sociedade em geral”. (DA COSTA, 2008, p. 456).

Nesse sentido, é pertinente considerar que a camada da sociedade que detém recursos pouco acessíveis à maioria das pessoas, é, portanto, uma elite, especialmente em contextos em

que as disputas pelo acesso à educação em escolas como o CEFET, são desiguais e oferecem oportunidades vantajosas de poder, prestígio e ascensão social, conforme discute Da Costa (2008). Não obstante, o conceito de território se mostra fundamental na compreensão geográfica do acesso a recursos no espaço social.

Segundo Souza (2013) o território pode ser entendido como a expressão espacial das relações de poder. Nesse sentido, ele configura um modo como as relações sociais se dão, ou seja, quem e por que domina, controla, governa, influencia ou apropria, sendo o espaço o substrato referencial da ocorrência dessas relações. As análises, portanto, podem ser em uma escala temporal (dia, ano, década, mês, por exemplo) e em uma espacial (rua, bloco econômico, por exemplo). É importante ainda ressaltar que o território não é o poder em si, mas sim a sua expressão no espaço de quem o detém e, por consequência, quem não o detém, configurando assim, a territorialização e a desterritorialização. Portanto, no caso do acesso às escolas públicas municipais do Rio de Janeiro, as escolas sem o prestígio escolar (DA COSTA, 2008) são aquelas instituições que restam àqueles grupos com menos possibilidades de alternativas, ou seja, os desterritorializados, na perspectiva de Souza (2013).

Por outro lado, levando em consideração não apenas a produção desigual do espaço urbano e a pouca (quando há) margem de manobra dos grupos sociais excluídos apontados por Corrêa (1989), não sendo diferente inclusive no acesso à educação, conforme citado anteriormente, mas também a complexidade das relações sociais desiguais, o conceito de multiterritorialidade (COSTA, 2007) se mostra como o mais apropriado para o presente fenômeno. Segundo o autor, não há desterritorialização sem reterritorialização, pois a vivência nos diferentes territórios se apresenta de forma concomitante, ou seja, há uma multiplicidade de territórios no mesmo espaço, com atuações distintas e sobrepostas por meio de seus diferentes grupos. Nesse sentido, aqueles que perdem ou não possuem um determinado território, em uma dimensão social, são os grupos mais destituídos, os precariamente territorializados (COSTA, 2007; 2010).

Ainda segundo Costa (2007), todo território é funcional e simbólico. Seus símbolos, portanto, são os componentes representativos do poder, ou seja, a territorialidade. Para o autor, ela serve para criar e manter grande parte do contexto geográfico que vivemos e damos

significado, assim como para criar e manter a ordem. Para Souza (2013), a ideia de ordem está associada com alguma frequência ao conceito de organização espacial, apontada também por Corrêa (1995) como a divisão espacial do trabalho, a disposição e distribuição espacial da infraestrutura técnica (transporte, água, energia) e espacial (postos de saúde, padrão residencial e as escolas). Ainda para Souza (2013), a estrutura da organização espacial é feita para a (re)produção de uma ordem heterônoma presente nas cidades do sistema capitalista e facilitada pelo Estado. A heteronomia, nesse sentido, é a verticalização das relações sociais, ou seja, a imposição das desigualdades e a redução da liberdade e autonomia dos grupos marginalizados nessas relações.

Um exemplo sobre o sistema heterônimo também presente na educação é discutido por Bourdieu (2003) ao questionar se o local de estudo das crianças de origem popular é uma escolha ou um condicionamento imposto. Para o autor, há consideráveis diferenças no que tange a visão que os grupos sociais excluídos (ou precariamente territorializados, segundo Costa [2007; 2010]) têm sobre a educação. A classe média baixa ou de transição, nesse ponto de vista, acredita na ascensão social por meio de escolas melhores e incentiva o estudo de seus filhos. Por outro lado, os grupos ainda mais populares não creem na ascensão e transmitem o pensamento para os filhos, herdando a premissa do “isso não é para nós”. Nesse sentido, para o autor, a escola é uma instituição aristocrata e conservadora, pois trata os diferentes igualmente e assume um tipo de aluno como o padrão de qualidade, normatizando e intensificando relações que, antes de tudo, são sociais.

O Rio de Janeiro, assim como o padrão seguido pelas cidades brasileiras, teve seu processo de urbanização de maneira intensa e acelerada (ABREU, 1987). Nesse sentido, para reprodução das relações entre classes nos moldes capitalistas, foi necessária a distribuição de áreas sociais segregadas, cujo acesso a recursos necessários à ascensão social é diferenciado (HARVEY, 1975).

Segundo Sposito (1988), o que norteia o entendimento da formação das cidades, por meio do processo de urbanização, possui correspondência direta com a divisão social e territorial do trabalho, portanto, correlata às dinâmicas da precarização territorial. Dizemos processo porque a urbanização se aplica de maneira histórica, material e, sobretudo social.

Portanto, compreender a identidade da cidade é analisar o resultado cumulativo das transformações, destruições e reconstruções produzidas pela sociedade ao longo do tempo.

Segundo Corrêa (1989), o espaço urbano é fragmentado e articulado, reflexo da economia capitalista que o origina e o reproduz, sendo assim, um condicionante social. Nesse sentido, para entender a produção do espaço urbano, deve-se compreender a sociedade que o produz, ou seja, uma relação dialética, em que, a cidade é produzida pela sociedade e esta, se reproduz à medida em que se modifica o processo de produção e reprodução da cidade. Já Beaujeu-Garnier (1995), aponta que o ambiente urbano exerce grande influência em seus habitantes, transformando-os pouco a pouco com suas exigências como alimentação, matérias-primas e comércio, por exemplo. Tem o poder de difundir, bloquear ou favorecer os diversos impulsos na cidade, mas é reciprocamente utilizado e modelado pelo homem. Não obstante, é possível ratificar com os argumentos também trabalhados por Bourdieu (2003) que, sendo a escola uma parte da organização espacial heterônoma, ela é nos moldes capitalistas, um importante instrumento de manutenção da (des)ordem e da desigualdade. No mesmo sentido, se considerada como um meio de ascensão social em virtude das disputas por aquelas detentoras do prestígio escolar, como abordado por Da Costa (2008), ela pode ser também associada a um recurso espacial.

2. As geografias do pré-técnico social

O presente capítulo se propõe a dissertar sobre os dados coletados em trabalhos de campo realizados no CEFET Maracaná, Campus III, onde se localizam as disposições de funcionamento do Projeto Turma Cidadã. Duas visitas foram realizadas: a primeira em 20 de maio de 2019 e a segunda em 14 de agosto do mesmo ano. O primeiro encontro visava contatos preliminares com a coordenação do Pré-técnico, apresentando a presente pesquisa e, não obstante, buscando dados sobre o quantitativo de escolas conveniadas e alunos cedidos, bem como informações referentes ao contexto de surgimento do projeto social e questões relacionadas ao convênio com a Secretaria Municipal de Educação. O segundo campo,

portanto, foi feito visando questões originadas das análises dos dados concedidos pela coordenação neste primeiro encontro.

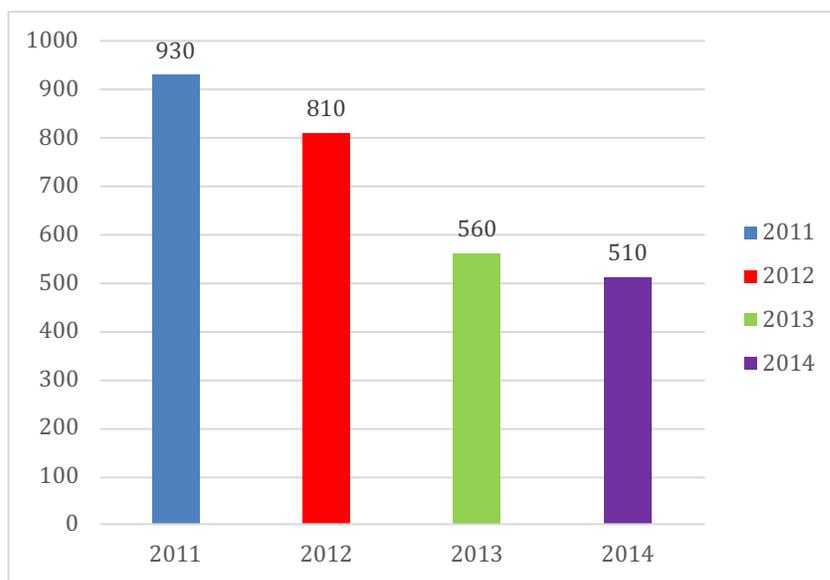
Inicialmente, a entrevista à coordenação se propôs a buscar elementos para compreender o contexto de surgimento e funcionamento do Pré-técnico social. A coordenação é dividida entre um servidor técnico administrativo e uma professora de educação física readaptada em função de apoio pedagógico, ambos trabalhadores do CEFET. Segundo eles, a ideia da criação de um pré-técnico social surgiu após os primeiros dois anos de turmas oriundas do processo seletivo em que se fez presente a política de cotas para alunos que visam o ingresso no primeiro ano do ensino médio-técnico integrado da instituição. A política adotada pelo CEFET está em acordo com a Lei nº 12.711/2012, que discorre sobre a obrigatoriedade de todas instituições de ensino federais disponibilizarem 50% de suas vagas em processos seletivos para candidatos oriundos da rede pública de ensino. Nesse sentido, portanto, a primeira turma já dentro da nova lei ingressou na instituição no ano de 2013. Em 2015, segundo o coordenador do pré-técnico, surgem os primeiros questionamentos internos no CEFET no que tange o novo público presente na escola, pois por conta de uma grande diferença nos resultados obtidos nas avaliações entre suas escolas antigas e a atual, o número de reprovações e, conseqüentemente, de jubilações (duas reprovações anuais consecutivas) teria aumentado drasticamente, segundo pesquisas feitas pelo Departamento de Ensino Médio e Técnico (DEMET) da unidade.

Ainda segundo o coordenador, algumas propostas de ação foram levantadas visando um equilíbrio entre o acesso e a permanência do novo público de alunos que agora ocupa o CEFET, uma escola que historicamente dispunha quase exclusivamente de estudantes oriundos de colégios renomados da rede particular de ensino, conforme aponta Souza (2016). Após longo tempo de discussões, a ideia da criação de um pré-técnico social para atender, pelo menos, a comunidade da Grande Tijuca foi levantada pelo corpo docente da instituição. A proposta visava um convênio com a Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro, especificamente sua 2ª Coordenadoria Regional, responsável pelas escolas públicas municipais na região da Grande Tijuca e da Zona sul. A intenção era que a CRE pudesse encaminhar alunos moradores das proximidades do CEFET para que pudessem assistir aulas das disciplinas

básicas do ensino fundamental no Pré-Técnico Social, ministradas por professores do quadro permanente do ensino médio do CEFET, servidores administrativos licenciados em alguma das áreas e professores voluntários. A realização das atividades seria, portanto, no turno oposto aquele em que os alunos selecionados estudam regularmente em suas escolas. Assim, seria firmada a parceria em formato de Projeto de Extensão do Centro Federal com a comunidade de seu entorno.

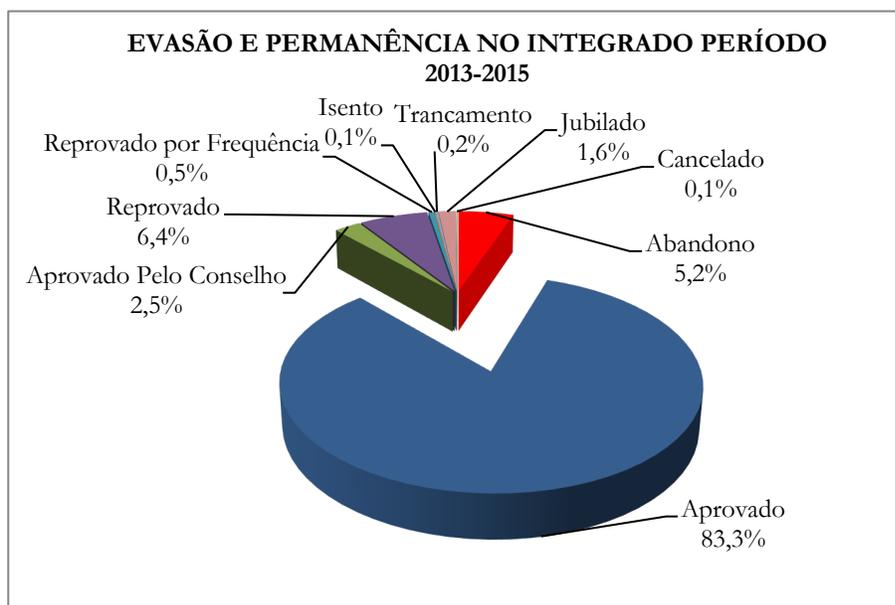
A proposta, segundo a coordenação, foi levada por ele próprio à 2ª CRE e prontamente aceita. Assim, o CEFET disponibilizou 80 vagas para estudantes em seu Pré-Técnico Social, divididas em 40 para o turno da manhã e 40 para o turno da tarde, tendo iniciado suas atividades no início do ano letivo de 2017. Ao fim do presente campo, a coordenação ofereceu dados que podem esclarecer as questões referentes ao número de escolas participantes, quantidade de estudantes selecionados por cada uma delas e o total de jubilamentos que justificariam a criação do convênio.

Gráfico 1: Número de vagas oferecidas para o concurso de acesso ao ensino médio.



Fonte: DEMET-CEFET/RJ

Gráfico 2: Evasão e permanência no ensino médio integrado entre 2013 e 2015.



Fonte: DEMET-CEFET/RJ.

Os gráficos 1 e 2 representam, respectivamente, o número de vagas ofertadas para o ensino médio-técnico e o percentual dos números de evasão e permanência no CEFET Maracanã. Ambos foram elaborados e cedidos pelo Departamento de Ensino Médio e Técnico da instituição para a coordenação do Pré-Técnico Social, adquiridos pela presente pesquisa no primeiro trabalho de campo, conforme citado anteriormente. Analisando os dados supracitados, especialmente os concursos dos anos de 2012, 2013 e 2014, os três primeiros em acordo com a Lei nº 12.711/2012, é possível notar, em associação com o gráfico 2, que o número de estudantes jubilados nesse período de ingresso foi de 1,6%. O universo, conforme o gráfico 1, é a soma entre os três citados anos, resultando em 1880 estudantes matriculados. Nesse sentido, o jubramento de estudantes foi de aproximadamente 38 alunos em 3 anos. Apesar do aumento de reprovações consecutivas ter sido pauta de, conforme citado pela coordenação, frequentes reuniões e justificativa para a criação do próprio projeto de extensão, não foi possível obter os dados oficiais com o DEMET no período anterior à adesão ao sistema de cotas. Assim, os dados que o CEFET cedeu ao presente trabalho não se mostram condizentes com os argumentos utilizados para criação do convênio com a prefeitura.

Conforme citado anteriormente, através do primeiro contato em campo com a coordenação do Pré-Técnico Social, foi possível obter dados sobre o número de escolas envolvidas no projeto, bem como o número de estudantes selecionados por cada uma delas

entre os anos de 2017, quando se formaram as primeiras duas turmas, e o de 2018. A partir da coleta dessas informações, foi possível constatar que apenas 8 escolas fizeram parte do convênio no período citado. A fim de elaborar uma relação com o universo total de alunos do 9º ano do ensino fundamental de cada uma dessas escolas, foi necessário o acesso aos censos escolares.

Tabela 1: Escolas pertencentes ao projeto, número de alunos selecionados e total de matriculados nas mesmas instituições em 2017.

ESCOLA	Nº de alunos no convênio em 2017	Total de alunos no 9º ano em 2017
E.M. Orsina da Fonseca	9	101
E.M. Francisco Cabrita	10	63
E.M. Epitácio Pessoa	7	36
E.M. Barão Itacurussá	10	55
E.M. Madrid	8	81
E.M. Francisco Manuel	8	105
E.M. Gal Euclides de Figueiredo	8	66
E.M. Martin Luther King	1	30

Fonte: dados obtidos em campo; censo escolar 2017; organização autoral.

Tabela 2: Escolas pertencentes ao projeto, número de alunos selecionados e total de matriculados nas mesmas instituições em 2018.

ESCOLA	Nº de alunos no convênio em 2018	Total de alunos no 9º ano em 2018
E.M. Orsina da Fonseca	9	108
E.M. Francisco Cabrita	11	119
E.M. Epitácio Pessoa	8	48
E.M. Barão Itacurussá	10	54
E.M. Madrid	10	110
E.M. Francisco Manuel	8	71
E.M. Gal Euclides de Figueiredo	5	47
E.M. Martin Luther King	0	63

Fonte: dados obtidos em campo; censo escolar 2018; organização autoral.

Conforme as tabelas 1 e 2, o projeto contou com 8 escolas entre os anos de 2017 e 2018. No entanto, é possível notar grande disparidade entre o quantitativo total de alunos de 9º ano por instituição e o número cedido ao pré-técnico social. Não obstante, também é possível constatar outras diferenças na própria distribuição de vagas por escola, como é visto na comparação entre a unidade Francisco Cabrita, com 10 estudantes em 2017 e 11 em 2018, ao passo que a Escola Municipal Martin Luther King cedeu o total de um único aluno entre os

dois anos. Sob a ótica do sistema educacional estratificado na educação pública do Rio de Janeiro, abordado por Costa, Prado e Rosistolato (2012), fez-se necessário, portanto, um aprofundamento no que tange a distribuição espacial das escolas da Grande Tijuca e sua relação com a participação no convênio.

Segundo o Portal Carioca Digital, uma plataforma online da Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro que disponibiliza informações referentes aos seus serviços, a 2ª CRE é responsável por um total de 153 unidades escolares entre a região da Grande Tijuca, Centro e parte da Zona Sul da Cidade. No entanto, apenas 16 estão localizadas na Grande Tijuca (Tijuca, Praça da Bandeira, Vila Isabel, Maracanã e Andaraí), o que o CEFET classifica como público alvo de seu projeto de extensão inicialmente.

Tabela 3: as escolas municipais da Grande Tijuca e a distância ao CEFET Maracanã.

INSTITUIÇÃO	BAIRRO	Distância ao CEFET
ESCOLA MUNICIPAL ORSINA DA FONSECA	Tijuca	1,0 km
ESCOLA MUNICIPAL REVERENDO MARTIN LUTHER KING	Praça da Bandeira	1,7 km
ESCOLA MUNICIPAL FRANCISCO CABRITA	Tijuca	2,0 km
ESCOLA MUNICIPAL MADRID	Vila Isabel	2,2 km
ESCOLA MUNICIPAL GENERAL EUCLYDES DE FIGUEIREDO	Tijuca	2,3 km
ESCOLA MUNICIPAL FRANCISCO MANUEL	Vila Isabel	2,8 km
ESCOLA MUNICIPAL REPUBLICA ARGENTINA	Vila Isabel	3,0 km
ESCOLA MUNICIPAL LAUDIMIA TROTTA	Tijuca	3,4 km
ESCOLA MUNICIPAL GENERAL DO EXERCITO HUMBERTO DE SOUZA MELLO	Maracanã	4,3 km
ESCOLA MUNICIPAL PRESIDENTE JOAO GOULART	Andaraí	4,4 km
ESCOLA MUNICIPAL SOARES PEREIRA	Tijuca	4,4 km
ESCOLA MUNICIPAL BARAO DE ITACURUSSA	Tijuca	4,5 km
ESCOLA MUNICIPAL EPITACIO PESSOA	Andaraí	5,0 km
ESCOLA MUNICIPAL AFFONSO PENNA	Vila Isabel	5,5 km
ESCOLA MUNICIPAL EQUADOR	Vila Isabel	5,9 km
ESCOLA MUNICIPAL JORNALISTA ASSIS CHATEAUBRIAND	Vila Isabel	8,9 km

Legenda:

Situada na Grande Tijuca, mas não faz parte da parceria

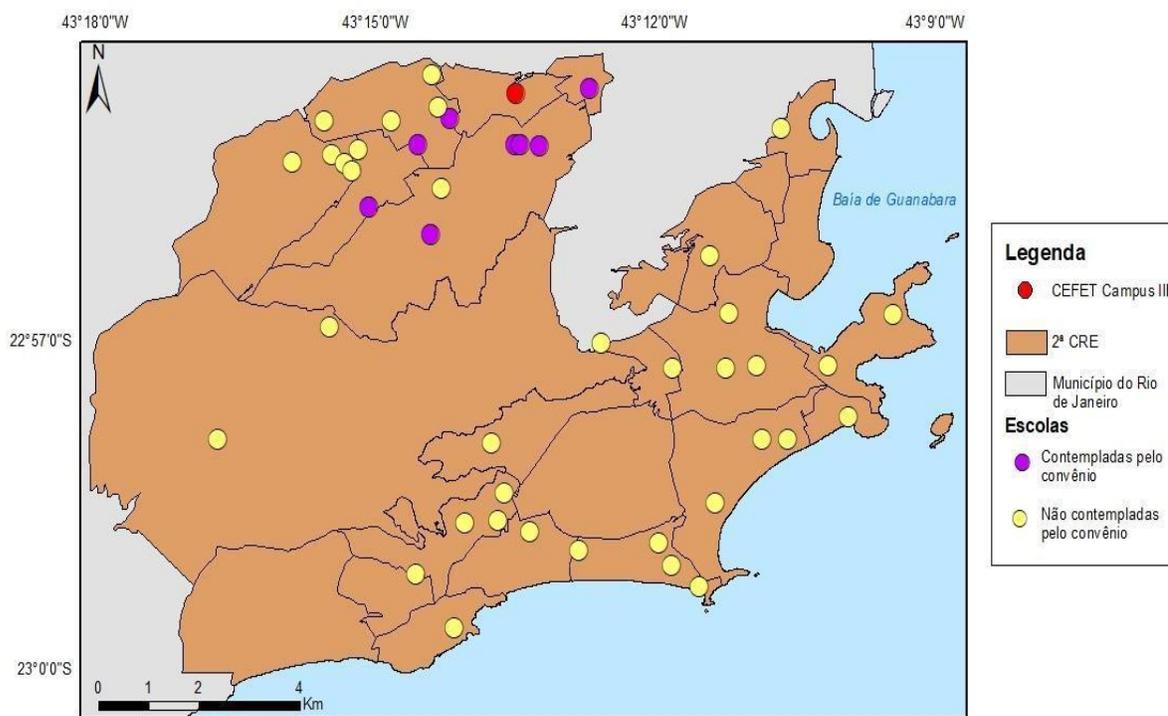
Faz parte da parceria

Fonte: Google Earth.

As escolas participantes do convênio entre CEFET e 2ª CRE são, conforme a tabela 3, as destacadas pela coloração mais escura. Analisando a distância delas até o Campus III do CEFET, na Rua General Canabarro, no Maracanã, onde são realizadas as atividades do pré-

técnico social, por meio do Google Earth, é possível identificar que a proximidade não é, à priori, o principal critério para participação na parceria, tendo em vista que a E.M. Martin Luther King, apesar de se localizar a menos de 2 quilômetros do local do pré-técnico, só cedeu um aluno em 2017 e sequer cedeu algum em 2018.

Mapa 2: relação espacial entre as escolas contempladas e não contempladas pelo convênio CEFET-2ª CRE.



Base Cartográfica: Instituto Pereira Passos (IPP)
 Projeção: UTM Zona 23S
 Datum: SIRGAS 2000
 Elaboração: Rita Maria Cupertino Bastos

Conforme é possível notar pela distribuição ilustrada pelo mapa 2, a distância (no caso, o trajeto por meio de transporte coletivo rodoviário), não determina a participação das escolas no convênio. Não obstante, é possível observar que dentre as instituições participantes – representadas pela cor roxa – há, ainda, algumas que têm o deslocamento ao CEFET (representado pela cor vermelha) mais dificultoso do que outras que, embora mais próximas e com melhor possibilidade de deslocamento, não participam (representadas pela cor amarela). Nesse sentido, para compreender a lógica da distribuição de vagas e de interesses, foi necessário

um aprofundamento na pesquisa, intensificando a análise dos dados coletados em campo, em plataformas como o portal Carioca e nos censos escolares.

3. Os mecanismos de seleção do alunado

Como já comentado na seção anterior, o segundo trabalho de campo nas dependências do pré-técnico social, no Campus III do CEFET Maracanã, foi realizado após a análise dos dados coletados em entrevista à coordenação do curso e de materiais fornecidos por ela. No entanto, conforme visto na análise sobre a localização das escolas e suas proximidades ao CEFET, foi possível notar dois pontos importantes: 1) a proximidade não é o principal critério adotado para a seleção das escolas participantes do convênio; 2) há uma contradição entre o interesse manifestado pelo CEFET em atender à comunidade escolar no entorno, pois além de atender escolas com razoável distância como as EM Barão de Itacurussá e Epitácio Pessoa, deixa de atender outras que se localizam ainda mais próximas como as EM República Argentina, Laudímia Trotta, General do Exército Humberto de Souza Mello, Presidente João Goulart e Soares Pereira. Portanto, o presente trabalho se propôs a utilizar o conceito de prestígio escolar, abordado por Costa (2008), para aprofundar as questões do segundo trabalho de campo à coordenação do pré-técnico.

Nesta segunda ida a campo, foi realizada outra entrevista semi-estruturada, com o intuito de compreender quais critérios foram levados em consideração para a seleção das escolas participantes do projeto, o número de alunos cedidos por cada uma e, principalmente, quais agentes eram os responsáveis por essa elaboração.

A coordenação do pré-técnico retomou a contextualização referente à criação da parceria, apontando que algumas reuniões ocorreram entre o fim de 2015 e durante o ano de 2016 com representantes do CEFET e da Secretaria Municipal de Educação. Segundo os coordenadores, o CEFET pretendia conceder à CRE a autonomia total para a escolha das escolas a serem inseridas no projeto, bem como para a seleção do alunado. No entanto, os estudantes deveriam manifestar interesse em estudar na instituição federal durante o ensino

médio e, segundo a coordenação, em segundo plano, deveriam ter boas notas, sem especificarem, objetivamente, um número real quanto ao conceito dessa avaliação.

Entretanto, apesar da mencionada concessão de autonomia à SME para escolher os alunos, a coordenação do CEFET se mostrou surpresa ao observar os dados levantados pela presente pesquisa e notar que um número elevado de escolas municipais não estava sendo atendidas. Nesse sentido, os coordenadores não souberam informar precisamente qual o principal critério adotado pela prefeitura, mas que, especificamente no caso da Escola Municipal Martin Luther King, situada a menos de 2 quilômetros do Campus, a coordenação afirmou ter pedido a inserção dessa unidade no projeto, porém recebeu apenas um estudante pela CRE.

3.1 O IDEB como fator determinante para as escolhas da Secretaria Municipal de Educação

Ao longo da pesquisa, analisando os dados obtidos no primeiro trabalho de campo e, posteriormente, constatar que a distância por si só não se apresentou como fator determinante para a participação das escolas no projeto Turma Cidadã, o conceito de prestígio escolar (COSTA, 2008), se mostrou pertinente em uma hipótese em que, provavelmente, as escolhas da SME, através da 2ª CRE, foram orientadas por resultados que as escolas tenham alcançado em avaliações educacionais nacionais, como a Prova Brasil e o IDEB, por exemplo.

Segundo Da Costa (2008), esses resultados não interferem diretamente em pautas como verbas destinadas a mais ou a menos a uma determinada escola, porém, a fama e o certo renome que ela ganha, ainda que em escala simples como a de um bairro, podem interferir na intensidade de procura por matrículas. Nesse sentido, ainda segundo o autor, as escolas que obtêm bons resultados nesses tipos de avaliações tendem a ter grande demanda por matrículas, porém a prefeitura atua para limitar o número de vagas delas, ao passo que as que tenham resultados abaixo do esperado recebem a superlotação, oriunda das barreiras que a maioria dos responsáveis de alunos encontram nas (poucas) escolas de maior prestígio. Assim, o poder público, ao atribuir valor qualitativo a suas escolas, além de alimentar a esperança de ascensão social a uma pequena camada da população mais vulnerável, conforme argumenta Bourdieu

(2003), restringe o direito da liberdade de escolha dessa camada, intensificando desigualdades no acesso a setores como a educação.

Não obstante, a partir dos supracitados autores, análises dos medidores educacionais das escolas da 2ª CRE e, posteriormente, da região da Grande Tijuca fizeram-se necessárias. Consultou-se os resultados do IDEB, medido a partir da Prova Brasil – avaliações exclusivamente das disciplinas de Português e Matemática em formato de prova bimestral, duas vezes a cada dois anos. A amostra corresponde ao período entre os anos de 2007 a 2017, compreendendo a primeira e a última Prova Brasil aplicada a escolas municipais, analisada a partir de informações dos censos escolares. O recorte se mostra pertinente, além disso, pois considera-se aqui o tempo de 10 anos como um possível peso no prestígio escolar (DA COSTA, 2008), tanto em aspecto positivo como negativo.

Tabela 4: Ranking do IDEB médio entre os anos de 2007 e 2017 das escolas da 2ª CRE que possuem ensino fundamental II.

Escola	Ideb Médio (2007, 2009, 2011, 2013, 2015 e 2017)
ESCOLA MUNICIPAL MINAS GERAIS	5,75
ESCOLA MUNICIPAL ESTACIO DE SA	5,733333333
ESCOLA MUNICIPAL AFFONSO PENNA	5,616666667
ESCOLA MUNICIPAL DOUTOR COCIO BARCELLOS	5,433333333
ESCOLA MUNICIPAL MADRID	5,3
ESCOLA MUNICIPAL ROMA	5,233333333
ESCOLA MUNICIPAL GENERAL EUCLYDES DE FIGUEIREDO	5,216666667
ESCOLA MUNICIPAL ANDRE URANI	5,166666667
ESCOLA MUNICIPAL BARAO DE ITACURUSSA	5,033333333
ESCOLA MUNICIPAL MANOEL CICERO	4,983333333
ESCOLA MUNICIPAL JOAO SALDANHA	4,916666667
ESCOLA MUNICIPAL FRANCISCO MANUEL	4,916666667
ESCOLA MUNICIPAL ORSINA DA FONSECA	4,85
ESCOLA MUNICIPAL EPITACIO PESSOA	4,8
ESCOLA MUNICIPAL PANAMA	4,766666667
ESCOLA MUNICIPAL CHRISTIANO HAMANN	4,766666667
ESCOLA MUNICIPAL FRANCISCO CABRITA	4,533333333
ESCOLA MUNICIPAL CASTELNUOVO	4,5
ESCOLA MUNICIPAL PROFESSOR LOURENCO FILHO	4,466666667
ESCOLA MUNICIPAL JOSE DE ALENCAR	4,3
ESCOLA MUNICIPAL PRESIDENTE JOAO GOULART	4,166666667
ESCOLA MUNICIPAL JOAQUIM NABUCO	4,116666667
ESCOLA MUNICIPAL SAO TOMAS DE AQUINO	4,05

ESCOLA MUNICIPAL DEODORO	4
ESCOLA MUNICIPAL PRESIDENTE ARTHUR DA COSTA E SILVA	3,966666667
ESCOLA MUNICIPAL MARILIA DE DIRCEU	3,916666667
ESCOLA MUNICIPAL MARC FERREZ	3,916666667
ESCOLA MUNICIPAL GENERAL DO EXERCITO HUMBERTO DE SOUZA MELLO	3,866666667
ESCOLA MUNICIPAL DESEMBARGADOR OSCAR TENORIO	3,8
ESCOLA MUNICIPAL ARAUJO PORTO ALEGRE	3,783333333
ESCOLA MUNICIPAL ALENCASTRO GUIMARAES	3,683333333
ESCOLA MUNICIPAL EQUADOR	3,683333333
ESCOLA MUNICIPAL FRANCISCO CAMPOS	3,666666667
ESCOLA MUNICIPAL JOAQUIM ABILIO BORGES	3,666666667
ESCOLA MUNICIPAL SOARES PEREIRA	3,65
ESCOLA MUNICIPAL REPUBLICA ARGENTINA	3,583333333
ESCOLA MUNICIPAL GEORGE PFISTERER	3,533333333
ESCOLA MUNICIPAL LAUDIMIA TROTTA	3,416666667
ESCOLA MUNICIPAL JORNALISTA ASSIS CHATEAUBRIAND	3,35
ESCOLA MUNICIPAL REVERENDO MARTIN LUTHER KING	3,34
ESCOLA MUNICIPAL CAMILO CASTELO BRANCO	3,333333333
ESCOLA MUNICIPAL HENRIQUE DODSWORTH	3,3
ESCOLA MUNICIPAL ALMIRANTE TAMANDARE	3,25
CIEP PRESIDENTE JOAO GOULART	1,375

Legenda:

Não compreende os bairros da Grande Tijuca
Situada na Grande Tijuca, mas não faz parte da parceria
Faz parte da parceria

Fonte: censo escolar.

Como é possível notar, a partir da tabela 4, o projeto Turma Cidadã tem três de suas 8 escolas entre os 10 melhores IDEB de toda a região da 2ª CRE, a E.M. Madrid (5º), a E.M. Euclides Figueiredo (7º) e a E.M. Barão de Itacurussá (9º). Em sequência, é possível notar a presença de outras 4 escolas entre as 20 mais bem ranqueadas, a E.M. Francisco Manuel (12º), a E.M. Orsina da Fonseca (13º), a E.M. Epitácio Pessoa (14º) e a E.M. Francisco Cabrita (17º). Nesse sentido, ainda que preliminarmente, esse dado avaliativo da educação aparece como pertinente para compreender um dos critérios utilizados pela SME para seleção do alunado do projeto.

Tabela 5: ranking do IDEB na região da Grande Tijuca.

ESCOLA	IDEB (média 10 anos)	Distância ao CEFET
ESCOLA MUNICIPAL AFFONSO PENNA	5,616666667	5,5 km
ESCOLA MUNICIPAL MADRID	5,3	2,2 km
ESCOLA MUNICIPAL GENERAL EUCLYDES DE FIGUEIREDO	5,216666667	2,3 km
ESCOLA MUNICIPAL BARAO DE ITACURUSSA	5,033333333	4,5 km
ESCOLA MUNICIPAL FRANCISCO MANUEL	4,916666667	2,8 km
ESCOLA MUNICIPAL ORSINA DA FONSECA	4,85	1,0 km
ESCOLA MUNICIPAL EPITACIO PESSOA	4,8	5,0 km
ESCOLA MUNICIPAL FRANCISCO CABRITA	4,533333333	2,0 km
ESCOLA MUNICIPAL PRESIDENTE JOAO GOULART	4,166666667	4,4 km
ESCOLA MUNICIPAL GENERAL DO EXERCITO HUMBERTO DE SOUZA MELLO	3,866666667	4,3 km
ESCOLA MUNICIPAL EQUADOR	3,683333333	5,9 km
ESCOLA MUNICIPAL SOARES PEREIRA	3,65	4,4 km
ESCOLA MUNICIPAL REPUBLICA ARGENTINA	3,583333333	3,0 km
ESCOLA MUNICIPAL LAUDIMIA TROTTA	3,416666667	3,4 km
ESCOLA MUNICIPAL JORNALISTA ASSIS CHATEAUBRIAND	3,35	8,9 km
ESCOLA MUNICIPAL REVERENDO MARTIN LUTHER KING	3,34	1,7 km

Legenda:

■ Não faz parte do convênio

■ Faz parte do convênio

Fonte: Censo escolar e Google Earth.

A partir da tabela 5, analisando o ranqueamento médio do IDEB na região da Grande Tijuca, é possível constatar que esse dado foi, portanto, o determinante para a seleção das escolas que fariam parte do convênio com o CEFET. Em relação a última colocada nesse ranking, a E.M. Reverendo Martin Luther King, embora seja considerada como participante do projeto, a instituição teve apenas 1 aluno selecionado, no ano de lançamento do pré-técnico social e, segundo os coordenadores, a pedido do próprio CEFET em virtude da já comentada proximidade entre ambas escolas. Não obstante, sob o contexto em que apenas um estudante foi cedido por uma instituição que, embora muito próxima ao CEFET, possui o IDEB médio mais baixo entre todas as escolas que possuem ensino fundamental II na Grande Tijuca, tendo por consequência o baixo prestígio escolar.

Após a análise sobre os mecanismos de seleção de escolhas para participação no convênio, a presente pesquisa se propôs a realizar um terceiro trabalho de campo, agora em

uma das escolas compreendidas na região da Grande Tijuca, também filiada à 2ª CRE, mas que não faz parte da parceria. Em entrevista semi-estruturada ao coordenador pedagógico, diretora adjunta e diretora geral dessa escola que, por razões metodológicas, será mantida em anonimato, foram elaboradas questões referentes à ausência dessa instituição no projeto, visando compreender as razões pelas quais uma escola próxima ao CEFET não estaria sendo contemplada. No entanto, os três entrevistados disseram desconhecer o convênio, mas o vêem positivamente, afirmando que gostariam de indicar, pelo menos, cinco de seus estudantes para participarem do pré-técnico social. Não obstante, afirmaram que em momento algum foram procurados pela CRE para tratar desse assunto, mas buscariam o diálogo para firmar acordo para o próximo ano letivo.

Nesse sentido, a partir da análise dos dados coletados, é possível afirmar que o Projeto Turma Cidadã, ao conceder autonomia à Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro, ratifica as desigualdades criadas e mantidas por esse sistema. Em um complexo jogo de escalas, orientada por um viés meritocrático, a 2ª CRE intensifica e legitima a exclusão social e, sendo pertencente ao Estado capitalista, corrobora para a manutenção das desigualdades, potencializa os processos de precarização territorial e nega o direito à cidade para a maioria do seu alunado, pois bonifica as escolas que já possuem bons resultados e prestígio, optando por um restrito número de estudantes para terem a oportunidade eventual de ascensão social.

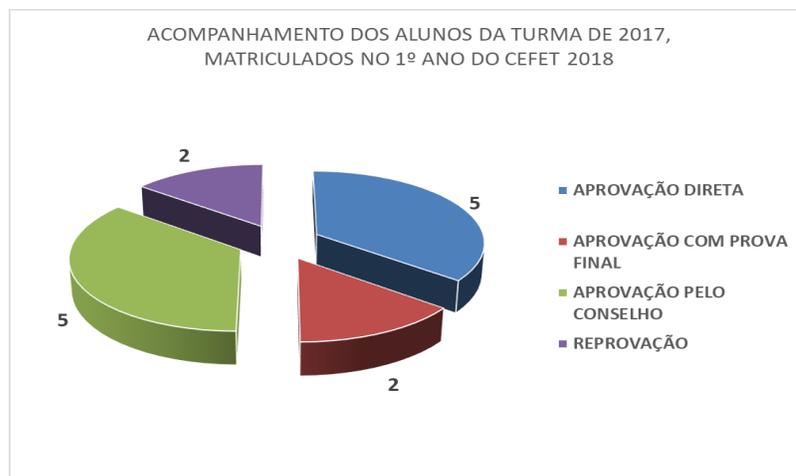
4. O acompanhamento dos ex-alunos do projeto de extensão

Finalmente, na presente seção, a partir da análise de dados coletados em campo, será possível discutir como o pré-técnico social interferiu no desempenho dos estudantes que tenham sido aprovados no concurso público de seleção para o ensino médio-técnico do CEFET/RJ. Não obstante também será minimamente discutida a eficácia no que tange às aprovações em outros processos seletivos.

A motivação dessa análise é a verificação do êxito que o próprio CEFET diz almejar, ou seja, se a partir das aulas assistidas no pré-técnico, o desempenho desse novo público de alunos melhorou a ponto de garantir sua permanência no ensino médio da instituição. Por

outro lado, não se pretende discutir aqui sobre as maneiras como a parceria influenciou na formação dos estudantes enquanto cidadãos, mas será possível apresentar alguns dos resultados obtidos em aprovações de seus alunos nesse e em outros processos seletivos para escola de maior prestígio.

Gráfico 3: desempenho dos ex-alunos do pré-técnico da turma de 2017 no CEFET/RJ.



Fonte: DEMET-CEFET.

Em relação ao desempenho dos ex-alunos do pré-técnico social no ensino médio-técnico no CEFET, caso tenham sido aprovados na seleção, só foi possível obter os dados referentes à turma de 2017, ou seja, aqueles estudantes que tenham iniciado a jornada na instituição federal em 2018. De acordo com a coordenação, os dados referentes ao 2º ano desses estudantes e, conseqüentemente, também os da turma de 2018 do pré-técnico ainda estavam sendo trabalhados neste ano de 2019. No entanto, como é possível notar a partir do gráfico 3, a turma do ano de 2017 da parceria teve 14 estudantes aprovados no concurso público e matriculados na escola técnica.

A partir do universo de 14 estudantes supracitado, é possível notar que, ao final do primeiro ano letivo no ensino médio-técnico do CEFET, 5 (cinco) tiveram aprovação direta em todas as disciplinas, 2 (dois) foram aprovados para a série seguinte a partir da prova final, ao passo que outros 2 (dois) foram aprovados pelo conselho de classe, mesmo tendo reprovado por média após a prova final e, por fim, 2 (dois) foram reprovados e estão tendo que cursar novamente o 1º ano do ensino médio-técnico em 2019. É possível dizer que, de forma geral,

há uma tendência para a maioria dos ex-alunos conquistarem a aprovação, mas chama a atenção o fato que entre os 14, um total de 4 não obteve a média necessária, mesmo após a prova final.

Tabela 6: escolas de origem e destino dos alunos do pré-técnico na turma de 2017.

ESCOLA DE ORIGEM (2017)	DESTINO (2018)
E.M. Barão Itacurussá (10 alunos)	Bolsa de 100% MV1
	Bolsa de 100% PALLAS
	CEFET - Meteorologia - Manhã
	Bolsa de 100% Ícaro
	IFRJ
	Sem informação
	CEFET - Eletrotécnica - Tarde
	CEFET - Eletrotécnica - Tarde
	CEFET - Eletrônica - Tarde
	Bolsa de 100% MV1
E.M. Epitácio Pessoa (7 alunos)	NAVE
	IFRJ
	Bolsa de 100% PALLAS
	CEFET - Edificações - Manhã
	IFRJ
	CEFET - Informática - Tarde
	Bolsa de 100% Pallas
E.M. Francisco Cabrita (10 alunos)	Antônio Prado Junior
	Sem informação
	Sem informação
	Bolsa de 100% MV1
	CEFET/MG - Manutenção Automotiva - Tarde
	NAVE
	Visconde de Cairu
	Ferreira Vianna
	Sem informação
	Sem informação
E.M. Francisco Manuel (8 alunos)	Bolsa de 100% MV1
	Sara Kubistchek
	Bolsa de 100% MV1
	Aprov. CEFET(Perdeu a reclassificação) - Bolsa de 100% MV1
	CEFET - Informática - Manhã
	FAETEC
	CEFET - Informática - Manhã
	Antônio Prado Junior
E.M. Gal Euclides de Figueiredo (8 alunos)	FAETEC
	Herbert de Souza
	Bolsa de 100% PENSI
	Bolsa de 100% PENSI

	Colégio Estadual Herbert de Souza
	CEFET - Edificações - Manhã
	Bolsa de 100% PALLAS
	Bolsa de 100% Ao Cubo
E.M. Madrid (8 alunos)	Fundação VENCER
	CEFET - Administração - Tarde
	Sem informação
	CEFET - Meteorologia - Manhã
	Colégio Estadual Chico Anysio
	IFRJ
	CEFET - Informática - Tarde
	FAETEC
E.M. Orsina da Fonseca (9 alunos)	NAVE
	NAVE
	Sem informação
	CEFET/NI - Enfermagem - Integral
	Sem informação
	Sem informação
	Antônio Prado Junior
	CEFET - Meteorologia - Manhã
Sem informação	
E.M. Ver. Marthin Luther King (1 aluno)	Antônio Prado Junior

Fonte: coordenação do pré-técnico social.

Tabela 7: escolas de origem e destino dos alunos do pré-técnico

Escola de origem (2018)	Destino (2019)
E.M. Barão Itacurussá (10 alunos)	CEFET ADMINISTRAÇÃO TARDE
	COLÉGIO ESTADUAL CHICO ANYSIO
	COLÉGIO ESTADUAL HERBERT DE SOUZA
	COLÉGIO ESTADUAL JOÃO ALFREDO
	ESCOLA TÉCNICA FERREIRA VIANA
	NAVE
	PALLAS 100 %
	PALLAS 100 %
	PALLAS 100 %
	PENSI 100 %
E.M. Eptácio Pessoa (8 alunos)	COLÉGIO ESTADUAL CHICO ANYSIO
	CEFET ELETRÔNICA TARDE
	CEFET ELETRÔNICA TARDE
	CEFET INFORMÁTICA TARDE
	CEFET INFORMÁTICA TARDE
	COLÉGIO ESTADUAL CHICO ANYSIO
	ESCOLA TÉCNICA FERREIRA VIANA
NAVE	
E.M. Francisco Cabrita (11 alunos)	COLÉGIO ESTADUAL JULIA KUBITSCHECK

	CEFET EDIFICAÇÕES TARDE
	CEFET EDIFICAÇÕES TARDE
	CEFET ELETRÔNICA TARDE
	COLÉGIO ESTADUAL HERBERT DE SOUZA
	COLÉGIO ESTADUAL IGNÁCIO AZEVEDO DO AMARAL
	COLÉGIO ESTADUAL PAULO DE FRONTIN
	COLÉGIO ESTADUAL PRADO JUNIOR
	ÍCONE 40 %
	NAVE
	SEM INFORMAÇÃO
E.M. Francisco Manuel (8 alunos)	COLÉGIO ESTADUAL CHICO ANYSIO
	CEFET EDIFICAÇÕES TARDE
	CEFET ELETRÔNICA TARDE
	CEFET ESTRADAS MANHÃ
	COLÉGIO ESTADUAL PRADO JUNIOR
	COLÉGIO ESTADUAL PRADO JUNIOR
	ESCOLA TÉCNICA FERREIRA VIANA
	SEM INFORMAÇÃO
E.M. Gal Euclides de Figueiredo (5 alunos)	ESCOLA TÉCNICA FERREIRA VIANA
	CEFET SEG TRAB TARDE
	COLÉGIO ESTADUAL JULIA KUBITSCHECK
	COLÉGIO ESTADUAL PAULO DE FRONTIN
	SEM INFORMAÇÃO
E.M. Madrid (10 alunos)	FIO CRUZ
	AO CUBO 100 %
	CEFET EDIFICAÇÕES TARDE
	COLÉGIO ESTADUAL CHICO ANYSIO
	COLÉGIO ESTADUAL HERBERT DE SOUZA
	COLÉGIO ESTADUAL HERBERT DE SOUZA
	COLÉGIO ESTADUAL HERBERT DE SOUZA
	COLÉGIO PEDRO II
	PENSI 100 %
	PENSI 100 %
E.M. Orsina da Fonseca (9 alunos)	CEFET ADMINISTRAÇÃO TARDE
	CEFET EDIFICAÇÕES MANHÃ
	CEFET EDIFICAÇÕES MANHÃ
	CEFET EDIFICAÇÕES MANHÃ
	CEFET EDIFICAÇÕES TARDE
	CEFET ELETROTÉCNICA TARDE
	CEFET- Mª G MANUT AUTO TARDE
	ESCOLA TÉCNICA ADOLPH BLOCH
	IFRJ

Fonte: coordenação do pré-técnico social.

As tabelas 6 e 7 são referentes às escolas de origem, ou seja, aquelas onde os estudantes do pré-técnico social estudavam no contraturno, e às escolas para as quais eles se matricularam no ano seguinte para cursar o ensino médio. Dois pontos são fundamentais sobre esses dados: 1) em ambos os anos, é possível observar uma tendência de aprovação desse alunos em

processos seletivos para o ensino médio, seja em escolas públicas com maior renome como o próprio CEFET, Colégio Pedro II, FAETEC, IFRJ e NAVE, por exemplo, seja também em escolas particulares, obtendo bolsas de 100% na mensalidade; 2) o número de aprovações para o CEFET aumentou de 2017 para 2018, de 15 para 20 estudantes. Além da variação indicar certa melhoria no que tange a aprovação no concurso, ela resulta em uma amostra ainda maior para uma análise futura sobre o desempenho desses novos alunos ao longo do ensino médio-técnico da instituição.

Conclusão

A descrição de Souza (2017) sobre a divisão de classes sociais no Brasil, especialmente a chamada pelo autor como “ralé brasileira”, nos permite identificar mazelas históricas que semearam e, com devidas adaptações conjunturais, acentuam e intensificam as desigualdades a partir de competições desequilibradas. No mesmo sentido, sobretudo a partir de Bourdieu (2003), é possível compreender que um dos instrumentos ratificadores desse sistema é a educação, pois conserva as escolas que possibilitam a obtenção de capital cultural às elites e à classe média. A partir desses autores, é possível notar que o sistema educacional brasileiro e, no caso do presente trabalho, especificamente o do município do Rio de Janeiro, possui valores implícitos e interiorizados que norteiam a gestão de suas escolas e alunos a partir de critérios meritocráticos.

No caso do presente trabalho, analisando seus dois agentes ativos na efetivação do convênio, o CEFET/RJ e a 2ª Coordenadoria de Educação do Município do Rio de Janeiro, é possível associar suas atuações com o descrito por Freire (1987), Bourdieu (2003), Da Costa, Do Prado e Rosistolato (2012) e por Da Costa (2008). O CEFET, por ser uma instituição de renome, pública, mas detentora de uma histórica burocracia elitista e excludente, como é o seu processo de admissão de alunos ao ensino médio-técnico por meio de provas, é uma escola de bom prestígio e, não obstante, oferece possibilidades de aquisição de capital cultural para aqueles que nela conseguem estudar. Ao se adequar à Lei de reserva de vagas às ações afirmativas (nº 12.711/2012), passa a oferecer seu capital cultural a outras classes sociais, mas se mostra irreduzível quanto à permanência desses novos alunos até o fim de seus estudos no

ensino básico. Não obstante, apresenta argumentos que, segundo os dados fornecidos ao presente trabalho, não se justificam à alarmante preocupação com possíveis aumentos de reprovação e, posteriormente, jubilações. No entanto, ao criar a parceria com a Secretaria Municipal de Educação e não interferir diretamente na seleção de alunos e escolas, visando uma democratização ainda maior do acesso, acaba por privilegiar estudantes de instituições que já recebem tratamento privilegiado pela prefeitura, assumindo passivamente um papel fundamental na manutenção de um sistema educacional estratificado.

Bourdieu (2003) descreve a Escola Conservadora como uma instituição tradicional, elitista e excludente, detentora e propagadora de uma cultura aristocrática, pois trata os diferentes de maneira igual. Assim, ainda segundo o autor, admite um tipo de aluno padrão – em geral, aquele já detentor de maior capital cultural – legitimando as desigualdades que, antes de tudo, são de origem social. Essas são as características do que o autor chama de processo de indiferença pedagógica da Escola Conservadora. No entanto, com devidas adaptações, o debate feito pelo autor poderia ser adaptado ao sistema educacional brasileiro e resume de maneira sintética os privilégios e as exclusões presentes no convênio entre o CEFET e a 2ª CRE.

No mesmo sentido, apesar de interessante a iniciativa de um projeto de extensão entre instituições de ensino municipal e federal, no contexto descrito por esse trabalho, ele intensifica a desigualdade. Pois, escolas da mesma região da Tijuca são deixadas de lado a partir de critérios pouco transparentes, assim como estudantes de escolas em outros bairros da 2ª CRE e, certamente, potenciais candidatos de colégios municipais de outras áreas do Rio de Janeiro que, apesar de também terem direito às cotas, nem sequer sabem da existência do convênio. Em caso de conhecimento dos responsáveis pelos alunos, se tiverem seus filhos matriculados em escolas que estejam dentre as excluídas pela parceria, é possível afirmar, a partir de Da Costa, Do Prado e Rosistolato (2012) que o reconhecimento da impossibilidade se fará, mais uma vez, presente: “não é para mim”.

“Quem, melhor que os oprimidos, se encontrará preparado para entender o significado terrível de uma sociedade opressora? Quem sentirá, melhor que eles, os efeitos da opressão? Quem, mais que eles, para ir compreendendo a necessidade da libertação? Libertação a que não chegarão pelo acaso, mas pela práxis de sua busca; pelo conhecimento e reconhecimento da necessidade de

lutar por ela. Luta que, pela finalidade que lhe derem os oprimidos, será um ato de amor, com o qual se oporão ao desamor contido na violência dos opressores, até mesmo quando esta se revista da falsa generosidade referida” (FREIRE, 1987. p. 20).

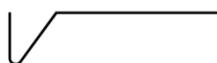
Referências

- ABREU, Maurício de A. Evolução urbana do Rio de Janeiro. 1987.
- BEAUJEU-GARNIER, Jacqueline. Geografia Urbana. 2. Edição. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1995.
- BOURDIEU, Pierre. A escola conservadora: as desigualdades frente à escola e à cultura. Escritos de Educação. Petrópolis: Vozes, p. 39-64, 2003.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. O direito à cidade e a construção da metageografia. Revista Cidades, v. 2, n. 4, 2005.
- CORRÊA, Roberto Lobato. O espaço urbano. São Paulo: Ática, 1989.
- _____. Geografia: conceitos e temas. Brasil: Editora Bertrand, 1995
- COSTA, Rogério Haesbaert. Território e multiterritorialidade: um debate. Antares. 2007.
- _____. Regional-global: dilemas da região e da regionalização na geografia contemporânea. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.
- DA COSTA, Marcio. Prestígio e hierarquia escolar: estudo de caso sobre diferenças entre escolas em uma rede municipal. Revista Brasileira de Educação, v. 13, n. 39, p. 455-469, 2008.
- DA COSTA, Marcio; DO PRADO, Ana Pires; ROSISTOLATO, Rodrigo. “Talvez se eu tivesse algum conhecimento...”: caminhos possíveis em um sistema educacional público e estratificado. Interseções: Revista de Estudos Interdisciplinares, v. 14, n. 1, 2012.
- FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. 17ª. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, v. 3, p. 36, 1987.
- HARVEY, David. Class Structure in a Capitalist Society and the Theory of Residential Differentiation. Heinemann, 1975.
- INEP. Censos escolares 2007-2018. Disponível em: <<http://inep.gov.br/web/guest/censo-escolar>>
- Portal carioca digital. Lista de escolas da secretaria municipal de educação. Disponível em: <<http://www.rio.rj.gov.br/web/sme/exibconteudo?article-id=96302>>
- SCHLOSBERG, David. Defining Environmental Justice: Theories, Movements, and Nature. Oxford: Oxford University Press, 2009.
- SOUZA, Ana Carolina Duarte. Política de ação afirmativa no ensino médio: Estudo de caso no Cefet Maracanã – Rio de Janeiro – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2016.
- SOUZA, Jessé. A elite do atraso. Rio de Janeiro: Leya, 2017.
- SOUZA, Marcelo Lopes de. Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial. Bertrand Brasil, 2013.

SPOSITO, Maria Encarnação. Capitalismo e urbanização. São Paulo: Hucitec, 1988.



Os algoritmos do empreendedorismo: A plataformização do trabalho de entregadores de iFood¹



Nina Desgranges²

Resumo

O presente artigo propõe teorizar sobre a plataformização do trabalho através de uma perspectiva brasileira, colocando em foco a empresa-plataforma iFood. Para tanto, analisa o funcionamento e as materialidades técnicas do aplicativo “iFood para Entregadores”, seus Termos de Uso e campanhas publicitárias, dentro de um contexto de (re)produção de subjetividades neoliberais. O artigo busca apresentar diferentes estratégias de gerenciamento do trabalho de entregadores “parceiros” do iFood para produção de novas dinâmicas de precarização, flexibilização e controle.

Palavras-chave: plataformização; entregadores; trabalho digital; algoritmos.

Abstract

This article proposes to theorize about platform work through a Brazilian perspective focusing on the Brazilian platform company iFood. To this end, it analyzes the operation and technical materialities of the application “iFood for Deliverers”, its Terms of Use and advertising campaigns, within a context of (re)production of neoliberal subjectivities. The article seeks to present different strategies for managing the work of iFood's “partner” deliverers to produce new dynamics of precariousness, flexibility and control.

Keywords: platforms; delivery; digital work; algorithms.

¹ Este projeto é financiado pela Ford Foundation em parceria com a Rede Latino-Americana de Estudos sobre Vigilância, Tecnologia e Sociedade (LAVITS).

² Graduanda em bacharel em Ciências Sociais no Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS/UFRJ) e pesquisadora do Laboratório de Estudos Digitais (IFCS). ninadesgranges@gmail.com

Introdução

Dardot e Laval defendem que muito mais do que apenas uma ideologia ou política econômica, o neoliberalismo constitui uma racionalidade, conduzindo condutas a partir da lógica de competição e produzindo subjetividades através da “forma-empresa” (DARDOT; LAVAL, 2016). Assim, o neoliberalismo consegue impregnar instituições e estruturar a vida social de modo a não se abalar com eventuais crises econômicas, o que explicaria a sua sobrevivência mesmo após a crise de 2008.

A lógica do mercado inserida no processo de autoformação do sujeito econômico estabelece o empreendedorismo como modo de governo de si (DARDOT; LAVAL, 2016). Ou seja, o homem-empresa, produzido por essa “fábrica do sujeito neoliberal”, necessita apresentar agência, sendo então um sujeito “autônomo”, competitivo e responsável por si, buscando a “maximização de seu capital humano” (DARDOT; LAVAL, 2016. p. 337). Essa valorização do “self empreendedor”³ pode ser observada nas campanhas publicitárias de diversas empresas-plataforma como a Uber⁴, que acabou se tornando símbolo de uma nova forma de organização e gerenciamento do trabalho: a uberização (ABILIO, 2017; Id., 2020).

A rotinização da internet – e sua crescente dependência para inúmeros modelos de negócio – levou ao surgimento da economia digital, que, transvestida de sinônimo de progresso, legitima o que Srnicek denomina de capitalismo de plataforma, cujo norte é a flexibilização do trabalho, e valor, o espírito empreendedor (SRNICEK, 2017). A uberização se insere nesse contexto através da popularização de aplicativos como Uber, Lyft e aplicativos de delivery (iFood, Loggi, Rappi etc.), transformando não apenas o consumo, mas principalmente o controle do trabalho (ABILIO, 2020). Essas empresas-plataforma dispõem de plataformas de agenciamento do trabalho de seus “parceiros” que trabalham para e através desses aplicativos realizando serviços (como traslados de carro no caso da Uber, e entregas de pedidos no caso da Loggi, iFood e Rappi) para seus usuários.

³ Nikolas Rose reflete sobre como a autonomia do self opera enquanto objetivo e instrumento das mentalidades e estratégias modernas de condução de conduta, de modo que o vocabulário do empreendedorismo traduza uma racionalidade política em tentativas de controle de aspectos da existência social e pessoal (ROSE, 2011).

⁴ Guerra e Duarte destacaram o slogan “Dirija com a Uber. Seja seu próprio chefe” por simbolizar a narrativa do trabalhador empreendedor-de-si (GUERRA; DUARTE, 2020).

A escolha por parte dessas empresas do termo “parceiro” ou “colaboradores”, ao invés de empregado/trabalhador, simboliza a tentativa de dissolução do vínculo empregatício e transferência dos riscos para o trabalhador, característica da plataformização do trabalho (ABILIO, 2017). Ao assinar os Termos de Uso⁵ para se cadastrar nos aplicativos, o trabalhador se responsabiliza completamente por qualquer tipo de risco que o serviço possa oferecer, visto que essas empresas se colocam apenas como mediadoras tecnológicas entre o consumidor e o “parceiro” disponível para realizar o trabalho. Em contrapartida, esses “colaboradores” teriam liberdade para escolher quanto e quando trabalhar através do aplicativo, isto é, um autogerenciamento do trabalho (ABILIO, 2020; GUERRA; DUARTE, 2020). Assim, a uberização se utiliza desse discurso neoliberal de valorização do “microempreendedor de si”, da autonomia e da responsabilização individual pelo sucesso e pelo fracasso, para obscurecer estruturas hierárquicas de controle e exploração do trabalho (FIRMINO, CARDOSO e EVANGELISTA, 2019).

A importância de se entender o processo de uberização sob uma perspectiva periférica é dada por Abilio (2017, 2020), ao ressaltar que características da gig economy – como a flexibilização e transferência dos riscos para o trabalhador – já eram comuns há décadas aos trabalhadores informais brasileiros sob o fenômeno da “viração”. A autora destaca a necessidade de não se apagar a precariedade estruturante do mundo do trabalho nas periferias, cujas particularidades, agora apropriadas pelas plataformas através da uberização, passam a ganhar visibilidade ao se alastrarem pelos países centrais, atingindo trabalhadores qualificados (ABILIO, 2020).

Contudo, apesar do discurso empreendedor, fortemente atravessado pela racionalidade neoliberal para a produção do “homem-empresa”, a uberização não consiste em um simples autogerenciamento (ROSENBLAT, 2018; ABILIO, 2019; ABILIO, 2020), em que a gestão de elementos da jornada de trabalho está sob o controle total e individual do trabalhador. Os trabalhadores cadastrados nas plataformas, pelo contrário, estão submetidos a um controle algorítmico, de modo que as plataformas exercem, de maneira

⁵ O Termo de Uso determina, em caixa alta no site do iFood: “2.2.3. Os entregadores reconhecem e concordam que o iFood não é uma empresa especializada em transporte ou operação logística, cabendo ao iFood tão somente disponibilizar uma plataforma tecnológica que possibilita a colaboração entre os que desempenham atividades relacionadas – assim, a atividade de entrega, bem como quaisquer perdas, prejuízos e/ou danos decorrentes ou relativas a tal atividade, são de responsabilidade exclusiva dos entregadores.” (Termo de Uso, iFood, 2020)

obscura, vigilância e controle desse trabalho (ABILIO, 2020; GUERRA; DUARTE, 2020) Tendo em vista a proposta de Michel Callon (2012) de tomar como objeto de estudo as redes de ação, que simultaneamente dão origem à sociedade e à tecnologia, para transformar a sociologia acadêmica em uma sociologia capaz de acompanhar a tecnologia ao longo da sua elaboração, propõe-se aqui uma análise cautelosa da rede heterogênea que compõe a plataforma iFood. A defesa, a partir desse ponto, pelo uso do termo plataformização do trabalho, ao invés de uberização, se dá pela necessidade de ressaltar as diferenças entre as materialidades técnicas (LATOURE, 2001) das plataformas, que vão gerenciar de maneira distinta os trabalhos, implicando em diferentes condutas por parte de seus “parceiros” (CASILLI, 2019; GUERRA; DUARTE, 2020; GROHMANN, 2020), visto que o modelo da Uber não é universal a todas as outras empresas-plataforma.

Tendo em vista essa necessidade de esmiuçar a plataformização do trabalho por uma ótica periférica, considerando o gerenciamento algorítmico como um elemento cerne desse processo, o presente trabalho busca analisar de que modo a empresa brasileira iFood adquire protagonismo na condução das condutas sociais, estando inserida nesse contexto de estratégias de (re)produção da racionalidade neoliberal. Assim, o artigo se divide em duas partes: a primeira destinada a apresentar o iFood enquanto empresa-plataforma, assim como as diferentes categorias de entregadores “parceiros”; a segunda considera a Teoria-Ator-Rede (LATOURE, 2005) para pensar o papel dos algoritmos na incorporação de subjetivação neoliberal à plataforma através de diferentes programas de ação e as formas pelas quais a materialidade heterogênea da plataforma iFood media e gerencia o trabalho dos entregadores; além de se propor a elucidar de que modo o iFood (re)produz a racionalidade neoliberal através de suas campanhas publicitárias e Termos de Uso.

iFood: uma plataforma made in Brazil

Considerando a vasta gama de aplicativos de entrega disponíveis na PlayStore e App Store no Brasil – como UberEats, Rappi, Loggi, James, entre outros⁶ – a escolha de colocar o iFood em foco se deu com o objetivo de pensar os estudos de plataformas para além da realidade norte-americana e europeia, pondo em perspectiva de análise uma empresa-

⁶ Informações coletadas da PlayStore e App Store no dia 13 de junho de 2020 na busca pela categoria “Comida e Bebida”.

plataforma brasileira. O iFood surgiu em 1997 sob o nome de Disk Cook, funcionando como uma central de atendimento telefônica, recebendo os pedidos e organizando as entregas com os restaurantes. Em 2011, a empresa migrou para as plataformas digitais, onde passou a funcionar como aplicativo, recebendo então o nome de iFood. Hoje, o iFood é a maior plataforma de entrega de comida da América Latina, atuando em mais de 900 cidades⁷ pelo Brasil, México, Argentina e Colômbia. O aplicativo tem como objetivo facilitar o pedido de comida, disponibilizando aos usuários cardápios dos restaurantes cadastrados próximos ao endereço de entrega, além de diferentes formas de pagamento, de modo que o pedido seja feito totalmente online e entregue no endereço escolhido pelo usuário. Até então, o iFood conta com mais de 131 mil restaurantes⁸ e 170 mil entregadores cadastrados⁹ e a empresa diz entregar dois pratos de comida a cada segundo¹⁰.

Os restaurantes que desejam se cadastrar na plataforma podem escolher entre o plano “marketplace”, onde ficam responsáveis pela entrega do produto, sendo o iFood então apenas um mediador entre o restaurante e o consumidor; e o plano “full service”, em que o restaurante fica apenas responsável pela produção do pedido, de modo que a entrega seja realizada pelos entregadores “parceiros” cadastrados na plataforma (iFood, Termos). Em ambos os casos, o iFood cobra uma comissão calculada sobre o valor dos pedidos recebidos por meio da plataforma – 12% sobre o valor de todos os pedidos no *marketplace* e 23% no *full service*, além de uma taxa adicional de 3,5% para pedidos pagos através da plataforma¹¹.

A empresa também conta com o app “iFood para Entregadores”, destinado às pessoas que desejam trabalhar realizando entregas para os clientes do iFood, em “parceria” com os restaurantes. Na hora de realizar o cadastro, o entregador precisa informar nome, número de celular, e-mail, o número do CPF e dados de conta bancária, além de escolher se quer realizar os pedidos por meio de bicicleta, patinete (dependendo da cidade) ou motocicleta (nesse caso, também é necessário cadastrar a CNH)¹². Além do veículo para

⁷ Informações disponíveis em: <https://www.istoedinheiro.com.br/sinal-de-alerta-para-o-ifeed>. Acesso em: 28.07.2019

⁸ Informações disponíveis em: <https://empresas.ifeed.com.br/>. Acesso em: 13.06.2020

⁹ Informação disponível em: <https://ifeed.delivery/br/sobre>. Acesso em: 28.07.2019

¹⁰ Informações disponíveis em: <https://entregador.ifeed.com.br/trabalhar-como-entregador/>. Acesso em: 13/06/2020

¹¹ Informações disponíveis em: <https://parceiros.ifeed.com.br/restaurante/>. Acesso em: 12/10/2020

¹² Informações disponíveis em: <https://entregador.ifeed.com.br/trabalhar-como-entregador/>. Acesso em: 13/06/2020

transporte, que pode ser pessoal ou alugado, o entregador também precisa de um aparelho celular Android (visto que o aplicativo “iFood para Entregadores” só está disponível na PlayStore), com plano de dados para acesso à internet e GPS. O iFood, apesar de realizar algumas promoções onde disponibiliza equipamentos (mochila, jaqueta e capacete de bicicleta) para entregadores já cadastrados, não é responsável pela mochila, caixa térmica ou baú para carregar as entregas, nem pelos equipamentos de segurança, como capacete e jaqueta, que ficam a cargo do entregador¹³.

Ao se cadastrar, o entregador tem a opção de atuar nas seguintes modalidades: operador logístico (popularmente tido como *ol*), entregador independente/autônomo (também chamado de *nuvem*) e *fixo* em restaurante. O entregador *ol* é contratado por um operador logístico ou por uma empresa especializada em entregas, devendo trabalhar em turnos específicos conforme acordado com o operador logístico. O operador logístico fica responsável por disponibilizar equipamentos, como a bolsa térmica e jaqueta para seus entregadores, além de oferecer algum suporte, por exemplo, com mecânico, caso haja algum problema na moto. O entregador *ol* pode ter que cumprir outras normas – como não poder rejeitar nenhum pedido, ou não poder trabalhar para outros aplicativos –, que variam de acordo com o contrato de cada operador logístico. Além de fornecer os kits de equipamento e definir os turnos de trabalho, o operador logístico fica responsável pelo repasse, isso é, o pagamento aos entregadores *ol*, que recebem uma quantia garantida por turno trabalhado.

O entregador *nuvem*, por sua vez, trabalha, segundo a empresa, de maneira totalmente autônoma – determinando individualmente quanto tempo permanecerá logado ao aplicativo, em qualquer região coberta pelo mesmo. Nesse caso, o iFood fica responsável pelo pagamento, transferindo para a conta bancária do entregador. Caso o entregador já trabalhe para algum restaurante, ele pode se cadastrar na opção *fixo*, recebendo pelas entregas diretamente do restaurante. Há também a possibilidade de usar o aplicativo como *nuvem* e *fixo* ao mesmo tempo, pois o processo de validação do cadastro é diferente para cada categoria – normalmente o cadastro de *nuvem* demora mais para ser aceito. Caso ambas as opções sejam validadas, um botão fica disponível no aplicativo para o entregador mudar de modalidade quando preferir¹⁴.

¹³ Informações disponíveis em: <https://entregador.ifood.com.br/como-conseguir-o-kit-ifood/>. Acesso em: 13/06/2020

¹⁴ Informações disponíveis em: <https://institucional.ifood.com.br/o-ifood>. Acesso em: 13/06/2020

Para receber um pedido, o entregador precisa estar com mais de 20% de bateria no celular e com a localização ativada no modo alta precisão. Ao receber um pedido, o entregador precisa estar com mais de 20% de bateria no celular e com a localização ativada no modo alta precisão. Ao receber um pedido de entrega, o trabalhador tem acesso ao valor da corrida e a quantidade de paradas, com a opção de aceitar ou rejeitar. Caso rejeite três corridas seguidas o entregador é bloqueado temporariamente do aplicativo¹⁵.

Gerenciamento algorítmico: controle obscuro e (re)produção da subjetividade neoliberal

Os entregadores de iFood desempenham assim, um trabalho de plataforma, que segundo Van Doorn (2017) se caracteriza pelas atividades mediadas, organizadas e governadas pelas plataformas digitais. A crescente dependência que trabalhadores têm dessas plataformas – acompanhada de uma intensificação da flexibilização, não apenas do trabalho em si, como dos contratos trabalhistas, respaldadas pela racionalidade neoliberal – subordina os mesmos às “lógicas algorítmicas, dataficadas e financeirizadas” (GROHMANN, 2020) das plataformas, implicando em novas formas de gerenciamento e controle desse trabalho. Assim, o presente artigo busca defender que o iFood não é apenas um mediador (ABILIO, 2019), e sim uma plataforma cujas materialidades técnicas – construídas a partir de uma lógica neoliberal – apresentam agência (LATOUR, 2001; 2005), controlando e subordinando o trabalho dos entregadores algorítmicamente e (re)produzindo subjetividades, através de diferentes programas de ação (LATOUR, 1994).

Existe uma dificuldade estruturante de se ter acesso aos modos pelos quais operam os algoritmos do iFood – bem como da grande maioria das plataformas –, devido a um processo de “obscurecimento” (LATOUR, 2001), que “aparece quase como um gesto intencional em plataformas digitais” (GUERRA; DUARTE, 2019), além da constante maleabilidade técnica, que impede que as plataformas sejam produtos estáveis (D’ANDREA, 2017). Em face a essa “caixa preta” em constante transformação, pretendo analisar alguns elementos mais visíveis desse processo, seja por campanhas publicitárias da

¹⁵ Informações disponíveis em: <https://www.techtudo.com.br/noticias/2019/02/como-o-ifood-funciona-para-o-entregador-veja-perguntas-e-respostas.ghtml>. Acesso em: 28 de jul. 2019

empresa, ou mesmo por seus Termos de Uso, que evidenciam práticas de gerenciamento, controle e subordinação do trabalho de seus “parceiros”.

Apesar da crença social em uma tecnologia neutra e objetiva, tanto as interfaces das empresas-plataformas, como os algoritmos que as compõe, “são inevitavelmente modelados em visões do mundo social e, com resultados em mente, resultados influenciados por interesses e agendas” (BEER, 2017, p. 4). Miyazaki (2016) aponta para os riscos de a cultura algorítmica ser acoplada ao mundo dos valores capitalistas e da maquinaria monetária. Nesse sentido, a análise da campanha “I’M A LOVER” do iFood é interessante para pensar sob qual contexto os elementos constitutivos da mediação técnica (LATOUR, 2001) da plataforma do iFood foram modelados. A campanha foi criada para descrever a cultura da empresa, com cada letra do slogan representando um valor diferente.

Figura 1: Recorte de captura de tela do site do iFood

Nossa cultura

I’M A LOVER

Nosso propósito é revolucionar o universo da alimentação. E para alcançarmos esse sonho grande, precisamos vivenciar todos os ingredientes da nossa cultura I’m a Lover, que move nosso trabalho todos os dias.



<p>Inovação</p> <p>Temos fome de disrupção, de inteligência artificial e de fazer diferente.</p>	<p>Meritocracia</p> <p>Reconhecemos e valorizamos a carreira de nossos foodlovers.</p>	<p>All together</p> <p>Juntos, com diversidade de pessoas e ideias, somos melhores.</p>	<p>Lean</p> <p>Agimos de forma rápida, simples e fácil frente às situações complexas.</p>
<p>Operational Excellence</p> <p>Conhecemos nossos produtos e entregamos com excelência.</p>	<p>Versatilidade</p> <p>Nos ajustamos a qualquer situação para potencializar nossos resultados.</p>	<p>Empreendedorismo</p> <p>Agimos como donos e temos alma empreendedora.</p>	<p>Resultados</p> <p>Somos obcecados por resultados e buscamos alta performance.</p>

Fonte: <https://www.ifood.com.br/carreiras/im-a-lover>. Acesso: 24 de junho de 2020

Inovação, meritocracia e empreendedorismo são alguns dos valores que compõem o imaginário da racionalidade neoliberal (BROWN, 2015; DARDOT; LAVAL, 2016), servindo a mecanismos de condução de condutas, sobretudo ao mascararem processos de precarização. No site do iFood há um vídeo¹⁶ em que alguns funcionários, dentre eles o gerente de data e o coordenador de banco de dados, dão exemplos dos valores “I’m a

¹⁶ Vídeo “Cultura I’m a Lover” do iFood: https://www.youtube.com/watch?v=1ncoWGkEJ1o&feature=emb_title. Acesso em 15 de jun. 2020.

lover”. Para ilustrar “All together”, o gestor de Digital Transformation recorda: “Tava uma ameaça de greve e eu vi a equipe inteira se mobilizando. Desde o time de comunicação, jurídico, finanças, tecnologia... E em questão de horas a gente conseguiu desembaraçar esse problema. A solução estava entre todos os participantes.”. A ameaça de greve, no caso, era por parte dos entregadores, que em momento algum são mencionados na campanha como parte da cultura da empresa. Assim, a campanha “I’m a lover” evidencia não apenas a “forma incorporada do neoliberalismo cotidiano, tanto na formação dos conjuntos de dados quanto na forma como essas tecnologias se dobram na cultura” (BEER, 2015, p. 9), como também mecanismos discursivos para o obscurecimento de práticas exploratórias sob a promessa de inovação e progresso.

O fato desses entregadores serem considerados “parceiros” e não empregados faz parte de uma estratégia que visa a imunidade das plataformas (VAN DOORN, 2017; ABÍLIO, 2020), que por sua vez mobilizam os Termos de Uso para se eximir da obrigação de garantir direitos trabalhistas básicos, como seguros, férias remuneradas e compensações. Karen Artur e Ana Claudia Cardoso, ao analisarem experiências judiciais acerca do trabalho plataformizado, identificam uma linguagem que toma o direito do trabalho como sinônimo de custos e obstáculo para o aumento da produtividade, a partir de uma crença do mercado como espaço autorregulado e de desconstituição de direitos sociais (ARTUR, K.; CARDOSO, A.C.M., 2020). Desse modo, a falta de vínculo empregatício reforça o discurso neoliberal, valorizando o empreendedorismo, servindo como artifício para a produção de “chefes de si” totalmente independentes e autônomos (DARDOT; LAVAL, 2016). O Termo de Uso do iFood determina que:

14.1. Como profissional independente e que se cadastra na Plataforma por sua livre e espontânea vontade, o Entregador atesta que a Plataforma é uma mera ferramenta, não sendo essencial para o desenvolvimento de suas atividades econômicas e que não há qualquer relação hierárquica, de dependência, subordinação ou trabalhista entre o Entregador e o iFood, podendo o Entregador desempenhar as Atividades de Entrega livremente e sem ingerência, inclusive para outras empresas do mercado e, até mesmo, de forma simultânea para concorrentes do iFood, não havendo qualquer obrigação de exclusividade e/ou de continuidade do Entregador. (Termo de Uso, iFood)

Ao mesmo tempo que protege o iFood de qualquer tipo de responsabilidade em relação aos trabalhadores, esse termo “minimiza o nível de controle que essas empresas exercem sobre os trabalhadores que 'servem' por meio de sua plataforma e ofusca a dependência mútua que marca seu relacionamento, ambas que indicariam situação de

empregabilidade” (VAN DOORN, 2017). A partir do momento que o iFood se define como uma empresa de tecnologia e não de entrega, apresentando o algoritmo como responsável pela operacionalização da plataforma, ele apela aos algoritmos "para dissolver sua autoridade no meio desinteressado de um programa de software" (TOMASSETTI, 2016, p. 46). Grohmann (2020) destaca como a transferência da figura do chefe para um aplicativo, supostamente neutro e objetivo, intensifica a sensação de autonomia no trabalho, servindo à racionalidade neoliberal ao impulsionar o espírito empreendedor.

Nesse sentido, é possível falar que ocorre uma gestão algorítmica do trabalho dos entregadores de iFood, isto é, o “rastreamento e avaliação contínuos do comportamento e desempenho do trabalhador, bem como pela implementação automática de decisões algorítmicas” (MOHLMANN; ZALMANSON, 2017, p. 4). Isso fica mais evidente quando levamos em consideração o fato de os entregadores serem constantemente vigiados, precisando estar com a localização do celular ativada no modo de alta precisão para receberem pedidos, sendo o uso de apps que forjam a localização do entregador, GPS inativo, relógio errado e baixa bateria do smartphone os principais motivos de inativações temporárias de entregadores que estejam fora dos padrões exigidos pela empresa¹⁷. A coleta dos dados – entre eles, de localização – gerados pelos entregadores se insere num contexto de capitalismo de vigilância, que segundo Zuboff (2018), mapeia as diferentes etapas do processo produtivo de modo a codificar e transformar as atividades em dados para a produção de novos tipos de subordinação, previsão e indução de comportamentos.

Os entregadores têm seu trabalho gerido algoritmicamente para além do mapeamento constante de suas atividades, afetando também sua remuneração. O pagamento ao entregador Nuvem é realizado semanalmente, através da conta bancária fornecida no ato do cadastro. Como não recebe por hora trabalhada e sim por cada corrida, quanto mais corridas fizer, mais o entregador acumulará. Porém, o trabalhador não consegue calcular o quanto receberá caso complete um número determinado de entregas, visto que o valor de cada corrida não se dá por um simples cálculo de tempo gasto e quilômetros rodados, e sim por um algoritmo:

7.1. Os valores a serem pagos pelas Entregas serão calculados automaticamente por meio de algoritmo e serão disponibilizados ao Entregador juntamente com a

¹⁷Informações disponíveis em: <https://www.techtudo.com.br/noticias/2019/02/como-o-ifood-funciona-para-o-entregador-veja-perguntas-e-respostas.ghtml>. Acesso em: 28.07.2019.

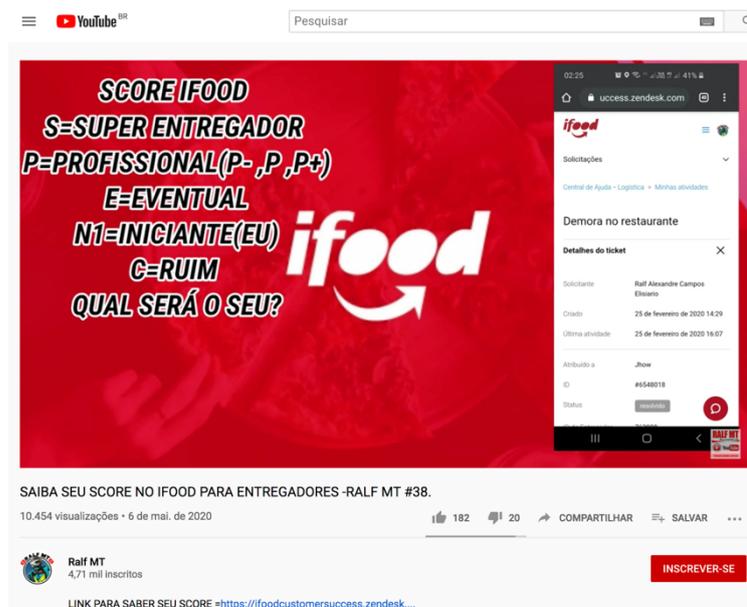
oferta de Entrega na Plataforma, para que o Entregador possa, a seu único e exclusivo critério, aceitar, recusar ou ignorar a referida oferta. Para cálculo do valor pago pela entrega, o algoritmo poderá levar em conta, sem limitação: (i) ponto(s) de coleta(s); (ii) ponto(s) de entrega(s); (iii) distância percorrida; (iv) tempo para deslocamento; (v) condições de trânsito e (vi) oferta e demanda.

Apesar de enunciar alguns fatores que podem ser levados em conta, o iFood não explicita de maneira clara como se dá o cálculo feito pelo algoritmo, de modo a obscurecer não apenas o pagamento, mas o próprio valor do trabalho em si. Rosenblat e Stark (2016) já relatavam que as assimetrias de poder e informação produzidas pela Uber são fundamentais para a capacidade da plataforma de exercer controle sobre seus trabalhadores, e como a narrativa da tecnologia e dos algoritmos servem para estruturar relações assimétricas de trabalho.

Scholz (2013) utiliza o termo gamificação do trabalho, para se referir a essas novas lógicas de gestão do trabalho, onde a produtividade é incentivada por meio da aplicação de elementos de games, como desafios para o trabalhador, que passa a ser pontuado ou premiado ao concluí-los. A remuneração pelo trabalho passa a não ser garantida nesse sistema, onde arriscar-se para tentar conquistar bonificações se torna rotina. Além disso, a gamificação também impulsiona os trabalhadores a responderem imediatamente às demandas do mercado, sendo uma espécie de *soft control* exercido pelas empresas-plataforma para conduzir as condutas de seus “parceiros” (ROSENBLAT; STARK, 2016). O iFood, por exemplo, promovia bonificações para os entregadores que realizassem um determinado número de corridas durante um período de horas, ou seja, prêmios em dinheiro ao entregador que fizer mais entregas em menos tempo. Esse tipo de premiação é proibido pela lei 12.436, desde 2011, que condena o estabelecimento de práticas que estimulem o aumento de velocidade, visando a segurança dos motofretistas (LOBEL, 2019). Somente em 2019, o iFood e a Loggi firmaram um acordo com a Prefeitura de São Paulo se comprometendo a por um fim nesse tipo de prática (LOBEL, 2019).

A gamificação do trabalho dos entregadores pode ser identificada também pelo sistema de avaliação dos trabalhadores. Na pesquisa que venho conduzindo há mais de um ano, analisando canais de YouTube de entregadores de aplicativo, foi possível observar o número crescente de vídeos que oferecem dicas para “subir seu *score* no iFood”. Apesar de não anunciar nos Termos de Uso e em nenhum canal oficial de comunicação, o iFood classifica os entregadores através de um sistema de *score*.

Figura 2: Recorte de captura de tela do vídeo “SAIBA SEU SCORE NO IFOOD PARA ENTREGADORES”



(Fonte: Ralf MT. 2020. https://www.youtube.com/watch?v=Yyo_VzOYa1M. Acesso em: 20 de junho de 2020)

Diferentemente do modelo de avaliação da Uber, cujo parâmetro único são as notas dadas pelos usuários, o *score* do entregador de iFood se dá por um conjunto de fatores, além da avaliação do consumidor. O iFood não informa de que maneira é calculado esse *score*, porém é possível observar uma vasta gama de vídeos de entregadores dando dicas de como “driblar” o algoritmo para aumentar sua pontuação, pois quanto maior seu *score*, maior sua preferência nas entregas, ou seja, mais chances de receber um pedido. Entre as dicas compartilhadas no YouTube, permanecer logado no aplicativo por várias horas, sem folgas, é a principal para fazer com que o *score* suba. Se o entregador fica inativo da plataforma, seu *score* acaba caindo e ele recebe menos pedidos, podendo ficar horas esperando uma chamada, assim a pontuação serve como coercitivo para manter o trabalhador atuante por mais tempo.

As dicas para tentar aumentar o *score* é apenas um caso de várias estratégias diferentes que os entregadores compartilham para se apropriar e subverter a gestão algorítmica de sua força produtiva (GUERRA; DUARTE, 2020), de modo que não podemos invisibilizar a agência dos entregadores nesse processo. Apesar de entender a mediação algorítmica como elemento cerne da platformização, os trabalhadores “não são corpos inertes, simplesmente postos em movimento pelo gerenciamento algorítmico do trabalho” (GUERRA;

DUARTE, 2020, p.54), de modo que esse trabalho se caracteriza, então, por um autogerenciamento subordinado (ABILIO, 2019), onde o gerenciamento algorítmico e o gerenciamento de si ocorrem concomitantemente (GUERRA; DUARTE, 2020). Contudo, pretendo aprofundar essa discussão em trabalho futuro, em conjunto com as análises dos discursos de alguns entregadores *nuvem* e *ol* em seus canais de YouTube.

Considerações finais

Neste artigo, busquei contribuir para os estudos de plataformização do trabalho no Brasil trazendo para o centro de análise a empresa-plataforma iFood, descrevendo alguns elementos básicos da operação da mesma. A pesquisa, ainda em seus estágios iniciais, encontra limitações metodológicas por não conseguir acesso as reais dinâmicas do funcionamento técnico da iFood. Além disso, por hora, não é capaz de abordar outras dimensões da plataformização do trabalho, como a experiência dos próprios entregadores, suas demandas e recentes mobilizações.

Apesar da sociologia da tecnologia ter que lidar com a constante maleabilidade do meio digital, além de sua opacidade, procurei, por meio de revisão bibliográfica a respeito de plataformização, e através da análise dos Termos de Uso e de campanha publicitária, denunciar formas mais visíveis de gerenciamento do trabalho dos entregadores “parceiros”. Seja por uma vigilância contínua, obscurecimento da concepção do pagamento, e artifícios de gamificação e avaliação para estimular a produtividade, os entregadores têm seu trabalho mediado por algoritmos, que agem conduzindo os trabalhadores para que suas condutas se adequem as lógicas e demandas do mercado (ROSENBLAT; STARK, 2017).

O gerenciamento algorítmico do trabalho é disfarçado por um conjunto de fatores, entre eles: a assimetria de informação, isto é, o fato do modo como operam os algoritmos se apresentarem como “caixas-pretas”; o imaginário social de uma tecnologia neutra e objetiva, sendo ela sinônimo de progresso; e o discurso neoliberal de autonomia, visto que cabe ao trabalhador subordinado, sob a figura do “chefe de si mesmo”, o autogerenciamento de seu trabalho (ABILIO, 2019). O iFood se ancora nos valores da racionalidade neoliberal para criar a “cultura da empresa”, assim, o trabalhador subordinado passa a ser responsável por todos os riscos e custos, enquanto a empresa-plataforma se esquivava de obrigações trabalhistas.

Mesmo que em posições assimétricas de poder, os entregadores não são passivos a esse processo, pois produzem artifícios de subversão à mediação algorítmica. Assim sendo, a plataformização do trabalho combina elementos de gerenciamento algorítmico e autogerenciamento, produzindo novas dinâmicas de precarização, flexibilização e controle.

Entendendo os entregadores como agentes transformadores da plataformização do trabalho, pesquisas futuras devem se deter ao entendimento desse processo a partir da ótica dos próprios entregadores *nuvem* e *ol*. O aprofundamento das análises que já venho desenvolvendo de seus canais de YouTube e perfis *online* deve ser tema central de trabalhos futuros, para que se possa ter alguma dimensão de seus discursos, vivências e exteriorização de subjetividades nas redes sociais, trazendo novas facetas e questionamentos para os estudos de plataformização no Brasil.

Referências

ABÍLIO, L. Uberização do trabalho: A subsunção real da viração. Site Passapalavra/ Blog da Boitempo, 2017.

_____. Uberização: Do empreendedorismo para o autogerenciamento subordinado. *Revista Psicoperspectivas*, vol.18, n.03, p. 41-51, 2019

_____. Plataformas digitais e uberização: Globalização de um Sul administrado?. *Contracampo*, Niterói, v. 39, n. 1, p. 12-26, abr./jul. 2020.

ARTUR, K.; CARDOSO, A.C.M. O controle das plataformas digitais: nomear a economia, gerenciar o trabalho e (des) regular os direitos. *Revista Tomo*, n. 37, p. 349-390, jul/dez 2020.

BEER, D. (2015). Productive measures: Culture and measurement in

the context of everyday neoliberalism. *Big Data & Society*.

<https://doi.org/10.1177/2053951715578951>

_____. (2017) The social power of algorithms, Information, *Communication & Society*, 20:1, 1-13, DOI: 10.1080/1369118X.2016.1216147

BROWN, W. *Undoing the demos. Neoliberalism's stealth revolution*. New York: Zone Books, 2015.

CALLON, M. Society in the Making: The Study of Technology as a Tool for Sociological Analysis. In: *The Social Construction of Technological Systems: New Directions in the Sociology and History of Technology*. Ed. Wiebe E. Bijker, Thomas P. Hughes, Trevor Pinch. MIT Press, 2012.

D'ANDRÉA, C. Rumor a uma plataformização do social, 2017. Disponível em

<<https://medium.com/@carlosdand/rumo-a-uma-plataformiza%C3%A7%C3%A3o-do-social-2384f990fbad>>. Acesso em 13 set. 2018.

DARDOY, P.; LAVAL, C. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo; Boitempo. 2016.

FIRMINO, R. J.; CARDOSO, B. V.; EVANGELISTA, R. (2019). Hyperconnectivity and (Im)mobility: Uber and surveillance capitalism by the Global South. *Surveillance & Society*, 17(1/2), p. 205-212.

GUERRA, A.; DUARTE, F. Plataformização e trabalho algorítmico: contribuições dos Estudos de Plataforma para o fenômeno da uberização. *Revista Eptic* v. 22, n. 2, maio/ago. 2020.

_____. Plataformização do trabalho: um estudo sobre as redes em ação no trabalho dos motoristas Uber. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. *42o Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação* – Belém. Anais. 2019

GROHMANN, R. Plataformização do trabalho: entre dataficação, financeirização e racionalidade neoliberal. *EPTIC*, v. 22, n. 1, p. 106-122, 2020.

IFOOD. (2019). Cultura I'm a Lover. Recuperado de: https://www.youtube.com/watch?v=1ncoWGkEJ1o&feature=emb_title

_____. (2020) Termos e Condições de Uso iFood Para Entregadores. <<https://entregador.ifood.com.br/termosdeuso/>>. Data da versão: 17 de março de 2020.

LATOUR, B. Um coletivo de humanos e não-humanos: no labirinto de Dédalo. In: *A esperança de Pandora: ensaios sobre a realidade dos estudos científicos*. Bauru: Editora da Universidade do Sagrado Coração, 2001.

_____. *Reassembling the Social: an introduction to Actor-Network Theory*. New York: Oxford University Press, 2005.

_____. Where are the missing masses? The Sociology of a Few Mundane Artifacts. In: eds. Wiebe E. Bijker, John Law. *Shaping Technology/Building Society: studies in sociotechnical change*. MIT Press, 1994.

LOBEL, F. Ifood e Loggi firmam acordo por segurança dos entregadores em SP. *Folha de São Paulo*. 18.jul.2019. <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/07/ifood-e-loggi-firmam-acordo-por-seguranca-dos-entregadores-em-sp.shtml>

MIYAZAKI, S. (2016) 'Algorhythmic ecosystems. Neoliberal couplings and their pathogenesis 1960-present,' in R. Seyfert & J. Roberge, eds. *Algorithmic Cultures. Essays on Meaning, Performance and New Technologies*. New York: Routledge, 128-139.

MÖHLMANN, M. and ZALMANSON, L. Hands on the wheel: Navigating algorithmic management and Uber drivers' autonomy. Proceedings of the International Conference on Information Systems (ICIS 2017), December 10-13, Seoul, South Korea. 2017.

ROSE, N. *Inventando nossos selfs: psicologia, poder e subjetividade*. Rio de Janeiro: Vozes, 2011.

ROSENBLAT, A.; STARK, L. Algorithmic labor and information asymmetries: a case study of Uber's drivers. *International Journal of Communication*, v.10, p. 3758-4784, 2016.

ROSENBLAT, A. *Uberland: How algorithms are rewriting the rules of work*. California: University of California Press, 2018.

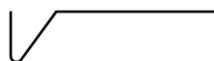
SCHOLZ, T. (Org.). *Digital labor: The internet as playground and factory*. London: Routledge, 2013.

TOMASSETTI, J. It's none of our business: The postindustrial corporation and the guy with a car as entrepreneur. Paper presented at the meeting of the Society for the Advancement of Socio-Economics, Berkeley, CA. 2016.

VAN DOORN, N. Platform Labor: on the gendered and racialized exploitation of low-income service work in the 'on-demand' economy. *Information, Communication & Society*, v. 20, n. 6, p. 898-914, 2017.

ZUBOFF, Shoshana. Big Other: capitalismo de vigilância e perspectivas para uma civilização de informação. In: BRUNO, F.; CARDOSO, B.; KANASHIRO, M.; GUILHON, L.; MELGAÇO, L. (Orgs.). *Tecnopolíticas da vigilância: perspectivas da margem*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2018. p. 17-68.

Análise do acordo de paz colombiano: das reformas estruturais e políticas ao desarmamento e pacificação



Luciano Alexandrino Santos Junior¹

Resumo

O Acordo de Paz na Colômbia firmado em 2016 abrangeu a reforma de problemas estruturais como reforma rural, participação política, vítimas, drogas ilícitas e entrega de armas. Pretende-se analisar cada um dos seis pontos da agenda de negociação perpassando desde as reformas estruturais até os mecanismos de verificação e implementação, para então fornecer uma contribuição ao estudo do tema sobre a importância social e jurídica do acordo de paz. Conclui-se que a celebração desse acordo entre as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia e o Estado colombiano é uma oportunidade para o país transformar problemas estruturais em diversas áreas, transformações estas que não foram capazes de serem sobrepujadas com cinquenta anos de luta armada e guerra.

Palavras-chave: Acordo de Paz; Análise Estrutural; Transformações.

Abstract

The Colombia Peace Agreement signed in 2016 covered the reform of structural problems such as rural reform, political participation, victims, illicit drugs and arms delivery. It is intended to analyze each of the six points on the negotiation agenda, ranging from structural reforms to verification and implementation mechanisms, to then provide a theoretical contribution to the social and legal importance of the peace agreement. In conclusion, it can be inferred that this agreement between the Revolutionary Armed Forces of Colombia and the State of Colombia is an opportunity for the country to transform structural problems in several areas, transformations that were not transformed with fifty years of armed conflict and war.

Keywords: Peace Agreement; Structural Analysis; Transformations.

¹ Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal do ABC. Bacharel em Relações Internacionais pela Universidade Federal do Rio Grande (FURG). Membro da rede de pesquisadores em Paz, Conflitos e Estudos Críticos de Segurança (PCECS). Atualmente pesquisa acerca do Peacebuilding, Acordo de Paz na Colômbia, pós-conflito, implementação e seus desdobramentos.

Introdução

Diferentes circunstâncias influenciaram a decisão do governo a voltar às mesas de negociação. Apesar dos positivos resultados no enfrentamento armado e do sucesso do governo em transformar grande maioria da opinião pública contra as FARC, uma vitória militar completa sobre o grupo provou ser uma ilusão no governo Uribe. Ademais, a exclusão dos líderes da guerrilha na política poderia se tornar contra produtivo, porque significaria que ramificações das FARC poderiam voltar à luta armada com o intuito de adentrar na política. Com isso, o governo adotou uma reforma e agenda moderna que incluía uma normalização diplomática gradual com os países vizinhos Equador e Venezuela, além de reformas estruturais rurais, de participação política e de combate à produção de drogas. Finalmente, também notou-se uma pressão moral para prevenir futuras perdas de vidas e a violação dos direitos humanos pelos dois lados do conflito, incluindo o Estado (SANTOS, 2010).

O primeiro passo do longo processo de negociação do acordo de paz foi a etapa secreta exploratória de março de 2011 a fevereiro de 2012, para verificar a disposição e interesse da guerrilha em realizá-la. Tratava-se de um cenário de insegurança e instabilidade por parte dos negociadores representantes dos políticos no país, dentre outras atividades. Não obstante, em meio à absoluta confidencialidade identificaram o interesse nos líderes guerrilheiros em estabelecer um fim a esse conflito histórico por meio do diálogo, nessa ocasião acordaram que as negociações ocorreriam em Havana, Cuba, um país que garantiria e proporcionaria confiança, confidencialidade e neutralidade (SANTOS, 2019).

O governo e as FARC acordaram que o processo de paz ocorreria por meio de três fases: preparação, término do conflito e transformação do conflito. Na fase preliminar (2011-2012) as partes discutiram a agenda e metodologia para os encontros e diálogos, que resultaram no acordo global para a terminação do conflito armado, em agosto de 2012, dois meses depois iniciaram as negociações formais. A sessão inaugural ocorreu em Oslo, e ali definiu-se que o desenvolvimento das próximas etapas seria em Havana, Cuba. Neste acordo firmado na etapa exploratória estabelecia que o propósito dos diálogos de paz entre governo e FARC que aconteceriam em Havana era para terminar o conflito armado, enfatizando que a terceira fase do processo de paz seria no próprio solo colombiano e envolveria toda a sociedade.

Segundo Santos (2009) as partes acordaram uma agenda de trabalho intensa e contínua, ocorreram onze reuniões em Havana com um curto período de intervalo entre elas com consultas e preparações para as próximas rodadas de negociações. Após cada rodada, as equipes negociadoras deveriam elaborar relatórios para apresentar ao público o conteúdo que foi negociado e quais medidas foram adotadas descrevendo-as minuciosamente. Cada lado poderia nomear dez delegados, em que cinco deles seriam plenipotenciários, auxiliados por uma equipe maior de no máximo vinte pessoas.

Ainda nas etapas iniciais, as partes adotaram uma regra em comum acordo durante o período de negociações em que “nada seria acordado até que tudo fosse acordado” (SANTOS, 2019, p. 17) para permiti-los possuir uma flexibilidade para se ajustar às mudanças circunstanciais que resultariam das negociações, especialmente no que se referia ao cessar fogo, em que este só seria formalmente aplicado com a assinatura e implementação de um acordo final. O governo inequivocamente insistiu nesse ponto para demonstrar à opinião pública e à FARC que mesmo em meio aos diálogos de paz o Estado possuía autonomia e força política e militar, exercendo seu papel de garantir a segurança pública (HERBOLZHEIMER, 2016).

De acordo com o Alto Comissariado para a Paz (2017) foram estabelecidos seis pontos principais para orientar a agenda de negociações com o intuito de alcançar a finalização do conflito, foram eles: Política de Desenvolvimento agrário geral; Participação política; Fim do conflito; Solução do problema das drogas ilícitas; Vítimas; Implementação, Verificação e referendo. Com tais pontos e uma mobilização nacional seria possível uma paz estável e duradoura, ou seja, conquistar o que as outras iniciativas de negociação não atingiram desde 1984.

1. Reforma rural integral e incorporação política

Em de junho de 2013 foi lançado nas mesas de negociações em Havana o primeiro ponto: a política de desenvolvimento agrário integral. Este tema sempre foi uma das principais reivindicações das FARC desde seu surgimento, e com isso a demanda por mais políticas públicas voltadas aos camponeses e territórios afastados. Os camponeses foram os que mais sofreram com o conflito armado, atingindo índices alarmantes de deslocados internos (SILVEIRA, 2014). A falta de presença estatal em tais territórios facilitou a

persistência da violência, desigualdade e pobreza. Portanto, a negociação para uma reforma no campo colombiano deveria contribuir para reverter os efeitos do conflito, além de solucionar suas causas históricas como a concentração de terras e a exclusão dos povos rurais das políticas públicas que afetaram a segurança e saúde pública.

Para a elaboração do acordo final sobre uma reforma ampliada rural considerou-se alguns princípios básicos, sendo eles: uma transformação estrutural em que se tenha uma transformação da realidade rural com equidade, igualdade, democracia e um desenvolvimento integral do campo e suas atividades produtivas; enfoque nas necessidades das mulheres camponesas; priorização das comunidades mais vulneráveis e vítimas afetadas pelo conflito; integralidade; restabelecimento dos direitos das vítimas; regularização da propriedade, em que o estabelecimento do acordo de forma alguma poderia afetar o direito constitucional da propriedade privada; direito à alimentação; participação popular; desenvolvimento sustentável respaldado por políticas públicas que viabilizem o mesmo; maior presença estatal nas regiões rurais; democratização ao acesso e uso adequado das propriedades composta por mecanismos e garantias das populações sem tetos que corretamente utilizarem terras improdutivas e, por último, os princípios de respeito e atenção às fronteiras agrícolas e proteção das zonas de reservas.

De acordo com os dispostos nas cláusulas do artigo 1º da reforma rural, o governo nacional criou um fundo de terras de distribuição gratuita de caráter permanente que dispôs de 3 milhões de hectares durante seus primeiros doze anos de criação, provenientes de diferentes fontes estabelecidas na ocasião após longas negociações. As terras provenientes da extinção judicial, recuperadas a favor da União, ou seja, terrenos indevidamente apropriados ou ocupados, recuperados mediante processos e conciliações agrárias locais sem prejuízos aos camponeses, sendo que estes se submeteram à devida regularização e atualização cadastral, estabelecido no marco do acordo.

Terras inexploradas receberam a devida aplicação de procedimento administrativo de domínio por incumprimento da função social e ecológica da propriedade. O governo se comprometeu também a facilitar os procedimentos administrativos para a doação de terras no marco do término do conflito e construção da paz. Vale ressaltar que a expropriação administrativa por motivos de interesse social, utilidade pública e a extinção administrativa do direito de domínio por improdutividade foi aplicada, respaldada pelos critérios estabelecidos na lei vigente interna do país e em conformidade com a constituição. Como

mecanismos extras para promover o acesso à terra, o governo outorgou um subsídio integral para a compra de terras nas zonas conflitivas como ferramenta alternativa para solucionar problemas.

Tais subsídios integrais e créditos do fundo de terra foram priorizados para as pessoas “beneficiárias”, em outras palavras, a população rural vítima do conflito como trabalhadores com vocação agrária que não possuíssem propriedades ou com terra “insuficiente”. Também foram beneficiados no marco do acordo associações, ONG’s e líderes sociais que participassem de programas de assentamento com o intuito de proteger o meio ambiente, substituir cultivos ilícitos ou que visavam a promoção da produção alimentar das regiões montanhosas mais afastadas. Como garantia de cumprimento, transparência e eficácia estabeleceu-se autoridades competentes locais que integrassem a sociedade civil e o governo, através da elaboração de um registro único de possíveis beneficiários.

A superação da pobreza e precariedade das sociedades rurais colombianas não se deu somente pela reestruturação de terras, créditos e programas referentes às propriedades. Por isso, foram acordadas ações conjuntas de planos nacionais para a reforma rural integral, com uma fase de transição de quinze anos, objetivando reduzir a pobreza rural em 50%. Com o propósito de realizar uma maior integração regional e aumentar o acesso aos serviços sociais, alimentação e energia elétrica o governo nacional implementou um plano nacional de vias terciárias tendo em conta o desenvolvimento das economias locais com o fornecimento de postos de trabalho e aquisição de materiais advindos desses “pueblos”.

Para consolidar um acordo com as forças insurgentes das FARC se fez indispensável criar condições e garantias para que as organizações armadas se transformassem em partidos ou movimentos políticos, que pudessem participar de forma ativa do exercício político, para que ainda suas propostas e projetos pudessem realmente ser alternativas para o confronto armado. Elaborar e aplicar novos meios de inserção na vida política das FARC foi importante para ampliar e qualificar a democracia, debater os grandes problemas sociais causadores do conflito armado, permitindo que os povos historicamente afetados pela ausência de políticas públicas e do poder estatal fossem reparados (SANTOS, 2019).

Conforme disposto no acordo foi imprescindível que os territórios mais afetados pelo conflito pudessem ao longo de uma fase de transição possuir maior representação no Congresso da República para assegurar a inclusão política e a representação de seus

interesses através de um novo Sistema Integral de Segurança Política. O sistema consistiu em um marco de garantias dos direitos e liberdades que visavam assegurar a promoção e a proteção da pessoa humana, do respeito à vida, à liberdade de pensamento ideológico e opinião para fortalecer a democracia colombiana. Este sistema estabeleceu ainda medidas especiais para as mulheres, incluindo e valorizando sua liderança política em comunidades locais.

O Sistema Integral de Segurança Política estruturou-se em consonância com concepções dos princípios de soberania, não intervenção e livre determinação dos povos. O governo nacional por meio das cláusulas dispostas no ponto 2.1 do acordo se comprometeu a prevenir, desarticular e neutralizar qualquer possível fonte de violência contra os ex-combatentes e assegurou combater o ressurgimento de grupos paramilitares. O novo sistema estabelecido no acordo teve uma adequação normativa e institucional em que se criou uma instância de alto nível com mecanismos de planejamento, informação e avaliação da participação política das FARC. Essa instância foi responsável ainda por supervisionar o funcionamento do sistema e serviu como eixo articulador com outras instituições do Estado como a Defensoria do Povo e a Procuradoria Geral da República.

Como mecanismo de prevenção foi estabelecido um sistema de alertas, com enfoque territorial nas zonas mais afetadas pelo conflito. Programou-se um controle territorial integral que incluiu a vinculação dos cidadãos da região centrados nos líderes sociais e naqueles que exerciam a política, que podiam estar sendo perseguidos ou que receberam qualquer tipo de ameaça. A proteção ao novo grupo político das FARC derivado do acordo final se deu por um sistema especializado, através de uma avaliação de risco para as pessoas que tenham sido escolhidas popularmente, para quem se declarasse em oposição política, líderes de partidos e movimentos políticos. Estabeleceu-se uma instância regional no marco do sistema e em harmonia com os poderes judiciários locais.

No marco legal do fim do conflito como uma medida de reparação à histórica frágil presença institucional nas zonas conflituosas o governo nacional se criou um total de 16 circunscrições transitórias especiais de paz para a eleição de 16 representantes para a Câmara Legislativa, de maneira temporal por dois períodos eleitorais (8 anos). Tais candidaturas contaram com regras e financiamento especial e com mecanismos de acompanhamento e transparência.

2. Buscando soluções para encerrar o conflito armado e o problema das drogas

O ponto 3 do acordo consistiu no debate de um cessar fogo definitivo e o fim das hostilidades entre as partes do conflito armado, certificados pelo Mecanismo de Monitoramento e Verificação (MMV) conduzido pela ONU através de um conjunto de medidas e garantias de segurança de todos os atores envolvidos: uma unidade de investigação e desmobilização do crime organizado que ameaçasse a manutenção da paz; grupo de elite da Polícia Nacional criado para este fim; um mecanismo nacional de supervisão dos serviços do acordo de paz e um pacto político nacional de prevenção e luta contra a corrupção (ALTO COMISIONADO PARA LA PAZ, 2017). Considerou-se como princípios reguladores do término do conflito e da elaboração do terceiro ponto do acordo final o respeito e garantia dos direitos humanos, o monopólio legítimo da força e uso de armas bem como a administração de tributos e propriedades por parte do Estado, participação cidadã, reinserção social e garantias de não repetição.

Estabeleceu-se zonas transitórias de normalização em diferentes pontos do país com o objetivo do gradual cessar fogo, entrega de armas e início da preparação para a reincorporação das FARC à vida civil, política e à legalidade. Foram 22 zonas e 6 acampamentos em todo o território nacional, contidos com uma base de segurança com tamanho de 1 km a partir do limite da zona de normalização como mecanismo de monitoramento e verificação com a integração entre o governo nacional, FARC e a ONU, sem armas e com identificação de vestuário. Na figura a seguir, pode-se visualizar o presidente Juan Manuel Santos, à esquerda, na primeira cerimônia de entrega de armas das FARC com a delegação da ONU.

Figura 1- Presidente Santos na entrega de armas das FARC para a ONU



Fonte: ONU, 2017.

Como principal requisito para o término do conflito destaca-se a transição das FARC como uma organização armada para um novo partido político, logo após a entrega de armas, além de todas as condições e garantias para tal feito. Após a entrega oficial de bens financeiros e armamentos obtidos de forma ilícita e o cumprimento de requisitos legais reconheceu-se a personalidade jurídica como novo partido entre a data de seu registro até 19 de julho de 2022 (ACUERDO FINAL DE PAZ, 2016). O acordo político nacional garantiu uma representação mínima de cinco senadores e cinco representantes na Câmara de Deputados durante os períodos eleitorais de modo que não poderiam eleger-se nenhuma vaga adicional a estas assignadas. Ademais, acordou-se a criação de um Conselho Nacional de Reincorporação para orientar as políticas de reincorporação social dos ex-combatentes.

As cláusulas dispostas no ponto 4 discorrem das iniciativas para superar integralmente o problema de produção e comercialização de drogas ilícitas, eliminação dos fatores que estimularam as economias ilegais, a corrupção e o lucro ilegal. O governo nacional se comprometeu a aplicar as estratégias do acordo final, como confiscar os bens e ativos envolvidos ao narcotráfico, bem como reparar financeiramente as vítimas.

Algumas comunidades colombianas foram historicamente afetadas e vinculadas ao cultivo da coca, por isso foi regimentado um Programa Nacional Integral de Substituição de Cultivos de Uso Ilícito (PNIS), com isso, a atuação em tais localidades no pós-conflito seguiria uma lógica de integração territorial e inclusão social. Para participar do programa as comunidades cadastradas se comprometeram com a substituição voluntária e não reprodução de substâncias ilícitas nem suas matérias-primas. Nos casos em que não houve

acordo ou cumprimento integral dos compromissos adquiridos, o governo erradicaria os cultivos de forma manual.

O acordo considerou o consumo e comercialização das drogas como um problema social, que deveria ser devidamente tratado como uma questão de saúde pública, cuja solução envolvesse as autoridades, organizações da sociedade civil e comunidades. Um exemplo de iniciativa multilateral para pensar na solução ao problema das drogas é o Sistema Nacional de Atenção ao consumidor de drogas ilícitas que inclui ações de reabilitação e inserção social, priorizando moradores de ruas, adolescentes, mulheres e população carcerária. As FARC se comprometeram a colaborar com a entrega de seus bens e propriedades para a administração estatal e a não repetição com o envolvimento ao narcotráfico. Ademais, foi elaborado um mapeamento financeiro de todos os pontos de produção de drogas ilícitas que foram administradas pelas FARC para que sejam devidamente contidas e monitoradas pelos órgãos competentes como a Polícia Nacional e a *Jurisdicción Especial para la Paz* (JEP).

Acordou-se o desenvolvimento de um novo estatuto de prevenção e luta contra as finanças ilícitas com enfoque territorial para harmonizar e fortalecer o marco legal promovendo a investigação dos grandes campos de produção de coca. Além disso, com a criação de comissões de supervisão, investigação e controle financeiro em conjunto com entidades locais e regionais estimou-se um fortalecimento institucional securitário para atuar no processo de paz e no pós-conflito. De acordo com estudos do escritório de Alto Comissariado para a paz (2017), antes do acordo as fontes ilícitas de financiamento das FARC se davam pelo narcotráfico, mineração irregular, extorsões e sequestros, roubo de gado entre outros, formando altas reservas financeiras em propriedades, lavagem de dinheiro e produtos financeiros consolidando ainda mais o crime organizado.

Com o acordo e o fim do conflito as fontes de financiamento descritas anteriormente cessariam ou gerariam consequências jurídicas, se extinguindo aos poucos a rede de reservas das FARC para o Estado e para a reparação das vítimas. Também se implementou uma vigilância especial nas propriedades de produção de droga ilícita para que nenhuma outra organização as detivesse. Com o intuito de reforçar o confisco da economia criminal o acordo regulamentou um novo estatuto de prevenção e luta contra as finanças ilícitas e se estendeu a todos os setores que estivessem em risco de serem utilizados para manobra de lavagem de dinheiro ou corrupção, combinando o ordenamento jurídico do

país com ferramentas extrajudiciais como contribuição da sociedade civil nos postos de fiscalização.

Para o fortalecimento institucional de combate ao narcotráfico incluíram-se no acordo protocolos interinstitucionais de ação conjunta para que um mesmo tema tivesse várias autoridades competentes e apresentação de relatórios no período pós-conflito. Criou-se uma unidade de investigação para o desmantelamento de organizações criminais e programas sociais de reinserção dos ex-combatentes. Ressalta-se que o princípio norteador de todas cláusulas dispostas neste ponto do acordo é de que não houve qualquer tipo de legalização ou anistia dos ativos e reservas financeiras das FARC obtidas de forma ilícita tanto pelo narcotráfico como outras fontes e que os mecanismos previstos no acordo contribuiu para coibir outras organizações criminais que prejudicam o desenvolvimento financeiro legal do país.

3. Reparação das vítimas, referendo popular e verificação

O ponto 5 do acordo dispõe de uma gama de políticas e programas que trataram de forma direta a reparação às vítimas do conflito, importantes atores para a consolidação das negociações. Como veracidade do impacto do conflito na população civil colombiana destacam-se os seguintes dados apresentados pelo Alto Comissariado para a Paz (2017) em que o conflito ao longo de seus 50 anos deixou 7,9 milhões de vítimas incluindo 6.7 milhões de vítimas de deslocamento interno, ao menos 220.000 vítimas de homicídios, 13.000 vítimas de violência sexual, 74.000 vítimas de ataques a populações, 45.000 vítimas de desaparecimento forçado, 11.000 vítimas de minas terrestres, 10.000 vítimas de tortura, 2.500 vítimas de execuções extrajudiciais, 7.000 vítimas de recrutamento forçado, cerca de 30.000 vítimas de sequestro e ao menos 2.000 massacres à “pueblos”, sendo o Departamento de Antioquia e sua capital Medellín as localidades com o maior número de vítimas, aproximadamente 1.543.000 (ALTO COMISIONADO PARA LA PAZ, 2017).

Desde o início das negociações, em 2012, ratificou-se que as vítimas deveriam estar no centro das negociações entre o governo e a guerrilha, fazendo-se necessário um ponto e rodadas de negociações específicas para as demandas das vítimas. Dessa forma, ambas as partes firmaram em junho de 2014 uma declaração de princípios que refletisse o compromisso institucional com as vítimas além de ter servido como bússola nas

negociações para assegurar a satisfação integral aos seus direitos de verdade, justiça, reparação e a não repetição. A declaração possui dez princípios para as negociações, sendo eles: reconhecimento das vítimas; reconhecimento da responsabilidade; satisfação dos direitos das vítimas; participação das vítimas nas negociações, esclarecimento da verdade; reparação às vítimas; garantias de proteção e segurança; garantia de não repetição; reconciliação e enfoque nos direitos civis e humanos (ACUERDO DE PAZ, 2016).

Foram criados três mecanismos de participação das vítimas do conflito nas negociações como formulários, foros e consultas diretas às populações de algumas regiões como Villavicencio, Barranquilla, Barrancabermeja e Cali, como resultado de tais mecanismos estimou-se que aproximadamente 3.000 vítimas participaram e mais 60 viajaram para Havana em Cuba para oferecer seus testemunhos e recomendações diretamente à mesa de negociações, com participação expressiva de 60% mulheres, 8% indígenas e 13% afrodescendentes (ALTO COMISSARIADO PARA A PAZ, 2017, p.12).

No marco jurídico deste ponto do acordo estabeleceu-se um Sistema Integral de Verdade, Justiça, Reparação e Não Repetição, composto por diferentes mecanismos judiciais e extrajudiciais que foram aplicados de forma coordenada para a maior efetividade e satisfação das vítimas, respeitando seus direitos e garantindo a reconciliação e transição do conflito para a paz, “no mundo inteiro foi a primeira vez que um sistema tão amplo é implementado em uma mesa de negociações de paz” (ALTO COMISSARIADO PARA A PAZ, 2017, p.12). O Sistema Integral foi composto pelas vítimas, agentes do Estado, paramilitares desmobilizados, guerrilheiros e terceiros civis, ou seja, todos aqueles que cometeram delitos em razão do conflito armado ou que foram atingidos direta ou indiretamente por eles. Seus regimentos se aplicaram de maneira diferenciada, outorgando um tratamento equitativo e simultâneo, respeitando os direitos humanos.

Os agentes do Estado foram representados por aqueles com condição de mantenedores formais do uso da força legal que exercem de maneira legítima o monopólio das armas, sendo estes tanto das forças armadas como da Polícia Nacional que cometeram algum delito no contexto e ou em razão do conflito. Os membros das FARC que assinaram o acordo teriam suas garantias efetivadas após a entrega de armas. As vítimas tiveram lugar em todos os mecanismos e instâncias do Sistema como garantia de satisfação de seus direitos à verdade, justiça e reparação. Os paramilitares desmobilizados não tiveram competência da Jurisdição Especial para a Paz (JEP), porém aqueles que vieram prestando

contas e cumprindo os regulamentos de Justiça e Paz da lei 1424/2010 pelas quais estabelecem mecanismos de justiça e transição à paz, foram consolidados junto com o Sistema Integral deste acordo. Por fim, considerou-se terceiros civis que tiveram alguma responsabilidade direta ou indireta no conflito, como financiamento ou qualquer outra contribuição, sendo intimados a prestar contas ou responsabilizados judicialmente.

Estabeleceu-se uma comissão para o esclarecimento da verdade, a convivência e a não repetição como órgão temporário e de caráter extrajudicial. Possuía como objetivo promover a convivência entre os atores do conflito no período de negociações e de pós-conflito criando um ambiente de diálogo com audiências públicas nos níveis nacional, regional e territorial que estimulasse a participação das vítimas como protagonistas da comissão, ao indicar os membros e monitorar a implementação das recomendações elaboradas pela comissão. Os membros da comissão foram indicados pelas vítimas e selecionados por um comitê de seleção legítimo, imparcial e independente. A duração do mandato foi de três anos e foi produzido um informe oficial através de pesquisas de ações que constituíam graves violações aos direitos humanos praticados por qualquer dos atores, o impacto humano e social do conflito e pós- conflito, reinserção social dos ex-combatentes e os fatores que facilitaram ou contribuíram para a persistência do conflito.

Para coordenar e contribuir com as ações humanitárias extrajudiciais foi estabelecido uma unidade de busca das pessoas dadas por desaparecidas em razão do conflito. Para tal criou-se um sistema informatizado de informação com base em dados institucionais, que analisou distintas fontes, incluindo entrevistas confidenciais. As pessoas dadas por desaparecidas foram consideradas aquelas que faleceram em poder das organizações armadas ilegais, desapareção forçada, civis que por conta do conflito podem ter sido afastados de suas famílias. Por fim, após a busca, caso o resultado fosse o falecimento da pessoa, o Estado seria responsável por auxiliar no processo de exumação e relatório oficial das causas da morte e a entrega, se possível, dos restos mortais à família, bem como do registro de óbito.

A Jurisdição Especial para a Paz (JEP) é o componente judicial do Sistema Integral que busca satisfazer o direito das vítimas à justiça, lutar contra a impunidade e cumprir com o dever do Estado de investigar, julgar, sancionar e adotar decisões que outorguem a plena segurança jurídica aos participantes dos mecanismos do Sistema Integral de Reparação. O Tribunal para a Paz foi o órgão de última instância dentro do sistema, sua principal função

é proferir sentenças, impor diferentes tipos de sanções e fixar as condições e modalidades de sua execução. A corte foi composta por magistrados colombianos, mas contou com membros estrangeiros, após rigorosa seleção.

Para quem cometeu delitos anistiáveis e indultáveis ou suscetíveis à outros tratamentos especiais houve duas opções de julgamento: A primeira foi o efetivo indulto ou anistia conforme lei da anistia, após análise jurídica da conexão com o conflito caso fosse considerado delito político ou conexo; Já a segunda opção consistiu em aqueles que tenham cometido delitos não anistiáveis, porém que não fosse de competência do Tribunal para a Paz, após análise, verificação e comprovação de baixa relação com o conflito poderia ser aplicado a renúncia ao exercício da ação penal ou a cessação de procedimentos.

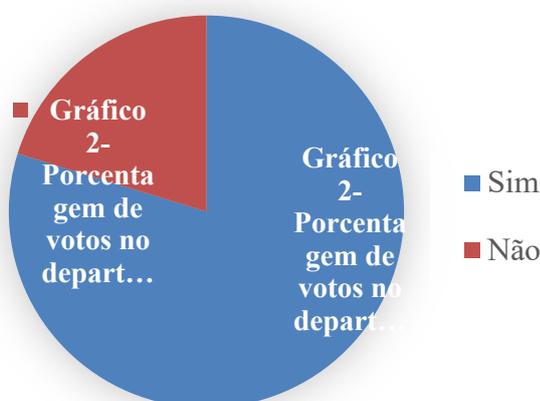
Estabeleceu-se as Nações Unidas (ONU) como mecanismo de verificação em cada etapa do acordo, bem como, no pós-conflito para acompanhar e ajudar na reincorporação social dos ex-combatentes e da entrega de armas, por fim, o acordo foi submetido à aprovação cidadã por meio de um plebiscito, que posteriormente passou a ser uma das etapas mais constrangedoras e decisivas do processo de paz com a vitória do “não” para o acordo.

O plebiscito para referendar o acordo de paz entre o governo nacional e as FARC foi convocado em 2 de outubro de 2016, contou com a seguinte indagação: “¿Apoya usted el acuerdo final para la terminación del conflicto y la construcción de una paz estable y duradera?”, traduzido para o português como: “Você apoia o acordo final para o término do conflito e a construção de uma paz estável e duradoura?” (REGISTRADURIA, 2016, Tradução Nossa).

A Registraduria da Colômbia indica que 50,2% dos votos válidos optaram por “não”, enquanto 49,7% votaram no “sim”. Destes votos observa-se a abstenção histórica de 62,6% dos votantes habilitados, ou seja, 34.899.945 colombianos tiveram direito ao voto, mas apenas 13.053.364 foram às urnas. De qualquer forma, o limite estabelecido para o acordo de paz ser aprovado e referendado era de 4,5 milhões, o que seria um reconhecimento tácito da satisfação do eleitorado com as negociações que ocorreram durante os quatro anos em Havana, porém, o resultado não foi o esperado, tornando este momento incerto e instável, pois o governo nacional não possuía outras alternativas institucionais com a negação popular do acordo (SANTOS, 2019).

Gráfico 1- Porcentagem de votos no Departamento de Antioquia

Fonte: Elaboração do autor com dados extraídos da Registraduría Nacional (2016)

Gráfico 2- Porcentagem de votos no departamento de Chocó

Fonte: Elaboração do autor com dados extraídos da Registraduria Nacional (2016)

Assim como demonstrado pelos gráficos acima, baseados em dados oficiais do governo nacional colombiano pode-se observar que a margem de diferença entre a vitória do “não” para o “sim” de forma geral foi pouco expressiva (50,2 contra 49,7%). Nas regiões populosas e consideradas economicamente mais desenvolvidas, com números menores de incidentes causados pelo conflito e atuação das FARC o índice de negação do acordo é maior, como, por exemplo, o Departamento de Antioquia. Por outro lado, nota-se uma significativa aceitação com a vitória do “sim” nas regiões mais afetadas diretamente pelo conflito armado como o Departamento de Chocó, na costa do pacífico e na fronteira com o Panamá.

Considerações finais

A busca por uma paz negociada após cinco décadas de conflito foi motivada pela diminuição do poder bélico da guerrilha após a política securitária adotada pelo governo Uribe, o falecimento de seu histórico líder Manuel Marulanda e a chegada ao poder de figuras políticas consideradas de viés ideológico de esquerda nos países vizinhos por meios democráticos. Por outro lado, as circunstâncias que motivaram o governo nacional à uma paz negociada foi o insucesso em tentar vencer a guerrilha de forma militar além de uma pressão nacional e internacional para o término do conflito. De acordo com o estipulado, o processo de paz ocorreria em três fases principais, sendo elas: a preparação, término do conflito e a transformação no pós-conflito. A partir desse contexto buscou-se mensurar a estrutura institucional do acordo, abrangendo os seis pontos da agenda de negociações: a reforma rural integral, a participação política, o fim do conflito, as drogas ilícitas, a reparação às vítimas e a implementação do acordo.

A reforma rural integral, primeiro ponto do acordo, consistiu na elaboração de políticas públicas para o desenvolvimento das regiões agrárias da Colômbia em que a guerrilha possuía maior influência e atuação. Regulamentou-se o uso e acesso às terras através do fundo de terras para camponeses sem terra e regularização daqueles que não possuíam escrituras; atualização e modernização do cadastro rural; proteção das áreas especiais de interesse ambiental nacional e uma jurisdição especial para a resolução de conflitos que permanecia nas comunidades locais, entre proprietários de terras, guerrilheiros e ainda terras ligadas à produção de drogas ilícitas. Ademais, estabeleceu-se planos nacionais de desenvolvimento social e econômicos das áreas rurais por meio de programas educacionais, estruturais e de saúde pública.

Acordou-se que a participação política da guerrilha, um dos pontos fundamentais para a resolução do conflito se daria pelo compromisso do governo em implementar uma regulamentação específica de inclusão dos ex-combatentes no cenário político ao criar um novo partido chamado FARC (Forças Revolucionárias do Comum), criação de cotas específicas para ex-guerrilheiros no Congresso e no Senado, definição de um estatuto para o livre pensamento da oposição, maior participação cidadã e a criação de um Sistema Integral de Segurança Política com medidas e garantias de segurança para líderes de movimentos sociais e defensores dos direitos humanos. Para o término do conflito

acordou-se que as FARC entregaria as armas e cessaria qualquer ataque à população civil ou forças estatais, estabeleceu-se zonas transitórias de normalização contando com a ONU como mecanismo de monitoramento e verificação.

A solução ao problema do narcotráfico também esteve presente no acordo de paz por meio de uma estratégia para desarticular as redes de narcotráfico nos territórios em que a guerrilha possuía influência. Para isso, criou-se um plano nacional de substituição de cultivos de drogas ilícitas nas áreas rurais e políticas públicas que reconhecem as drogas ilícitas como um problema de saúde pública, com programas de conscientização e reabilitação.

O acordo sobre as vítimas do conflito conta com um sistema integral de justiça, reparação e não repetição, composto por diferentes mecanismos judiciais e extrajudiciais para atender aos direitos das vítimas, prestar contas e contribuir para alcançar uma satisfação destas com todo o processo, a reconciliação e a transição do conflito para a paz. Ademais, adotou-se medidas para a reparação das vítimas como reconhecimentos de responsabilidades, reparação coletiva no fim do conflito, restituição de terras, reabilitação psicossocial e um tribunal especial para os casos relacionados ao conflito através da Jurisdição Especial para a Paz (JEP).

Com isso, estabeleceram-se mecanismos para legitimar e implementar o acordo final através da verificação, referendo e implementação de todos os pontos acordados. Apesar do acordo final ter sido rejeitado pela população no plebiscito realizado em 2016 o governo decidiu seguir com a finalização do acordo após amplas discussões com a oposição e com grupos da população insatisfeitos com o andamento das negociações, terminando de forma oficial e definitiva o conflito armado entre o Estado e as FARC.

Referências

ALTO COMISIONADO PARA LA PAZ. Publicaciones Todo sobre el Acuerdo. 2017. Disponível em: <<http://www.altocomisionadoparalapaz.gov.co/herramientas/Paginas/Todo-lo-que-necesita-saber-sobre-el-proceso-de-paz.aspx>>. Acesso em 05 de junho de 2019.

_____. Documentário “Rostros de paz”, 2017. Disponível em: <<http://www.altocomisionadoparalapaz.gov.co>>. Acesso em 05 de junho de 2019.

ANTUNES, D. F. B. Capacidades para a Paz: Estudo Comparativo dos processos de paz entre o governo colombiano e as FARC nas gestões Andrés Pastrana

(1998-2002) e Juan Manuel Santos (2010-2016). Porto Alegre: UFRGS, 2018.

ARTEHORTÚA, J. M. C. “¿Ésta es la paz de Santos?”: el partido Centro Democrático y su construcción de significados alrededor de las negociaciones de paz. *Revista Ciencias Sociales*, no. 19. Cali: Facultad de Derecho y Ciencias Sociales de la Universidad- Icesi, 2016, p. 15-37.

BBC BRASIL. Como a guerra entre o governo da Colômbia e as Farc começou e por que ela durou mais de 50 anos. Bogotá, agosto de 2016. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-37181620>>. Acesso em 20 de abril de 2019.

CENTRO DE NOTICIAS ONU. Colombia: Consejo de Seguridad de la ONU reitera su apoyo al proceso de paz. Centro de Notícias ONU, s. l., 26 ago. 2016. Disponível em: <<https://goo.gl/b08aQm>>. Acesso em: 30 de março de 2019.

COLÔMBIA. Acuerdo Final para la Terminación del Conflicto y la Construcción de Una Paz Estable y Duradera. Bogotá, 24 nov. 2016. Disponível em: <<https://goo.gl/YbUAIk>>. Acesso em: 24 de abril de 2019.

COMITÊ INTERNACIONAL DA CRUZ VERMELHA. Editorial: Colômbia, para além da paz. Comitê Internacional da Cruz Vermelha (CICV), s.l., 12 mar. 2015. Disponível em: <<https://goo.gl/VQkgnB>>. Acesso em: 24 de abril de 2019.

COMITÊ INTERNACIONAL DA CRUZ VERMELHA. Colômbia: dez perguntas sobre acordos de paz, acordos especiais e DIH. Comitê Internacional da Cruz Vermelha (CICV), s. l., 27 jun. 2016.

Disponível em: <<https://goo.gl/yO7M3s>>. Acesso em: 25 de abril de 2019.

CONVENÇÃO DE GENEBRA. Convenções de Genebra Relativas ao tratamento dos prisioneiros de guerra, feridos e situações de conflito, 1949. Disponível em: <<http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Direito>> Acesso em: 15 de setembro de 2019.

EL PAIS. ¿Quiénes son los negociadores de las Farc y el Gobierno para el proceso de paz? EL PAIS, 2012. Disponível em: <<http://www.elpais.com.co/elpais/judicial/noticias/quienes-son-negociadores-farc-y-gobierno-para-proceso-paz>>. Acesso em: 20 de julho de 2019.

_____. Entrevista com Juan Manuel Santos sobre seu novo livro *La Batalla por la Paz*. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2018/07/11/internacional/1531279032_580973.htm>. Acesso em 20 de julho de 2019.

HERBOLZHEIMER, K. Innovations in the Colombian peace process. Norwegian Peacebuilding Resource Centre, 2016. Disponível em: <https://www.cr.org/downloads/NOREF_CR_Report_Colombia%20Innovations_final.pdf>. Acesso em 25 de julho de 2019.

LA PUENTE, J. Colombia dice no al acuerdo de paz con las FARC. EL PAIS, 2016. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2016/10/02/internacional/1475420001_242063.html>. Acesso em 25 de setembro de 2019.

ONU. Missão de Paz da ONU na Colômbia. 2017. Disponível em: <<https://unmc.unmissions.org/documentos>>. Acesso em 22 de julho de 2019.

REGISTRADURÍA NACIONAL DE COLOMBIA. Plebiscito del 2 de octubre de 2016. 2016. Disponível em: <https://elecciones.registraduria.gov.co/pre_plebis_2016/99PL/DPLZZZZZZZZZZZZZZZZZZZZ_L1.htm>. Acesso em 29 de setembro de 2019.

SANTOS, J. M. La batalla por la paz. Bogotá: Ediciones Peninsula, 2019.

SANTOS, M. Passado e presente nas relações Colômbia-Estados Unidos: a estratégia de internacionalização do conflito armado colombiano e as diretrizes da política externa norte-americana. In: Revista Brasileira Política Internacional, 53, 1, p. 67-88, 2010.

SILVEIRA, W. A. As FARC- EP, o Plano Colômbia e seus desdobramentos nas Relações Internacionais. Trabalho de conclusão do curso de Graduação de Relações Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRG. Porto Alegre: UFRGS, 2014.

“Não nos deixeis cair em tentação”: uma análise sobre religião e virgindade no Brasil

Júlia Rajão Liboni Passos¹
Laura Maciel Freitas²

Resumo

Este artigo buscou investigar a associação entre religião e virgindade por meio da análise do envolvimento religioso de adolescentes (15 a 19 anos) e mulheres jovens (20 a 24 anos) que ainda não tiveram a primeira relação sexual. Ademais, almejou-se compreender as razões pelas quais essas mulheres nunca tiveram relações sexuais e de que forma a religião influencia essas motivações. Para isso, utilizaram-se dados da Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde da Mulher e da Criança (PNDS), realizada em 2006. Os resultados encontrados sugerem que as mulheres de religiões protestantes, especialmente as pentecostais, apresentam um menor risco de perderem a virgindade na adolescência e juventude. Os dados também indicaram que as mulheres católicas são um grupo com menor chance de não terem se iniciado sexualmente na transição da adolescência para a juventude, além de frequentarem menos assiduamente às atividades religiosas nesse mesmo período. Além disso, verificou-se que o adiamento da vida sexual entre as católicas, as adeptas de outras religiões e as sem religião é explicado pelo fato de ainda não terem encontrado o parceiro certo. Por outro lado, as protestantes tradicionais e pentecostais afirmam que pretendem esperar até o casamento para terem relações sexuais. Esses resultados reforçam a importância de se aprofundar a compreensão acerca do impacto da religião no comportamento sexual de adolescentes e mulheres jovens.

Palavras-chave: religião; virgindade; comportamento sexual; adolescente.

Abstract

This article aimed to investigate the relation between religion and virginity through the analysis of religious involvement of adolescents (15 to 19 years old) and young women (20 to 24 years old) who never had their first intercourse. Furthermore, the article aimed to understand the reasons why they never had intercourse and how religion influences these motivations. For this purpose, we use data from the Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde da Mulher e da Criança (*National Demographic and Health of Women and Children*) of 2006. The results found indicate that Protestants, especially Pentecostals, have a lower risk of losing their virginity in adolescence and youth. The data also indicated that Catholics are less likely to have not started sexual life and to attend religious activities more assiduously in the transition from adolescence to youth. In addition, it was found that the postponement of sex life among Catholics, adherents of other religions and women with no religious is explained by the fact that they have not yet found the right partner. On the other hand, traditional Protestants and Pentecostals claim that they intend to wait until marriage to have sex. These results reinforce the importance of deepening understanding about the impact of religion on the sexual behavior of adolescents and young women.

Keywords: religion; virginity; sexual behavior; adolescents.

¹ Graduanda em Letras – Licenciatura pela Universidade Federal de Minas Gerais (juliarajão@hotmail.com).

² Graduando em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Minas Gerais (lauramacielfreitas@outlook.com).

*Vigiai e orai, para que não entreis em tentação;
na verdade, o espírito está pronto, mas a carne é fraca.
(Mateus, 26:41)*

Introdução

Nas últimas décadas, observou-se nas sociedades mundiais profundas mudanças em relação às normas e valores relacionados à sexualidade, que desvincularam o sexo do casamento e romperam com o duplo padrão de moral sexual, que estimulava a atividade sexual dos homens e coibia às mulheres da vivência de sua sexualidade. Por conseguinte, presenciamos uma diminuição do valor da virgindade e uma antecipação da iniciação sexual (ALMEIDA, 2002; COUTINHO, 2010).

No Brasil, ao contrário dos países desenvolvidos, a primeira relação sexual das mulheres tem acontecido cada vez mais cedo. De acordo com a Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde, de 1996, 33% das mulheres entre 15 a 19 anos responderam que já haviam tido a primeira relação sexual, enquanto os dados da Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde da Criança e da Mulher, de 2006, revelaram que esta proporção aumentou para 55% (BEMFAM, 1996; BRASIL, 2009).

Entre um conjunto de fatores que influenciam a idade da primeira relação sexual, destaca-se o papel da religião. Há muito tempo, a literatura especializada reconhece a forte relação entre iniciação sexual adolescente e religião³. Tradicionalmente, aquelas que apresentam uma alta frequência às atividades religiosas possuem uma chance muito mais elevada de postergarem o início da vida sexual (COUTINHO; MIRANDA-RIBEIRO, 2014).

O presente estudo pretende contribuir para o debate, analisando a associação entre religião e virgindade. Desse modo, o objetivo principal é avaliar o envolvimento religioso das adolescentes (15 a 19 anos) e das mulheres jovens (20 a 24 anos) que nunca tiveram a primeira relação sexual. Além disso, almeja-se compreender por quais razões elas nunca tiveram relações sexuais e como a religião influencia nessas motivações.

³ O trabalho mais recente, realizado por Coutinho e Miranda-Ribeiro (2014), mapeou as literaturas nacional e internacional acerca da associação entre religião, religiosidade e iniciação sexual de adolescentes e jovens. A revisão bibliográfica sistemática buscou artigos publicados entre 1950 e 2014.

Após esta introdução, o artigo realiza uma breve exposição sobre as mudanças no panorama religioso no Brasil e os mecanismos de influência da religião sobre o comportamento sexual dos adolescentes e dos jovens. Na sessão seguinte, é apresentada a base de dados e a metodologia utilizada. Posteriormente, são analisados os resultados e, em seguida, registradas as principais discussões. Por fim, são tecidas as considerações finais.

1. Breve diálogo com a literatura

Os clássicos da sociologia, como Berger (2001), Mariz (2001) e Weber (2004), presumiam para o futuro da humanidade um “desencantamento do mundo”, em que a religião cederia espaço para a ciência. No entanto, o que se observou no cenário brasileiro, assim como ao redor do mundo, foi um fortalecimento da religião na esfera pública e privada. Desse modo, quando se refere a iniciação sexual adolescente, poucas são as variáveis que têm um impacto tão grande quanto a religião (COUTINHO, 2011).

Ao observarem a influência da religião na iniciação sexual pré-marital, Verona e Regnerus (2014) sugerem que a religião pode estar substituindo a família e a escola na comunicação sobre o comportamento sexual e reprodutivo dos adolescentes. Segundo os autores, a dificuldade da família e dos educadores para abordar assuntos relacionados à sexualidade e saúde reprodutiva tornaram as igrejas um dos poucos canais de informações sobre os temas, uma vez que elas fornecem regras de comportamento e um espaço para conversa e aprendizado.

Apesar de o catolicismo e o protestantismo serem veementes contra ao sexo pré-marital, Verona (2010), ao realizar entrevistas em profundidade com jovens mulheres de diferentes filiações religiosas, observa que as católicas tradicionais são menos propensas a adiar ou abster a vida sexual antes do casamento, quando comparadas com as protestantes. A autora ainda fornece uma informação mais instigante. As católicas carismáticas apresentam um comportamento sexual parecido com o das pentecostais. Para ela, isso está relacionado com a heterogeneidade no interior do catolicismo, que compreende tanto mulheres altamente religiosas e com opiniões conservadoras em relação ao sexo pré-marital, quanto mulheres com opiniões mais liberais e que nunca vão à igreja, compartilhando da visão de que o sexo pode ser feito antes do casamento.

Há muito tempo a tradição católica tem passado por um processo de flexibilização e variação de suas práticas religiosas, apresentando uma capacidade de ajustamento aos novos tempos. “Quando observada de perto, vemos como ela se abre e se permite diversificar, de modo a oferecer, em seu interior, quase todos os estilos de crença e de prática da fé existentes também fora do Catolicismo” (BRANDÃO, 2004, p. 282). Entretanto, nenhum ajustamento conseguiu salvar o catolicismo, *et pour cause*, de se tornar a religião que mais perde fiéis. A proporção de pessoas autodeclaradas católicas no país caiu de 92% em 1970 para 65% em 2010, enquanto a proporção de protestantes ascendia, no mesmo período, de 5% para 22% (ALVES; BARROS; CAVENAGHI, 2012)⁴.

Vale a pena lembrar as palavras de Flávio Pierucci em seu artigo “Bye bye, Brasil”:

More of the same, portanto: o catolicismo em declínio, os pentecostais e os sem religião em escalada. A diferença é que essas curvas agora se desenham de forma bem mais pronunciada, o ritmo ficou mais acelerado. Mais um capítulo, por conseguinte, apenas mais agitado, dessa interminável novela que já dura quase setenta anos. Mas não ainda o capítulo decisivo, ainda não. Para frustração de todos os que esperavam lances mais emocionantes, a nova cara religiosa do país ainda não veio à luz, a grande virada protestante ainda não se consumou, embora continue objetivamente prometida pela sequência dos dados, pela constância das tendências, pelas projeções mais conservadoras (PIERUCCI, 2004, p. 20-21).

Além da sua rápida expansão no território brasileiro, o protestantismo pentecostal se destaca por suas normas conservadoras em relação à sexualidade dos adolescentes e jovens solteiros, e por enfatizar palavras fortes como virgindade, castidade e pecado (COUTINHO, 2011). De acordo com Verona e Dias Júnior (2012), a forte relação das igrejas pentecostais com este grupo é fruto da heterogeneidade de recursos oferecidos no ambiente religioso, que abre um espaço para a atuação e envolvimento desta parcela da população. Dentro destes recursos, encontram-se os cultos de jovens e de namorados, cursos bíblicos, palestras sobre comportamento e saúde, viagens e outras atividades (VERONA; DIAS JÚNIOR, 2012).

Finalmente, é importante pontuar que, no Censo demográfico de 2010, o número total de adeptos de outras religiões⁵ no Brasil era de 9.830.025 pessoas (representando um

⁴ Para informações sobre as mudanças no panorama religioso no Brasil, ver Teixeira e Medeiros (2014).

⁵ Inclui as seguintes religiões: espiritismo, espiritualismo, umbanda, candomblé, judaísmo, budismo, outras religiões orientais, islamismo, hinduísmo, esoterismo, tradições indígenas, entre outras.

percentual de 5,2% do total da população residente no país)⁶. Como consequência, não são muitos os autores que traçam considerações a respeito da iniciação sexual deste grupo. Uma das poucas exceções é encontrada em Paiva *et al.* (2008), que indicam uma tolerância em relação ao sexo pré-marital entre as adolescentes espíritas e adeptas das religiões afro-brasileiras, e em Setton (2008), que mostra uma alta valorização da virgindade e a crença das jovens judias, especialmente as ortodoxas, de que o ato sexual sem a cerimônia de casamento é promíscuo e imoral.

2. Fontes de dados e metodologia

A fonte de dados utilizada neste estudo foi a Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde da Criança e da Mulher (PNDS), realizada em 2006. A PNDS 2006 foi financiada pelo Ministério da Saúde e coordenada pelo Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP), em articulação com quatro instituições parceiras e com a participação de pesquisadores especialistas nos campos temáticos de estudo, tendo o Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (IBOPE) como executor do trabalho de campo (BRASIL, 2009).

Em relação ao tamanho amostral e cobertura, foram aplicados questionários face a face junto às mulheres, a partir de amostragem probabilística complexa, com representatividade para as cinco macrorregiões brasileiras e o contexto urbano e rural do país. Ao final, foram coletadas informações de 14.617 domicílios. O tamanho da amostra das mulheres de 15 a 49 anos consideradas como elegíveis e entrevistadas foi de 15.575, assim como foram recolhidos dados sobre 5.056 crianças menores de cinco anos (BRASIL, 2009).

A PNDS 2006 descreveu o perfil das mulheres de 15 a 49 anos e dos menores de cinco anos, e as mudanças ocorridas em relação à saúde e nutrição de ambos nos últimos dez anos. Além disso, a população feminina foi questionada sobre sua história sexual e reprodutiva (BRASIL, 2009).

Por se tratar de um estudo sobre religião e virgindade, as mulheres que não responderam à questão sobre sua religião, sua frequência religiosa e/ou a idade da sua

⁶ Dados verificados pelas autoras no Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA). Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 04 junho 2020.

primeira relação sexual foram excluídas da análise. Essas somaram 10, ou menos de 1% da amostra.

Após o recorte, a primeira amostra deste estudo iniciou-se com 2.828 mulheres entre 15 a 24 anos, sendo 1.871 mulheres com idade entre 15 a 19 anos e 957 mulheres entre 20 a 24 anos. A amostra final, que incluiu somente mulheres que ainda não se iniciaram sexualmente, totalizou-se em 1.229 mulheres entre 15 a 19 anos e 293 mulheres entre 20 a 24 anos.

A decisão de analisar as mulheres de 20 a 24 anos se deve à tentativa de investigar se a influência da religião e religiosidade no adiamento da iniciação sexual entre as jovens se difere das adolescentes, uma vez que elas saíram da adolescência sem nunca terem tido a primeira relação sexual.

A primeira relação sexual da mulher está baseada na resposta da pergunta “Que idade tinha quando teve relações sexuais (sexo com penetração vaginal, ou anal ou sexo oral) pela primeira vez, mesmo que tenha sido com mulher?”. A recategorização foi feita da seguinte forma: (1) nunca teve relações sexuais e (2) já teve relações sexuais.

A participação religiosa na PNDS 2006 combinou as sete categorias de resposta: (1) católicas, (2) protestantes tradicionais⁷, (3) protestantes pentecostais⁸, (4) espíritas, (5) afro-brasileiras, (6) outras religiões e (7) nenhuma religião. O grupo formado pelas outras religiões é composto por muçulmanas, judias, budistas, hinduístas, adeptas das tradições indígenas, entre outras. Além das mulheres “sem declaração” e que não sabem a religião pertencente. Devido à participação pouco expressiva de seguidoras do espiritismo e adeptas das religiões afro-brasileiras, ambas filiações religiosas foram agregadas na categoria outras religiões.

O envolvimento religioso, avaliado por meio da frequência às atividades religiosas como cultos, missas e celebrações, foi recategorizado em quatro grupos: (1) uma ou mais vezes por semana, (2) menos de uma vez por semana, (3) menos de uma vez por mês e (4) nunca. Na PNDS 2006 há um quesito (número 509) que pergunta às mulheres que ainda não se iniciaram sexualmente quais as razões que melhor explicam por que elas nunca

⁷ Os evangélicos tradicionais são membros de igrejas que surgiram com a reforma Protestante no século XVI, incluindo os anglicanos, presbiterianos e batistas.

⁸ Os evangélicos pentecostais são membros de igrejas que enfatizam os dons do Espírito Santo e que surgiram no início do século XX. As principais igrejas incluem a Assembleia de Deus e a Congregação Cristã do Brasil.

tiveram a primeira relação sexual. Há 7 respostas possíveis e existe a possibilidade de a mulher indicar mais de uma delas como verdadeira. Devido à pequena proporção em algumas respostas, este estudo considerou apenas três categorias: (1) falta de vontade, (2) não encontrou o parceiro certo e (3) pretende se casar virgem.

Este artigo possui algumas limitações metodológicas decorrentes dos dados utilizados. A primeira limitação é a impossibilidade de identificação dos movimentos dentro da Igreja Católica como, por exemplo, a Renovação Carismática Católica, os Pastorais da Juventude, as Novas Comunidades e os Novos Movimentos Eclesiais (SILVA, 2015). A segunda limitação é a dificuldade de medir a religiosidade do indivíduo através da denominação religiosa e da frequência às atividades religiosas. Neste caso, os dados da PNDS 2006 não fornecem variáveis multidimensionais para medir a religiosidade, como distribuição de panfletos, leitura da bíblia, oração diária e evangelização de pessoas na rua (COUTINHO, 2011).

A terceira limitação refere-se à natureza transversal dos dados da PNDS 2006, que não informam o histórico religioso das entrevistadas. Desse modo, é impossível saber, por exemplo, qual era a filiação religiosa da entrevistada no momento da sua primeira relação sexual. Assim, não é possível saber se há mulheres que ainda não se iniciaram sexualmente e que migraram para outra filiação religiosa ou se há mulheres que passaram por um processo de desfiliação religiosa após a primeira relação sexual.

Por fim, convém assinalar que a PNDS 2006 não permite a diferenciação entre a primeira relação sexual voluntária e não consentida – por meio de força, ameaça ou incapacidade – que, diga-se de passagem, pode acontecer com meninas de todas as religiões. Segundo Coutinho (2011), após uma violência sexual, as meninas podem reportar que já tiveram a primeira relação sexual, contribuindo para o aumento das estatísticas de mulheres sexualmente iniciadas, quando, na verdade, elas eram virgens no momento do estupro.

Os dados foram incorporados e analisados com o software STATA versão 13.0 (Stata Corp., College Station, Estados Unidos). Todos os procedimentos que envolveram seres humanos na PNDS 2006 foram aprovados pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Centro de Referência e Treinamento DST/Aids da Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo (3/10/2005, Protocolo número 029/05) e os seus dados se encontram em domínio público.

3. Resultados

A Tabela 1 apresenta a distribuição da amostra conforme a filiação religiosa, segundo primeira relação sexual, para mulheres de 15 a 24 anos no Brasil. Os resultados encontrados confirmam que as adolescentes protestantes pentecostais apresentam maiores percentuais em relação ao adiamento da primeira relação sexual (78,9%). Os dados também indicam um comportamento sexual semelhante entre as adolescentes católicas e as protestantes tradicionais, assim como entre as adolescentes sem religião e as de outras religiões.

Ao mesmo tempo, percebe-se um menor percentual no adiamento da primeira relação sexual entre as jovens, independentemente da categoria religiosa. O maior percentual de jovens que ainda não se iniciaram sexualmente continua sendo entre as protestantes pentecostais (54,8%), seguido pelas protestantes tradicionais (43,5%). Neste grupo etário também se observa um comportamento sexual semelhante entre as jovens católicas e as de outras religiões. Por fim, como apresenta a literatura, o menor percentual de jovens que ainda não se iniciaram sexualmente encontra-se entre as sem religião (15,2%).

Há uma discrepância entre as protestantes tradicionais e as protestantes pentecostais, sendo de 10 pontos percentuais entre as mulheres de 15 a 19 anos e 11 pontos percentuais entre as mulheres de 20 a 24 anos.

Tabela 1 – Distribuição percentual das mulheres de 15 a 24 anos por filiação religiosa, segundo primeira relação sexual. Brasil, 2006.

Idade	Filiação religiosa	Nunca teve relações sexuais	Já teve relações sexuais ¹	Total
15 – 19 anos	Católica	65,1	34,9	100,0
	Protestante Tradicional	68,9	31,1	100,0
	Protestante Pentecostal	78,9	21,1	100,0
	Outras Religiões	54,7	45,3	100,0
	Nenhuma	53,9	46,1	100,0
20 – 24 anos	Católica	28,6	71,4	100,0
	Protestante Tradicional	43,5	56,5	100,0
	Protestante Pentecostal	54,8	45,2	100,0
	Outras Religiões	23,3	76,7	100,0
	Nenhuma	15,2	84,8	100,0

Fonte: Ministério da Saúde. Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde da Criança e da Mulher 2006.

¹ Esta categoria considerou a iniciação sexual pré-marital. Desse modo, apenas mulheres solteiras iniciadas sexualmente foram selecionadas.

A Tabela 2 apresenta a distribuição da amostra conforme a filiação religiosa, segundo frequência em cultos e cerimônias religiosas, para mulheres de 15 a 24 anos. Os resultados encontrados indicam que a maior parte das mulheres de 15 a 19 anos com alguma filiação religiosa que ainda não tiveram relações sexuais frequentam os cultos e cerimônias religiosas uma ou mais vezes por semana, especialmente as protestantes pentecostais (88,9%). É interessante notar que as adolescentes de outras religiões que ainda não se iniciaram sexualmente participam mais assiduamente das atividades religiosas (65,7%) do que as adolescentes católicas não sexualmente iniciadas (46,6%).

Ao comparar os grupos etários, percebe-se que as mulheres de 20 a 24 anos que ainda não tiveram relações sexuais, independentemente da categoria religiosa (exceto as católicas), participam com maior frequência aos cultos e cerimônias religiosas, quando comparadas com as mulheres de 15 a 19 anos não sexualmente iniciadas. Percebe-se também um elevado percentual de jovens protestantes pentecostais sexualmente não iniciadas que frequentam as atividades religiosas uma ou mais vezes por semana (97,6%).

Os resultados também revelam que, à medida que ocorre a transição da adolescência para a juventude, há um aumento expressivo da frequência de participação religiosa por mulheres de outras religiões que ainda não deram início à vida sexual (de 65,7% para 80,0%). Também há indícios de que, entre as mulheres não sexualmente iniciadas com alguma filiação religiosa, as católicas são aquelas que participam com menor frequência das missas e celebrações, independentemente do grupo etário.

Tabela 2 – Distribuição percentual das mulheres de 15 a 24 anos não iniciadas sexualmente por filiação religiosa, segundo frequência em cultos e cerimônias religiosas. Brasil, 2006.

Idade	Filiação religiosa	1 ou + vezes por semana	- 1 vez por semana	- 1 vez por mês	Nunca	Total
15 – 19 anos	Católica	46,6	21,3	21,5	10,6	100,0
	Protestante Tradicional	73,6	12,5	13,2	0,7	100,0
	Protestante Pentecostal	88,9	7,2	2,6	1,3	100,0
	Outras Religiões	65,7	14,3	14,3	5,7	100,0
	Nenhuma	7,8	6,7	15,5	70,0	100,0
20 – 24 anos	Católica	39,4	22,3	24,0	14,3	100,0
	Protestante Tradicional	86,0	8,0	6,0	0,0	100,0
	Protestante Pentecostal	97,5	0,0	2,5	0,0	100,0
	Outras Religiões	80,0	10,0	10,0	0,0	100,0
	Nenhuma	0,0	5,9	35,3	58,8	100,0

Fonte: Ministério da Saúde. Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde da Criança e da Mulher 2006.

A Tabela 3 apresenta a distribuição da amostra conforme a filiação religiosa, segundo razões apresentadas para nunca terem tido a primeira relação sexual, para mulheres de 15 a 24 anos.

Na adolescência, a falta de vontade de ter relações sexuais apresenta maiores percentuais entre as protestantes pentecostais (77,1%), enquanto os menores percentuais são observados entre as adeptas de outras religiões (60,0%), seguido das católicas (61,7%). Na juventude, há uma diminuição percentual entre todas as denominações religiosas, mas os resultados se invertem: as católicas apresentam os maiores percentuais (26,3%) e as protestantes pentecostais apresentam os menores (17,5%). Ademais, as jovens protestantes tradicionais e de outras religiões apresentam, na juventude, o mesmo percentual (20,0%).

Não ter encontrado o parceiro certo apresenta maiores percentuais entre as mulheres sem religião (32,2% das adolescentes e 41,2% das jovens). Também se observa os menores percentuais entre as adolescentes protestantes tradicionais (13,8%) e entre as jovens protestantes pentecostais (12,0%).

A pretensão de se casar virgem é a categoria que apresenta as maiores diferenças. Enquanto na adolescência o maior percentual é observado entre as protestantes pentecostais (55,6%), na juventude o maior percentual se encontra entre as protestantes tradicionais (64,0%). Apesar da diferença intrarreligiosa, as protestantes continuam tendo os maiores e mais expressivos percentuais na pretensão de preservarem a virgindade para o casamento, independentemente do grupo etário. Por fim, ao comparar os grupos etários, nota-se que o maior aumento percentual ocorre entre as mulheres de outras religiões (de 25,7% para 40,0%).

Tabela 3 – Distribuição percentual de mulheres de 15 a 24 anos por filiação religiosa que concordam com cada uma das razões apresentadas para nunca terem tido a primeira relação sexual. Brasil, 2006.

Idade	Filiação religiosa	Falta de vontade	Não encontrou o parceiro certo	Pretende se casar virgem	Total
15 – 19 anos	Católica	61,7	24,5	25,4	100,0
	Protestante Tradicional	71,5	19,4	43,7	100,0
	Protestante Pentecostal	77,1	13,8	55,6	100,0
	Outras Religiões	60,0	22,9	25,7	100,0
	Nenhuma	65,6	32,2	18,9	100,0
	Católica	26,3	38,3	33,7	100,0

20 – 24 anos	Protestante Tradicional	20,0	12,0	64,0	100,0
	Protestante Pentecostal	17,5	27,5	57,5	100,0
	Outras Religiões	20,0	20,0	40,0	100,0
	Nenhuma	41,2	41,2	23,5	100,0

Fonte: Ministério da Saúde. Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde da Criança e da Mulher 2006.

4. Discussão

O estudo pioneiro publicado em 1953 por Kinsey e colaboradores sobre sexualidade feminina já argumentava que a religião poderia estar associada à iniciação sexual pré-marital (Kinsey *et al.*, 1953). Ao longo das décadas, essa hipótese foi sendo confirmada por vários autores e a religião passou a ser considerada um dos principais fatores culturais que afetam o comportamento sexual dos adolescentes e jovens (VERONA, 2011).

Semelhante com os achados da literatura, os resultados encontrados neste estudo mostraram que as mulheres protestantes, especialmente as pentecostais, apresentam um menor risco de perder a virgindade na adolescência e juventude (COUTINHO; MIRANDA, 2014). No entanto, os percentuais diminuíram ao longo do tempo, tornando-se menor a chance de as pentecostais solteiras saírem da juventude sem nunca terem tido a primeira relação sexual. Percebe-se, assim, que a influência da religião sobre o comportamento sexual das mulheres é muito mais forte na adolescência do que na juventude.

Os resultados deste estudo também indicaram que a maioria das adolescentes e jovens católicas tende a ser mais liberal. Ao comparar os grupos etários, observou-se que as católicas apresentam a menor chance de permanecerem virgens e de participarem mais assiduamente das missas e cerimônias religiosas na transição da adolescência para a juventude. Como bem argumentou Coutinho (2011), a maioria das católicas vive sua religiosidade sem participar das atividades religiosas e sem levar em consideração os ensinamentos do Vaticano sobre o sexo pré-marital.

À luz destas constatações, chama a atenção o fato de que, durante a adolescência, as católicas apresentam um comportamento sexual parecido com o das adolescentes protestantes tradicionais. Já na juventude, este comportamento é semelhante com o das jovens de outras religiões, que, apesar de agrupar mulheres mais conservadoras

(muçulmanas e judias), também agrupa mulheres mais liberais (espíritas, umbandistas e candomblecistas).

Os resultados encontrados também oferecem indícios de que as mulheres jovens que nunca tiveram a primeira relação sexual (exceto as católicas) participam com maior frequência das atividades religiosas, quando comparadas com as adolescentes não iniciadas sexualmente. Estes achados sugerem que as jovens que ainda não iniciaram a vida sexual tendem a ter um maior envolvimento religioso, principalmente por sentirem a importância da religião em sua vida. Ainda é preciso salientar que, por estarem colocando em prática a castidade (semelhança com a Virgem Maria), considerada como um dos maiores valores religiosos, por um período mais longo, o comportamento sexual das jovens pode afetar seu engajamento religioso, sobretudo por se sentirem cada vez mais dignas de pertencerem a sua religião.

No que se refere às razões que melhor explicam por que as mulheres nunca tiveram a primeira relação sexual, convém ressaltar que a resposta “falta de vontade” pode sofrer algumas limitações. Uma delas é a possibilidade de as entrevistadas omitirem a resposta, principalmente as altamente religiosas, por vergonha de dizer que já sentiram desejo de ter relações sexuais. Outra limitação é o fato de o desejo sexual ser um componente biológico e sofrer influências internas e externas⁹. Mesmo com tais limitações, os resultados aqui apresentados são instigantes, uma vez que se evidencia um menor percentual entre as mulheres jovens protestantes pentecostais. Isto significa que elas permanecem virgens mesmo sentindo desejos sexuais, ou seja, continuam a lutar contra as tentações, o que não acontece com as meninas do “mundo secular” ou até mesmo com suas “irmãs” (protestantes tradicionais), como mostraram os resultados encontrados por este estudo.

Por último, este estudo revelou que o adiamento da primeira relação sexual entre as católicas, as adeptas de outras religiões e as mulheres sem religião é explicado por ainda não terem encontrado o parceiro certo. Tais resultados corroboram os achados de Simão (2005). Em sua tese, a autora identifica que uma das maiores preocupações das mulheres com a perda da virgindade está relacionada à possibilidade de encontrarem um parceiro que confiem e que tenham mais afinidade. Desta forma, ainda que os líderes religiosos

⁹ Uma referência mais específica sobre a falta de vontade de ter relações sexuais pode ser encontrada em Martins e Carlos (2017).

ênfatem que a atividade sexual deve acontecer apenas no casamento, percebe-se que este grupo não se deixa levar por essa moral religiosa¹⁰.

Já a pretensão de se casarem virgens ficou explícita nos resultados das protestantes tradicionais e pentecostais. É justamente através de noções como escolha, pureza e pecado que as igrejas evangélicas têm estimulado a valorização da virgindade entre seus membros e mostrado como é importante que as relações sexuais aconteçam só depois do matrimônio, pois esse é o “atestado maior de responsabilidade do jovem para com Deus e para com a Igreja” (RIOS *et al.*, 2008, p. 677).

Este resultado, no entanto, deve ser interpretado com cautela. É importante destacar que outros fatores podem estar influenciando o maior percentual de preservação da virgindade para o casamento entre as protestantes. É possível, por exemplo, que as mulheres que pretendem esperar até o casamento para iniciar a vida sexual se sintam mais acolhidas e compreendidas dentro das igrejas evangélicas. Segundo Bellotti (2019), o século XXI inicia-se com um cenário de maior liberdade sexual, o que permitiu à juventude ocidental uma maior facilidade para praticar o sexo, seja dentro do namoro ou casualmente. Como consequência, as mulheres que se dispõem a continuar virgens até o casamento podem se sentir pressionadas pelas amigas em relação à perda de virgindade ou distantes da turma de colegas (SIMÃO, 2005). Desse modo, o ambiente religioso se torna não apenas um espaço favorável para que elas mantenham suas preferências em relação ao comportamento sexual, mas também de acolhimento e afetividade. Ou seja, pela primeira vez estas meninas passam a estar no mundo, sem ser parte dele (HENDERSHOT, 2010; VERONA; DIAS JÚNIOR, 2012).

Considerações finais

As análises realizadas neste artigo mostraram que as protestantes, especialmente as pentecostais, apresentam um menor risco de perderem a virgindade na adolescência e juventude. Os resultados também indicaram que as católicas têm uma menor chance de

¹⁰ Importante ressaltar que nos estudos qualitativos de Silva *et al.* (2005), os pais e mães das religiões afro-brasileiras argumentaram que o período ideal para o início da vida sexual está associado a uma maturidade e autonomia.

permanecerem virgens e de participarem mais assiduamente das missas e cerimônias religiosas na transição da adolescência para a juventude.

As razões pelas quais as mulheres nunca tiveram relações sexuais espelham as normas e valores das diferentes religiões e o modo que cada grupo religioso vive sua religiosidade. De modo geral, as católicas, as adeptas de outras religiões e as sem religião afirmam que ainda não tiveram a primeira relação sexual porque não encontraram o parceiro certo. Já as protestantes tradicionais e pentecostais explicam que pretendem esperar até o casamento para começar a vida sexual.

Os resultados encontrados neste estudo reforçam a importância de se aprofundar a compreensão acerca da influência da religião na iniciação sexual. Sugere-se, portanto, a produção de dados atualizados e com informações longitudinais (prospectivas ou retrospectivas) que possibilitem pesquisas futuras sobre os diversos impactos da religião no comportamento sexual das adolescentes e das mulheres jovens. Como argumenta Verona:

Among the many factors that may affect adolescent sexual and reproductive behavior in Brazil, religion deserves further consideration, not simply because this country has experienced tremendous change in its religious landscape during the last four decades, but also both because religion is a primary socialization agent of adolescents, and because sexual activity is a sphere of human behavior considered high in religious applicability (VERONA, 2010, p. 1-2).

Referências

- ALMEIDA, Margareth Aparecida Santini de. *Gravidez adolescente: a diversidade das situações*. Revista Brasileira de Estudos de População, v. 19, n. 2, p. 197-207, 2002.
- ALVES, José Eustáquio Diniz; BARROS, Luiz Felipe Walter; CAVENAGHI, Suzana. *A dinâmica das filiações religiosas no Brasil entre 2000 e 2010: diversificação e processo de mudança de hegemonia*. REVER-Revista de Estudos da Religião, v. 12, n. 2, p. 145-174, 2012.
- BELLOTTI, Karina Kosicki. *“Quanto mais santidade melhor”: campanhas midiáticas de pureza sexual (1990-2010)*. Reflexão, v. 44, p. 1-17, 2019.
- BEMFAM. *Pesquisa nacional sobre demografia e saúde*. Rio de Janeiro: Bemfam, 1996.
- BERGER, Peter. *A dessecularização do mundo: uma visão global*. Religião e sociedade, v. 21, n. 1, p. 9-23, 2001.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *Fronteira da fé: alguns sistemas de sentido, crenças e religiões no Brasil de hoje*. Estudos Avançados, v. 18, n. 52, p. 261-288, 2004.
- BRASIL. Ministério da Saúde. *Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde da Criança e*

da Mulher – PNDS 2006: dimensões do processo reprodutivo e da saúde da criança. Brasília: Ministério da Saúde, 2009. 300p. (Série G. Estatística e Informação em Saúde).

COUTINHO, Raquel Zanatta. *A carne é fraca: religião, religiosidade e iniciação sexual entre estudantes do Ensino Médio na Região Metropolitana de Belo Horizonte, 2008.* 2011. 183 f. Dissertação (Mestrado em Demografia) - Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011.

_____; MIRANDA-RIBEIRO, Paula. *Religião, religiosidade e iniciação sexual na adolescência e juventude: lições de uma revisão bibliográfica sistemática de mais de meio século de pesquisas.* Revista Brasileira de Estudos de População, v. 31, n. 2, p. 333-365, 2014.

HENDERSHOT, Heather. *Shaking the world for Jesus: Media and conservative evangelical culture.* Chicago: University of Chicago Press, 2010.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *SIDRA. Sistema IBGE de Recuperação automática.* Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br>>. Acesso em: 04 junho 2020

KINSEY, Alfred E.; POMEROY, Wardell B.; MARTIN, Clyde E.; GEBHARD, Paul H. *Sexual Behavior in the Human Female.* Philadelphia: Saunders, 1953.

MARIZ, Cecília Loreto. *Secularização e dessecularização: comentários a um texto de Peter Berger.* Religião e sociedade, v. 21, n. 1, p. 25-39, 2001.

MARTINS, Geiza; CARLOS, Tânia. *Sem vontade de transar? Conheça as causas da falta de libido.* Revista GLAMOUR, São Paulo, 28 agosto 2017. Disponível em: <<https://revistagramour.globo.com/Amor-Sexo/noticia/2017/08/sem-vontade-de-transar-conheca-causas-da-falta-de-libido.html>>.

Acesso em: 31 maio 2020.

PAIVA, Vera; ARANHA, Francisco; BASTOS, Francisco I. *Opiniões e atitudes em relação à sexualidade: pesquisa de âmbito nacional, Brasil 2005.* Revista de Saúde Pública, v. 42, p. 54-64, 2008.

RIOS, Luís F.; PAIVA, Vera; MAKSUD, Iva; OLIVEIRA, Cinthia; CRUZ, Claudia M.S.; CRUZ, Cristiane G.; JUNIOR, Veriano T.; PARKER, Richard. *Os cuidados com a “carne” na socialização sexual dos jovens.* Psicologia em Estudo, Maringá, v. 13, n. 4, p. 673-682, 2008.

SETTON, Marcia Zalzman. *De mãe para filha: um estudo sobre a transmissão intergeracional dos significados atribuídos pelas mulheres judias à sexualidade feminina.* 2008. 135 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008.

SILVA, Cristiane Gonçalves da; SANTOS, Alessandro Oliveira; LICCIARDI, Daniele Carli; PAIVA, Vera. *Religiosidade, juventude e sexualidade: entre a autonomia e a rigidez.* Psicologia em Estudo. v.13, n.4, p. 683-692, 2008.

SILVA, Karla Juliana Onofre da. *Iniciação sexual, primeira união e o nascimento do primeiro filho entre as jovens católicas no Brasil, 1996-2006.* 2015. 145 f. Dissertação (Mestrado

em Demografia) - Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015.

SIMÃO, Andréa Branco. *A Primeira Relação Sexual, o Primeiro Casamento e o Nascimento do Primeiro Filho: um estudo quantitativo e qualitativo de duas coortes de mulheres em Belo Horizonte*. Tese (Doutorado em Demografia) - Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2005.

PIERUCCI, Antônio Flávio. "Bye bye, Brasil": o declínio das religiões tradicionais no Censo 2000. *Estudos avançados*, v. 18, n. 52, p. 17-28, 2004.

TEIXEIRA, Fautino; MENEZES, Renata. *Religiões em movimento: o censo de 2010*. Editora Vozes Limitada, 2014.

VERONA, Ana Paula de Andrade. *Sexual Initiation and Religion in Brazil*. 2010. 188 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – University of Texas at Austin, Texas, Austin, 2010.

_____. *Explanations for religious influence on adolescent sexual behavior in Brazil: direct and indirect effects*. *Revista Brasileira de Estudos de População*, v. 28, n. 1, p. 187-201, 2011.

_____; DIAS JÚNIOR, Cláudio Santiago. *Religião e fecundidade entre adolescentes no Brasil*. *Revista Panamericana de Salud Pública*, v. 31, p. 25-31, 2012.

_____; REGNERUS, Mark. *Pentecostalism and premarital sexual initiation in Brazil*. *Revista Brasileira de Estudos de População*, v. 31, n. 1, p. 99-115, 2014.

WEBER, Max. *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

Idosos “animados”: A velhice representada em produções de animação audiovisuais



Valmir Moratelli¹

Resumo

Este trabalho pretende discutir aspectos da construção da representação de personagens idosos na narrativa audiovisual na ficção sob o ponto de vista da animação. Através do apontamento de elementos sociais e contemporâneos, o texto analisa desenhos animados que estejam disponíveis em serviços de streaming ou em exibição na televisão, além de filmes de animação que tenham personagens idosos ali retratados. Ao se levantar aspectos característicos desses personagens, quer-se debater de que forma são construídos e perpetuados os discursos sobre a velhice e a relação com outros aspectos de sua vida social.

Palavras-chave: desenhos animados; ficção audiovisual; idoso; velhice; televisão.

Elderly in cartoons: Old age represented in audiovisual animation productions

Abstract

This work aims to discuss aspects of the construction of the representation of elderly characters in the audiovisual narrative in fiction from the point of view of animation. Through pointing out social and contemporary elements, the text analyzes cartoons that are available in streaming services or shown on television, as well as animated films that have elderly characters portrayed there. When raising characteristic aspects of these characters, we want to debate how discourses about old age and the relationship with other aspects of their social life are constructed and perpetuated.

Keywords: cartoons; audiovisual fiction; old man; old age; TV.

¹ Doutorando em Comunicação pela PUC-Rio, pesquisa a velhice no Brasil e temas tabus na ficção audiovisual. É jornalista, roteirista e autor do livro “O que as telenovelas exibem enquanto o mundo se transforma”.

Introdução

O presente artigo tem como objetivo discutir aspectos da representação do idoso em narrativas ficcionais de animação (ou, em inglês, *cartoons*). Através do apontamento de elementos sociais e contemporâneos, o texto aborda de que forma a velhice, de homem ou mulher, é retratada nestas produções, sejam elas de ficção seriada televisiva ou cinematográficas, sabendo-se que esta temática é referenciada como uma exceção de protagonismo nestes meios. Para isso, utiliza-se de objetos de análise desenhos animados que estejam em exibição na televisão brasileira (aberta ou fechada) ao longo do ano de 2020, além de filmes de animação que tenham personagens idosos disponíveis em catálogos de streaming no país.

O foco do artigo não será, entretanto, uma discussão sobre a construção de cada personagem, inserido em sua complexidade de raça, etnia, gênero, classe social – ainda que também seja relevante para outras futuras análises. Mas sim como os personagens idosos são representados (HALL, 2000) dentro do contexto narrativo no qual a temática da velhice se insere. Ou seja, a essência do artigo reside principalmente na discussão da construção de identidades de velhice. Assim sendo, ressalta-se que:

(...) [as identidades] surgem da narrativização do eu, mas a natureza necessariamente ficcional desse processo não diminui, de forma alguma, sua eficácia discursiva, material ou política, mesmo que a sensação de pertencimento, ou seja, a “suturação à história” por meio da qual as identidades surgem, esteja, em parte, no imaginário (assim como no simbólico) e, portanto, sempre, em parte, construída na fantasia ou, ao menos, no interior de um campo fantasmático. (HALL, 2000, P. 109).

A hipótese é de que esta temática, aqui enquadrada na classificação de exceção por ainda experimentar raros exemplos de abordagem aprofundada em produções cujo público principal é o infantil, precisa abrir novas possibilidades de enxergar a velhice em sua plenitude de identidade, o que romperia limitações historicamente construídas. A respeito dos termos que remetem à velhice, diz-se que:

(...) “meia-idade”, “terceira idade”, “aposentadoria ativa” são categorias empenhadas na produção de novos estilos de vida e na criação de mercados de consumo específicos. Rompendo com as expectativas tradicionalmente associadas aos estágios mais avançados da vida, cada uma destas etapas passa a indicar, a sua maneira, fases propícias para o prazer

e para a realização de sonhos adiados em momentos anteriores. (DEBERT, 1999, p. 103)

Outros trabalhos já abordaram a questão da representação da velhice em animações (VIEIRA; PIERDONÁ; DUARTE; BEZERRA; GOMES, 2016; CALDEIRA, 2015). Os exemplos aqui escolhidos, porém, não esgotam o tema, ainda que sejam recortes de um material complexo e que não encontra tantas análises nos estudos culturais. Nesse sentido, e utilizando a definição para velhice de Debert (1999), a metodologia compila informações e interpreta narrativas para costurar o ainda pouco explorado tema dos significados sociológicos da velhice situada em narrativas de animação. Sobretudo, definimos o contexto contemporâneo como sendo intrinsecamente contraditório por se valer de normas que priorizam tudo que remete à juventude, ainda que a população média nacional tenda a um envelhecimento.

1. Sobre ser idoso

O número de brasileiros com mais de 60 anos chegou a 30,2 milhões em 2017, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad) divulgada pelo IBGE. Um ano antes, eram 29,56 milhões e, em 2012, 25,4 milhões - ou seja, em cinco anos, o país ganhou 4,8 milhões de idosos, um acréscimo de 19%. A tendência é que o envelhecimento da população acelere de forma a, em 2031, o número de idosos superar o de crianças e adolescentes de 0 a 14 anos. As mulheres são maioria expressiva nesse grupo, com 16,9 milhões (56% dos idosos), enquanto os homens idosos são 13,3 milhões (44% do grupo). No outro lado da pirâmide, nos últimos cinco anos, a parcela de crianças de 0 a 9 anos de idade no total da população caiu de 14,1% para 12,9%, de acordo com dados também do IBGE.

Para avançar, faz-se também necessário compreender a definição prática do termo “idoso”. Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS)², idoso é todo indivíduo com 60 anos ou mais. Todavia, para efeito de formulação de políticas públicas, esse limite mínimo varia segundo as características (cultura, demografia, expectativa de vida etc.) de cada país. A própria OMS reconhece que, qualquer que seja o limite mínimo adotado, é

² Ver mais em < <http://www.saude.gov.br/saude-de-a-z/saude-da-pessoa-idosa>>. Acesso em 10/09/19.

importante considerar que a idade cronológica não é um marcador preciso para as alterações que acompanham o envelhecimento (DEBERT, 1999), podendo haver variações quanto a condições de saúde, nível de participação na sociedade e nível de independência entre as pessoas idosas, em diferentes contextos. O Brasil acompanha a diretriz da OMS³. Na legislação brasileira, é considerada idosa a pessoa que tenha 60 anos ou mais.

Na grande maioria dos países, o pagamento da aposentadoria começa aos 60 anos para as mulheres e aos 65 para os homens. Daí, sob o ponto de vista econômico, a velhice, também chamada de Terceira Idade, inicia aos 60 anos. Sob o ponto de vista biológico, os geriatras dividem as idades em: Primeira idade: de 0 a 20 anos; Segunda idade: de 21 a 49 anos; Terceira idade: de 50 a 77 anos; Quarta idade: de 78 a 105 anos. Há também uma outra classificação para os idosos em três ramos: idoso jovem, dos 66 aos 74 anos; idoso velho, dos 75 aos 85 anos; dos 86 em diante ocorre a manutenção pessoal.

(...) Para a ONU, a Terceira Idade começa aos 60 anos nos países subdesenvolvidos e aos 65 anos nos países desenvolvidos. O envelhecimento ocorre em diferentes dimensões, concomitantes ou não: biológica, social, psicológica, econômica, jurídica, política etc. O envelhecer depende de muitos fatores ocorridos nas fases anteriores da vida, das experiências vividas na família, na escola ou em outras instituições. (PONTAROLO; OLIVEIRA, 2008, p. 116)

Em um período em que se debate as consequências da recente Reforma da Previdência⁴, de 2019, e uma maior flexibilidade nas leis trabalhistas no país, o idoso permanece como pauta central no âmbito público. Soma-se a isso a pandemia da covid-19 (ou coronavírus) ao longo de 2020, ceifando milhares de vidas pelo mundo e tendo os idosos no que se chamou de “grupo de risco”.

Ainda assim, ignora-se a representação desse Brasil que tem envelhecido. Sendo a realidade socialmente construída (BERGER, LUCKMANN, 2004), compreende-se um tema tabu como aquele que foge à regra das representações comuns (HALL, 2000) e aceita a uma maioria. Em outras palavras, “existe uma necessidade contínua de reconstruir o senso

³ O assunto, entretanto, ainda gera discussão no âmbito jurídico. Ver mais em <<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2019/09/09/justica-determina-que-terceira-idade-no-rj-volte-a-ser-65-anos.ghtml>>. Acesso em 10/09/19.

⁴ O texto da Reforma defende que as mulheres terão direito de se aposentar com 100% do benefício após 35 anos de contribuição ao INSS. Para os homens, será preciso contribuir por 40 anos para obter os 100% do benefício. Além disso, a reforma determina que, para ter direito à aposentadoria, homens precisam ter, no mínimo, 65 anos de idade e 20 anos de contribuição, e mulheres devem ter, pelo menos, 62 anos de idade e 15 de contribuição. Mais informações em <<https://www.brasil.gov.br/novaprevidencia/>>.

comum ou a forma de compreensão que cria o substrato das imagens e sentidos, sem a qual nenhuma coletividade pode operar” (MOSCOVICI, 2003, p. 48). Já de acordo com Michel Foucault (2002):

(...) O domínio, a consciência de seu próprio corpo só puderam ser adquiridos pelo efeito do investimento do corpo pelo poder: a ginástica, os exercícios, o desenvolvimento muscular, a nudez, a exaltação do belo corpo... tudo isto conduz ao desejo de seu próprio corpo através de um trabalho insistente, obstinado, meticuloso, que o poder exerceu sobre o corpo das crianças, dos soldados, sobre o corpo sadio. Mas a partir do momento em que o poder produziu este efeito, como consequência direta de suas conquistas, emerge inevitavelmente a reivindicação de seu próprio corpo contra o poder, a saúde, contra a economia, o prazer contra as normas morais da sexualidade, do casamento, do pudor (FOUCAULT, 2002, p. 146)

A velhice como experiência a ser sentida e vivida deve levar em consideração, portanto, o contexto histórico na qual foi produzida. Desenhos animados, objeto de análise dessa pesquisa, são destinados ao público infanto-juvenil. Por isso também seus protagonistas são quase sempre jovens, quando não são seres e objetos humanizados para se permitir um universo lúdico da animação. Personagens idosos, quase na totalidade das vezes, representam seus pais ou avós, ou antagonistas que trazem elementos que contrapõem a bondade, a virtuosidade e a ingenuidade central da história.

Inserida no ambiente do consumo e do entretenimento, a temática da velhice deve ser pautada pela “nova” sociedade brasileira – mais velha.

(...) Pensar a candente questão do envelhecimento populacional, é preciso ir além da sua naturalização como mera decorrência da passagem do tempo no curso da vida. Considera-se indispensável atentar para a dimensão sociocultural da velhice, incluindo de modo especial a participação das imagens mediadas do envelhecimento na constituição das subjetividades contemporâneas. (CASTRO, 2015, p. 3)

Assim, novas representações começam a surgir na narrativa ficcional para darem condições de outras experimentações acerca da velhice e seus desdobramentos narrativos. O que se percebe, portanto, é que há uma maior abertura nas produções mais recentes para que se perceba o idoso de forma diferente da imagem de “bruxa” dos velhos contos infantis. Um exemplo disso é a personagem Sofia, do desenho de produção japonesa “O castelo Animado” (2004), disponível no catálogo da Netflix. Inicialmente Sofia é uma jovem menina, mas se torna velha após uma maldição. Assim, ao longo de suas aventuras, ela tem que se adaptar à nova realidade e aprender com a velhice e suas limitações. A personagem

antes jovem e falante, agora perde a mobilidade e começa a andar vagarosamente, sobe escadas com dificuldade, fala baixinho e fica encurvada.

2. Análise comparativa

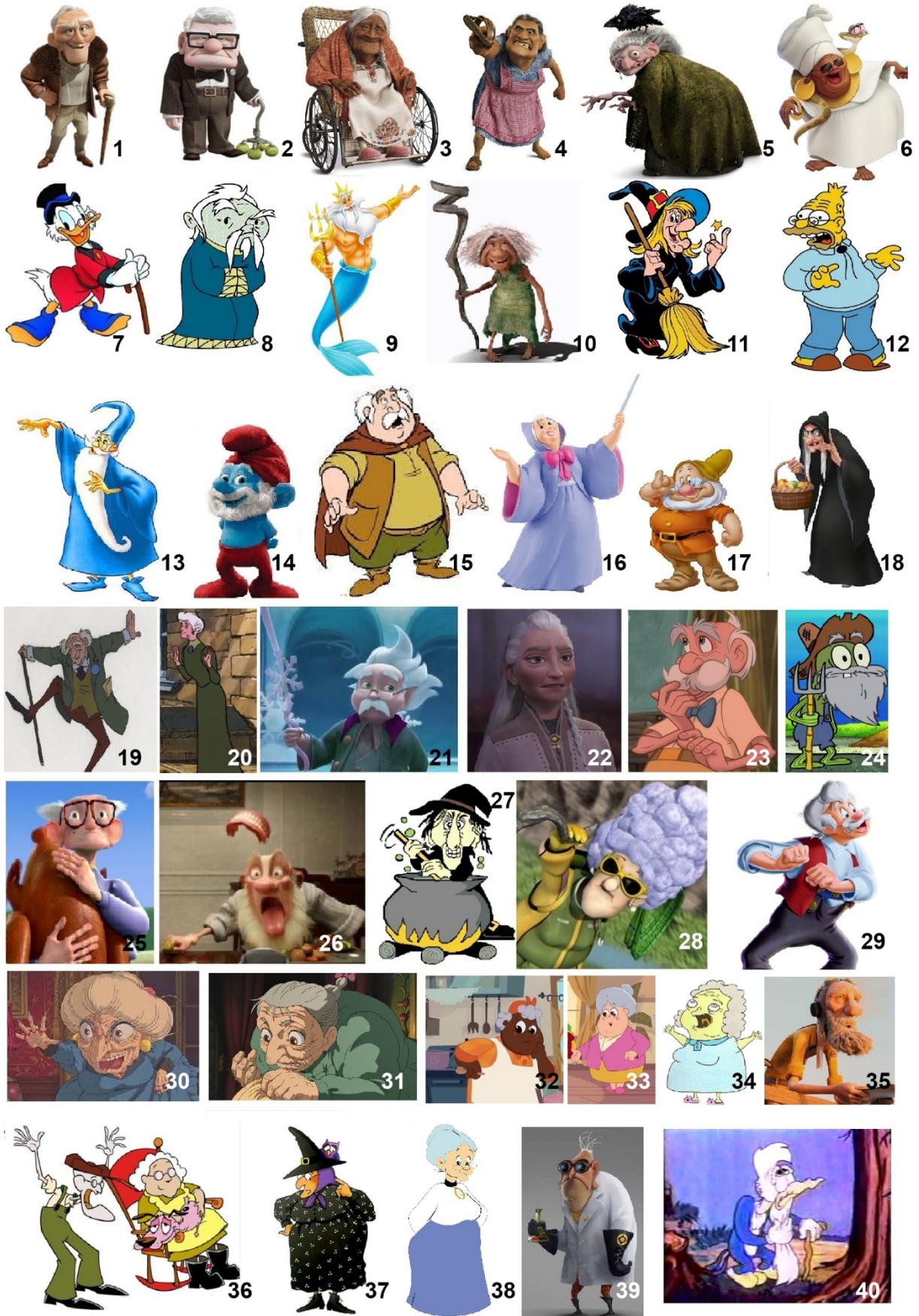
Os personagens idosos dos filmes de animação e de séries e desenhos animados são, em sua maioria, secundários. Nestas duas últimas décadas (2001-2020) apenas duas produções de repercussão global e com grande bilheteria tiveram personagens idosos na trama principal: “Up – Altas Aventuras” (Disney/Pixar, 2009) e “Viva: A vida é uma festa” (Disney/Pixar, 2009).

Em “Up – Altas Aventuras”, Carl Fredricksen é o protagonista, um viúvo de 78 anos, que parte em uma aventura com um garotinho escoteiro. Com US\$731 milhões arrecadados, o filme obteve a quarta maior bilheteria da Pixar em 2009. Recebeu cinco indicações ao Oscar e ganhou duas: Melhor filme de animação e Melhor trilha-sonora. Já a outra produção, “Viva: A vida é uma festa”, ainda que tenha como protagonista Miguel Rivera, menino de 12 anos transportado para o mundo dos mortos para procurar seu trisavô músico, se destaca a figura de Elena Rivera, ou Abuelita, a avó protetora de Miguel. Abuelita não tem uma data etária determinada, porém é representada como uma pessoa muito idosa, em cadeira de rodas, de óculos e encurvada. Arrecadou US\$ 805,8 milhões mundialmente e levou dois Oscars: Melhor filme de animação e Melhor canção original.

Ainda que haja o exemplo desses dois filmes estadunidenses, os personagens idosos das produções destinadas, em um primeiro momento, ao público infantil são caracterizados historicamente por papéis de magos, bruxas ou feiticeiras, contrapondo-se a fadas jovens, meninas belas, puras e angelicais. A velhice representa, na maioria das vezes, algo repugnante no visual que remete ao maléfico caráter do/a antagonista.

A seguir um levantamento de personagens idosos representados nas animações disponíveis para o público brasileiro em 2020.

Foto 1: Idosos em animações



Fonte: Reproduções da internet. Montagem do autor

Legendas: Da esq. para a dir.

1. O explorador Charles F. Muntz, do filme “Up – Altas Aventuras” (Disney/Pixar, 2009).
2. O viúvo Carl Fredricksen , de 78 anos. Protagonista do mesmo filme acima.
3. Mamá Inês, a bisavó do filme “Viva: A vida é uma festa” (Disney/Pixar, 2009).
4. Elena Rivera, conhecida como Abuelita, é a avó protetora do mesmo filme.
5. Bruxa, personagem coadjuvante no filme “Valente” (Disney/Pixar, 2012).
6. Mama Odie, velha sacerdotisa de vodu, no filme “A princesa e o sapo” (Disney, 2009). Tem 197 anos e atua como fada madrinha.
7. Tio Patinhas, personagem da Disney criado pelo cartunista Carl Barks. Sua primeira aparição foi em 1944.
8. Luong Lao Shi, mais conhecido como Vovô, é o personagem principal na série de desenhos “Jake Long – O dragão ocidental (Disney, 2005).
9. Netuno, pai de Ariel em “A Pequena Sereia”. Filme lançado em 1989 pela Disney, baseado no conto homônimo do dinamarquês Hans Christian Andersen.
10. Vovó, personagem secundário no filme “Os Croods” (DreamWorks, 2013)
11. Bruxa Wanda, personagem que aparece em vários filmes da Disney.
12. Abraham, conhecido como Grampa Simpson, na série “Os Simpsons”. Original de 1989.
13. Merlin, o velho feiticeiro do filme “A Espada Era a Lei” (Disney, 1964).
14. Vovô Smurf, o mais sábio e idoso no desenho “Os Smurfs” (NBC, 1981).
15. Maurice, o velho pai de Bela no filme “A Bela e a Fera” (Disney, 1991).
16. Fada Madrinha, do filme “Cinderela” (Disney, 1950), baseado no conto homônimo de Charles Perrault.
17. Mestre, o anão idoso de “A Branca de Neve e os Sete anões” (Disney, 1937), primeiro longa da Disney baseado nas histórias dos Irmãos Grimm.
18. Velha Mendiga, do filme “Branca de Neve e os Sete Anões” (Disney, 1937).
19. Georges Hautecourt, personagem secundário de “Aristocats” (Disney, 1970).
20. Madame Adelaide Bonfamille, milionária excêntrica em “Aristocats” (Disney, 1970).
21. Dewey, no filme “Tinker Bell – O segredo das fadas” (Disney, 2014).
22. Yelana, líder da tribo Northuldra, no filme “Frozen 2” (Disney, 2019).
23. Prof. Archimedes Q. Porter, pai de Jane Poter, em “Tarzan” (Disney, 1999).
24. Velho Jenkins, no desenho “Bob Esponja” (Nickelodeon, 1999).
25. Vovô Bud, no filme “A Família do Futuro” (TBS, 2007).
26. Vovô Noel, no filme “Operação Presente” (Sony, 2011)
27. Bruxa, no desenho baseado no conto “João e Maria”, dos Irmãos Grimm, de 1812.
28. Vovozinha, em “Deu a louca na Chapeuzinho”, filme de 2006, inspirada no conto “Chapeuzinho Vermelho”, dos Irmãos Grimm.
29. Gepeto, criador do boneco de “As Aventuras de Pinóquio”, romance do italiano Carlo Collodi, de 1881.
30. Yubaba, no filme “A Viagem de Chihiro” (Studio Ghibli, 2003).
31. Sofia, no desenho “O castelo Animado” (Netflix, 2004).
32. Tia Nastácia, de “O Sítio do Pica-pau Amarelo”, desenho baseado nos livros homônimos de Monteiro Lobato, escritos entre 1920 e 1947.
33. Dona Benta, também da obra acima.
34. Vóvó Juju, no desenho “Irmão do Jorel” (Cartoon Network, 2016).

35. Velho aviador, narrador de “O Pequeno Príncipe”. Obra do francês Antonie de Saint Exupéry, publicada em 1943.
36. Eustácio e Muriel, casal de idosos de “Coragem, o cão covarde” (Cartoon Network, 1996).
37. “A Bruxa Onilda”, desenho baseado em clássicos da literatura infantil espanhola (Cromossoma, 1999).
38. Vovó, no desenho “Piu Piu e Frajola”, criado por Bob Clampett em 1940, da série Looney Tunes, produzida pela Warner Bros.
39. Dr. Nefário, vilão no filme “Meu malvado favorito” (Universal, 2020).
40. “Pica-Pau” em um episódio no qual se imagina velho. Desenho de Walter Lantz e distribuído pela Universal Pictures. Criado em 1940.

A utilização da comédia, do tom jocoso, em vários dos desenhos listados, permite afirmar que este recurso é bastante usual para se encaixar temas que poderiam ser difíceis de se assimilar nessas produções infanto-juvenis. Em “Up – Altas Aventuras”, Carl Fredricksen é um homem solitário, aparentemente triste por morar em uma casa sozinho após a morte da esposa. Em “Viva: A vida é uma festa”, a Abuelita é uma senhorinha que tem dificuldades severas de locomoção por depender de uma cadeira de rodas. Mas ambos são bem-humorados e repletos de vivacidade. Até quando aparentam ser rabugentos, estão a fazer graça. O tom da comédia em ambos os filmes está justamente no fato de se assistir a personagens idosos em ação, driblando as dificuldades impostas pelo tempo.

Há também uma diferença importante de se mencionar na relação de personagens anteriormente exposta: a questão de gênero. É mais fácil encontrar idosos homens benévolos – como o Netuno, pai de Ariel em “A Pequena Sereia”; ou o Vovô Smurf, o mais sábio e idoso de sua comunidade, no desenho “Os Smurfs” (NBC, 1981). E às mulheres idosas na clássica figura da bruxa – como a que atrai as crianças para sua sinistra casa de chocolates na floresta, cujo desenho é baseado no conto “João e Maria”, dos Irmãos Grimm, de 1812. Há, claro, exceções, como a Fada Madrinha, do filme “Cinderela” (Disney, 1950), desenho baseado no conto de fadas homônimo de Charles Perrault. Entretanto, nem sempre a fada madrinha é uma senhora de cabelos grisalhos. Em várias versões, ela aparece como uma jovem menina aprendiz de feiticeira.

Ao analisar os quarenta personagens anteriormente listados, tem-se então:

Quanto a gênero:

Personagens masculinos	21
Personagens femininos	19

Quanto a algum tipo de união estável:

Personagens em casal	2
Personagens sozinhos	38

Quanto à cor:

Branco	35
Negro	2
Outros	3

Quanto à descrição de personalidade:

Atitudes	Homens	Mulheres	Total
De bom caráter, cordiais, gentis	17	12	29
Vilões, maléficos, perturbadores da ordem, avarentos, ranzinzas etc	3	8	11

Mesmo a suposta sabedoria destes personagens idosos é usada com parcimônia. A juventude é um bem valorizado ao extremo nas narrativas, já que a beleza desperta a inveja, a ira e a perseguição dos demais. Produções clássicas como “Cinderela” e “A Branca de Neve e os Sete Anões”, por exemplo, adaptadas da literatura do século XIX, remetem a estas características. Reforçam a imagem da velha bruxa em contraponto à doçura e ingenuidade de protagonistas joviais. Outras, do mesmo período, como a história de “Pinóquio”, trazem o velho gentil – o personagem de Gepeto trabalha como carpinteiro, ainda que seja um homem solitário. É sua solidão que o move a criar o jovem menino de madeira.

Nesta análise, que levou em consideração todas as representações de desenhos animados e filmes de animação acima citados, disponíveis em televisão ou serviços de streaming em 2020, percebeu-se que os personagens idosos representados trazem consigo algumas características em comum. Isso reforça a imagem contemporânea do indivíduo idoso e traz pistas sobre valores embutidos na velhice para a sociedade atual.

De modo geral, entre as características tem-se: 1. Os personagens idosos vivem isolados, moram sozinhos e em locais distantes; 2. Não têm companheiros ou familiares por perto; 3. São assexuados – a exceção está no casal Eustácio e Muriel, do desenho norte-americano “Coragem, O Cão Covarde”, de 1996. Este é um raro exemplo de casal, permitindo supor uma velhice compartilhada, na qual há um companheirismo em cena, tão raro de se ver nas produções.

Alguns são meigos, dóceis e até submissos à vontade dos mais jovens (como Vovô Smurf, em “Os Smurfs”; ou o anão idoso de “A Branca de Neve e os Sete anões”). A maioria, entretanto, traz os efeitos da velhice confundidos com os da pobreza, da doença ou do baixo nível social (NERI e JORGE, 2006). Também são corriqueiros os estereótipos negativos comumente associados à velhice em relação a aspectos como: irritabilidade, solidão, perda de laços afetivos, perda de interesse sexual e das funções cognitivas (VIEIRA et alii, 2015, p.93). Gepeto é um carpinteiro solitário criador do boneco Pinóquio em “As Aventuras de Pinóquio”. Também convivem com a solidão a Vovozinha em “Deu a louca na Chapeuzinho”, filme de 2006, inspirada no conto “Chapeuzinho Vermelho”, dos Irmãos Grimm; ou o Dr. Nefário, vilão no filme “Meu malvado favorito”. Quando fica zangada, a avó Elena Rivera de “Viva: A vida é uma festa” pega um chinelo para tacar no neto. Irritado, “Tio Patinhas” tem a avareza como principal característica na relação com seus três sobrinhos.

Destaque-se ainda a raridade de personagens negros. A pesquisa identificou apenas dois: Mama Odie, do filme “A princesa e o sapo” (Disney, 2009) e Tia Nastácia, do “Sítio do Pica-Pau Amarelo”. A primeira e mais recente, Mama Odie, é uma velha sacerdotisa de vodu que vive nas profundezas dos pântanos da Louisiana, no filme da Disney. Em seu mundo mágico, tem 197 anos e atua como uma fada madrinha. Já a Tia Nastácia, do Sítio do Pica-Pau Amarelo, desenho baseado na série de 23 volumes escrita por Monteiro Lobato entre 1920 e 1947, é uma referência à figura da velha matrona negra, solteirona de pouca instrução muito presente nas antigas casas de fazenda do Brasil. Esta personagem já levantou diversos debates sobre possíveis aspectos racistas da literatura de Lobato.

O que se percebe, com esta ampla análise, é que há dois grupos de representações bastante comuns: o que abriga personagens idosos envoltos por características perversas, vilanias habituais das narrativas ou ainda da solidão grosseira e de hábitos mesquinhos (tais como preguiça, ira e avareza); e o que abriga personagens imaculados por uma vontade de

se aventurar, simpáticos, felizes e aspirantes a protagonizarem cenas que traduzem as novas faces de uma velhice que se reinventa a todo instante.

Estes conflitos estão localizados, segundo Hall (2016), no interior de mudanças sociais, políticas e econômicas pelas quais o mundo passa. Por isso, as “identidades que são construídas pela cultura são contestadas sob formas particulares no mundo contemporâneo – num mundo que se pode chamar de pós-colonial” (2016, p. 34).

Neste sentido, a clássica imagem da frágil e desprotegida vovozinha do “Chapeuzinho Vermelho”, do conto dos Irmãos Grimm, por exemplo, recebe uma releitura no cinema, no longa “Deu a louca na Chapeuzinho”, de 2006, no qual vive a dar voltas em sua lambreta animadíssima e repleta de perigos.

Saindo do desenho animado, mas ainda nas narrativas fantásticas para o público infanto-juvenil, apenas como um exemplo de como a velhice permeia símbolos como solidão, distanciamento e finitude – peguemos como exemplo a saga Harry Potter, um caso recente e bem sucedido financeiramente de literatura adaptada ao cinema. O personagem mais idoso, Albus Dumbledore, ocupa a direção de Hogwarts, o grau hierárquico de maior importância da instituição de bruxos. Várias cenas de respeito e obediência ao seu personagem são evidenciadas nos livros de J.K. Rowling. Valores como paciência, sabedoria e zelo caracterizam o personagem prestigiado por sua longevidade. Ao longo da história, é mencionado um lar para os bruxos idosos, St Oswald. É lá que as pessoas mais velhas podem praticar magia por diversão, onde coisas inanimadas podem ser revividas, lã de tricô pode causar o caos com um encantamento e enfermeiros dançam tango com os pacientes. Ou seja, seria uma espécie de asilo onde, mais uma vez, há a ideia de que os idosos são isolados em locais distantes.

3. Objetos da velhice

Em um episódio da animação “Pica-Pau”, no qual o esperto pássaro se imagina velho, ele é representado de bengala, com barba branca, cansado e frágil. O desenho de Walter Lantz e distribuído pela Universal Pictures, criado originalmente em 1940, sintetiza o que significa a velhice na maioria das produções.

O idoso padrão é representado por símbolos que remetem à objetificação da velhice, tais como óculos, bengalas e cadeiras de rodas (como Mamá Inês, em “Viva: A vida é uma

festa”). Se não for careca, tem cabelo branco. Alguns apresentam poucos dentes ou se reforça que usam dentadura (Vovô Noel perde sua dentadura no filme “Operação Presente”; e a Vovó do filme “Os Croods” só tem um dente). O aspecto físico é, salienta-se, sempre muito bem marcado para se definir aspectos etários nestas produções.

Isso porque a velhice aqui está imposta na caracterização visual, no que se define como velho; e não na temática abordada, posto que a velhice, conforme Debert (2003), seria assim uma questão de escolha.

(...) Ser velho é o resultado de uma espécie de lassitude moral, um problema de indivíduos descuidados que foram incapazes de se envolver em atividades motivadoras e adotar o consumo de bens e serviços capazes de combater o envelhecimento. A reprivatização da velhice desmancha a conexão entre a idade cronológica e os valores e os comportamentos considerados adequados às diferentes etapas da vida. (DEBERT, 2003, p. 155)

O ilustrador russo Andrew Turusov criou uma série de cartoons intitulada “Cartoon Characters That Got Old”, para mostrar como alguns personagens jovens dos filmes e desenhos animados mundialmente conhecidos seriam na idade mais avançada. A crítica está na adaptação de símbolos já representados em desenhos de personagens idosos, agora inseridos nos mais jovens. Andador, cadeira de rodas, bengala e óculos são utilizados nas ilustrações para denunciar a forma como se caracteriza a velhice, limitando-a e reforçando estereótipos de invalidez, solidão e incapacidade.

Foto 2: Releitura de personagens clássicos



Fonte: Reprodução da internet < <http://www.tarusov.com/>>. Montagem do autor

A ilustração de Turusov permite compreender como a velhice degenerada também faz parte do imaginário entregue ao público infantil, por trazer a ideia de que velho é atrelado à falta de mobilidade, à morbidez, à solidão e a doenças diversas. Quebrar esta narrativa é um desafio que a narrativa ficcional de animação precisa enfrentar para auxiliar

na condução de jovens que entendam os entes mais idosos capazes de suas faculdades físicas e mentais.

A questão central que entremeia o campo da velhice, abordada de forma singular em cada produção animada está intimamente relacionada a uma subjetividade compartilhada pelo coletivo (CASTRO, 2015), que reforça preconceitos e impossibilita compreender o velho como um indivíduo dotado de experiências e apto a angariar outras. Nota-se que:

(...) os meios de comunicação participam de forma importante da constituição do imaginário social, ou daquilo que no campo da Psicologia Social se entende como as representações sociais. (...) Para pensar a candente questão do envelhecimento populacional, é preciso ir além da sua naturalização como mera decorrência da passagem do tempo no curso da vida. Considera-se indispensável atentar para a dimensão sociocultural da velhice, incluindo de modo especial a participação das imagens mediadas do envelhecimento na constituição das subjetividades contemporâneas. (CASTRO, 2015, p. 3 e 4)

Recorrendo a Hall e Woodward (2003), os processos de identificação são simbólicos e passam a dar sentido à experiência, podendo ressaltar inclusive desigualdades sociais e estigmatizar grupos excluídos. Vive-se um período histórico caracterizado, entretanto, pelo colapso das velhas certezas e pela produção de novas formas de posicionamento (2003, p. 34). Um velho senhor que parte em aventuras com um juvenzinho escoteiro, como em “Up – Altas Aventuras”, diz muito sobre essa nova tendência de se contrapor às clássicas histórias nas quais aos velhos restava o papel de bruxas enfezadas em seus caldeirões.

Conclusão

O artigo propôs debater como a velhice é retratada em diferentes narrativas audiovisuais de animação. Pela certa escassez de se tratar o idoso como protagonista de histórias ficcionais, reforça-se a importância de se analisar estas identidades socialmente construídas para enfrentar novos questionamentos acerca da velhice.

No drama ou na comédia, em versão adaptada da clássica literatura infanto-juvenil ou em episódios originais contemporâneos, a história contada parte quase sempre do pressuposto de que os personagens idosos precisam lidar com adversidades que os colocam como subalternos ou necessitados, ou ainda como vilões em suas ações. Há, porém, alguns exemplos recentes despidos da melancolia ou de conformismo da finitude da vida, típica característica de folhetins, para enxergarem outras possibilidades de seguirem com seus

anseios particulares e sociais. Em alguns casos, o recurso da comédia reforça o aspecto da velhice em oposição à sagacidade e juventude dos demais personagens, estes sim protagonistas. As cenas são construídas de acordo com um diálogo onírico, fantasioso.

Se a velhice passa por transformações de compreensão social fortemente agendadas por apelos políticos e econômicos, ela também precisa ser reavaliada em sua amplitude temática nas representações audiovisuais. O oportuno debate não se encerra por aqui, carecendo de diversas outras análises – também incluindo discussão sobre raça, etnia, gênero, classe social etc; visto que a sociedade caminha para um prolongamento de sua expectativa de vida e queda da taxa de natalidade.

Referências

- BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. *A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento*. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2004.
- CALDEIRA, M.C. Silva. *Narrativas sobre velhice e infância: uma análise do filme Up: Altas Aventuras*. In: Educação Unisinos 19(3):409-416, 2015.
- CASTRO, Gisela. *O Envelhecimento na Retórica do Consumo: publicidade e idadeismo no Brasil e Reino Unido*. Anais da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação. 2015.
- DEBERT, Guita Grin. *A reinvenção da velhice: socialização e processos de reprivatização do envelhecimento*. São Paulo: Edusp, 1999.
- FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- HALL, S. *Cultura e representação*. Org: Arthur Ituassu. Tradução: Daniel Miranda e William Oliveira. Rio de Janeiro: PUC-Rio; Apicuri, 2016.
- _____. Quem precisa da identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu (Org. e Trad.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- HALL, S.; WOODWARD, Kathryn. *Identidade e Diferença*. A perspectiva dos Estudos Culturais. Tradução: Tomaz Tadeu da Silva. Editora Vozes. 2003.
- MOSCOVICI, Serge. *Representações sociais: investigações em psicologia social*. Rio de Janeiro: Vozes, 2003.
- NERI, A. L.; JORGE M. D. *Atitudes e conhecimentos em relação à velhice em estudantes de graduação em educação e em saúde: subsídios ao planejamento curricular*. Estudos de Psicologia, 23(2), 127-137. 2006
- PONTAROLO, Regina Sviech; OLIVEIRA, Rita de Cássia da Silva. *Terceira Idade: Uma breve discussão*. Publ. UEPG Humanit. Sci., Appl. Soc. Sci., Linguist., Lett. Arts, Ponta Grossa, 16 (1) 115-123, jun. 2008.
- VIEIRA, Y. O.; PIERDONÁ, N.; DUARTE J. A.; BEZERRA, A. J. C.; GOMES L. *Estereótipos dos idosos retratados nos Desenhos Animados da filmografia ocidental*. In: Revista Kairós Gerontologia, 19(3), pp. 91-112, 2016.

Uma análise sobre o cenário da fome no Brasil em tempos de pandemia do COVID-19



Samyra Rodrigues da Cruz¹

Resumo

O presente artigo tem por objetivo apresentar uma breve análise sobre a situação da fome no Brasil em tempos da pandemia do Covid-19. Partimos da compreensão que a fome consiste numa expressão da questão social brasileira. Para aclarar nossa proposta de estudo, iremos resgatar o panorama do combate à fome no Brasil no período que antecedeu a pandemia do Covid-19, com ênfase de 2003 a 2019, para apresentar nossa análise sobre este cenário durante a pandemia do covid. Assim, este artigo se constitui num estudo de caráter qualitativo, com base em revisão das produções teóricas; de pesquisa documental. Concluimos que os impactos da pandemia do Covid-19 vêm acirrando a crise econômica no Brasil, promovendo aceleração no processo, já em curso, do desmonte da Segurança Alimentar e Nutricional, ocasionando, assim, aumento de pessoas em situação de fome no país.

Palavras-chave: Fome; Questão Social; Segurança Alimentar e Nutricional; Covid-19.

Abstract

This article aims to present a brief analysis of the hunger situation in Brazil at the time of the Covid-19 pandemic. We start from the understanding that hunger is an expression of the Brazilian social issue. To clarify our study proposal, we will rescue the panorama of the fight against hunger in Brazil in the period before the Covid-19 pandemic, with emphasis from 2003 to 2019, to present our analysis of this scenario during the covid pandemic. Thus, this article is a qualitative study, based on a review of theoretical productions; documentary research. We conclude that the impacts of the Covid-19 pandemic have aggravated the economic crisis in Brazil, promoting acceleration in the process, already underway, of the dismantling of Food and Nutritional Security, thus causing an increase in people in hunger in the country.

Keywords: Hunger; Social Issues; Food and Nutrition Security; Covid-19.

¹ Doutoranda em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); Mestre em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ); Especialista em Políticas Públicas, Gestão e Serviços Sociais pela Universidade Cândido Mendes (UCAM); Graduada em Serviço Social pela Universidade Estadual do Ceará (UECE); Assistente Social do quadro efetivo da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0328783607352729> / E-mail para contato: samyrarycruz@gmail.com.

Introdução

O debate em torno da fome, no Brasil, nem sempre se realizou de forma pública e coletiva, muito embora já na década de 1940, Josué de Castro² alertava a sociedade brasileira sobre o silêncio intencional do poder público acerca da fome, denunciando-a como um fenômeno de ordem social e não natural. (CASTRO, 2008).

Seguindo este mesmo horizonte, o enfrentamento da fome pelo Estado brasileiro, nem sempre se deu pela perspectiva do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA), sendo negligenciada, a princípio, e posteriormente tratada como problema de produção e/ou abastecimento alimentar.

Ocorre que no percurso do processo sócio-histórico brasileiro, o campo da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN)³ foi se constituindo e se consolidando, culminando nos anos 2000 com a instituição do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), como também, com um robusto arcabouço teórico sobre o tema⁴.

Porém, apesar dos avanços no cenário da SAN brasileira a partir de 2003, a com promulgação das legislações específicas e criação das instâncias afetas à SAN, observamos que em tempos de crises econômicas e políticas, como a em voga no Brasil, que se agudizou por conta dos efeitos da pandemia do Covid-19, a violação do DHAA torna-se latente, afligindo principalmente segmentos específicos da população brasileira.

Portanto, este artigo tem por objetivo tecer uma breve análise sobre a situação da fome no Brasil em tempos da pandemia do Covid-19, como também, apresentar as ações

² Josué de Castro nasceu em Recife, em 1908, e formou-se em Medicina pela Faculdade Nacional de Medicina da Universidade do Brasil. Pioneiro sobre os estudos acerca da fome no Brasil recebeu o prêmio Internacional da Paz em 1954; e foi nomeado embaixador do Brasil na ONU, em Genebra de 1962 a 1964.

³ Segundo a LOSAN, a SAN consiste “na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis”. Para mais informações ver Lei nº 11.346/2006.

⁴ Faz-se importante destacar que a construção do arcabouço institucional, político e normativo da Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil ocorreu de forma tardia e enviesada, tendo a sociedade civil como protagonista no processo de mobilização em torno da discussão pública acerca da temática. Porém, devido à brevidade deste artigo, não será possível nos aprofundar nessa questão. Assim, para mais informações, ver O Direito Humano à Alimentação Adequada e o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional / Organizadora, Marília Leão. Brasília, 2013.

adotadas pelo Estado brasileiro no seu enfrentamento, para tecer as perspectivas deste fenômeno social no país.

1. Fome, Questão Social e Segurança Alimentar e Nutricional No Brasil contemporâneo.

Embora a fome possa ocorrer por diversos motivos – catástrofes naturais, guerras e embargos políticos – neste breve estudo consideramo-la como produto da violação do direito humano à alimentação adequada, pois o não acesso ao alimento, na atual ordem societária, está relacionado com a pobreza e a desigualdade social, fenômenos inerentes à produção e reprodução das relações sociais na sociedade capitalista, conforme nos alertou Marx por meio da Lei Geral de Acumulação do Capital⁵.

Nesse sentido, a fome⁶ se reveste numa das expressões da questão social⁷ na contemporaneidade brasileira, sendo, portanto, objeto por excelência tanto de pesquisa e atuação profissional do Serviço Social, como também, de intervenção do poder público, por meio das políticas sociais⁸.

Ocorre que, historicamente, o Estado brasileiro enfrentou a fome por meio de ações pontuais e fragmentadas, esvaziadas da perspectiva do direito social. Ou seja, não compreendendo ser a fome a violação de um direito básico, mas sim, um problema de abastecimento e produção (BELIK, GRAZIANO e TAKAGI, 2001) e estacionado em segundo plano, na agenda governamental por longos períodos.

No entanto, a partir dos anos 2000, com a vitória presidencial de Luís Inácio Lula da Silva em 2003, observamos a mudança na perspectiva do enfrentamento à fome no Brasil. O combate à fome passou a ser prioridade na agenda de governo, tornou-se

⁵ Segundo a Lei Geral de Acumulação do Capital, a produção da pobreza é diretamente proporcional ao crescimento da riqueza social, que não é apropriada pela classe trabalhadora, quem a produz, mas sim, pela classe burguesa, a detentora dos meios de produção. Para mais informações ver Karl Marx em *O Capital: a crítica da economia política - livro I*. São Paulo. Ed. Boitempo.

⁶ A fome consiste numa das dimensões da INSAN. Conforme a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA), a INSAN pode ser considerada leve, moderada e grave.

⁷ Compreendemos a questão social como o conjunto das expressões das desigualdades na sociedade capitalista madura. Para mais informações, ver Marilda Vilela Yamamoto em *O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. – 23. Ed. – São Paulo. Cortez. 2012.

⁸ Neste estudo, compreendemos a política social como um processo que emerge na convergência entre os movimentos de ascensão do capitalismo, das lutas de classe e da expansão do Estado, conforme Behring e Boschetti (2009).

compromisso político da referida gestão⁹ e ganhou *status* de política pública, com infraestrutura administrativa no interior de uma pasta ministerial.

O ponto de partida da referida mudança paradigmática no enfrentamento da fome consistiu na implantação do Programa Fome Zero (PFZ)¹⁰ que tinha como proposta a elaboração de uma política nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. A inovação deste programa consistiu na articulação das políticas estruturais (transferência de renda, reforma agrária, emprego, dentre outras); emergenciais (as de combate à fome e a miséria) e locais (ações locais de combate à pobreza que obtiveram êxito), para combater a fome e a pobreza.

Dentro deste programa complexo e ousado, destacamos o papel do Programa Bolsa Família (PBF) no combate à fome, uma vez que ele articula a transferência de renda para famílias em situação de vulnerabilidade social sob a realização de condicionalidades vinculadas às esferas da saúde e educação. Nesse sentido, as famílias tinham acesso à renda para aquisição de alimentos, devendo cumprir as condicionalidades para permanência no programa.

Relacionado às políticas emergenciais, destacamos a estrutura normativa e jurídica da SAN, que foi sendo constituída, mesmo que tardiamente, conforme a seguinte cronologia: Criação do Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome (MESA), em 2003; Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional – LOSAN, em 2006, que criou o SISAN; a regulamentação e o retorno¹¹ do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) e da Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN), ambas em 2007; inserção do direito à alimentação na Constituição Federal, em 2010; regulamentação da Política Nacional de SAN, em 2010; e instituição do Plano Nacional de SAN em 2011¹².

⁹ É importante destacar que mesmo sendo a fome um fenômeno social que nos aflige desde os primórdios da nossa formação sócio histórica, apenas nos anos 2000 houve intenção política para estruturar políticas públicas de combate à fome, sob a responsabilidade do Estado.

¹⁰ O Programa Fome Zero foi elaborado pelo Instituto Cidadania em 2001, sob a coordenação geral de José Graziano da Silva, e com a participação da sociedade civil organizada.

¹¹ O CONSEA foi criado em 1993, no governo Itamar Franco e foi extinto em 1994, no mandato de Fernando Henrique Cardoso, sendo substituído pelo programa Comunidade Solidária. Tal ensejo simboliza o descompromisso do Estado no combate à fome, uma vez que o CONSEA é instância essencial nesta luta.

¹² Importante ressaltar, também, o retorno das Conferências de SAN, espaço importante de participação social para construção desta Política Pública. No entanto, após extinção do CONSEA em 2019, as conferências deixaram de acontecer.

Assim, conforme já pontuado, até meados da década de 1990, o combate à fome se deu de maneira precária, por ações pontuais e desarticuladas, com forte apelo à sociedade civil que protagonizou campanhas filantrópicas¹³ para atender aos famélicos do país. De acordo com o Censo Demográfico¹⁴ de 2000, na década de 1990, 35% da população (torno de 57 milhões de pessoas) se encontravam com rendimento per capita abaixo da linha da pobreza, enquanto 12,9% (média de 21 milhões de pessoas) estavam em pobreza extrema (ALBUQUERQUE E VELOSO, 2004).

Porém, após a implantação do PFZ, observamos que os dados referentes à situação da fome no Brasil foram melhorando significativamente (PFZ, 2001). No entanto, ressaltamos que a fome jamais foi erradicada no Brasil, uma vez que sendo este fenômeno uma expressão da questão social, que é inerente à sociedade capitalista, somente com a superação desta ordem socioeconômica é que será possível sua erradicação.

Contundo, faz-se necessário esclarecer que, mesmo ciente da natureza estrutural da fome, e da raiz polarizada das políticas sociais pois correspondem, simultaneamente, tanto a um mecanismo de manutenção e reprodução da classe trabalhadora, como conquista das lutas da classe trabalhadora, consideramos as políticas sociais como importantes espaços de atuação profissional na viabilização dos direitos sociais e recuo do capital, constituindo um instrumento de promoção de justiça social, mesmo com suas limitações institucionais. (BEHRING e BOSCHETTI, 2009).

Nesse sentido, segundo a Pesquisa Nacional de Amostras por Domicílio (PNAD) 2013¹⁵, que desenvolveu uma comparação entre os estados de INSAN nos domicílios durante os anos de 2004, 2009, e 2013, foi possível perceber as mudanças no perfil desta realidade em cada região do território brasileiro. Conforme a referida pesquisa, a INSAN nos domicílios brasileiros diminuiu entre 2009 a 2013, com 30,2% e 22% respectivamente.

¹³ É oportuno mencionar a importância da sociedade civil na luta nacional pelo combate à fome, seja por meio de campanhas ou prestando visibilidade social à discussão em torno deste tema. Destacamos o sociólogo Herbert de Souza, o Betinho, mentor e organizador do projeto “Ação da Cidadania Contra a Fome, a Miséria, e pela Vida” que descortinou esse fenômeno social, a fome, como uma questão a ser enfrentada por toda a sociedade, atribuindo ao debate um caráter público, coletivo e essencial.

¹⁴ O Censo demográfico é uma pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e estatística (IBGE) a cada 10 anos. Através deste estudo, são reunidas informações sobre a população brasileira. Para mais informações, acessar <http://www.ibge.gov.br>

¹⁵ O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, realizou por meio da Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios – PNAD, uma pesquisa suplementar de Segurança Alimentar e Nutricional, fazendo um balanço entre 2004, 2009 e 2013 em convênio com o Ministério do Desenvolvimento Social e combate à fome – MDS. Para mais informações, consultar o site do IBGE.

Ressaltou que em 2013, a INSAN grave atingiu 7,2 milhões de pessoas, logo, 4,1 milhões a menos do que em 2009.

Segundo o relatório “O estado da Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil: um retrato multidimensional, 2014”, de 2001 a 2012, a renda dos 20% mais pobres da população cresceu três vezes mais do que a renda dos 20% mais ricos. Ou seja, de 1990 a 2012, a parcela da população em extrema pobreza reduziu de 25,5% para 3,5%.

Assim, conforme o último Mapa da Fome da ONU¹⁶ publicado em 2014, o Brasil diminuiu bruscamente o percentual de pessoas em situação de fome, alcançando quantitativo inferior a 5% da população com baixo consumo calórico. Pela primeira vez na história do Brasil, saímos do grupo de países considerados em grave situação de fome e extrema pobreza, para o conjunto das nações que mais investiram em ações de Segurança Alimentar e Nutricional, o que simbolizou o esforço do Estado brasileiro no compromisso de combater à fome.

Confirmando tal assertiva, o “Relatório Nacional de Acompanhamento” (2014) emitido Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA), pontuou que Brasil foi um dos países que mais somou esforços para alcançar a meta 1 dos Objetivos do Milênio¹⁷ (ODM) que consiste na erradicação da extrema pobreza e da fome. O documento apontou que a continuidade do Programa Fome Zero, por meio do Plano Brasil Sem Miséria (BSM)¹⁸, no governo Dilma Rousseff¹⁹, foi condição essencial nesta conquista.

Porém, após a saída do Brasil do Mapa da Fome, um estudo realizado por um grupo constituído por mais de 40 entidades da sociedade civil, conhecido por “Grupo de Trabalho da Sociedade Civil para Agenda 2030”²⁰, apontou que a fome voltou a ser parte da realidade brasileira, de forma latente, como nos anos de 1990.

¹⁶ O Mapa da Fome é um documento elaborado periodicamente pela FAO que visa dimensionar a situação da fome no mundo, apresentando os países que avançaram, como também, os que retrocederam. Para mais informações acesse www.nacoesunidas.org.br

¹⁷ Os Objetivos do Milênio (ODM) são metas estabelecidas pela Organização das Nações Unidas, em 2000, com apoio de 191 países envolvidos, dentre eles, o Brasil. Foram oito metas estabelecidas, entre estas, o ODM 1 que consiste em acabar com a fome e a miséria. Para mais informações acesse: <http://www.odmbrasil.gov.br/os-objetivos-de-desenvolvimento-do-milenio>

¹⁸ O Programa Fome Zero teve continuidade de suas ações por meio do Plano Brasil Sem Miséria, durante a gestão de Dilma Rousseff.

¹⁹ Dilma Rousseff (PT) foi a primeira mulher eleita presidente no Brasil, ganhando duas vezes as eleições presidências, em 2010 e 2014. No entanto, após golpe parlamentar, foi deposta do poder em 2016, sendo substituída pelo vice-presidente Michel Temer (MDB).

²⁰ O Grupo de Trabalho da Sociedade Civil para Agenda 2030 é um grupo composto por entidades da sociedade civil com o objetivo de monitorar o cumprimento do plano de ação voltado para o

Conforme já dito, embora a fome não tenha sido erradicada totalmente, em determinado momento da história brasileira ela diminuiu significativamente, e este documento sinalizou que estávamos com grande possibilidade de retornarmos ao Mapa da Fome, o que simboliza forte retrocesso social²¹.

Desta forma, em junho de 2017, a “Agenda 2030” publicou o relatório síntese que indicou o crescente aumento da pobreza no país e, conseqüentemente, o retorno expressivo da fome aos lares brasileiros. Segundo o documento, as causas deste retrocesso seriam tanto a recessão e a crise fiscal, que se instalou em 2015, como também, as medidas governamentais adotadas para a saída da crise, que incidiram indiretamente na SAN como, por exemplo: a reforma trabalhista, que gerou desemprego e precarização no mundo do trabalho; reforma tributária; reforma na previdência, já iniciada no governo Lula; a Emenda Constitucional de congelamento dos gastos, que a médio e longo prazo, irá trazer conseqüências imensuráveis; dentre outros. Ainda conforme o documento:

Até 2014, o Brasil foi exitoso ao atingir antecipadamente o Objetivo do Desenvolvimento do Milênio de reduzir a fome e a pobreza. Nos últimos anos, porém, o cenário começou a mudar, com o enfrentamento equivocado do déficit fiscal acumulado e o descaso com problemas estruturais como a reforma tributária, levando o país a uma crise econômica e agravando o desemprego. No início de 2017, batemos o recorde da série histórica, com 14,2 milhões de trabalhadores desempregados. (AGENDA 2030, 2017, p. 8).

O site Valor Econômico²², do grupo Globo, publicou em abril de 2018 a matéria na qual dizia que a pobreza extrema havia aumentado 11% no Brasil. De acordo com a reportagem, em 2016 tínhamos 13,34 milhões de pessoas em extrema pobreza, aumentando para 14,8 milhões em 2017. Acrescentou que em todas as regiões do país os indicadores de

desenvolvimento sustentável, “Agenda 2030”, acordado entre os Estados – Membros da ONU. Até 2018, o Brasil era atuante, firmando tal compromisso global para o desenvolvimento sustentável. Porém, no início do governo Bolsonaro, o Brasil vetou a participação na Agenda 2030, desfazendo a comissão governamental para este fim. Para mais informações, ver o decreto nº 9759/2019.

²¹ Apesar de ter ocorrido fortes avanços no enfrentamento da fome no Brasil durante a transição da década de 1990 para 2000, é importante destacar novamente que a fome é um problema de amplitude estrutural e que na reprodução das relações sociais capitalistas ela jamais se esgotará, pois, sua erradicação exige profundas transformações de ordem estrutural, que vão além de intervenções institucionais por meio das políticas sociais.

²² Para leitura completa da matéria, acesse o site: <http://www.valor.com.br/brasil/5446455/pobreza-extrema-aumenta-11-e-atinge-148-milhoes-de-pessoas>.

pobreza pioraram, inclusive na região mais rica do país, o Sudeste, que apresentou o aumento da miséria, especialmente, Rio de Janeiro e São Paulo.

Em novembro de 2018, a ONU publicou o relatório “Panorama da Segurança Alimentar e Nutricional na América Latina e Caribe” o qual apontou que a estimativa de brasileiros que sofriam com a escassez de alimentos chegava a 5 milhões, mesmo número em 2010. De acordo com o documento, o Brasil estava fazendo caminho inverso ao esperado, pois além de estagnar na redução da fome, o quantitativo de famintos voltou a crescer.

No entanto, mesmo diante do cenário fragilizado em que se encontrava a Segurança Alimentar e Nutricional, após 2015, bem como os alertas para o possível retorno do país ao Mapa da Fome, em janeiro de 2019, o presidente Jair Bolsonaro, ainda recém-empossado, publicou a Medida Provisória nº 870 e extinguiu o CONSEA, o que representou um forte retrocesso da SAN brasileira. O governo Bolsonaro também vetou do Plano Plurianual (PPA) 2020 – 2023 o compromisso orçamentário com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis (ODS) e por meio do Decreto nº 9759/19 desfez a comissão nacional responsável pela implementação da Agenda 2030 no Brasil.

Gradativamente, as instâncias administrativas do governo referentes à SAN foram sendo desmontadas, realocando as funções e atividades do combate à fome para outras políticas sociais. Além destas medidas é importante destacar a postura negacionista do atual presidente, e sua equipe ministerial, com relação à fome no Brasil.

Embora tanto a mídia nacional quanto as instâncias de monitoramento da SAN no país estivessem alertando às autoridades e à sociedade civil sobre o retorno da extrema pobreza, e com ela, da fome, a ministra da agricultura, pecuária e abastecimento, Tereza Cristina, afirmou em abril de 2019, que no Brasil não se passa fome por conta do quantitativo de mangueiras. Em sintonia, o presidente Bolsonaro²³, afirmou em julho do mesmo ano, que não existem pessoas em situação de fome no Brasil, sendo mentira tal afirmação.

Nesse sentido, é possível observar, claramente, o retorno do silêncio intencional do Estado diante da fome no Brasil, uma vez que o atual governo afirma desconhecê-la em

²³ Para mais informações acesse: <https://oglobo.globo.com/brasil/passar-fome-no-brasil-uma-grande-mentira-diz-bolsonaro-23818496>. Acessado em: 20/07/2020

território brasileiro, mesmo que as instâncias de monitoramento apontem o seu crescimento. E, ao não reconhecer a volta da fome, de maneira exponencial, o Estado brasileiro tanto viola quanto negligencia o direito humano à alimentação da população mais pobre, fomentando o caminho de retorno do Brasil ao grupo dos países em situação de extrema pobreza e fome.

2. A Situação Da Fome No Brasil Durante a Pandemia Do Covid-19 e suas perspectivas.

Durante a passagem do ano de 2019 para o de 2020, o mundo foi surpreendido com a transmissão do novo coronavírus²⁴, o SARS – COV – 2, provocando a Covid-19²⁵, uma doença até então desconhecida, com forte poder de transmissibilidade e altas taxas de letalidade que vem desafiando os cientistas do mundo inteiro, tanto para compreendê-la, como para buscar uma vacina capaz de imunizar a população²⁶.

Deste modo, a Organização Mundial da Saúde (OMS) iniciou forte mobilização para que os países adotassem as medidas preconizadas pelos cientistas (distanciamento e/ou isolamento social, uso de máscaras e higienização constantes das mãos), com o objetivo de retardar a curva de crescimento dos mortos e infectados até descobrirem um tratamento mais eficiente e/ou uma possível cura para a doença.

Porém, alguns líderes mundiais ignoraram as recomendações da OMS e assumiram uma postura negacionista da ciência. No Brasil, essa conduta conservadora foi adotada pelo Chefe do Executivo e tomou grandes proporções, pois influenciou de forma negativa uma parcela da população a não seguir as orientações científicas e minimizou os possíveis impactos da doença.

²⁴ Os coronavírus são uma grande família de vírus comuns em muitas espécies diferentes de animais, incluindo camelos, gado, gatos e morcegos. Para mais informações, acesse <https://coronavirus.saude.gov.br/sobre-a-doenca#o-que-e-covid>. Acessado em: 10/08/2020.

²⁵ A COVID-19 é uma doença causada pelo coronavírus, denominado SARS-CoV-2, que apresenta um espectro clínico variando de infecções assintomáticas a quadros graves. De acordo com a Organização Mundial de Saúde, a maioria (cerca de 80%) dos pacientes com COVID-19 podem ser assintomáticos ou oligossintomáticos (poucos sintomas), e aproximadamente 20% dos casos detectados requer atendimento hospitalar por apresentarem dificuldade respiratória, dos quais aproximadamente 5% podem necessitar de suporte ventilatório.

²⁶ Até a primeira quinzena do mês de agosto de 2020, o Brasil alcançou 3.340.197 casos confirmados e 107.852 óbitos pelo novo coronavírus. Para mais informações, acesse: <https://covid.saude.gov.br/>

Nesse sentido, foi necessária a intervenção do Supremo Tribunal Federal (STF), que concedeu autonomia aos estados e municípios para tomada de decisões no combate da nova pandemia do coronavírus, pois, conforme dito, o Governo Federal negligenciou suas responsabilidades na condução de um planejamento nacional; teceu diretrizes conflituosas à população e aos profissionais da equipe técnica do governo, gerando conflitos e desgastes, culminando na exoneração de dois ministros da saúde, em plena pandemia, e permanecendo até o momento com um ministro sem formação na área médica.

Desta maneira, vários são os impactos ocasionados pela nova pandemia do coronavírus, acirrando a crise econômica e política já existente no país, pois, a covid-19 nos forçou a uma nova sociabilidade, pautada pelo afastamento e/ou isolamento social devido à sua alta transmissibilidade, o que afetou todas as atividades humanas presenciais e descortinou as desigualdades sociais e econômicas já presentes no país. Porém, estamos convencidos de que a má gestão da pandemia, ou ausência dela, por parte da União vem agravando o cenário brasileiro. E, dentre estas questões, destacamos da fome.

Vejamos a fala do ex-diretor da FAO, José Graziano, em entrevista para o jornal Brasil de Fato:

[...] o governo Bolsonaro tem sido mais explícito no desmonte da política de segurança alimentar construída no primeiro governo Lula e que foi responsável pela saída do Brasil do Mapa da Fome. Nessa circunstância de desmonte da política de segurança alimentar e nutricional no Brasil não há dúvida de que nós corremos o risco de voltar ao Mapa da Fome ainda em 2020 **com os efeitos dessa pandemia.** (BRASIL DE FATO, 2020) (grifo nosso).

Segundo os dados levantados pelo relatório da FAO “Estado da Segurança Alimentar e Nutrição no Mundo 2020” o Brasil ainda não retornou, teoricamente, ao Mapa da Fome, permanecendo com menos de 5% de pessoas em situação de restrição alimentar severa. No entanto, tal adiamento se deu, de acordo com Daniel Balaban, em entrevista exclusiva ao jornal “Brasil de Fato”²⁷, porque tanto não foram considerados os efeitos socioeconômicos da crise do novo coronavírus no referido documento, como também,

²⁷ Daniel Balaban é diretor do “Centro de Excelência Contra a Fome do Programa Mundial de Alimentos” da ONU. Para acessar na íntegra a entrevista, ver <https://www.brasildefato.com.br/2020/07/14/se-nada-for-feito-voltamos-ao-mapa-da-fome-diz-diretor-da-onu-sobre-brasil>. Acessado em 14/08/2020.

novos elementos foram apreciados nesta pesquisa, a exemplo, a alimentação escolar prestada em 2019, que teve reflexos positivos no documento apresentado em 2020.

No entanto, segundo a referida reportagem, ao considerar o processo já em curso de desmonte das políticas de SAN, iniciado no governo Temer e potencializado na gestão Bolsonaro, e somando os desdobramentos da pandemia do Covid-19, possivelmente retornaremos ao Mapa da Fome da ONU, em breve. Vejamos:

Na avaliação de Balaban, caso as políticas sociais continuem sendo deixadas de lado e as políticas voltadas para a agricultura familiar, responsável pela produção de 70% da alimentação no país, não sejam retomadas a todo vapor, a perspectiva é negativa. “Se nada for feito, não existe milagre. Vamos ao caminho de volta ao Mapa da Fome”. (BRASIL DE FATO 2020).

Segundo o relatório “Como evitar que a crise da covid-19 se transforme em uma crise alimentar: Ações urgentes contra a fome na América Latina e no Caribe” elaborado pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal) e pela FAO, a fome já é uma das consequências imediatas da pandemia, e se tornará um grande desafio, a médio e longo prazo a ser enfrentado pelos governos mundiais. De acordo com o documento, estima-se que em relação a 2019, em 2020 a quantidade de pessoas em extrema pobreza alcançará 16 milhões a mais, chegando a 83 milhões de pessoas, um número estratosférico.

Assim, conforme José Graziano, o aumento da situação de pessoas com fome no Brasil será inevitável e ocasionará desdobramentos imensuráveis. Vejamos:

Hoje eu vejo com muita tristeza que o Brasil está no caminho de voltar ao Mapa da Fome por exatamente deixar de cumprir os elementos principais de uma política de segurança alimentar. O governo Bolsonaro tem continuado o desmonte, de forma mais explícita, iniciado no governo Temer, de não priorizar as políticas de segurança alimentar, isso inclui a extinção do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea), isso inclui a redução dos recursos para compras da agricultura familiar, inclui também a redução da política de alimentação escolar que vinha se ampliando nos últimos anos.(BRASIL DE FATO, 2020).

De acordo com os dados da PNAD Covid²⁸, publicada em setembro de 2020, o número de pessoas desempregadas atingiu 13,5 milhões de pessoas, sendo 3,4 milhões a mais que no mês de maio, representando aumento de 33,1%. E considerando as projeções feitas pelo instituto, estima-

²⁸ A PNAD Covid consiste num levantamento realizado pelo IBGE em parceria com Ministério da Saúde para identificar os efeitos da pandemia no mercado de trabalho no Brasil e quantificar o número de pessoas com sintomas da síndrome gripal. Porém, os dados da Pnad Covid não são comparáveis aos dados da Pnad contínua, que mede o desemprego no país. Para mais informações acesse: www.ibge.gov.br

se que este cenário se agravará devido à inexistência de uma vacina capaz de imunizar a população e permitir o retorno ao mercado. Ainda neste horizonte, o Fundo das Nações Unidas para Infância (UNICEF) alertou que 30% das famílias mais pobres do Brasil passaram fome nos últimos dois meses de 2020²⁹.

Assim, com objetivo de amenizar economicamente os efeitos da pandemia, o governo brasileiro foi impelido pela oposição a criar uma renda básica, no valor de R\$ 600³⁰, para a população mais afetada pela crise econômica em curso. O “Auxílio Emergencial” conta com pagamento de três parcelas no referido valor, por meio da Caixa Econômica Federal e segue critérios de renda para sua concessão. No entanto, o benefício acabou sendo reduzido para R\$ 300,00, nos seus últimos pagamentos (três últimas parcelas) e adotou critérios mais restrito na sua concessão.

Assim, além da incerteza quanto à sua continuidade, mesmo sem o fim da pandemia no mundo, o que poderá agravar, ainda mais, a situação brasileira, alguns segmentos da população ficaram descobertos pelo benefício, como também, quem teve acesso relatou dificuldades em receber o dinheiro.

Mas, para além da questão econômica, fazemos um breve destaque para a dimensão social e cultural em torno da fome. Observamos constantemente a divulgação sobre os dados da fome na mídia nacional, porém não há uma discussão governamental em torno da questão. O que estamos acompanhando é o retorno do protagonismo da sociedade civil organizada, que vem se mobilizando por meio de campanhas de cunho filantrópico para amenizar as dores da fome no país.

Conclusão

Apesar de a fome ser um fenômeno que assola a sociedade brasileira desde o início da sua formação sócio histórica, nem sempre o Estado a compreendeu como uma violação do direito básico, relacionando-a à pobreza e à desigualdade social. Assim, o seu enfrentamento se deu, historicamente, por meio de ações pontuais e fragmentadas, o que

²⁹ Para mais informações ver <https://agenciabrasil.ebc.com.br/radioagencia-nacional/geral/audio/2020-12/unicef-13-das-familias-brasileiras-deixaram-de-comer-na-pandemia>

³⁰ O auxílio emergencial é um benefício instituído no Brasil pela Lei de nº 13.982/2020 que prevê o repasse de 600 reais mensais (inicialmente por três meses) a trabalhadores informais e de baixa renda, microempreendedores individuais e também contribuintes individuais do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Para mais informações acesse: <https://auxilio.caixa.gov.br/#/inicio>

nos levou a níveis recordes de pessoas em situação de fome em um país com grande potencial agropecuário e forte produção de alimentos para exportação.

Desta maneira, quando partimos da compreensão que a fome consiste numa expressão da questão social na contemporaneidade, faz-se necessário esclarecer que erradicação deste fenômeno, na sua totalidade, torna-se uma meta de inatingível, uma vez que as relações sociais desiguais são inerentes ao sistema capitalista, acentuando-se em países periféricos e dependentes como o Brasil. Assim, as políticas sociais cumprem o papel de viabilização dos direitos sociais, criando a possibilidade na promoção da justiça social, no entanto, não são capazes de erradicar a fome.

Neste horizonte, quando compreendermos que as políticas sociais são perpassadas por interesses econômicos, políticos e sociais, é possível entender que estas avançam e retrocedem à medida que se expande ou se retraia a acumulação do capital, haja vista seu caráter histórico. Destarte, em posse deste pressuposto, é possível observar que em períodos de crise no sistema capitalista, como a em voga no Brasil e no mundo, as políticas sociais se tornam objetos de fácil ataque por parte do Estado, especialmente, as políticas sociais voltadas para a pobreza e a fome.

Deste modo, conforme já mencionado, após o período de consolidação e estruturação das Políticas de Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil, iniciado em 2003 com o governo Lula, iniciou-se o processo de desmonte da SAN em 2016, no governo Temer, acentuando-se na gestão Bolsonaro, causando grandes retrocessos sociais.

Somando-se à conjuntura retrógrada no combate à fome no Brasil, fomos apanhados pela pandemia do novo coronavírus, o que agravou o quadro já em curso, haja vista a ausência do Governo Federal na gestão política e técnica da pandemia, desamparado os entes federativos e os impelindo ao protagonismo no exercício do combate à covid-19 e seus desdobramentos estratosféricos.

Nesse sentido, com a “orfandade” federal e o comprometimento no desenvolvimento das atividades humanas devido ao afastamento social, o que observamos é o impacto nas condições de vida da população, vulnerabilizando os segmentos mais pobres, e agudizando a situação de fome no Brasil.

No entanto, além da concessão de renda básica, faz-se necessária a adoção de medidas mais urgentes no combate à extrema pobreza, conforme indicado no relatório da CEPAL e da FAO, como por exemplo, as políticas de segurança alimentar e nutricional.

Por exemplo, devido ao isolamento social, vários estados e municípios restringiram as aulas presenciais, transferindo-as para o ambiente virtual, o que impossibilitou para muitas crianças e adolescentes a realização da refeição mais nutritiva do dia, ou até mesmo, a única consumida.

Assim, conforme o relatório, faz-se urgente o reforço nos programas de alimentação escolar. Mas, é necessário, também, o apoio às iniciativas de assistência alimentar da sociedade civil; crédito e subsídios produtivos à agricultura familiar, buscando dinamizar a produção e distribuição de alimentos no país, fomentando o acesso de todos à alimentação adequada, e combatendo a alta nos preços dos alimentos.

Assim, diante do projeto em curso de negligenciamento da fome no Brasil, estamos convencidos que o cenário da fome no país se acentuará, arrastando milhares de pessoas à situação da extrema pobreza. No entanto, como estamos analisando um processo ainda em curso e compreendemos que a realidade é dinâmica e complexa, não podemos, e nem temos a presunção, de esgotar esta discussão, o que nos leva a constante reflexão e estudo. Mas apostamos na correlação de forças entre sociedade civil e Estado, em torno desta da questão da fome, como possibilidade de mudança nos rumos do país.

Referências

- ALBUQUERQUE, Roberto Cavalcanti de. VELLOSO, João Paulo dos Reis. (coordenadores). *A nova geografia da fome e da pobreza*. – Rio de Janeiro: José Olympio, 2004
- BEHRING, Elaine. BOSCHETTI, Ivanete. *Política Social: fundamentos e história*. – 6 ed.- São Paulo: Cortez, 2009.
- BELIK, Walter. SILVA, José Graziano da. TAKAGI, Maya. *Políticas de combate à fome no Brasil*. In: *São Paulo em Perspectiva*, 15(4) 2001.
- BRASIL, Lei nº 11.346, de 15.09.2003. *Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional*- LOSAN. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*. Brasília, 2003.
- BRASÍLIA. *O estado da Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil: um retrato multinacional*. Relatório 2014. Brasília, DF. 2014
- CASTRO, Josué de. *Geografia da Fome* – 9ª edição. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- GRUPO DE TRABALHO DA SOCIEDADE CIVIL PARA AGENDA 2030. *Relatório Luz da Agenda 2030 de desenvolvimento sustentável: síntese*. (Brasil). [S.l.: s.n.], 2017.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional. – 23. Ed. – São Paulo. Cortez. 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Pesquisa nacional de amostras por domicílios 2009: suplemento segurança alimentar. Rio de Janeiro, 2010c.

_____. Pesquisa nacional de amostras por domicílios 2013: suplemento segurança alimentar. Rio de Janeiro, 2014.

_____. Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira: 2016 / IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais. - Rio de Janeiro: IBGE, 2016.

INSTITUTO DE PESQUISA E ESTUDOS APLICADOS (IPEA). Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. Relatório nacional de acompanhamento. IPEA, Brasília, DF, 2014.

_____. (IPEA). Sobre a evolução recente da pobreza e da desigualdade. Brasília, DF, 2009.

MARX, KARL. O Capital: crítica da economia política: livro I. Ed. Boitempo. São Paulo, 2013.

Organização das Nações Unidas (ONU) e Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL). Como evitar que a crise da covid-19 se transforme em uma crise alimentar: Ações urgentes contra a fome na América Latina e no Caribe. Roma, 2020.

Organização das Nações Unidas (ONU). Panorama da Segurança Alimentar e Nutricional na América e no Caribe. Nova Iorque, 2018.

_____. Estado da Segurança Alimentar e Nutrição no Mundo 2020. Roma, 2020.

De quem é o Brasil que aparece na tela? Uma análise sobre narrativa, poder e representação social na teledramaturgia brasileira



Luana Gabriela Ruy¹

Resumo

O presente trabalho buscou construir uma reflexão sobre as narrativas construídas na teledramaturgia sobre o Brasil e mais especificamente sobre questões que envolvem raça e racismo. A telenovela se configura como um dos principais produtos televisivos no Brasil, operando enquanto elemento simbólico e cultural, assim como potente ferramenta para a constituição de um imaginário social. Ao assumir o papel de narrar a realidade social brasileira, a telenovela pode ser compreendida como instrumento fundamental, tanto para visibilizar certos assuntos, quanto para silenciar outros. Diante disso, pretendeu-se, em um primeiro momento, refletir sobre esse papel a partir da noção de narrador desenvolvida por Benjamin (1994) e em seguida refletir sobre a concepção de Hall (2016) sobre Regimes de Representação. Pensar em narrativa é pensar na experiência daquele que narra, no caso das telenovelas, compreendeu-se que as posições de narradores estiveram circunscritas à alguns sujeitos, que historicamente, se imputaram da tarefa de narrar até mesmo a experiência de sujeito outros. Nessa perspectiva, narrar é ter o poder de falar ao grande público partindo de um determinado ponto de vista, desse modo: qual ponto de vista tem sido historicamente privilegiado? Em síntese, enquanto esses espaços não se abrirem a novas possibilidades narrativas teremos que encarar como narrativa da realidade social, ou de nação a experiência de sujeitos muito particulares e que experienciam o social de uma forma distinta, e além disso, encarmos que estes produtos sejam vendidos mundo afora com o intuito de narrar e representar o Brasil real.

Palavras-chave: Narrativa; Narrador; Poder; Representação; Teledramaturgia brasileira.

¹Graduada em Ciências Sociais pela Universidade Federal de São Carlos. Atualmente é mestranda no Programa de Pós-graduação em Sociologia da UFSCar. Pesquisadora na área de Sociologia das Relações Étnico-raciais e Sociologia das Diferenças. A presente pesquisa é orientada pelo Prof^a. Dr^a. Priscila Martins Medeiros e possui financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (nº do processo: 2019/02284-2). E-mail para contato: luuanaruy@hotmail.com

Abstract

The present study sought to build a reflection on the narratives constructed in the teledramaturgy about Brazil and more specifically on the issues involving race and racism. The soap opera is configured as one of the main television products in Brazil, operating as a symbolic and cultural element, as well as a potent tool for the constitution of a social imaginary. Assuming the role of narrating the Brazilian social reality, the soap opera can be understood as a fundamental instrument, both to make certain subjects visible, and to silence others. Given this, it was intended, at first, to reflect on this role based on the notion of narrator developed by Benjamin (1994) and then to reflect on Hall's (2016) conception of Representation Regimes. To think of narrative is to think of the experience of the narrator, in the case of telenovelas, it was understood that the positions of narrators were limited to some subjects, who historically have imputed themselves from the task of narrating even the experience of other subjects. In this perspective, narrating is having the power to speak to the general public from a certain point of view, in this way: which point of view has been historically privileged? In summary, as long as these spaces do not open up to new narrative possibilities, we will have to face as a narrative of social reality, or of the nation, the experience of very particular subjects who experience the social in a different way, and furthermore, we must consider that these products be sold worldwide in order to narrate and represent the real Brazil.

Keywords: Narrative; Narrator; Power; Representation; Brazilian teledramaturgy.

Introdução

A chegada da televisão marcou o início de uma nova era no Brasil, sobretudo na esfera cultural, embora sua chegada na década de 1950 seja de fato marcante, pode-se considerar que só em meados dos anos de 1960 a difusão do aparelho televisor foi capaz de provocar alterações significativas em algumas bases da vida social, afim de adentrar os lares e o cotidiano do povo brasileiro². Além disso os anos seguintes marcaram um período de expansão das redes televisivas por grande parte do território nacional.

Dentre os diversos canais de comunicação, consolidados ou em expansão, destaca-se o papel central da Televisão no contexto brasileiro. Esse veículo é considerado como principal instrumento de comunicação, de acordo com os dados divulgados pelo IBGE no

² De acordo com Borelli e Ramos (1991, p.55) durante toda a década de 1950 os dados demonstravam que o Brasil contava com cerca de 434 mil televisores, e que a partir de 1960 há um crescente nestes números: “Entre 1960 e 1965 há um incremento de 333% dos aparelhos em uso. Somente no ano de 1966 foram vendidas cerca de 408 mil unidades, praticamente a mesma quantidade acumulada de 1951 a 1959”.

ano de 2018, cerca de 97% das residenciais brasileiras possuem aparelho de televisão³. Esses dados revelam que mesmo depois de tantos anos a TV permanece predominantemente como o mais abrangente veículo de comunicação dos brasileiros⁴. Do ponto de vista de Santos (2010, p. 15):

Quanto à televisão (TV), esta continua como o principal canal social de comunicação massiva. De ordem material, a televisão se apresenta como item *sine qua non* ao ambiente familiar, ocupando não apenas o espaço tradicional da sala de estar, mas alcançando quase todos os cômodos da casa.

Dentre os diversos produtos televisivos a telenovela ocupa uma posição de destaque, o sucesso desse gênero está diretamente ligado à sua proposta em estabelecer diálogos e relações com o cotidiano e com a realidade social de seus receptores. Dentre os estudiosos do tema não há um consenso sobre a potência da telenovela em moldar comportamentos, no entanto, todos concordam que essas produções são eficazes ao levantar pautas entre o grande público.

No Brasil a *mídia de massa*, sobretudo as telenovelas, constroem e fomentam os principais debates entre as massas. Sendo assim, pode-se perceber que quando alguma temática é abordada de forma efetiva este tema acaba circulando nas mais diversas esferas sociais. Como bem pontuado por Lopes (2003), não nos referimos aos intelectuais e governantes, mas sim, nos referimos ao grande público de telenovelas, cuja socialização e a narrativa da nação se constroem, em grande medida, a partir destes canais de comunicação. Tendo em vista dados sobre a potência comunicativa dessas produções surgiram novos questionamentos: quando atribuímos às telenovelas o caráter de narradoras da nação estamos destinando à essas produções parte da responsabilidade de contar a história da sociedade brasileira. Como se constrói essa narrativa? E além disso, quem tem poder para construir essa narrativa?

³ E de acordo com os dados divulgados pelo Instituto brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no ano de 2018, 96,4% dos domicílios brasileiros possuem aparelho de televisão em uso. Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/materias-especiais/20787-uso-de-internet-televisao-e-celular-no-brasil>. (Acessado 12/08/2020)

⁴ Com isso não se pretende, de forma alguma, desconsiderar o avanço das mídias digitais, mas pontuar que a televisão carrega, desde seu estabelecimento, certa capacidade em adaptar-se às novas demandas de seus espectadores. E ao longo de todos esses anos vem se transformando, sobretudo, no que diz respeito aos grandes avanços tecnológicos. No presente trabalho estaremos atentos a todas essas mudanças, mas pontuo também que é objeto de investigação as permanências e/ou insistências sentidas principalmente nas narrativas ficcionais.

Diante disso, as reflexões sobre Representação (HALL, 2016) e Narrativa e Narrador (BENJAMIN, 1994) muito dialogam com o debate e contribuem para a investigação das narrativas veiculadas na grande mídia brasileira. As telenovelas brasileiras atingem um grande número de pessoas, esse impacto é ainda maior, levando em conta a posição que ocupam no cenário internacional – tendo em vista que se consagraram enquanto importantes produtos de exportação já na década de 1970. Em muitos casos o sucesso alcançado pelas telenovelas pode ser compreendido a partir da chamada virada estética dessas produções, pois é justamente esta nova linguagem considerada *tipicamente brasileira* que garantiu o destaque das produções brasileiras.

O gênero não é uma criação propriamente brasileira, embora faça parte de nosso cotidiano desde muito cedo. A primeira exibição data o ano de 1951, naquele momento as tramas consistiam em adaptações de textos latino-americanos, foi apenas entre os anos de 1970 e 1980 que a telenovela se consagrou *tipicamente brasileira*. Do ponto de vista de Mendes (2012) essa era uma necessidade dos espectadores brasileiros, pois as telenovelas anteriores eram, em sua grande maioria, ambientadas em países estrangeiros e narravam acontecimentos que pouco tinham ligação com a realidade vivida pelos brasileiros, e por este motivo os espectadores brasileiros não se sentiam envolvidos pelas tramas. De certo modo, naquele momento os espectadores brasileiros ansiavam por uma certa aproximação com a realidade social do país. De forma resumida os primeiros anos da teledramaturgia brasileira podem ser descritos da seguinte forma:

Todo esse processo marcado por mudanças e aperfeiçoamentos na produção da telenovela pode ser sintetizado da seguinte forma: os anos 50 foram marcados pela importação e adaptação do gênero; no final da década de 60 são iniciadas experiências de produção própria, local; nos anos 70 cria-se uma nova concepção do gênero com investimentos na produção do mesmo a partir da criação de uma nova emissora; e os anos 80 constituem um período de consolidação e consagração da telenovela como gênero televisivo nacional que detém um estilo particular. (GOMES, 1998. apud MENDES, 2012, p.26):

Neste cenário surgiu a TV Globo, inaugurada cerca de quinze anos após a chegada da televisão no Brasil. De acordo com Santos (2010) tal atraso não foi sentido, uma vez que estavam atualizados e haviam planejado sua entrada no meio televisivo. No entanto seu sucesso – considerando que hoje é a maior emissora de televisão brasileira – não foi

imediatos⁵. Ainda em 1965 vai ao ar a primeira novela produzida pela Rede Globo, neste primeiro momento a emissora insistiu importação de textos, enquanto que as demais emissoras já experimentavam novos estilos⁶.

Diante da necessidade de modernizar e alterar os enredos a TV Globo, contratou Daniel Filho para o cargo de Produtor Geral de Teledramaturgia, a partir daquele momento a emissora alterou a linguagem de suas produções, e buscou pela aproximação de seus enredos com o que se entendia como realidade social brasileira. Do ponto de vista de Campos (2002) tal proposta de aproximação com o cotidiano contribuiu para a consolidação da telenovela enquanto principal produto da Indústria cultural brasileira. De forma resumida, os profissionais do meio dramático encaram que o principal objetivo da chamada *linguagem tipicamente brasileira* era promover a representação do real, estabelecendo paralelos com o cotidiano de seus receptores, construindo uma relação de intimidade. Além disso, tais alterações alinhadas às avançadas técnicas de filmagem, são alguns elementos que justificam a curva crescente vivida pela teledramaturgia brasileira nos anos seguintes. A inovação e modernização proposta pelo gênero, além de alavancar a Rede Globo no Brasil a lançou também para o cenário internacional. Naquele momento, as telenovelas assumiram, em grande medida, o papel de narradoras da nação ao buscarem essa aproximação com seus espectadores.

Diante disso, esse estudo tem como objeto de reflexão, tanto o papel desempenhado por esses narradores, quanto a própria narrativa nessa *linguagem tipicamente brasileira*. Sendo assim, pretende-se estabelecer diálogos entre a noção de narrativa, o papel de narrador, e o caso particular das telenovelas brasileiras. Além disso, contaremos com as reflexões vindas dos Estudos Culturais e Pós-Coloniais, partindo do conceito de Representação proposto por Hall (2016), como ferramenta fundamental para refletirmos em torno de todo o processo de construção de narrativas e dos códigos culturais que se estabelecem naquele momento, e que em grande medida, influenciam produções contemporâneas. Em linhas

⁵ Como bem pontua Santos (2010, p.16): “De fato, o sucesso global não começou no momento da inauguração da emissora. Mesmo com toda a sua qualidade técnica, a TV Globo amargou um início longe da liderança e demorou a conquistar a audiência que já estava acostumada a assistir outros canais. Além disso, a nova emissora iniciou seus trabalhos sem inovação, com uma programação convencional.”

⁶ Emissoras como a TV Tupi e a TV Excelsior neste primeiro momento se configuraram como principais concorrentes na produção de telenovelas, e já experimentavam estilos realistas e focalizavam a necessidade dos espectadores brasileiros (SANTOS, 2010)

gerais, buscamos compreender de que maneira determinados sujeitos e suas experiências são narradas por estes produtos televisivos.

1. A telenovela e o narrador: uma análise sobre a narrativa ficcional brasileira

Do ponto de vista de Benjamin (1994) ocupamos sempre uma posição de distanciamento frente ao narrador. No caso das telenovelas, uma história é contada durante meses, mas mesmo assim nos mantemos distantes de seu narrador, no entanto, de alguma maneira existe um sentimento que parece aproximar os ouvintes de determinada trama. As narrativas veiculadas pela dramaturgia brasileira tiveram de passar por um longo processo de reformulação que teve como principal objetivo possibilitar uma relação próxima entre seus espectadores e as histórias narradas.

A teledramaturgia no Brasil, em um primeiro momento insistiu na importação de textos, o que não gerou o envolvimento necessário para consolidação do gênero no país. Isso ocorreu, pois os espectadores não se sentiam próximos das narrativas, não se envolviam com a linguagem, não sentiam familiaridade com o ambiente em que as novelas se passavam, dentre outros pontos. De certa forma, ao que parece os espectadores brasileiros esperavam por narrativas que contassem um pouco sobre eles, sobre a realidade deles, ou seja, sobre o Brasil em que viviam.

Foi quando deixei de imitar a história estrangeira e comecei a fazer a brasileira. Quando deixei de imitar a problemática de um toureiro e comecei a fazer a história de um jogador de futebol. O nosso gangster é o Mineirinho. Esse tipo de coisa nos trouxe não só qualidade, mas trouxe também verdade. E assim acho que trouxe cultura para a novela. A televisão deve ser um espelho que mostre a verdade em que você vive. Então a televisão é a sua realidade. [Trecho de uma entrevista realizada com Daniel Filho, produtor geral de teledramaturgia da Globo]. (*apud* ORTIZ, 2001, p.178)

Essa fala de Daniel Filho marcou o processo de reorientação das telenovelas, consagrando então um estilo realista. Podemos compreender esta virada estética também a partir de uma lógica economicista, considerando que as emissoras de televisão se deram conta de que o que é tido como o real é mais vendido do que a pura fantasia. Deste modo, é essencial compreender que as novelas que assumiam propostas mais realistas foram as que melhor adequaram à demanda do grande público. Nesse momento, portanto, devemos

nos questionar sobre: De que maneira essa narrativa (da realidade) vem sendo construída? E além disso, quem é o narrador e quem é o narrado? Ou seja, quais relações de poder se sobressaem a partir dessa possibilidade de contar sobre o real?

De acordo com Benjamin (1994, p. 198) narrar é intercambiar experiências, deste modo, o narrador fala sobre suas experiências, fala sobre o que ele viveu ressaltando o que considera fundamental para determinada narrativa. No caso das telenovelas, quem tem ocupado espaço do narrador? Ou seja, a partir de quais experiências a realidade social brasileira tem sido narrada historicamente?

Obviamente, uma narrativa não tratará de toda a realidade, e também não é isso que se espera das telenovelas, no entanto, essa proposta narrativa poderia, em grande medida, dialogar com debates sociais fundamentais para a compreensão da realidade e da história de formação da sociedade brasileira. Conforme pontuado por Acevedo e Nohara (2008, p. 128) investigações do impacto social e cultural das mensagens veiculadas na grande mídia são fundamentais pois, os sistemas simbólicos podem trazer em seu âmago ideologias de grupos dominantes, podendo assim, contribuir para reprodução e legitimação das relações de dominação e exclusão social. Desse modo, o ponto central é que o poder de narrar – ao menos em nível tão potente quanto o que as telenovelas assumem – esteve historicamente concentrado em algumas mãos.

Narrativa e experiência caminham juntas, e nessa perspectiva é possível considerar que no caso da teledramaturgia brasileira a experiência de alguns sujeitos é contada, enquanto que a de outros sujeitos tem sido historicamente silenciada. Toda a narrativa apresenta uma versão, ou seja, um ponto de vista, com um determinado viés, e é contada a partir experiência do narrador. Autores, produtores e diretores das novelas são, portanto, elementos essenciais para compreendermos os tipos de narrativas que são veiculadas, assim como, para quem essa narrativa é direcionada, quando é, e para que serve.

Além disso, a narrativa carrega em sua natureza, como é pontuado por Benjamin (1994), uma dimensão utilitarista, seja um conselho, um ensinamento moral ou até mesmo uma norma de vida. A partir disso, pode-se considerar que as novelas possuem determinadas propostas e são veiculadas em determinados momentos justamente por este caráter utilitário que carregam em si. No caso, essas produções assumem o papel de narrar a nação, de modo que suas narrativas estejam (ao menos se pensam desta forma) em diálogo com a realidade social brasileira, trabalhando na difusão de normas de vida, padrões de

consumo, costumes e carregando sempre um conteúdo moral. Essas características podem ser incorporadas pelas nossas identidades, por exemplo, e contribuem também para a legitimação de certos ideários, como por exemplo, a concepção de uma identidade nacional.

As telenovelas do início da década de 1970 mergulhadas em um contexto de autoritarismo e um ideário nacionalista sinalizam um forte diálogo com os preceitos dos governantes da época. É imprescindível refletir sobre o período de ditadura militar, e especificamente sobre o regime de censura vivenciado pelos meios de comunicação daquele período. Resumidamente, naquele momento o Estado: “Reconhece, portanto, que a cultura envolve uma relação de poder, que pode ser maléfico quando nas mãos de dissidentes, mas benéfico quando circunscrito ao poder autoritário.” (ORTIZ, 2001, p.116). Isso quer dizer que se percebe a importância de o Estado atuar conjuntamente com as esferas culturais e exercer ali seu poder. De acordo com Hamburger (2005) os militares encontraram, especificamente na televisão, uma chance de vocalizar seus ideários e, assim, promovê-los: “Os militares definiram o desenvolvimento de uma política de “integração nacional”, que incluía o investimento em infraestrutura tecnológica para a televisão, como prioridade do governo” (HAMBURGER, 2005, p. 25).

Em resumo, pode-se pontuar que, naqueles anos, o Estado buscou interferir quase que diretamente na programação das emissoras de televisão. As produções culturais passavam por um filtro, de modo que o Estado tivesse controle sobre todos os conteúdos e informações que adentrariam os lares brasileiros. Diante desse recorte, muito se debateu sobre o protocolo de autocensura assinado pela TV Globo e pela TV Tupi no ano de 1973. Do ponto de vista de Santos (2010) que a posição adotada, sobretudo no caso da TV Globo, tenha sido uma ferramenta decisiva para que emissora atingisse o nível de sucesso experimentado até a contemporaneidade.

Diante disso, a Rede Globo, nos anos de ditadura militar, consolidou-se como principal emissora de televisão por todo o território nacional. É importante ainda pontuar que apesar de a emissora, a partir de protocolo assinado, ter certa autonomia, ainda assim, diversas cenas de suas novelas eram cortadas às vésperas de irem ao ar. Entretanto, não se pode ignorar o fato de que a Rede Globo ganhou sim, um certo fôlego – em um sentido econômico, principalmente – e viveu naquele período os anos de fundamentais para sua consolidação no mercado cultural, em contradição ao que se esperaria de um período de censura aos grandes veículos de comunicação. De acordo com Miceli (1972), Caparelli

(1982), Ortiz (2001) e Santos (2010), esse acordo sinalizou a vontade de conquistar o mercado a qualquer custo, nesse caso, aceitando cumprir os compromissos estabelecidos pelo Estado Militar, ou seja, de que as emissoras de televisão aceitassem controlar seus programas por considerarem manter um pacto com os militares como uma condição para seu sucesso econômico.

Em linhas gerais, essa sessão buscou retomar alguns pontos que auxiliam a compreender a importância em localizarmos determinadas narrativas. A Televisão, especificamente as telenovelas ocupam posições centrais na sociedade brasileira, e quando estas produções se encarregam do papel de narrar a realidade social ou de narrar a nação, é importante mapear as especificidades de tais narrativas e os motivos pelos quais elas dizem apenas sobre realidades muito específicas, pois contam da experiência de sujeitos pontuais:

Toda narrativa articula alguns elementos, como: quem narra, o quê narra, por que narra, como narra, para quem narra, quando narra... As formas - quase infinitas - de articulação entre esses elementos resultam do uso de códigos culturais (linguagem, estilo, gênero literário etc.) à disposição dos autores, em determinada época, e, também, da contribuição individual oferecida por cada autor, ao escolher os códigos que utilizará em sua narrativa, e os modos como o fará. O uso desse espaço é individual. (AMADO, 1995, p. 133).

Daqui em diante a ideia é compreender como estas narrativas ficcionais, mas que se assumem enquanto narradoras da realidade social, representaram historicamente população negra, suas disputas e conquistas sociais.

1.1. Experiência e narrativa: compreendendo a representação do sujeito negro e a presença do debate racial na telenovela brasileira

A população negra tem sido, ao longo dos anos, pouco ou mal representada nas telenovelas brasileiras, geralmente as representações se dão de formas caricatas e permeadas por estereótipos que operam a partir de uma lógica biologizante, tais representações parecem dialogar com o que Fanon (2008) considerou como processo de racialização. Do ponto de vista de Medeiros (2018):

Quando se fala em racialização faz-se referência aos processos históricos e sociais que estabelecem significados a determinados indivíduos e grupos. O que ocorre nesse processo é uma biologização de ideologias racistas, cristalizando-as no corpo e na história dessas pessoas e transformando-as em verdades corporificadas. Esses processos ocorrem no interior das

instituições cotidianas, nas ações e nos silêncios” (MEDEIROS, 2018, p.3).

Resumidamente, o processo de racialização tem como efeito a negação dos atributos da humanidade, de modo que o negro, seria lançado a uma *zona de não-ser* (FANON, 2008).

Quando nos referimos às telenovelas exibidas nos anos 1960,70 e 80, de acordo com Araújo (2004), é possível notarmos que o número de personagens negros atuando é insignificante, e quando presentes desempenhavam apenas papéis secundários. As representações mais frequentes eram de escravizados, malandros ou de trabalhadores que na trama apenas desempenham relações com seus patrões – representados, em sua grande maioria, por não-negras. Nos anos de 1980 o cenário começa a ser alterado, grande parte das mudanças do período, estiveram, em grande medida, associadas às reivindicações dos movimentos militantes, que reivindicavam, de uma forma geral, uma maior e melhor representação do negro na mídia.

Acevedo e Nohara (2008), apontam que o número de personagens negros atuando em telenovelas aumentou nos anos 2000 em comparação com os anos anteriores. De acordo com os dados divulgados pelo GEMAA (IESP-UERJ) as novelas produzidas pela Rede Globo entre os anos de 1995 e 2014 possuem em média 90% de seus elencos compostos por atores e atrizes brancos⁷. Mas, ainda estamos tratando de um aumento pouco representativo, visto que o Brasil é um país que possui a maioria de sua população autodeclarada Preta e Parta⁸. No entanto, neste momento pretendemos nos distanciar das análises puramente quantitativas sobre a representação do negro na teledramaturgia brasileira, colocando em questão de que maneira estes sujeitos aparecem nas telenovelas brasileiras.

De acordo com Araújo (2008) as produções contemporâneas permanecem ancoradas no mito da democracia racial, ou seja, continuam negando a existência de um preconceito baseado na cor, assim como parecem manter intacta a ideologia do embranquecimento. As produções televisivas permanecem, portanto, ancoradas na lógica

⁷ No infográfico “A raça e o gênero das novelas nos últimos 20 anos”, o Gemaa analisou ao todo 101 novelas, levadas ao ar no período de 1995 a 2014. Disponível em: bit.ly/GemaaNovelas (Acessado em 31/08/2020)

⁸ Segundo o IBGE, os negros (pretos e pardos) eram a maioria da população brasileira em 2014, representando 53,6% da população. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2015/12/04/negros-representam-54-da-populacao-do-pais-mas-sao-so-17-dos-mais-ricos.html> (acessado em 04/05/2017) (Acessado em 20/07/2020)

colonial, nos termos de Hall (2016) permaneceriam operando dentro de um *Regime de representação*.

A ideia de Representação proposta por Hall (2003) é central para compreendermos a potência dos discursos veiculados pelas telenovelas. Para explicar tal conceito o autor se baseia na noção de cultura, compreendendo-a como um espaço heterogêneo, baseado em conflitos e negociações, e no qual conjuntos de significados são incessantemente construídos e partilhados por meio dos discursos. Segundo Hall, é através do uso que fazemos das coisas, do que dizemos, pensamos e sentimos, que atribuímos significados, que são atribuídos de acordo com uma estrutura de interpretação que os sujeitos trazem consigo. Deste modo, o autor coloca ainda que os significados dados à determinados objetos/pessoas/eventos não estão postos no objeto, mas sim, correspondem à uma rede de significados construída socialmente.

Quando pensamos o caso do negro e todas as suas significações, podemos dizer que, de acordo com Hall (2003), os signos produzidos sobre o *ser* negro estão postos na concepção das diferenças. A ideia de cadeias de significados, pensadas no discurso, operam na chave da diferença, ou seja, são utilizadas para demarcar a diferença. Para Hall (2003) as cadeias de significados não estão fechadas, ou seja, não se apresentam prontas, mas são alocadas no momento do discurso e essa compreensão das diferenças que atribui determinados significados entre os significantes.

Deste modo, estamos considerando que o *negro brasileiro* é construído discursivamente pelos não-negros, ou seja, que os significados em torno dos sujeitos são alocados, em grande medida, a partir das narrativas veiculadas. Compreende-se, portanto, a potência de certas narrativas para a construção de uma realidade, no caso da teledramaturgia, é importante pontuar que ao se utilizarem de estereótipos e buscando focar em atributos biológicos acabam, de certo modo, a fixar esses sujeitos e racializá-los. Posto isso, entende-se que as frequentes representações estereotipadas desempenham uma função claro neste jogo das diferenças: um “eu” fixando um “outro”.

De acordo com a concepção formulada por Bhabha (1998, p. 107) os estereótipos racializados consistem em um modo de representação da diferença. Sendo assim, é possível considerar que as narrativas veiculadas a partir da teledramaturgia operam a partir destas estratégias representacionais:

O estereótipo não é uma simplificação por que é uma falsa representação de uma dada realidade. É uma simplificação por que é uma forma presa, fixa, de representação que, ao negar o jogo da diferença (que a negação através do Outro permite), constitui um problema para a representação do sujeito em significações de relações psíquicas e sociais. (BHABHA, 1998, p. 117)

Os estereótipos são mecanismos para a perpetuação das relações de poder e dominação. Desse modo, podemos compreender que a presença de certos estereótipos raciais nas telenovelas sinaliza certos resquícios do discurso colonial utilizado no passado como demarcador da diferença. É comum que a imagem dos negros apareça sempre associada à servidão e, paradoxalmente, também são frequentes representações do negro baseadas no estereótipo de preguiçoso. Ainda que contraditórias estas duas imagens, incessantemente exploradas por diversos meios de comunicação. De acordo com Hall (2016, p.170):

O primeiro era o *status subordinado* e a *preguiça inata* dos negros, *naturalmente* nascidos e aptos apenas para a servidão, mas, ao mesmo tempo, teimosamente indispostos a trabalhar da forma apropriada a sua natureza e rentável para os seus senhores. (HALL, 2016, p. 170)

Do ponto de vista de Hall (2016) as imagens são extremamente potentes, mas não carregam significados ou “significam” por conta própria, isso porque, elas ganham significado quando são lidas no contexto, umas em contraste com as outras ou todas relacionadas entre si. As imagens – acumulam e eliminam significados face às outras por meio de uma variedade de textos e mídias. No entanto, em um sentido mais amplo, se “diferença” e a “alteridade” são representadas em uma determinada cultura, em um dado período, pode-se perceber que figuras representacionais semelhantes serão repetidas, com variações de um texto ou local de representação para outro. Essa acumulação de significados em diferentes textos, em que uma imagem se refere à outra ou tem seu significado alterado por ser “lida” no contexto de outras imagens, chama-se *intertextualidade*. Em resumo, de acordo com Hall (2016, p.150): “Todo repertório de imagens e efeitos visuais por meio dos quais a “diferença” é representada em um dado momento histórico pode ser descrito como *Regime de representação*.”

Quando analisamos telenovelas devemos considerar alguns pontos como centrais e até norteadores das análises, o principal deles refere-se à essa ideia de *naturalização da diferença*. Deste modo, as constantes as relações de trabalho (patrão branco/empregado

negro) sinalizam uma tentativa em demarcar e fixar os negros em um determinado regime de representação. Para Hall (2016, p. 171): “A naturalização é, portanto, uma estratégia representacional que visa fixar diferença e, assim ancora-las para sempre. É uma tentativa de deter o inevitável *deslizar* do significado para assegurar o *fechamento* discursivo ou ideológico.” A prática de naturalizar a diferença foi típica dessas políticas racializadas de representação.

Conclusão

O presente trabalho encara a telenovela como instrumento das práticas representacionais. Sendo extremamente poderosa para a construção dos sentidos em circulação na sociedade. Hall (2016, p.143) em suas reflexões sobre representação, argumenta que não há um significado verdadeiro, pois, vários significados são possíveis, em seus termos: “O significado *flutua*. Não há como mantê-lo fixo. Acontece que a tentativa de *fixação* é o trabalho de uma prática representacional que intervém nos vários significados potenciais de uma imagem e tenta privilegiar um deles”.

A partir das reflexões propostas por Hall (2016), é possível considerar que as narrativas construídas pelas telenovelas brasileiras buscam privilegiar algum significado. Do ponto de vista de Araújo (2004); Acevedo & Nohara (2008) e Ferreira & Silva (2017) a invisibilidade do negro, do racismo e das questões étnico-raciais nestas produções de fato carregam significados, que operam como instrumentos de exclusão de determinadas populações, assim como contribuem para o silenciamento de determinadas questões ao se concretizar como uma narrativa sobre o Brasil. Desse modo, a ausência dos sujeitos e do debate racial nessas narrativas impossibilita, em grande medida, o reconhecimento e a intensificação da discussão sobre as questões étnico-raciais entre o grande público. Para além disso, ao se assumirem a partir da negação de determinados sujeitos e disputas essas produções parecem manter certas articulações com o imaginário de que no Brasil viveríamos uma *democracia racial* e, que por este motivo, não se trabalha ou se representa determinadas questões, afinal, da experiência de onde essas narrativas geralmente partem não há uma questão a ser resolvida nessa esfera da vida social.

De acordo com Silva (2016) as narrativas, sejam elas fáticas ou fictícias, tem como ponto de partida as próprias experiências de vida, sendo assim, determinadas experiências

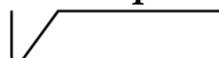
estão sendo narradas, enquanto outras, permanecem intocadas no âmbito televisivo. Isso está diretamente relacionado a concepção de narrativa, pois para estes narradores é possível dizer apenas sobre sua vivência, ou ao menos, não sendo possível narrar, com a potência necessária, sobre experiências que não detém. O presente debate é fundamental sobretudo para os estudos que buscam pensar a representação dos sujeitos nas narrativas veiculadas pelos grandes canais de televisão. Sem uma revisão das narrativas que são vocalizadas por esses veículos de comunicação o caminho para se atingir um grau de representação considerável pode ser um pouco mais lento e tortuoso. É preciso compreender que a representação não está apenas nas imagens, como é o caso de pensarmos sobre quantos protagonistas negros vimos nas novelas, mas sim, em compreendermos que uma só narrativa não é suficiente para captarmos os mais diferentes lados do que é de fato o Brasil, ou melhor, para compreendermos que há diferentes versões de Brasil e que todas devem caber nas concepções de realidade.

Referências

- ACEVEDO, C. R. A. NOHARA, J. J. *Interpretações sobre os retratos dos afro-descendentes na mídia de massa*. Revista de Administração Contemporânea, p. 119-146, Curitiba, 2008.
- ALVES, A. C. *A nova abordagem racial da telenovela brasileira: ruptura ou confirmação do mito da democracia racial?*, Estudos de Sociologia [S.l.], v. 1, n. 18, mar. 2013
- AMADO, Janaína. *O Grande Mentiroso: tradição, veracidade e imaginação em História Oral*. São Paulo: UNESP, 1995.
- ARAÚJO, J. Z. *A negação do Brasil. o negro na telenovela brasileira*. 2.ed. São Paulo: Senac, 2000.
- BARRETO, R. G. *Comunicação, educação e consumo: a telenovela Lado a Lado e a questão do negro no Brasil*. 2004. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – PPGCOM /ESPMSP, 2004.
- BENJAMIN, Walter. *O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov*. In: BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 197-221.
- BHABHA, H. K. *O local da cultura*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.
- _____. *Nation and narration*. London: Routledge, 1990.
- COSTA, S. *Desprovincializando a sociologia, a contribuição pós-colonial*. Revista Brasileira De Ciências Sociais - Vol. 21 Nº. 60, 2006.
- COUCEIRO DE LIMA, S. *Reflexos do "racismo à brasileira" na mídia*. Revista USP, São Paulo, n.32, 1997.
- FANON, F. *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador, EDUFBA, 2008.

- FREYRE, G. *Casa-Grande & Senzala*. Editora Record, Rio de Janeiro, 34ª edição, 2008.
- GRIJÓ, W. P.. SOUSA, A. H. F. *O negro na telenovela brasileira: a atualidade nas representações*. Estudos de comunicação n°11, p.185-204, 2012.
- GRIN, M. *Modernidade, identidade e suicídio: o "judeu" Stefan Zweig e o "mulato" Eduardo de Oliveira e Oliveira*. Topoi. vol.3, n.5, pp.201-220, 2002.
- HALL, S. *Da diáspora: Identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.
- _____. *Cultura e representação*. Tradução Daniel Miranda e William Oliveira. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio: Apicuri, 2016.
- LOPES, M. I. *Telenovela brasileira: uma narrativa sobre a nação*. Comunicação & Educação, (26), 17-34, 2003.
- MEDEIROS, P.M. *Rearticulando narrativas sociológicas: Teoria social brasileira, Diáspora africana e Desracialização da experiência negra. 41º Encontro anual ANPOCS*. Caxambú, 2017.
- _____. *A produção na área de Relações raciais: uma análise teórico-metodológica das pesquisas brasileiras (2001-2017). 42º Encontro anual ANPOCS*. Caxambú, 2018.
- MUNANGA, K. *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil. Identidade nacional versus identidade negra*. 1997. (Tese de Livre-Docência em Antropologia), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, São Paulo, 1997.
- ORTIZ, R. *A moderna tradição brasileira. Cultura brasileira e Indústria Cultural*. Editora brasiliense. 5ª edição. São Paulo, 2001.
- SILVA, M.A.M. *A cultura na esteira do tempo*. São Paulo em Perspectiva. Fundação Seade, V.15, N.3, jul/set/2002, p. 102-112
- TROUILLOT, Michel-Rolph. *Silencing the past: power and the production of history*. Editorial Comares, 2017.

Mapeando a transversalidade de gênero em políticas sociais: Um estudo no município de Seropédica, Baixada Fluminense – RJ



Isabelly Andrade de Oliveira¹
Tatiane de Oliveira Pinto²

Resumo

Apresentamos neste artigo resultados do projeto de pesquisa-ação intitulado “A transversalidade de gênero em políticas sociais: mapeando ações no município de Seropédica – RJ”, realizado no período de agosto de 2019 a julho de 2020, cujo objetivo foi identificar a transversalidade de gênero, a partir das ações da Política Social de Assistência desenvolvida no município de Seropédica, localizado na Baixada Fluminense, RJ. Nossas inferências apontam para a ineficiência nas políticas sociais que ‘transversalizam’ gênero no município de Seropédica, cujas ações possuem um caráter emergencial e focalizado e, assim, não oportunizam uma real mudança na realidade social dos sujeitos envolvidos de maneira mais ampla e contínua.

Palavras-chave: Transversalidade; gênero; políticas sociais; Seropédica; Baixada Fluminense.

Abstract

In this article we present the results of the action research project entitled “Gender mainstreaming in social policies: mapping actions in the municipality of Seropédica - RJ”, carried out from August 2019 to July 2020, whose objective was to identify gender mainstreaming, based on the actions of the Social Assistance Policy developed in the municipality of Seropédica, located in Baixada Fluminense, RJ. Our inferences point to the inefficiency in social policies that ‘mainstream’ gender in the municipality of Seropédica, whose actions have an emergency and focused character and, thus, do not provide a real change in the social reality of the subjects involved in a broader and more continuous way.

Keywords: Transversality; gender; social policies; Seropédica; Baixada Fluminense.

¹ Discente do curso de graduação em Serviço Social da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Bolsista do Programa de Bolsas Institucionais em Pesquisa em Direitos Humanos 2019– PROEXT/UFRRJ E-mail: isabelly.andrade20@hotmail.com.

² Doutora em História Política e Bens Culturais pelo CPDOC – FGV. Professora do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. E-mail: oliveira.tatianede@gmail.com.

Introdução

Apresentamos neste artigo resultados de estudo realizado no período de agosto de 2019 a julho de 2020, produto da pesquisa-ação intitulada “*A transversalidade de gênero em políticas sociais: mapeando ações no município de Seropédica – RJ*”, cujo objetivo foi identificar a transversalidade de gênero, a partir das ações da Política Social de Assistência desenvolvida no município de Seropédica, Baixada Fluminense, RJ. Deste modo, trata-se de um estudo que se desdobrará em atividades de intervenção, com foco em gênero e políticas sociais.

Para entender a nova globalização e seu impacto sobre as pessoas da classe trabalhadora é preciso uma compreensão analítica de gênero, como afirma Kessler-Harris (2006). Nas palavras de Connel apud Kessler-Harris (2006), o gênero mudou a competição da força de trabalho e ‘forçou’ as famílias a acomodação de novas realidades econômicas, subverteu a ideologia do homem como provedor e desafiou os locais de trabalho para desenvolver novas regras para atender a uma força de trabalho muito diferente. Rotineiramente, aprendemos a usar gênero para naturalizar e impor hierarquias de poder e privilégio e também utilizamos, com frequência, cruzamentos de questões entre os espaços público e privado. Neste sentido, Picanço (2005) mostra que as transformações nas práticas de gênero, também alteram as definições daquilo que se espera de homens e mulheres. Existe um processo de “descolamento” de valores tradicionais sobre o ser homem e o ser mulher na sociedade. A partir desse processo, as definições dos papéis masculinos e femininos também apresentam um novo significado, além da alteração do impacto do trabalho feminino sobre a vida familiar, sobre a vida das mulheres e sobre políticas públicas de gênero.

Para Santos (2014), a respeito das demandas de gênero, há um caráter contraditório nas formulações das políticas sociais: a configuração de políticas para as mulheres não incorpora os avanços dos estudos de gênero como algo histórico, cultural e não fixo, além e reiteram os lugares tradicionais de gênero, localizando e mantendo-as exclusivamente na condição de domesticidade e reprodução social.

Ao longo do texto, pretendemos apresentar nossas percepções e inferências acerca da realidade estudada no município de Seropédica, na Baixada Fluminense - RJ. Cabe

pontuar que nossas indagações finais também se referem ao período pós-pandemia, considerando que nosso estudo foi atravessado, em sua fase final, pelas medidas de distanciamento social como principal ação preventiva do novo Coronavírus, impactando, inclusive na finalização da coleta de dados. Se já era desafiador pensar políticas sociais com foco na categoria gênero, no período pandêmico e no pós-pandemia, essa demanda se tornará ainda mais urgente.

1. Compreendendo o conceito de transversalidade de gênero

Pensar gênero como uma categoria de análise nos leva a refletir sobre uma ‘realidade social de gênero’, em que as relações são estabelecidas pelos antagonismos sociais entre homens e mulheres, com seus valores e significados, seus espaços ocupados, tarefas e atribuições pautadas na diferenciação sexual. E essas mesmas relações são perpassadas por um ideário de poder e desigualdades baseadas em diferenças, hierarquias e significados divergentes do feminino e do masculino. De modo particular, a questão da desigualdade de gênero foi temática de grandes discussões no meio político e acadêmico, além de atravessar muitas intervenções institucionais durante todo o século passado. Segundo Scott (1995), o conceito de gênero tem duas proposições: 1) é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e 2) é uma forma primária de dar significado às relações de poder. Para a autora, uma nova forma de se pensar essas questões abrirá oportunidade para a reflexão sobre as atuais estratégias política feministas, uma vez que ela sugere que o gênero deve ser redefinido e reestruturado juntamente com uma visão de igualdade política e social que inclua não somente o sexo, mas outras categorias como classe e raça.

Segundo Carloto e Lisboa (2012), o debate e a reflexão no âmbito acadêmico a partir da perspectiva de gênero colaborou para repensarmos como têm sido abordadas tradicionalmente as noções de cidadania, desigualdade e de justiça social. Nessa perspectiva o Serviço Social tem realizado uma análise crítica, em especial, ao viés liberal dessas noções sem examiná-las, de forma mais profunda, a partir da perspectiva feminista de gênero. O que se percebe é que há um certo preconceito em relação ao tema ao ser incluído no bojo da pós-modernidade e do culturalismo, de maneira a desqualificá-lo. A esse respeito, Carloto e Lisboa (2012) afirmam:

Inicialmente, é importante destacar que a discussão e primeiras produções sobre a condição de dominação-exploração das mulheres se dá pelas feministas do campo marxista-socialista. Segundo, a dominação das mulheres é anterior ao capitalismo. Terceiro, Estudos de Gênero é um campo de conhecimento em construção e que tem sido influenciado sim pelas teorias pós-modernas, mas também tem sido construído pelas teorias do campo marxista e materialista histórico. Neste último, a categoria central é a divisão sexual do trabalho. (...) O que une todas é compreender e explicar, de um lado, como essas relações são construídas e mantidas e, por outro, contribuir para o fim de relações de dominação, exploração de gênero, classe, raça e etnia (CARLOTO e LISBOA, 2012, p. 09).

Guardadas essas observações, procuramos demarcar o processo de elaboração do próprio conceito e em como é possível realizar articulações, de modo que políticas e ações do Estado também sejam permeadas por essas interpelações e desafios quando se trata de buscar uma equidade entre os gêneros feminino e masculino. De acordo com dados do Banco Mundial (2001), a igualdade de gênero é um elemento importante para o aumento do bem-estar econômico e social, bem como para a redução da pobreza. Em se tratando do campo das políticas sociais, é importante mencionar que os ideais feministas influenciaram a implementação de importantes políticas públicas, como o Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher (1983) e as Delegacias Especiais de Atendimento às Mulheres (1985), assim como a criação dos Conselhos Estaduais da Condição Feminina (1983), conforme consta no IBAM (SILVA et al, 2015).

Conforme definição do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, para o período de 2013 a 2015, a transversalidade das políticas de gênero é, ao mesmo tempo, um construto teórico e um conjunto de ações e de práticas políticas e governamentais. Os planos propõem um processo amplo e complexo de participação social e atuações intersetoriais, otimizando os recursos e garantindo sua aplicação em políticas com a finalidade de reduzir as desigualdades entre mulheres e homens. A transversalidade de gênero pode ser entendida como a inserção da noção de gênero no eixo central de atuação do Estado, com o objetivo de garantir que todas as ações governamentais considerem a perspectiva de gênero (SERRA, 2006). O conceito “*gender mainstreaming*” se difundiu, principalmente, a partir da IV Conferência Mundial de Mulheres, realizada em Pequim, em 1995. No Brasil, foi traduzido como transversalidade de gênero e adotado como um dos fundamentos da atuação da Secretaria de Políticas para Mulheres. Inserir o termo na gestão das políticas públicas significa atuar, ao mesmo tempo, em três frentes: no fomento da articulação

intersetorial das ações no campo das políticas públicas, na promoção da cooperação entre as diferentes esferas de governo (federal, estadual e municipal) e no estímulo à cooperação entre indivíduos e instituições das esferas pública e privada.

Marcondes et al (2018), de maneira bem detalhada, explicitam a estruturação dessas políticas que, na verdade, só começam a ser desenvolvidas no início dos anos 2000, com a criação da Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM), em 2003, e de um conjunto de instrumentos e instâncias para efetivar sua incumbência. De acordo com as autoras, essa iniciativa se somou a outras já existentes, como o Conselho Nacional de Direitos da Mulher (CNDM), que tinham como foco a articulação da gestão e participação social no desenvolvimento de políticas na área. Deste modo, ao longo das referidas implementações, foi potencializada a ideia de transversalidade como uma estratégia para inserção da perspectiva de gênero no curso das ações do Estado. No Brasil, não é possível dissociar os significados atribuídos à transversalidade de gênero do contexto sócio-político em que essa tática se desenvolveu, não se limitando, sobretudo, à forma de nomear a gestão dessa política.

No campo da administração pública a transversalidade é frequentemente relacionada à coordenação governamental de atuações de diferentes setores, sobretudo, referentes à garantia e efetivação de direitos. Porém, há algumas controvérsias quanto à sua circunscrição, considerando a demarcação de fronteiras com outros conceitos, como o de intersetorialidade que acaba por resultar em um uso alternado de ambos (MARCONDES et al, 2018). Em contrapartida, no âmbito dos estudos acadêmicos de gênero, por sua vez, é adicionada a preocupação com a operacionalização da transversalidade, mas que traz consigo certa vinculação com questões fundamentais do feminismo. Nos termos de Guzmán apud Marcondes et al (2018, p. 38), incluir a perspectiva de gênero na gestão pública abarca a “legitimação dessa problemática na sociedade e no Estado, com sua integração à agenda governamental, resultando na institucionalização de políticas públicas para sua superação”. Assim, resulta em um processo conturbado, onde os significados conferidos ao que se entende por transversalidade se transformam, como resultados de fatores culturais, institucionais, espaciais e temporais. Para Marcondes et al (2018), não se trata apenas de uma simples tradução da expressão “*gender mainstreaming*”, mas sugere uma (re)construção contextual, onde a variedade de significados é arregimentada em diferentes países, organismos internacionais e movimentos sociais feministas e de mulheres.

2. Compreendendo as Políticas Sociais

Em países com o sistema capitalista periférico, em função da larga desigualdade de classes, as políticas sociais nem sempre são de acesso universal. Na verdade, são políticas que possuem como foco categorias específicas da população, por meio de programas instituídos em cada gestão governamental que não significam uma garantia constante e segura de um direito incontestável, como salientam Behring e Boschetti (2011). Diante disso, como definir as políticas sociais? É possível compreender seu conceito, sem antes entender o campo multidisciplinar em que estão inseridas? Para Potyara Pereira (2001), no âmbito desses domínios há o sentido de ação, onde o Estado se movimenta, pressionado pela sociedade, para dar respostas. Possui, também, o caráter de política no sentido de atender as demandas sociais e pode ser entendida, ainda, como política pública, no sentido original do latim: uma política de todos, que envolve Estado e sociedade, algo que seja universal e que visa atender todas as pessoas de forma universal.

De acordo com Vicente Faleiros (1991), as políticas sociais podem ser mecanismos de manutenção da força de trabalho, conquistas dos trabalhadores, arranjos do bloco no poder ou do bloco governante, e ainda, um instrumento de garantia do aumento da riqueza ou dos direitos dos cidadãos. Na demarcação do autor, as sociedades capitalistas possuem um discurso dominante da igualdade e, nesse sentido, o conceito de *Welfare State* ou Estado de Bem Estar Social tem como base a ideia de que o homem possui direitos indissociáveis a sua existência enquanto cidadão e estes direitos seriam direitos sociais. No entanto, é importante observar que no *Welfare State*, o Estado é o principal agente de proteção social de garantia de direitos, pelo qual é garantido o acesso gratuito a determinados serviços e a prestação de benefícios mínimos para todos (FALEIROS, 1991). Há registros de que o Estado do Bem-estar surgiu após a Segunda Guerra Mundial e seu desenvolvimento está intimamente relacionado ao processo de industrialização e os problemas sociais gerados a partir dele. Esse modelo emergiu na segunda metade do século XX na Europa Ocidental, se estendeu para outras regiões e países e chegou ao auge na década de 1960. No transcurso dos anos 1970, porém, tal modelo de Estado entrou em crise devido à dificuldade cada vez maior de harmonizar os gastos públicos com o crescimento da economia capitalista.

No Brasil, as políticas sociais tiveram sua trajetória influenciada por políticas econômicas internacionais. Ao contrário das políticas sociais dos países capitalistas

avançados, que nasceram livres da dependência econômica e do domínio colonialista, o sistema de bem-estar brasileiro sempre expressou as limitações decorrentes dessas imposições. Pode-se dizer que o Estado de Bem Estar Social no Brasil ocorreu através dos reflexos do sistema internacional. A política social brasileira se expandiu nos períodos de regime autoritário, no qual o governo procurava mostrar uma vertente humanista, para justificar sua ação interventora. Na verdade, é fundamental registrar que o Brasil nunca chegou a estruturar um Estado de Bem Estar semelhante aos dos países de “Primeiro Mundo”.

Quando nos deparamos com o descompasso do tempo atual entre os direitos sociais, as políticas públicas e a ação estatal somos provocados por Chaves e Gehlen (2019), que afirmam que há uma falência das políticas sociais e da sua função regulatória, além de uma regressão no âmbito da proteção social, que leva a um aumento vertiginoso da precarização do trabalho e a ampliação da pobreza, dificultando o acesso à renda e aprofundando as desigualdades sociais. O que se observa hoje é a existência de diferentes políticas públicas fragmentadas, cujo discurso neoliberal dos direitos sociais vai aprofundando as desigualdades sociais, precarizando o trabalho e as relações sociais. Além disso, existem discursos sobre liberdade individual, autonomia, livre mercado e livre-comércio que legitimam políticas públicas destinadas a restaurar e consolidar o poder da classe capitalista.

3. Como pensar a transversalidade de gênero nas Políticas Sociais

Do ponto de vista nacional, conforme discutiram Andrade et al (2019), a transversalidade de gênero seria o cerne das políticas públicas e um fator estratégico a partir da reivindicação dos movimentos feministas, o que evidencia a relevância do PNPM que abarca o fortalecimento da autonomia das mulheres, bem como a universalidade dos serviços, direito à diversidade e participação efetiva na esfera pública.

Tendo em vista que a transversalidade de gênero é considerada como uma referência para as políticas públicas devido a sua construção teórica, mas também em função de sua construção prática, é importante demarcar, ainda, a distinção entre os termos ‘transversalidade’ e ‘transversalização’. A transversalidade é determinada na medida em que o gênero é operador de poder e dinamizador das relações sociais e culturais. Já o termo transversalização, refere-se à assimilação da categoria gênero e da modificação dessas

relações mediatizadas pelas políticas públicas. Como afirmamos anteriormente, a literatura sobre o tema aborda, de modo distinto, a transversalidade a partir do referencial teórico e político, levando em conta o debate recente nos cenários público e acadêmico. Por conseguinte, existem tensões no discernimento e prática da transversalização. Além dessas barreiras, aponta-se para a falta de representatividade das mulheres em espaços políticos e decisórios e, consoante a isso, a dificuldade referente à operacionalização está associada à perda do caráter transformador e revolucionário.

O termo *'mainstreaming'* engloba a categoria gênero em todas as políticas sociais. Dessa maneira, o problema da operacionalização está no interior das ações do Estado, por tratar tal categoria de modo verticalizado. Dito isso, é de fundamental importância que a transversalidade seja operacionalizada de forma horizontal, abrangendo uma maior sensibilização, conscientização e formação em gênero dos indivíduos envolvidos. As produções nacionais carecem de um olhar para a operacionalização em âmbitos federais, demonstrando assim um desafio central, uma vez que sua origem é tratada nos textos oficiais, mas há impedimentos para uma ampliação nas ações. Em síntese, cabe pontuar que a institucionalização da transversalidade de gênero ficou restrita a Secretaria de Políticas para as Mulheres e seus departamentos. Ademais, a pluralidade presente no conceito e o viés heteronormativo trazem uma disputa de poder por não ocorrerem discussões sobre a transversalidade de gênero de maneira mais frequente.

Consideramos imperativo diferenciar aquilo que entendemos como programas que contêm como alvo as mulheres e o que percebemos como programas com perspectiva de gênero. Programas em que trazem em seu bojo uma perspectiva de gênero, ou enfoque de gênero, não são sinônimos de programas em que as mulheres são centrais. Na verdade, nos termos de Soares apud Carlotto (2002), há uma necessidade de programas em âmbito municipal, sobretudo, a partir de uma lógica de gestão participativa, utilizando novas metodologias e ampliando os indicadores acerca de transformações na divisão do trabalho doméstico e na diminuição ou erradicação da violência doméstica.

Igualmente são necessárias ações que atendam demandas de aumento de qualificação profissional, bem como em dados sobre a geração de trabalho e renda, ampliação da escolarização, cuidados no campo da saúde sexual e reprodutiva, autonomia e emancipação e qualidade de vida física e mental. Quando há a abrangência da perspectiva de gênero há políticas sociais que buscam promover a cidadania e a emancipação das

mulheres e não políticas públicas com foco em apenas instrumentalizar seus papéis na esfera reprodutiva.

Não se trata de reduzir as ações do Estado em um campo de práticas educativas e sim colocar tais ações em primeira escala. Para isso, é necessária a disposição de creches e escolas públicas, equipamentos de saúde em uma perspectiva integral e não meramente reduzidos à esfera reprodutiva, limitados à programas de planejamento familiar, espaços de habitação adequados, locais para a realização de atividades de lazer e cultura, concepção de redes de economia solidária, somente para citar algumas demandas.

4. Metodologia

Na pesquisa de que trata este artigo o objeto de estudo perpassa pelas ações da política de Assistência Social do município de Seropédica, localizado na Baixada Fluminense, RJ. Conforme dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Estatística e Geografia (IBGE), em 2019, a população ocupada em relação ao trabalho representava 17,5%. Logo, estima-se que um grande número da população necessite de assistência social, cuja política está inserida no Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e previsto na Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS). A referida legislação prevê um sistema público brasileiro que sistematiza o acesso não contributivo em benefícios, programas e serviços socioassistenciais (BRASIL, 2015a).

O SUAS é dividido em duas categorias: Proteção Social Básica e Proteção Social Especial. O primeiro tem como objetivo prevenir situações de risco e vulnerabilidade social, oferecendo ações que fortaleçam o vínculo familiar para que não haja ruptura. O público alvo dessa política é composto por pessoas em situação de pobreza, fragilização de vínculos afetivos e situação de discriminação (etária, de gênero, renda, deficiência e outros). O Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) é a principal porta de entrada da Assistência Social. A partir desse panorama, escolhemos uma unidade do CRAS localizada em Seropédica, com o intuito de analisar as ações que perpassam gênero (BRASIL, 2004), também por se apresentar como um equipamento de fácil acesso para a equipe de pesquisa, além de também ser um espaço de campo de estágio para os estudantes do curso de graduação em Serviço Social da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, localizada no município em questão.

Em se tratando da segunda categoria do SUAS, a Proteção Social Especial se refere ao encaminhamento das situações de maior complexidade, em que há violação dos direitos humanos. Essa política é designada a famílias e indivíduos que possuem o vínculo familiar enfraquecido ou ausente. Dessa maneira, o público-alvo é caracterizado por indivíduos em situações de abandono, maus tratos físicos e/ou psíquicos, abuso sexual, dentre outras. Para verificar as ações envolvendo a transversalidade de gênero nessa esfera da política de Assistência Social, também coletamos dados de um equipamento de Atenção à Mulher³ de Seropédica, que é um espaço destinado a atender mulheres vítimas de violência doméstica por meio da Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres⁴.

O município de Seropédica está localizado na Baixada Fluminense, próximo às cidades de Paracambi, Japeri, Queimados, Nova Iguaçu, Rio de Janeiro e Itaguaí. A distância do centro de Seropédica até o centro do Rio de Janeiro é de cerca de 70 quilômetros e, no ano de 2018, sua população estimada foi de 86.743 habitantes. Em estudo recente, Menini (2010) mencionou o projeto de emancipação do antigo distrito de Itaguaí. A primeira em 1990, cujo plebiscito não foi aprovado e a segunda tentativa anos mais tarde, quando, finalmente em 12 de outubro de 1995, Seropédica se emancipou e se tornou um município independente de Itaguaí. A inauguração ocorreu em 1º de janeiro de 1997. De acordo com dados do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro (2011), o nome Seropédica advém de um neologismo formado por duas palavras: uma, de origem latina, *sericeo* ou *serico*, que significa seda, e outra, grega, *pais* ou *paidós*, que significa tratar ou consertar. Um local, portanto, onde se trata ou se fabrica seda. O perfil atual de Seropédica é de uma extensão da cidade universitária. Como salienta Pereira (2020), a presença da instituição não reduz as deficiências infra estruturais, de saneamento, de mobilidade, de urbanização e habitacionais. Do mesmo modo, a expansão urbana em torno da universidade não se apresentou tão benéfica social ou culturalmente, permanecendo como uma “ilha” de racionalidade e conhecimento, em um território desarticulado e carente.

³ Por questões éticas e para garantir o anonimato das instituições pesquisadas, não iremos nomear a unidade do CRAS e nem o equipamento que oferece ações de atenção à mulher. Deste modo, neste artigo, iremos nos referir a essas unidades como equipamento do CRAS e Centro de Atenção à Mulher.

⁴ A principal finalidade da referida política é estabelecer mecanismos de prevenção e combate acerca da violência contra a mulher, oferecendo suporte e assistência psicológica, jurídica e social (BRASIL, 2011a; idem, 2011a).

O estudo possui caráter qualitativo, compreendido por meio da apreensão total da realidade e pela interpretação dos fenômenos, o qual considera o contexto político, social e econômico como fatores indispensáveis na análise. Sendo assim, o ambiente social é a fonte direta de dados do pesquisador, tendo uma característica descritiva do objeto, sendo o processo e seu significado os focos principais da abordagem (CRESWELL, 2010; PRODANOV; FREITAS, 2013).

Os instrumentos de pesquisa utilizados foram a análise documental e a observação participante, que se desdobraram em uma perspectiva de “pesquisa-ação”, caracterizada pelo estudo no qual, para além de compreender, visa intervir na situação a fim de modificá-la. Deste modo, ao mesmo tempo em que se realiza um diagnóstico e análise de determinada situação, a pesquisa-ação propõe aos sujeitos envolvidos mudanças que aprimorem/alterem as práticas analisadas, como nos explica Severino (2007).

Como primeira etapa do trabalho de campo foi realizada a observação participante, pela qual também foram coletados dados a partir do acompanhamento e de conversas informais com as gestoras do CRAS e do Centro de Atenção à Mulher. Para tanto, foram realizadas visitas semanais em cada um desses espaços com pontos-chaves a serem debatidos e esclarecidos no decorrer da pesquisa. No que se refere à análise documental, é importante registrar que foi possível ter acesso à apenas um planejamento sobre o evento específico e não em documentos de políticas públicas sancionadas ao nível municipal, ou estadual.

É importante ressaltar que no mês de março de 2020, em todo o Brasil foi adotado processo de isolamento social como medida de combate a pandemia do novo COVID-19, resultando na suspensão das atividades acadêmicas na UFRRJ e, conseqüentemente, em adaptações nas atividades de pesquisa e extensão. Foi exatamente nesse período que colocamos em prática o que havia sido estabelecido em nosso cronograma de trabalho: a realização das entrevistas com as gestoras dos equipamentos mencionados. Apesar da suspensão das atividades presenciais em nossa Universidade, houve algumas tentativas de entrevista por meio remoto, entre os meses de março e abril de 2020. No entanto, não obtivemos retorno por e-mail, tampouco por contato telefônico por parte das gestoras, o que nos leva a supor uma sobrecarga naturalmente imposta às mulheres no período da pandemia, o que dificultava a conciliação com outras atividades, como a respostas às nossas indagações de pesquisa, por exemplo.

Para que o projeto de pesquisa pudesse seguir seu fluxo, nos meses em que seguimos em distanciamento social (março à julho de 2020), optamos pelo planejamento de algumas ações de intervenção a serem realizadas posteriormente, tanto no CRAS, como no Centro de Atenção à Mulher, provocadas pelas impressões do próprio campo de estudos, além dos dados coletados nas conversas informais com as trabalhadoras/gestoras da Assistência Social, com as quais tivemos contato ao longo da pesquisa e da observação participante. Assim, encerramos o que intitulamos como ‘pesquisa-ação’, com propostas de atividades que possam somar às ações nos referidos espaços num futuro breve.

5. Resultados e Discussão

Para que pudéssemos compreender como a categoria gênero é inserida nas políticas sociais no município de Seropédica, foi necessário refletir sobre as dinâmicas políticas, econômicas e sociais presentes na cidade. Ao longo do estudo, pareceu-nos haver uma instabilidade política e conflito de interesses na gestão da Assistência Social, tendo em vista que as técnicas e gestoras não são concursadas sendo contratadas por vínculo comissionado. Assim, podemos intencionar que acabam exercendo a função de acordo com o governo vigente para não serem prejudicadas em virtude da especificidade do tipo de suas contratações. Conforme pontua Yamamoto (2004), essa situação pode se configurar como autonomia relativa do exercício profissional, dado que as ações no ambiente do trabalho são limitadas por normas, metas, relações e condições de trabalho.

Embora houvesse na equipe executora das ações de pesquisa-ação a intenção em se romper o ‘muro ideológico’ entre a universidade e a cidade, que acaba por gerar um distanciamento da população seropedicense em relação à instituição e sobre o que nela é produzido, percebemos certa resistência na consolidação de parcerias com o município onde a Universidade está inserida, bem como com sua comunidade. Um caso emblemático dessa resistência foi a morosidade em obtermos a autorização formal da Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos para a execução do projeto, que se deu após certa insistência e o reforço da pactuação de que os dados obtidos com o estudo teriam fins científicos apenas.

Até os anos 1980, muitos municípios que compõem a Baixada foram marcados pelo estigma da miséria e violência e, com um contorno pejorativo, foram moldados como

territórios dormitórios que eram, na prática, condenados a serem uma reserva de “mão-de-obra e curral eleitoral” (NOGUEIRA, 2008, p. 03), por interesses de uma elite empresarial e política que não tinha comprometimento com as questões sociais. No entanto, a partir do início do século XXI, a Baixada se firma como região estratégica para o desenvolvimento do estado do Rio de Janeiro e, assim, o espaço, antes conhecido como a periferia metropolitana do Rio de Janeiro, apresenta-se como um território dinâmico e em constante transformação, tendo em vista a implantação de projetos variados, como a abertura do Arco Metropolitano, a expansão do porto de Itaguaí, a construção de parques aquáticos, dentre outros. Assim, aparecem novas definições acerca desse subespaço diante da nova realidade socioeconômica. No município de Seropédica, em específico, embora a imagem construída e consumida sobre a Baixada esteja se transformando (BARRETO, 2004), em discursos e aspectos internos existe também o sentimento de abandono, sob o estigma de uma região sem autoestima, com imagens negativas, sobretudo por quem não tem origem nessa região.

No que se refere ao CRAS, inferimos sobre a inexistência de um plano de ação na unidade, considerando que tal documento não nos foi apresentado, além de não constar em nenhum canal de comunicação da prefeitura, no período em que realizamos a investigação. Conseguimos ter acesso somente a uma documentação, em forma de plano de ação, elaborado pela gestora de um evento realizado em agosto de 2019, nomeado “Mulheres com Direitos”. A principal finalidade da ação foi reunir vinte mulheres em situação de violência doméstica e vulnerabilidade social, para discutir o empoderamento feminino e informar sobre a Lei Maria da Penha. Nessa atividade, em particular, apenas a metade do público-alvo estimado compareceu e o motivo atribuído, na época, pela organização do evento, foi de que existe uma resistência muito grande por parte das mulheres em voltar ao espaço de acolhimento para mulheres, sobretudo, quando se trata da questão da violência. Para a realização da atividade os recursos materiais, como alimentação e organização do espaço, foram de responsabilidade da equipe, demonstrando a ausência do Estado e, como consequência, a caridade e benesse como alternativas acionadas para a operacionalização das ações. Importante mencionar que uma das táticas para atrair as usuárias e incentivar a participação nas atividades do CRAS é a distribuição de cestas básicas. A esse respeito, Barreto et al (2018) alertam sobre os desafios enfrentados pelos profissionais em adequar o projeto ético-político profissional e os pleitos e requisições da instituição empregadora que, em muitas ocasiões, determinam ao profissional “a

evocação da prática do passado do assistencialismo, da caridade e do favor” (BARRETO et al, 2018, p.122). Nesses termos, a ingerência profissional se torna pontual, focalista e imediata, reduzindo a ação em gerir os recursos que já são insuficientes entre os pobres mais pobres, afetando diretamente na concretização dos direitos sociais, abalados cotidianamente pela política neoliberal. Considerando a ausência de medidas formais acerca da categoria gênero nas ações do município, realizamos um paralelo com a dimensão das ações no interior das políticas públicas em nível federal, como por exemplo, na organização do CadÚnico⁵ e o Serviço de Proteção e Atendimento à Família (PAIF)⁶. Os requisitos para o Programa Bolsa Família (PBF) remetem à díade mãe e filho, pois engloba a obrigatoriedade da inscrição pré-natal, participação de atividades socioeducativas em relação à família e uma porcentagem mínima das crianças nas escolas. Nesse sentido, estimula o apoio do homem, mas não necessariamente o inclui como participante, o que reforça o papel feminino de cuidadora (CAMPOS et al, 2019). Uma das características dos governos neoliberais é a existência de uma valorização da família como *locus* privilegiado de superação das sequelas da questão social, em detrimento de um Estado que, de acordo com Carloto (2002), não coloca em primeiro plano os gastos com o social e que pouco tem praticado em termos de política social e estratégias de superação das desigualdades sociais e de gênero.

A grande maioria das políticas, programas e projetos dirigidos às mulheres no mundo inteiro, enfocam os ‘papéis’ de esposas e mães dentro da divisão sexual do trabalho e buscam enfrentar necessidades voltadas à esfera doméstica, mas que, na verdade, pouco contribuí para a conquista do empoderamento e autonomia das mulheres. Além disso, há uma premissa básica de que as mulheres são mais confiáveis não apenas como mães, mas também são consideradas mais fidedignas que os homens na aplicação adequada do benefício e tão ou mais capazes do que eles, garantindo assim a eficácia dos programas. Também são as mulheres, a partir da ‘função’ de mãe, que precisam se fazer presentes na

⁵ O Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal – ou simplesmente CadÚnico, como é mais conhecido – “é um instrumento que possibilita a identificação e a caracterização socioeconômica das famílias brasileiras de baixa renda” (BRASIL, 2017b, p.7).

⁶ O PAIF é o principal serviço de Proteção Social Básica, aos quais todos os outros serviços desse nível de proteção devem articular-se, pois “confere a primazia da ação do poder público na garantia do direito à convivência familiar e assegura a matricialidade sociofamiliar no atendimento socioassistencial, um dos eixos estruturantes do SUAS” (BRASIL, 2009, p. 31).

maioria das atividades previstas nesses programas, como por exemplo, as de caráter socioeducativo, além de serem as principais agentes pela execução dos critérios de permanência.

No documento federal designado *Orientações técnicas sobre o PAIF*, publicado em 2017, a categoria “gênero” é citada duas vezes como exemplo a ser discutido nas oficinas da família e aspectos a serem observados na estrutura familiar. A matricialidade sociofamiliar é um dos princípios da política de Assistência Social e isso significa compreender a realidade do núcleo familiar para o fortalecimento do vínculo. No entanto, em geral, são as mulheres que vão às reuniões do PAIF, o que recai na função unilateral maternal. Na referida documentação o termo “transversalidade de gênero” não é mencionado, o que já perde o seu potencial transformador, porque é necessário incluir em todas as esferas públicas o combate às desigualdades entre os sexos (BRASIL, 2004; GASPAROTTO; GROSSI, 2015).

Foi possível constatar que as medidas do CRAS que perpassam a categoria gênero são isoladas e, em nossa percepção, as atividades realizadas ocorrem de maneira fragmentada cuja, de acordo com Santos (2014, p. 205), condição focalista, descontínua e segmentada das políticas públicas brasileiras não modifica o panorama das severas desigualdades sociais, “pois as mesmas necessitam de investimentos substantivos e substanciais em políticas sociais universais”. Além disso, consideramos as ações deficitárias no que diz respeito a outros marcadores, pois quando discutimos a categoria gênero é necessário um recorte de classe, raça e sexualidade (ANDRADE et al, 2019).

Na administração do PAIF, a gestão do referido equipamento organizou um evento na ocasião do *Outubro Rosa*, que abordou o tema do câncer de mama, inclusive dispondo cartazes no espaço de recepção aos usuários da unidade. Seguindo a mesma linha, foi realizado o evento *Novembro Azul*, que abordou o tema do câncer de próstata, demonstrando que as ações também são orientadas para os homens, mesmo que sejam mínimas. Auxiliamos, ainda, na elaboração do projeto *Bate papo com as Gestantes*, cuja ideia inicial foi reunir dez mulheres gestantes e promover rodas de conversas para discutir temas como: cuidados com o bebê e a mãe; direitos sociais; questões jurídicas, dentre outros. A questão da contrapartida se repetiu no referido evento. No primeiro encontro foram distribuídas fraldas descartáveis a cada gestante participante e o planejamento previa a entrega de um *kit* personalizado para a última reunião com o grupo. Todos os itens doados

foram arrecadados pela equipe do CRAS, o que destaca novamente a precarização dos recursos no equipamento⁷, porque também não há um carro próprio na unidade para realizar visitas técnicas aos usuários. A temática escolhida para o primeiro debate foi “Alienação Parental”⁸, sob a responsabilidade de uma profissional da Assistência Social de Seropédica, formada em Serviço Social e especializada no tema jurídico em questão. Apesar do comparecimento de apenas cinco gestantes, o encontro foi dinâmico e as mulheres expuseram suas opiniões acerca do tema e compartilharam experiências pessoais. Uma das motivações da gestão do CRAS foi difundir a informação, porque as mulheres podem estar grávidas pela segunda vez e sofrerem ou praticarem a alienação parental, haja vista que os maiores prejudicados são os filhos. As usuárias também questionaram sobre o Programa Bolsa Família e demonstraram interesse para os encontros seguintes, mas não se posicionaram para a escolha da próxima discussão quando a gestora provocou uma interação.

No Centro de Atenção à Mulher existe um modelo de planejamento estruturado feito pela gestão sobre a ação anual, referente a cada mês. No entanto, não foi possível acessá-lo. No município de Seropédica é inexistente a Delegacia Especializada em Atendimento à Mulher (DEAM) e, como consequência, a demanda das vítimas pode estar reprimida, porque o Centro de Atenção à Mulher é o único espaço especializado nesses serviços, dispondo de profissionais como assistentes sociais e psicólogos e o funcionamento da unidade é de segunda a sexta-feira, em horário comercial, embora a Política Nacional de Enfrentamento de Violência contra a Mulher proponha uma rede articulada para atender a vítima, com assistência jurídica, social, serviços de saúde,

⁷ Para a realização da atividade com as gestantes, foi necessário realizar uma busca ativa no posto de saúde mais próximo para convidar as mulheres. Busca ativa é um mecanismo do Plano Brasil Sem Miséria e significa “levar o Estado ao cidadão, sem esperar que as pessoas mais pobres cheguem até o poder público. Um dos grandes desafios do Brasil Sem Miséria é alcançar a população considerada invisível, aquela que não acessa serviços públicos e vive fora de qualquer rede de proteção social” (BRASIL, 2015b, p. 1). Para ter um maior controle e vias de contato, foi elaborada uma ficha para a usuária responder com informações como o nome, data de nascimento, estado civil, endereço, telefone, tempo de gestação e sexo do bebê. Ressaltamos que se trata de um projeto para mulheres de baixa renda, mas todas as usuárias possuíam *smartphones* com acesso ao aplicativo de mensagens “WhatsApp”, demonstrando uma, das inúmeras contradições encontradas no campo.

⁸ De acordo com a Lei nº 12.318, de 26 de Agosto de 2010, em seu artigo 2º, “considera-se ato de alienação parental a interferência na formação psicológica da criança ou do adolescente promovida ou induzida por um dos genitores, pelos avós ou pelos que tenham a criança ou adolescente sob a sua autoridade, guarda ou vigilância para que repudie genitor ou que cause prejuízo ao estabelecimento ou à manutenção de vínculos com este” (BRASIL, 2010, p. 1).

segurança, educação e trabalho em tempo integral, nos respectivos espaços: Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher, delegacias comuns, Centro de Referência, Defensorias Públicas da Mulher, Defensorias Públicas, Instituto Médico Legal, Serviços de Saúde, Polícia Militar, Corpo de Bombeiros, Casas Abrigos (BRASIL, 2011b).

Segundo relatos da gestora do Centro de Atenção à Mulher, a delegacia da cidade apresentou problemas em seu corpo técnico, tendo em vista que os funcionários naturalizavam a violência e culpabilizavam a vítima em sua condição. Se trata de uma violência de gênero, de acordo com o que afirma Tojal et al (2016), quando terceiros (Estado, parceiro, familiares, etc) silenciam o corpo e as vontades femininas, com a manutenção da hegemonia masculina, a perpetuação de estereótipos de gênero e exclusão das políticas públicas que discutam gênero e a ausência de mulheres na esfera política. Nesse sentido, é como se a mulher merecesse a agressão contra ela. O Centro de Atenção a Mulher se dispôs a realizar algumas ações como palestras em conjunto à equipe da delegacia na tentativa de reduzir o pensamento machista e enraizado na sociedade.

A mulher, vítima da violência doméstica, além de ter uma dependência emocional, pode estar diante de uma dependência financeira. Diante disso, a gestora do Centro de Atenção a Mulher, em nosso primeiro contato, informou-nos do acompanhamento que incentivou a profissionalização da usuária a garantir uma vaga de emprego, corroborando com o que é apontado por Andrade et al (2019), que afirmam que a transversalidade de gênero nas políticas sociais é (também) compreendida como medidas e ações de inserção da mulher de baixa renda no mercado de trabalho, com o objetivo de torná-la independente. Deste modo, destacamos que as ações do Centro de Atenção a Mulher, mesmo sendo pontuais, possuem um viés emancipatório da mulher em relação a seu agressor. A instituição junto ao Centro de Referência de Assistência Especializada (CREAS) inauguraram, em fevereiro de 2020, as ações com foco nessa questão, em que o primeiro auxiliava juridicamente e psicologicamente a vítima e o segundo procurava trabalhar nas causas da agressão. Silva, Coelho e Moretti-Pires (2014), por meio de uma revisão sistêmica da literatura, tratam como estímulos masculinos para a violência, as dificuldades financeiras no/do grupo familiar, sentimento de impotência dos membros da família, em especial dos homens e, por conseguinte, uma desestruturação familiar.

Já finalizando as atividades de nosso estudo, foi possível acompanhar um evento de caráter municipal que buscava divulgar as ações do Centro de Atenção a Mulher e informar

sobre a violência doméstica e os canais de denúncia. A atividade foi intitulada como *Dezesseis dias de Ativismo pelo fim da violência contra a Mulher*⁹, tendo sido realizada em novembro de 2019. A ação¹⁰ contou com a disposição de um ônibus na cor lilás no centro de Seropédica, com a presença de profissionais para prestar serviços às mulheres vítimas da violência, como psicólogas, assistentes sociais e advogadas. No dia de acompanhamento da atividade pela equipe de pesquisa, onze mulheres conseguiram atendimento. Em se tratando de Seropédica, um município pequeno, consideramos que foi um evento com grande participação, em que o público se interessou bastante pelos folhetos sobre o espaço e pelo tratamento estético.

Embora não tenha sido possível realizar entrevistas com as gestoras, para compreender a percepção de cada uma delas acerca da “transversalidade de gênero”, em função da necessidade do isolamento social, é possível concluir que nos meses em observação participante nos equipamentos citados, não havia nenhuma referência ou direcionamento das ações que perpassassem tal conceito. A partir de nossas observações e conversas informais também eram notórias falas naturalizadas proferidas pelas profissionais, que podem inferir negativamente no estudo social¹¹ do usuário. A partir de nossas percepções, consideramos necessário realizar atividades de intervenção acerca dos pontos que perpassam a categoria gênero junto a essas profissionais, onde serão utilizados instrumentos pedagógicos para discussão com as equipes das duas unidades e aqui reiteramos nosso posicionamento de diálogo e ressignificação de saberes, além de não reduzirmos nossas intenções a uma suposta superioridade acadêmica.

⁹ A atividade descrita estava inserida em um conjunto de ações da “campanha anual e internacional que começa no dia 25 de novembro, dia Internacional pela Eliminação da Violência contra as Mulheres, e vai até 10 de dezembro, dia Internacional dos Direitos Humanos. No Brasil, a mobilização abrange o período de 20 de novembro até 10 de dezembro” (ONU, 2019, p. 1).

¹⁰ O evento contou ainda com o serviço de emissão de documentos de forma gratuita, como carteira de identidade (RG), certidão de nascimento, certidão de casamento, cadastro de pessoas físicas (CPF) e outros. Também foram realizadas oficinas da beleza, com profissionais especializadas em *design* de sobancelha e atividade sobre a sexualidade feminina e doação de preservativos femininos.

¹¹ É uma das principais ferramentas de trabalho do assistente social, que tem “por finalidade conhecer com profundidade, e de forma crítica uma determinada situação ou expressão da questão social, objeto da intervenção profissional especialmente nos seus aspectos socioeconômicos e culturais” (FÁVERO, 2004, p. 42).

Conclusão

No período em que se deu de investigação, não nos foi apresentado um documento formal nos planos de ação da Assistência Social, do município de Seropédica que discuta, especificamente, a transversalidade de gênero. Nesse sentido, achamos oportuno realizar novas indagações: Em Seropédica há políticas de gênero ou políticas para mulheres? Se são ações voltadas para mulheres, em que perspectiva se dão? Nossas inferências, até o presente momento, apontam para uma ausência de uma política de Assistência Social com a perspectiva da transversalidade de gênero e uma insuficiência das ações voltadas para as mulheres. Isso porque as demandas das mulheres perpassam por políticas de trabalho e geração de renda, políticas de educação em que sejam providas creches para filhos e filhas dessas mulheres, além de ações voltadas para a questão da saúde sexual e reprodutiva e da complexa demanda que a questão da violência traz em seu bojo e não se limita e nem se esgota com as ações identificadas nos meses em que estivemos em trabalho de campo. Visualizamos também que os aspectos sociais, políticos e econômicos do município interferem diretamente na atuação profissional de gestores e gestoras das políticas sociais.

No caso específico das técnicas e gestoras participantes do estudo, em função de estarem em cargos comissionados, há uma instabilidade política, conflito de interesses e, uma consequente precarização do trabalho, com seus ofícios submetidos a sucessivos contratos temporários, sem estabilidade. Se no século XX presenciamos a vigência da era da degradação do trabalho, nas últimas décadas do século XX e início do XXI, estamos defronte de novas modalidades e modos de ser da precarização, da qual a terceirização tem sido um de seus elementos mais decisivos (ANTUNES e DRUCK, 2015). Assim, as gestoras podem, inclusive estar vivenciando um impasse entre se colocarem como sujeitos e profissionais críticos da realidade e da questão social que envolve os usuários da política social e o risco de perderem seus empregos, a partir de ações mais contundentes acerca da transversalidade de gênero. No entanto, apesar desses apontamentos, não se pode afirmar a falta de iniciativas por parte dessas profissionais, dentro das limitações que lhes são impostas pelo sistema. Ademais, as ações que são pensadas nos equipamentos de assistência social pesquisados, possuem dificuldades em serem executadas em função da falta de apoio financeiro do Estado, além de se apresentarem de forma fragmentada e pontual.

Por haver ineficiência nas políticas sociais que ‘transversalizam’ gênero no município de Seropédica, cujas ações possuem um caráter emergencial e focalizado, não se pretende mudar a realidade social dos sujeitos envolvidos de maneira mais ampla e contínua, o que nos leva a concluir que as políticas sociais no contexto capitalista seguem pelo viés neoliberal, o que tem como consequência a precarização do trabalho profissional pelas práticas assistencialistas e pela refilantropização da assistência com a ausência da responsabilidade do Estado (BEHRING; 2009; NETTO, 2006).

Deste modo, indagamos sobre os desafios que serão postos ao planejamento e execução de políticas sociais no período pandêmico e no pós-pandemia do novo Coronavírus, porque, para além de todos os riscos à saúde pública da população, a pandemia lança luz a uma questão específica acerca das relações de gênero. De acordo com pesquisas elaboradas desde março de 2020, quando a doença causada pelo novo Covid-19 chegou ao Brasil, o índice de violência doméstica teve um aumento exponencial, já que o isolamento social é uma das medidas protetoras, no entanto, revela-se como uma ameaça à vida das mulheres. Apesar da doença afetar a população como um todo, a pandemia também não se manifesta da mesma forma nos diferentes grupos e classes sociais, considerando que as condições de vida dos indivíduos os expõem ao contágio em maior ou menor intensidade. Assim, as mulheres podem ser consideradas o grupo social mais afetado pelo novo Coronavírus, além de constituírem o grupo majoritário dos empregos mais precários ou informais, estando obrigadas a voltarem-se às tarefas do cuidado da casa, da economia doméstica, dos filhos, dos idosos, prezando pela saúde de todos e sendo a maior responsável pelo trabalho reprodutivo.

Referências

ANDRADE, S. dos S.; MEYER, D. E. E.; BARZOTTO, C. E. Transversalidade de gênero em políticas públicas: Uma revisão de literatura. *Revista Práxis*, Novo Hamburgo, n. 2, p 82-106, mai/ago, 2019.

ANTUNES, Ricardo. DRUCK, Graça Druck. A terceirização sem limites: a precarização do trabalho como regra.

Revista O Social em Questão - Ano XVIII – n. 34, 2015.

BANCO MUNDIAL. *A questão de gênero no Brasil*. Brasília (DF). 2003.

BEHRING, E. Política Social no contexto da crise capitalista. In: *Curso de Capacitação em Serviço Social: Direitos Sociais e competências profissionais*. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

_____. BOSCHETTI, I. *Política Social: fundamentos e história*. 9ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BARRETO, A.S. Um olhar sobre a Baixada: usos e representações sobre o poder local e seus atores. *Revista Campos*, vol. 5, n. 2, p. 45-64, 2004.

BARRETO, A. C. de J.; BARCELLOS, W. de S. & FERRAREZ, C. S. Da caridade ao direito social como instrumento de cidadania: Serviço Social em debate. *Revista Praia Vermelha*. Rio de Janeiro, v. 28, n. 1, p. 97-124, 2018. Disponível em <https://revistas.ufrj.br/index.php/praiavermelha/article/view/12416>. Acesso em: 21 agosto 2020.

_____. *Política Nacional de Assistência Social – Norma Operacional Básica*. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2004. Disponível em http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNAS2004.pdf. Acesso em: 22 julho 2020.

_____. *Orientações técnicas Centro de Referência de Assistência Social (CRAS)*. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Brasília –DF, 2009.

_____. *LEI Nº 12.318, DE 26 DE AGOSTO DE 2010*. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112318.htm. Acesso em: 22 julho 2020.

_____. *Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres*. Secretaria de Políticas para as Mulheres. Brasília – Distrito Federal, 2011a. Disponível em [https://www12.senado.leg.br/institucional/omv/entenda-a-](https://www12.senado.leg.br/institucional/omv/entenda-a-violencia/pdfs/politica-nacional-de-)
[violencia/pdfs/politica-nacional-de-](https://www12.senado.leg.br/institucional/omv/entenda-a-violencia/pdfs/politica-nacional-de-)

[enfrentamento-a-violencia-contra-as-mulheres](https://www12.senado.leg.br/institucional/omv/entenda-a-violencia/pdfs/politica-nacional-de-). Acesso em: 29 junho 2020.

_____. *Orientações técnicas: Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS*. Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2011b. Disponível em <http://aplicacoes.mds.gov.br/snas/documentos/04-caderno-creas-final-dez..pdf>. Acesso em: 29 junho 2020.

_____. *Marca dos 10 anos do SUAS representa o início da consolidação da política socioassistencial*, Ministério da Cidadania, Secretaria Especial de Desenvolvimento social, 2015a. Disponível em <http://mds.gov.br/area-de-imprensa/noticias/2015/abril/marcados-10-anos-do-suas-representa-o-inicio-da-consolidacao-da-politica-socioassistencial>. Acesso em: 29 junho 2020.

_____. *Busca Ativa*. Secretaria Especial de Desenvolvimento Especial. Ministério da Cidadania, 2015b. Disponível em <http://mds.gov.br/assuntos/brasil-sem-miseria/busca-ativa>. Acesso em: 04 agosto 2020.

_____. *Orientações técnicas sobre o PAIF*. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Brasília –DF, 2017a. Disponível em http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/Orientacoes_PAIF_2.pdf. Acesso em: 22 julho 2020.

_____. *Manual de Gestão do Cadastro Único para Programas Sociais no Governo Federal*. Ministério do Desenvolvimento Social, Brasília –DF, 2017b. Disponível em <https://www.mds.gov.br/webarquivos/>

- publicacao/cadastro_unico/Manual_Gestao_Cad_Unico.pdf. Acesso em: 22 julho 2020.
- CAMPOS, D. de S.; CAVALCANTI, L. F.; NASCIMENTO, M. A.F. do. Homens e Proteção Social: Política Nacional de Assistência Social. *O Social em Questão*, n° 43, p 239-256, jan/abr. 2019.
- CARLOTO, C. M. Políticas Públicas, Gênero e Família. *Serviço Social em Revista*. Londrina, v.5, n.1, jul/dez. 2002.
- _____.; LISBOA, T. K. Gênero, Políticas sociais e Serviço Social. *Revista Gênero*, Niterói, v. 13, n. 1, p.9-13, 2012. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/revistagenero/article/view/31174/18263>. Acesso em: 16 julho 2020.
- CHAVES, H. L. A.; GEHLEN, V. R. F. Estado, políticas sociais e direitos sociais: descompasso do tempo atual. *Serv. Soc.*, São Paulo, n. 135, p. 290-307, ago. 2019. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282019000200290&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 12 março 2020.
- CRESWELL, J.W. *Projeto de pesquisa: Métodos qualitativo, quantitativo e misto*. SAGE, 3ª ed, 2010.
- FALEIROS, V. de P. *O que é política social*. São Paulo: Brasiliense, 1980.
- FÁVERO, E.T.O. Estudo Social: fundamentos e particularidades de sua construção na área judiciária. In: CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (Org.). *O Estudo Social em Perícias, Laudos e Pareceres Técnicos: contribuição para o debate no judiciário, penitenciário e previdência social*. São Paulo: Cortez, p. 9-47, 2004.
- GASPAROTTO, G. P.; GROSSI, P.K. A dimensão de gênero na política de Assistência Social. *Seminário de Serviço Social, trabalho e política social*. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.
- IAMAMOTO, M.V. A questão social no capitalismo. *Temporalis*, Brasília, n. 3, 2004.
- IBGE. *Estimativas da população residente para os municípios e para as unidades da federação brasileiros com data de referência em 1º de julho de 2019*. Ministério da Economia / Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE/Diretoria de Pesquisas – DPE/Coordenação de População e Indicadores Sociais – COPIS, 2019. Disponível em <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101662.pdf>. Acesso em: 24 junho 2020.
- KESSLER-HARRIS, A. The wages of Patriarchy: Some Thoughts about the Continuing Relevance of class and Gender. *Labor, Studies in Working-Class History of the Americas*, vol. 3, n°3, 2006.
- MARCONDES, M. M.; DINIZ, A. P. R.; FARAH, M. F. S. Transversalidade de gênero: uma análise sobre os significados mobilizados na estruturação da política para mulheres no Brasil. *Revista de Serviço Público*, Brasília, v. 2, n. 69, p. 35-61, abr/jun. 2018.
- MENINI, N. C. da R. *Memória, História Oral e Simbologia: O Projeto de Emancipação e a Construção da Identidade Cidadã de Seropédica*. In: Anais da XIV ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH – Rio: Memória e Patrimônio. Rio de Janeiro, julho de 2010, UNIRIO. Disponível em http://www.encontro2010.rj.anpuh.org/resources/anais/8/1276740700_ARQUI

VO_res.anpuh.pdf. Acesso em: 24 junho 2020.

NETTO, J. P. A construção do projeto ético-político do serviço social. In: MOTA, A. E. et al. (Org.). *Serviço social e saúde: formação e trabalho profissional*. 2006.

NOGUEIRA, M. A. M. Baixada Fluminense. In: TORRES, G. *Baixada Fluminense: a construção de uma história*. Sociedade, economia, política. 2 ed. Rio de Janeiro: INEPAC, 2008.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). *16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra as Mulheres*, 2019.

Disponível em <<http://www.onumulheres.org.br/16dias/>. Acesso em: 24 julho 2020.

ONU MULHERES BRASIL. *Podemos mudar a maré em favor da igualdade de gênero*. 2020. Disponível em: <http://www.onumulheres.org.br/noticias/podemos-mudar-a-mare-em-favor-da-igualdade-de-genero-afirma-diretora-executiva-da-onu-mulheres>. Acesso em: 23 julho 2020.

PEREIRA, D. de A. Estratégias e processos participativos para o desenvolvimento local e regional na Baixada de Sepetiba, RJ. *Cadernos Metrópole*, São Paulo, v. 22, n. 47, p. 147-172, abril, 2020. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php> .Acesso em: 24 junho 2020.

PEREIRA, P. A. Questão social, Serviço Social e direitos de cidadania. *Revista Temporalis*, n° 3. Brasília: ABEPSS/Grafline, 2001.

PICANÇO, F.S. Amélia e a mulher de verdade: representações dos papéis da mulher e do homem em relação ao trabalho e a vida familiar. In: ARAÚJO,

C. ; SCALON, C. *Gênero, família e trabalho no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005, p. 149-172.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. de. *Metodologia do trabalho científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico*. 2ª ed, Universidade Feevale, Novo Hamburgo – Rio Grande do Sul, 2013.

SANTOS, A. E. L. *Emancipação para quem?: uma análise gramsciana sobre estudos de gênero e Serviço Social*. 2014. 243 f. Tese (doutorado) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Serviço Social, Rio de Janeiro.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Revista Educação e Realidade*. Porto Alegre, n. 2, v. 16, jul./dez. 1995.

SEVERINO, A. J. *Metodologia do trabalho científico*. 23 ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SERRA, A. La gestión transversal. Expectativas y resultados. *Revista del CLAD Reforma y Democracia*, n° 32. Caracas: CLAD, 2006.

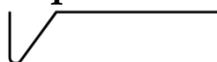
SILVA, A. C. L. G.; COELHO, E. B. S.; MORETTI-PIRES, R. O. O que se sabe sobre o homem autor de violência contra a parceira íntima: uma revisão sistemática. *Rev Panam Salud Publica*, n. 4, v. 35, 2014.

SILVA, M. C. A.; MELLO, L.J.A; CAMPELLO, L.; ARRUDA, M.C.; NEVES, P.C. *Democracia e gênero [livro eletrônico]: implantação de políticas públicas para mulheres*. Rio de Janeiro: IBAM, SPM, 2015.

TOJAL, A.L.S. et al. Rede de enfrentamento à violência contra a mulher: situação dos serviços especializados no município de Maceió. *Revista Brasileira de Tecnologias Sociais*, n. 2, v.3, 2016.

TRIBUNAL DE CONTAS DO
ESTADO DO RIO DE JANEIRO.
Secretaria Geral de Planejamento. *Estudos
socioeconômicos dos municípios do estado do Rio
de Janeiro: Seropédica, 2011*. Disponível em
[https://www.tce.rj.gov.br/estudos-
socioeconomicos1](https://www.tce.rj.gov.br/estudos-socioeconomicos1). Acesso em: 24 junho
de 2020.

“Deficiência” para um dicionário marxista: a política capacitista de uma palavra.



Larissa Xavier dos Santos¹

Resumo

Este artigo aborda a deficiência física com uma perspectiva que evita reduzir o tema às narrativas biomédicas. A deficiência é analisada considerando suas intersecções com a categoria gênero, e o conceito chave para conduzir essa análise é o conceito de capacitismo. A categoria “capacitismo” é utilizada por Mello (2016) e tornou-se estratégica para definir o preconceito contra pessoas com deficiência, sendo o capacitismo um equivalente a termos como sexismo e racismo (Mozzi e Nuernber, 2017). Com base no modelo social da deficiência, será evidenciado que o capacitismo se sustenta em questões estruturais em nossa sociedade. O capacitismo está amparado em uma cultura da eficiência e do desempenho, isto é, na figura do status de “homem produtivo”. Desconstruir a naturalização do capacitismo é um caminho para repensarmos o modo em que vivemos em uma lógica do trabalho salarial e refletir sobre a maneira que a sociedade capitalista tipifica os corpos “não produtivos”.

Palavras-chave: deficiência, produtivismo, capacitismo, desigualdade.

Abstract

This article addresses physical disability with a perspective that avoids reducing the topic to biomedical narratives. Disability is analyzed considering its intersections with the gender category, and the key concept to conduct this analysis is the concept of capacitism. The category “capacitism” is used by Mello (2016) and has become strategic to define prejudice against people with disabilities, with capacitism being equivalent to terms such as sexism and racism (Mozzi and Nuernber, 2017). Based on the social model of disability, it will be shown that capacitism is sustained by structural issues in our society. Capacitism is supported by a culture of efficiency and performance, that is, the figure of the “productive man” status. Deconstructing the naturalization of capacitism is a way to rethink the way we live in a logic of wage labor and reflect on the way that capitalist society typifies “non-productive” bodies.

Keywords: disability, productivism, capacitism, inequality.

¹Mestra em educação pelo Programa de pós-graduação em Educação da EFLCH-Unifesp. Contato:larissa_xs@hotmail.com

Introdução

Este artigo aborda a naturalização do “capacitismo”, uma categoria de análise complexa, que se tornou fundamental para estudos críticos sobre a deficiência. Em duas seções, são analisados aspectos que tornam a deficiência um constructo inseparável da produção ideológica da noção de eficiência e, assim, uma expressão opressiva de uma lógica produtivista.

A análise prossegue indicando o quanto a palavra autonomia não é natural e corresponde a uma perspectiva moral para as pessoas com deficiência, e a argumentação busca discutir a deficiência considerando-a como um marcador de desigualdades, o que proporcionará a crítica aos discursos normalizantes das práticas de reabilitação.

O conceito de capacitismo é fundamental para evitar a redução das deficiências aos parâmetros biomédicos e sua potência interpretativa pode ser percebida nas intersecções entre deficiência e gênero, que têm o fio condutor da argumentação deste artigo. Em “Gênero” *para um dicionário marxista: a política sexual de uma palavra*. Haraway (2004) demonstra como percebeu a complexidade de tomar parte em determinado debate:

“Além disso, mesmo se Marx e Engels – ou até Gayle Rubin – não se aventuraram pela sexologia, medicina ou biologia em suas discussões sobre sexo/gênero, ou sobre a questão da mulher, eu sabia que teria de fazê-lo.” (HARAWAY, 2004)

A autora se dedica a descrever o contexto do desenvolvimento dos estudos de gênero e sua inspiração dos estudos marxistas que contribuíram com sua perspectiva culturalista acerca da análise das relações de opressão e desigualdade. Se o tornar-se mulher é uma condição cultural e as desigualdades de gênero são respaldadas em aspectos sociais, isso também diz respeito ao corpo com deficiência. Trata-se de evidenciar que a deficiência se configura culturalmente, e ainda que não tenha sido citada nos primeiros estudos marxistas, o capacitismo é uma categoria que demonstra que a construção social das deficiências é inseparável do capitalismo.

Capacitismo é a tradução daquilo que em inglês foi denominado “*ableism*”, para indicar e rejeitar a redução da pessoa a um inventário de capacidades presentes ou ausentes, com o que cada sujeito pode ter sua existência descrita a partir de uma “incapacidade” (Cf.

Charlton, 2010, p. 217). Se a própria designação “pessoa com deficiência” indica o esforço para demonstrar que é o corpo na sociedade e com a sociedade que possibilita compreender a identidade em elaboração, não há como separar dessa pessoa, sempre “em processo”, as questões de gênero que permeiam a existência.

Não foi casual a aproximação ocorrida nos últimos vinte anos do século XX entre os *Disability Studies* e os estudos feministas que acrescentaram importantes reflexões sobre o tema gênero no universo das pessoas com deficiências. Segundo Haraway (2004), as teorias feministas de gênero se tornaram imprescindíveis também para esse universo porque focam em uma análise a partir de estudos culturais que negam binarismos de oposição: natureza/cultura, natureza/história, natural/humano, recursos/produtos, pois esses são parâmetros que normatizam os corpos biológicos sexuais para se compreender a categoria feminina. Esse distanciamento crítico em relação aos binarismos é fundamental para a pretensão de compreender a presença de pessoas com deficiências em perspectiva interseccional, evitando reduzir a existência à condição de resultado de um “erro da natureza”.

Sempre é importante lembrar que o conceito de gênero é objeto de densa acumulação crítica, sendo continuamente aprofundamento (Cf. Piscitelli, 2009). Foi teorizado de maneira concisa por Simone de Beauvoir, quando afirmou que “não se nasce mulher”, mas é uma categoria que não se restringe a um marco fundador. No contexto do pós-guerra, muitas mulheres se articularam enquanto coletivo, levantando uma bandeira de uma abordagem sociocultural de ser mulher, ou seja, que se trata de um sujeito em processo de construção durante e com suas dinâmicas de socialização. O corpo com deficiência não está fora desse “fazer-se”. Isso foi decisivo para que Donna Haraway sustentasse que a contribuição da teoria feminista seria a de transformar sistemas históricos e sociais, que marcam a diferença entre “homens” e “mulheres” a partir de perspectiva sexual, reafirmando, desse modo, um antagonismo de oposição do qual se sustenta uma hierarquia.

A teoria feminista segundo a autora foi criativa ao buscar na abordagem marxista sobre natureza e trabalho elementos para uma nova definição conceitual de gênero. Desse modo as justificativas biológicas foram contundentemente contrapostas por uma teoria social que fortalecia a importância dos estudos de gênero (Haraway, 2004). Mesmo que conflitassem em situações políticas específicas (Cf. Diniz, 2010) as análises baseadas no

modelo social de deficiência e nas teorias feministas convergiam na recusa ao discurso ocidental hegemônico que naturalizava os binômios natureza/cultura e sexo/gênero.

Sabemos que o feminismo, na sequência, também elaborou uma crítica à abordagem binária entre natureza/cultura de extração marxista uma vez que estabeleceu uma análise que tomou certa distância da relação de mediação entre “natureza” e os homens por meio do trabalho. No entanto, permaneceram pontos de contato no que concerne à distinção entre sexo/gênero. Essa distinção é muito importante para a contraposição dos determinismos biológicos que são grandes limitadores às perspectivas críticas que se dedicam às deficiências, visto que estão na raiz da hegemonia dos discursos médicos sobre o campo (Haraway, 2004).

Com a perspectiva epistemológica de findar a perspectiva natural de se compreender o que é ser mulher, os setores feministas se articularam a partir de uma ótica culturalista, uma que vez que as relações de dominação se constroem socialmente, sendo passíveis, portanto, de desconstrução na medida em que a mulher reivindica a condição de sujeito de sua própria história. Essa abordagem foi fundamental para romper com a narrativa biológica, a-histórica, descritiva do corpo em si com um discurso fechado para rupturas interpretativas (Haraway, 2004). Se o corpo da mulher não é um “corpo em si” já feito e em simples processo gradual de confirmação da “obra da natureza”, o corpo do homem também pode e deve ser abordado com a perspectiva de gênero, para que possa igualmente ser analisado em suas (re)elaborações, inclusive porque são abundantes os exemplos de situações nas quais o corpo da pessoa com deficiência, é descrito como interdito às predicções de gênero e às experimentações de sexo uma vez que são reduzidos aos limites da disfuncionalidade (Cf. McRuer, 2014).

Com bases nos estudos de feminismo e deficiência é possível compreender que a lesão corporal, assim como sexo, não podem ser interpretados como uma fatalidade anatômica pré-discursiva, reconhecendo que normalização/padronização torna a diferença corporal e seu funcionamento uma expressão de “capacitismo”. Se no âmbito dos estudos sobre violência a expressão “lesão corporal” tem um sentido próprio, os *Disability Studies* demonstraram que no universo das deficiências a expressão é continuamente utilizada para configurar a origem incontestável de uma incapacidade, remetendo, em termos capacitistas a noção de lesão para o âmbito das evidências orgânicas arroladas contra a pessoa. O termo “capacitismo” é utilizado por Mello (2016) e foi elaborado para estabelecer uma definição

a respeito da opressão contra pessoas com deficiência, sendo o capacitismo uma categoria que equivale a sexismo e racismo (Mozzi e Nuernber, 2017).

Haraway (2004), retomando Judith Butler, argumenta que o discurso de identidade de gênero é marcado por uma “coerência heterossexual”. Com isso é necessário que o feminismo passe a produzir uma legitimidade para todos os conjuntos de gêneros não coerentes, uma vez que os discursos unívocos de gênero com base nos antagonismos coerentes se sustentam também em pressupostos racistas. O mesmo se dá em relação à “coerência capacitista”, figuração dos corpos capazes com seus antípodas, os corpos “incapazes”. É necessário abordar corpos “não coerentes” em termos de produtividade, evitando torná-los “a outra ponta” do produtivismo capacitista.

Pensada assim, a deficiência deixa de ser considerada como desvantagem “formulada” no âmbito das especificidades orgânicas para ser considerada como expressão da própria construção dos sujeitos, configurada nas e com as barreiras (materiais e imateriais) da sociedade, especialmente das sociedades salariais que se baseiam na projeção permanente do “homem produtivo”, do “sujeito eficiente” (Freitas e Prado, 2017).

1. Deficiência e eficiência: a opressão ideológica produtivista

A deficiência obtém diversas chaves de compreensão, sendo permeada por várias narrativas, portanto como todo objeto estudado ao longo da história, a maneira em que a deficiência é interpretada é relativo a espaço, tempo, contexto situacional em que tal categoria se mostra presente (GARLAND-THOMSON, 2002). Será tratado aqui, sobre o modelo social da deficiência em contraposição ao modelo médico (MELLO e NUERNBERG, 2012), visto que, entendendo que se trata de uma questão de cunho social, o modelo médico, que compreende o corpo com deficiência como incompleto, doente, incapaz, improdutivo, concerne a uma perspectiva de um tempo e lugar, isto é, a uma narrativa que se legitimou em determinado contexto.

Na abordagem de Martins (2018) são analisados os corpos e as intervenções sociais sobre eles, isto é, trata-se da relação simultânea entre corpo e sociedade/sociedade e corpo. A compreensão do corpo para o autor é construída a partir da contribuição de Mauss em “técnicas do corpo”, a concepção de *habitus* formada por Bourdieu, a noção de corpo como capital simbólico pelo mesmo autor e por fim o reconhecimento do corpo como uma

representação do natural. A premissa do autor é delineada com a linha argumentativa de Foucault, que pensa na singularidade da modernidade em uma genealogia que sustenta uma visão histórica, buscando entender as condições e as possibilidades de determinado contexto do contemporâneo.

Contudo, torna-se coerente pensar no poder disciplinar e como ele se manifesta nesse contexto da modernidade, isto é, como os saberes se organizam, proliferam discursos e produzem a realidade. A concepção de deficiência parte dessa formação das narrativas que a modernidade que concebe, enquanto as relações de poder na sociedade moderna se organizam através dos discursos normalizadores que passam a disciplinar os corpos e consequentemente caracterizam os desviantes que não se adequam às essas normatizações. Trata-se de uma economia singular que se estrutura de modo heterogêneo, uma vez que se executa “práticas de separação” que distinguem a saúde da incapacidade.

A partir da compreensão de que a deficiência trata-se de uma experiência social compartilhada, torna-se possível pensar quais os aspectos sociais que estruturam a segregação, que na maioria das vezes é justificada pela narrativa biomédica da invalidez diante da lesão. Essa problemática é respondida com referências do marxismo, principal influência da primeira geração de estudos do modelo social da deficiência (SIEBERS, 2010, p. 173-184)

Citando Michael Oliver e Colin Barnes, Débora Diniz (2012), salienta que o maior beneficiado da segregação dos deficientes é o capitalismo, pois os deficientes são uma espécie de exército de reserva, ocupando também uma função ideológica associada às artificiais “posições de inferioridade”.

“O modelo médico, ainda hoje hegemônico para as políticas de bem-estar voltadas para os deficientes, afirmava que a experiência e segregação, desemprego e baixa escolaridade, entre tantas outras variações de opressão, era causada pela inabilidade do corpo lesado para o trabalho produtivo”. (DINIZ, 2012 p. 24)

Se o modelo médico direcionava o problema para a lesão, o modelo social tratava a deficiência como condição de opressão que se estrutura por uma política gerida na economia capitalista, sendo assim, a deficiência é uma síntese de uma ordem ideológica que é representada através do homem produtivo (DINIZ, 2012).

Paul Abberley tornou-se uma importante referência nos estudos sobre deficiência no que tange a opressão do produtivismo capitalista sob os corpos considerados atípicos.

O objetivo central do autor era estabelecer a distinção entre opressão e exploração, evidenciando assim, a lesão como consequência perversa do capitalismo. Com uma abordagem social da deficiência, inverteu a lógica da compreensão biomédica que se ordenava como lesão-deficiência-segregação, em sua análise tratava-se da seguinte ordenação capitalismo-lesão-deficiência, isto é, a deficiência como consequência e resultado construído socialmente em detrimento de um produtivismo capitalista.

O modelo social entende que o corpo atípico não determina necessariamente um destino de exclusão, assim sendo, viver em um corpo prefigurado na normatividade trata-se de uma experiência singular que pode ser narrada de diferentes formas, sendo relativa à subjetividade de sua trajetória e do ambiente social do qual aquele corpo ocupa. A partir da abordagem que compreende as mazelas e barreiras (tanto físicas como simbólicas) que a sociedade impõe, estabelecendo uma opressão sob as pessoas com deficiência, podemos entendê-los como um grupo minoritário político que obtiveram seus direitos violados por uma maioria injusta. Essa perspectiva de compreensão direciona esse assunto à reflexão acerca da liberdade das pessoas com deficiência para compartilhar da vida social podendo usufruir de seus direitos políticos tendo pleno acesso a suas oportunidades (DINIZ, 2012; GAUDENZI e ORTEGA, 2016; GOMES; LOPES; GESSER; TONELI, 2018). A deficiência abordada historicamente e como construção social pode desmitificar o ideário determinista da lesão, identificando a lesão como consequência de uma exploração que não é natural, mas produto de uma cultura capitalista que inferioriza e segrega corpos que não são produtivos de acordo com seus padrões de normatizações e de eficiência.

De acordo com Gaudenzi e Ortega (2016), o conceito de autonomia é relativo à conjuntura social que dá significado à palavra. Os autores mencionam Nordenfelt, que trata sobre os conceitos de saúde e doença de modo holístico e dialoga com os estudiosos da deficiência. Esse autor compreende que a deficiência e a doença não são uma condição natural humana, isto é, não se trata de termos a-históricos ou atemporais, tais questões concernem a categorias socialmente construídas em determinado tempo, espaço e cultura que significará tais condições.

Para Nordenfelt, a autonomia é um valor social central no que tange a caracterização da saúde e o conceito de deficiência, tornando-se assim uma visão historicamente legitimada pela fala biomédica (GAUDENZI e ORTEGA, 2016). Autonomia torna-se um conceito questionável, ainda que muito presente nas descrições sobre “o que falta” à pessoa com

deficiência. Ainda, o termo começa a se delinear em decorrência das condições sociais que determinam o que é atípico e patológico. Portanto, se a pessoa não consegue cumprir suas metas elementares em decorrência de um comprometimento corporal, esta pessoa será compreendida como doente ou deficiente, ou seja, o pressuposto de sujeito autônomo define o que é o corpo não autônomo, presumindo alguém com deficiência (GAUDENZI e ORTEGA, 2016). Isso facilita a apropriação corrente da deficiência com “algo a ser curado”.

Apesar de Nordenfelt não o fazer explicita-mente, dissociar o campo da doença do campo da deficiência é fundamental. A ruptura com o olhar médico marcado pela dicotomia entre normal e patológico no terreno da deficiência foi um importante avanço proporcionado pelos teóricos do Modelo Social, pois permitiu recusar a descrição do corpo com impedimentos como patológico. Partindo desse pressuposto – de que o corpo com impedimentos não é necessariamente patológico – parece-nos que o trabalho de Nordenfelt nos traz um outro desafio fundamental para o avanço na discussão sobre a noção de deficiência: a problematização do valor moral dos estilos de vida e da concepção de autonomia que sustenta os discursos sobre a deficiência (GAUDENZI e ORTEGA, 2016).

O que se evidencia é que a questão chave sobre a deficiência é a compreensão de que o corpo com algum tipo lesão é o oposto da identidade social dominante e que se trata de um corpo atípico que não exerce as atividades individuais que o imaginário social considera como dignas, comparando sempre dependência com independência, o que determina a identidade a partir de parâmetros normativos e individualistas baseados em “resoluções de atividades” do cotidiano (GAUDENZI e ORTEGA, 2016).

Citando Tauber, Gaudenzi e Ortega salientam as diferenças entre o *self* atomístico e o *self* relacional/social, assim sendo, o primeiro *self*, trata-se de uma abordagem individualista que atribui o princípio da autonomia como característica central da formação da identidade pessoal. Esse *self* tem como referencial a filosofia liberal de John Locke, isto é, baseia-se na idéia de um agente neutro, racional, independente, um sujeito separado do mundo. O *self* atomístico se adéqua ao *ethos* político liberal, que compreende o autogoverno como um novo valor elementar, que deve ser mediado somente quando a liberdade individual do outro é ferida.

A significativa valorização da individualidade em decorrência da sociabilidade, que se centraliza no alto valor atribuído ao indivíduo e no desprezo ao significado e ao simbolismo das redes de reciprocidade é uma marca do *self* individualista. A alta valorização

concedida à independência do pensamento e a liberdade de escolha, a percepção do *self* como individualista tornou-se um princípio elementar da filosofia iluminista. O *self* atomístico entende que cada indivíduo é criador de sua própria identidade, havendo uma sobreposição do *self* sobre o viver coletivo (GAUDENZI e ORTEGA, 2016).

Contudo, para os autores, Tauber, mostra outra chave de compreensão, que é o *self relacional/ social*, que entende o sujeito como produto do encontro com o outro. O *self* nessa representação é interpretado como uma confluência das relações sociais. Portanto, nossa identidade é configurada na e com a sociedade a qual pertencemos, de modo que nos sujeitamos aos princípios morais estabelecidos socialmente. De acordo com Georg Mead “o *self* é um processo social individualmente interiorizado. A relação com o outro é a unidade básica para a construção do *self*”. (apud GAUDENZI e ORTEGA, 2016).

A ambição por independência é um “projeto moral” que se adéqua ao anseio de pessoas não deficientes, portanto essa representação de autonomia e independência não é um valor inquestionável (GAUDENZI e ORTEGA, 2016). Assim sendo, a ideia de independência está atrelada a uma suposta igualdade de condições para alcançar os objetivos determinados por uma sociedade que centraliza que a representação de independência diz respeito a executar o ofício do trabalho e exercer as ações elementares do cotidiano dentro do tempo normatizado pela cultura capitalista.

Citando Eva Kittay, os autores ressaltam que a vida cotidiana de todas as pessoas em sociedade é mediada por relações de interdependência, de maneira que todos necessitam de algum tipo de cuidado durante suas vidas. Como exemplificado por Kittay, todos foram cuidados na infância por alguma mãe ou algum tipo de guardião. Movimentos políticos de pessoas com deficiência algumas vezes se insurgiram contra certa “ética do cuidado” contida nessa argumentação, considerando certa vulnerabilidade no argumento à redução da pessoa ao imperativo orgânico. Mas mesmo nas tensões desses embates foi possível reconhecer a importância do argumento para uma “antropologia mínima do corpo” passível de ser apreendido em sua circunstância, sem abrir mão da crítica à deficientização produzida socialmente (Ortega, 2007).

A força do argumento baseia-se na percepção que os *self* transparente advêm do ideal altruísta, do dever de cuidar de outras pessoas, pois ao longo de nossas trajetórias afetivas constituímos diversas relações de interdependência – isso evidencia a falha das análises liberais acerca da concepção de independência e autonomia.

1.1. A deficiência como um marcador da diferença e suas ressignificações

Formular críticas sobre as noções de capacidade individual e independência, além de buscar legitimar os ideais de interdependência nas relações interpessoais como critério de compreensão, permite que as chamadas “impotências das deficiências” sejam relativizadas (MELLO e NUERNBERG, 2012; GAUDENZI e ORTEGA, 2016). A contribuição de Eva Kittay sobre a questão do cuidado e da interdependência nos auxilia a refletir sobre o papel da sociedade e do Estado com as pessoas com deficiência, uma vez que a concepção de uma suposta independência individual reforça a “responsabilização solo”, trabalho dos cuidadores e das personagens femininas do cotidiano das pessoas com deficiência (MELLO e NUERNBERG, 2012). Refletir acerca da responsabilização solo feminina do cuidado das pessoas com deficiência evidencia a importância da intersecção dos estudos de gênero e deficiência, pois essa problemática nos permite pensar em políticas que combatam a desigualdade de gênero e visam um caminho de inclusão das pessoas com deficiência. Desta forma, é possível pensar no cuidado eticamente, transpondo a questão da deficiência para a nossa condição humana, que é de permanente interdependência. Isso nos conscientiza de nossa responsabilidade ética no que tange o cuidado como uma necessidade fundamental, propondo assim uma transformação política elementar ideológica que condiz com uma nova noção de justiça social e de direitos humanos (MELLO e NUERNBERG, 2012).

Por fim, é necessário lembrar que o tema deficiência foi e é importante para a afirmação multicultural da diversidade e sua percepção de direitos. O tema surdez é um importante condutor desse debate, embora o multiculturalismo, evidentemente, no que tange às deficiências, não tenha conteúdos restritos à pessoa surda ou deficiente auditiva. Segundo Lídia Limeira de Sá (2006), a cultura surda é muitas vezes interpretada por pessoas não surdas como uma não cultura, subcultura ou até mesmo uma cultura patológica, sendo assim, ignorada por parte da sociedade que possui na maioria das vezes um olhar capacitista. Os processos culturais dos surdos em suas particularidades passam por frequente marginalização. Disso decorrem estigmas e pessoas entendidas como incapazes porque são deficientes. Nesse contexto, as pessoas surdas são frequentemente narradas como pessoas menos normais.

Em seu texto, a autora se debruça sobre o que é cultura, lembrando signos, símbolos e significados que são compartilhados coletivamente por distintos e diversos grupos na sociedade como um todo. A cultura surda reivindica sua legitimidade na sua própria forma

de se comunicar e significar o mundo (SÁ, 2006; DINIZ; BARBOSA; SANTOS, 2010). Os discursos normalizantes que permeiam práticas de reabilitação, o nivelamento dos corpos e das maneiras de experienciar a realidade, na verdade apagam as culturas e os vários modos de estar no mundo. Essa percepção torna possível compreender o multiculturalismo dentro da militância da cultura surda. Trata-se de buscar entender os processos de subjetivação de cada indivíduo no seu transcurso social, processo no qual sua identidade se forma.

Do mesmo modo que ouvintes se expressam em uma diversidade de ações e palavras em suas culturas, os surdos passam por um processo legítimo em que experimentam formas “próprias” de viver e de se comunicar tendo, assim, uma dimensão múltipla de lugar na cultura (SÁ, 2006; DINIZ; BARBOSA; SANTOS, 2010).

Como já mencionado aqui, a abordagem cultural acerca da deficiência é uma oposição ao modelo médico. Muitas pessoas com deficiência afirmam com orgulho sua cultura e identidade, declarando sua legitimidade na sua forma de experienciar e significar o mundo:

É nesse contexto que o modelo biomédico é contestado em seus próprios pressupostos: nem todos os deficientes consideram seus impedimentos indesejáveis, como é o caso do orgulho Surdo ou da preferência por embriões com gene para o nanismo (LANE; HOFFMEISTER; BAHAN, 1996; DINIZ, 2003; ADELSON, 2005; DAVIS, 2001). (...) Há surdos que querem ter filhos Surdos e se definem como participantes de uma cultura manualista, assim como há anões que não desejam fazer uso das técnicas diagnósticas para descartar embriões com genes para o nanismo, mas para deliberadamente selecioná-los (DINIZ; BARBOSA; SANTOS, 2010).

Diversos grupos de pessoas com deficiência se auto-afirmam e passam a reivindicar suas experiências como legítimas, em oposição ao modelo médico que compreende sua existência como “erro” da natureza humana. Desta forma suas identidades são resignificadas a partir da valorização do seu modo de vida e suas características próprias.

Conclusão

É possível perceber que os primeiros estudos marxistas, além de não tratar de como a sociedade salarial afeta as relações de gênero, também não abordam acerca do capacitismo. No entanto, isso não retira seu mérito e importância em diversos nichos de discussões nas ciências humanas, sobretudo os estudos sobre gênero e capacitismo, que a

partir da desnaturalização das desigualdades e de uma teoria social com uma ótica culturalista foi viável problematizar sobre as opressões estruturadas socialmente, sendo assim sujeitas a transformação.

Do mesmo modo em que a opressão de gênero está estruturada em um construto social, é necessário questionar um determinismo biológico para compreender corpos que possuem particularidades que são compreendidas como “falhas”, isto é, características corporais que determinam a identidade de um grupo social resumida como deficiente. Desta forma, é necessário refletir acerca de como a sociedade significa “corpos atípicos”, isto é, trata-se sociedade salarial que estabelece seus parâmetros de “normalidade” a partir de uma lógica de produtivista.

A opressão capacitista está inserida em uma lógica social produtivista ancorada em uma perspectiva individualista que pressupõe uma suposta igualdade em uma sociedade que é atravessada por diversas formas de preconceito. O capitalismo a partir dos seus parâmetros de tempo e produção, estipula corpos “não produtivos”, como doentes e não eficientes, assim pensar no capacitismo enquanto opressão é pensar nele como resultado de uma sociedade salarial que limita a existência humana a uma função produtiva.

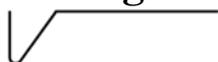
A relações estabelecidas nesse contexto constituem psiques desviantes que consolidam sua própria culpa quando não atingem o status de positividade, que na maioria das vezes determina parâmetros de normalidade. Desta forma, se faz mais que necessário questionar essa autogestão que na maioria das vezes nos torna cansados, deprimidos, fracassados, incapazes e deficientes. Refletir acerca do capacitismo pressupõe pensar acerca da sociedade salarial e como esta afeta a forma que a sociedade enxerga os corpos e mentes humanas. A lógica do desempenho é uma expressão da perspectiva liberal individualista que responsabiliza os “não-eficientes” de seus fracassos, estabelecendo assim o normal e o patológico.

Assim é possível compreender que o liberalismo patriarcal não somente configura as relações de divisão do trabalho social sob a experiência das mulheres, mas também consolidou a ideia de corpos produtivos que foi naturalizando a narrativa da deficiência, portanto o marxismo com sua contribuição histórico-cultural nos ilumina a pensar que combater o capacitismo se faz mais que necessário para superar as mazelas da sociedade de classes.

Referências

- HAN, Byung-Chul. *Sociedade do cansaço*. Tradução de Enio Paulo Giachini. Petrópolis: Vozes, 2015.
- DINIZ, D. *O que é deficiência*. São Paulo, Editora Brasiliense, 2012.
- DINIZ, Debora; BARBOSA, Livia; SANTOS, Wederson Rufino dos. Deficiência, direitos humanos e justiça. *Sur. Revista Internacional de Direitos Humanos*, v. 11, no prelo, fev. 2010.
- FREITAS, M.C. e PRADO, R.C.L. *O professor e as vulnerabilidades infantis*. São Paulo, Cortez Ed., 2017.
- GARLAND-THOMSON, Rosemarie. Integrating disability: transforming feminist theory. *NWSA jornal*, v 14, n.3 p. 1-32, 2002.
- GAUDENZI e ORTEGA. *Problematizando o conceito de deficiência a partir das noções de autonomia e normalidade*. Rio de Janeiro, 2016.
- GOMES; LOPES; GESSER; TONELI. *Novos diálogos dos estudos feministas da deficiência*. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, 2018.
- HARAWAY, Donna. “Gênero” para um dicionário marxista: a política sexual de uma palavra. *Cadernos pagu* (22) 2004: pp.201-246.
- MARTINS, B.N; FONTES, Fernando; MASCARENHAS, L.T. *Deficiência em questão: para uma crise da normalidade*. Editora Nau, 2018.
- MCRUER, R. “Proliferating criptistemologies”. London, *Journal of literary*, v.8, 2014, p. 149-169.
- MELLO, Anahi Guedes de. *Deficiência, incapacidade e vulnerabilidade: do capacitismo ou a preeminência capacitista e biomédica do Comitê de Ética em Pesquisa da UFSC*. *Ciênc. saúde coletiva* [online]. 2016, vol.21, n.10, pp.3265-3276.
- MELLO, A.G. e NEURNBERG, A.H. “Gênero e deficiência”. *Revista de estudos feministas*. Florianópolis, n. 384, 2012, p. 635-655.
- MOZZI. A. e NUERNBER, A.H. *Concepção sobre deficiência em processo de adoção de crianças com deficiência*. Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women’s Worlds Congress (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2017.
- ORTEGA, Francisco. *Corporeidade e biotecnologias: uma crítica fenomenológica da construção do corpo pelo construtivismo e pela tecnobiomedicina*. *Ciência & Saúde Coletiva*, 12(2):381-388, 2007.
- PISCITELLI, A. “Gênero: a história de um conceito”. In: BUARQUE DE ALMEIDA, H.; SZWAKO, J. (orgs.) *Diferenças, igualdade*. São Paulo, Berleandis & Vertecchia, 2009, p. 116-148).
- SÁ, N. L. *Existe uma cultura surda? Cultura, poder e educação de surdos*. São Paulo: Paulinas, 2006.
- SIEBERS, T. “Disability in theory: from social constructionism to the new realism of the body”. In: DAVIS, L.J. (ed.) *The disability studies reader*. New York, Routledge, 2010, 173-184

Um preto e branco colorido: (des)construindo a imagem de torcedores organizados através da fotografia etnográfica



Roberto de Alencar Pereira de Souza Junior¹

Sendo bastante franco consigo mesmo, quando se fala em torcedores organizados de futebol qual a imagem que lhe vem à mente? É provável que seu imaginário, construído ao longo dos anos, leve-o a fazer alguma associação, quase que imediata – mesmo que com variados graus de conhecimento –, à violência, rebeldia juvenil e seus derivados. Mas, afinal de contas, quem são os torcedores organizados para além dessa imagem estigmatizante que se forjou sobre eles?

As torcidas organizadas (TO's) carregam o peso simbólico das essencializações metafóricas, que as contextualizam a partir de um conjunto de estereótipos que, em termos gerais, recobrem as classes populares, de onde historicamente vicejaram expressões como “classes perigosas” e “comportamentos transgressores”². No entanto, como afirma Toledo (1996, p. 32):

[...] Estes indivíduos vivenciam experiências comuns que não podem ser, todavia, reduzidas somente a um discurso normativo sobre a violência, expresso nos

¹ SOUZA JUNIOR, R. A. P.. Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de São Carlos (PPGAS-UFSCar). Bacharel em Ciências Sociais pela UFSCar (2019), pesquisador do Laboratório de Estudos das Práticas Lúdicas e de Sociabilidade (LELuS – UFSCar). Trabalha em perspectiva etnográfica – e fotográfica –, com torcidas organizadas de futebol que são também escolas de samba do carnaval paulistano. E-mail: r.alencarjunior@hotmail.com

² Para uma maior compreensão dessa relação entre TO's e classes populares na cidade de São Paulo, inclusive em meio a Pandemia de COVID-19, favor consultar na bibliografia: TOLEDO; SOUZA JUNIOR, 2020a.

jornais como *foram criadas* para bater. Não obstante, a violência é um fenômeno próximo e constante entre os torcedores, sobretudo aqueles oriundos das camadas populares. Violência enraizada no meio urbano em que vivem, quer seja objetivada nas ações dos órgãos repressivos do Estado, nas relações cotidianas, nas imagens veiculadas pela mídia, nas condutas autoritárias que perpassam as instituições em geral, entre as quais aquelas vinculadas mais diretamente ao futebol (federações, clubes) e que, sob este aspecto, as Torcidas Organizadas e os indivíduos que a elas convergem não estão descolados desta realidade.

Sob este aspecto, cabe contra-argumentar que, as imagens que ultrapassam a associação entre torcedores organizados com a violência devem receber algum tratamento mais crítico para além da narrativa, pouco sociológica, que sentencia uma dualidade estanque entre torcedores violentos e/ou pacíficos. Trata-se, antes, de retratar um conjunto de vivências em torno de sociabilidades populares que transcendem os eventos mais críticos, capturando seus membros na esfera de outras imagéticas do cotidiano, revelando experimentações e modos e vida de torcedores como moradores da periferia da cidade de São Paulo³.

Desde as já aludidas ondas de violência que agitaram as TO's, sobretudo nos anos 1990, uma das formas responsáveis pela estigmatização, enquanto coletivos violentos e baderneiros, foram as imagens na mídia, que, sistematicamente, sustentaram a dramaticidade das coberturas esportivas e que fixaram no imaginário popular a violência como expressão única dessa sociabilidade, estigmatizando-as como agrupamentos marginais e párias do futebol profissional masculino.

Certo é que, identificadas no senso comum somente como portadoras de uma sociabilidade – de imagem – violenta (HIKIJI, 2012) e como agentes que performam e maximizam um *sofrimento esportivo* fanatizado, as TO's fazem parte de fluxos de conexões populares mais multidirecionais no enfrentamento dessas visões reducionistas a elas frequentemente impingidas. Afinal, “o torcedor [organizado] é o trabalhador, o estudante, a dona de casa, o malandro, o marginal, o policial, o dirigente, o político” (TOLEDO, 1996, p. 12).

Assim, como no caso em tela, retratando experiências de membros dos Gaviões da

³ Para perceber outro viés dessa sociabilidade torcedora na periferia, agora durante a pandemia, favor conferir na bibliografia: TOLEDO; SOUZA JUNIOR, 2020b.

Fiel⁴, esses indivíduos militantes podem ser também a(o) sambista, a(o) passista, a(o) ritmista... Ou seja, um corpo que, além de vivenciar as arquibancadas do futebol, experimenta, também, a sociabilidade advinda das passarelas do samba. Melhor dizendo, das práticas pertinentes a escola de samba que também habita a TO⁵.

Da corporalização da sociabilidade à produção de outras visualidades, torcer e sambar têm recolocado questões relevantes que podem ser analisadas mais detidamente, inclusive através da visualidade. Por isso, a fotografia e a imagem possuem um papel importante na (des)construção do estigma historicamente forjado, como bem fez Joon Ho Kim (2015) em relação às representações visuais dos corpos de cadeirantes no rúgbi. Não se trata, aqui, de retê-los como objetos, ferramentas ilustrativas ou “provas”; antes, de vislumbrar essas representações como perspectivas estéticas e imagéticas da etnografia, isto é, uma forma de registrar e, com isso, permitir alguma agência às imagens acerca das múltiplas práticas torcedoras que transcendem tais estereótipos.

Nessa medida, não utilizo fotos posadas ou que possam aludir alguma extravagância performática. Mas, sim, capturo regularidades que operam uma espécie de agência estética e visual das práticas de sociabilidade no interior de cada torcida e entre elas. Portanto, a imagem fotográfica, aqui em perspectiva etnográfica como proposto por Caiuby Novaes (2014)⁶, busca problematizar tais estigmatizações e apresentar, de *maneira estratégica* (JOON HO KIM, 2015), uma nova perspectiva dos corpos de torcedoras organizadas e torcedores organizados.

⁴ Como aponta Souza Junior (2020:63): “‘Os Gaviões da Fiel’ é a nomenclatura nativa utilizada para se referir à torcida e à escola, mesmo que ambas as categorias sejam do gênero textual feminino, são proposadamente ignoradas pelo pronome masculino que pressupõe o portentoso nome ‘Gaviões’. Para isso usam a justificativa de que formam um coletivo plural, no qual a singularidade textual feminina não suportaria. Todavia, é possível perceber em seu cotidiano que esse apego pelo masculino é muito mais do que apenas restrito ao chamamento”.

⁵ Fundado em 1969, os Gaviões foram pioneiros, dentre as TO’s na cidade de São Paulo, a seguir também os caminhos do samba. Já em 1975 como bloco de carnaval, após “nascer” de maneira espontânea como uma ala da Escola de Samba Vai-Vai. “Treze anos depois de participar de forma ininterrupta do carnaval de rua, desfilando na Avenida São João, o bloco converteu-se em 1989 em uma escola de samba. Após assensos e descensos, em 1994 a Gaviões sagrou-se campeã do carnaval paulistano”. (BUARQUE DE HOLLANDA; MEDEIROS, 2018. p. 44). Hoje é, além de Torcida Organizada, uma importante Escola de Samba do Grupo Espacial do Carnaval paulistano. Ou como eles nativamente chamam, “uma torcida que samba”.

⁶ Segundo a autora, a fotografia, em perspectiva etnográfica, se difere de meras imagens representativas ou fotografias comuns, pois, como aponta: “[...] sem se aproximar é impossível uma boa foto”. p. 61. E etnografia é também, aproximação.

Afinal, como bem aponta Lima (2000, p. 7), “o que um corpo é depende, intrinsecamente, de uma perspectiva. Sendo assim, todo corpo é disponível para vir a ser o que é para uma perspectiva alheia”. Este ensaio sobre uma TO específica – os Gaviões da Fiel, observada em 2019), é para ser visto, sentido e reescrito com uma nova letra. Uma narrativa em que o colorido é, na verdade, o preto e branco da vida cotidiana. O que historicamente, para boa parte da mídia, pareceu não ter cor o suficiente para ser retratado.



Gaviões da Fiel - caminhada pós-carnaval. Foto digital. SOUZA JUNIOR, 2019.



Casal Gaviões na arquibancada. Foto digital. SOUZA JUNIOR, 2019.



Quadra dos Gaviões. Foto digital. SOUZA JUNIOR, 2019.



Gaviões desde cedo. Foto digital. SOUZA JUNIOR, 2019.



Pessoa com deficiência (PCD) também é TO. Foto digital. SOUZA JUNIOR, 2019.



Gaviões da Fiel – de geração em geração. Foto digital. SOUZAJUNIOR, 2019.



Gaviões da Fiel – arquibancada. Foto digital. SOUZA JUNIOR, 2019.



Família Gaviões da Fiel. Foto digital. SOUZA JUNIOR, 2019.



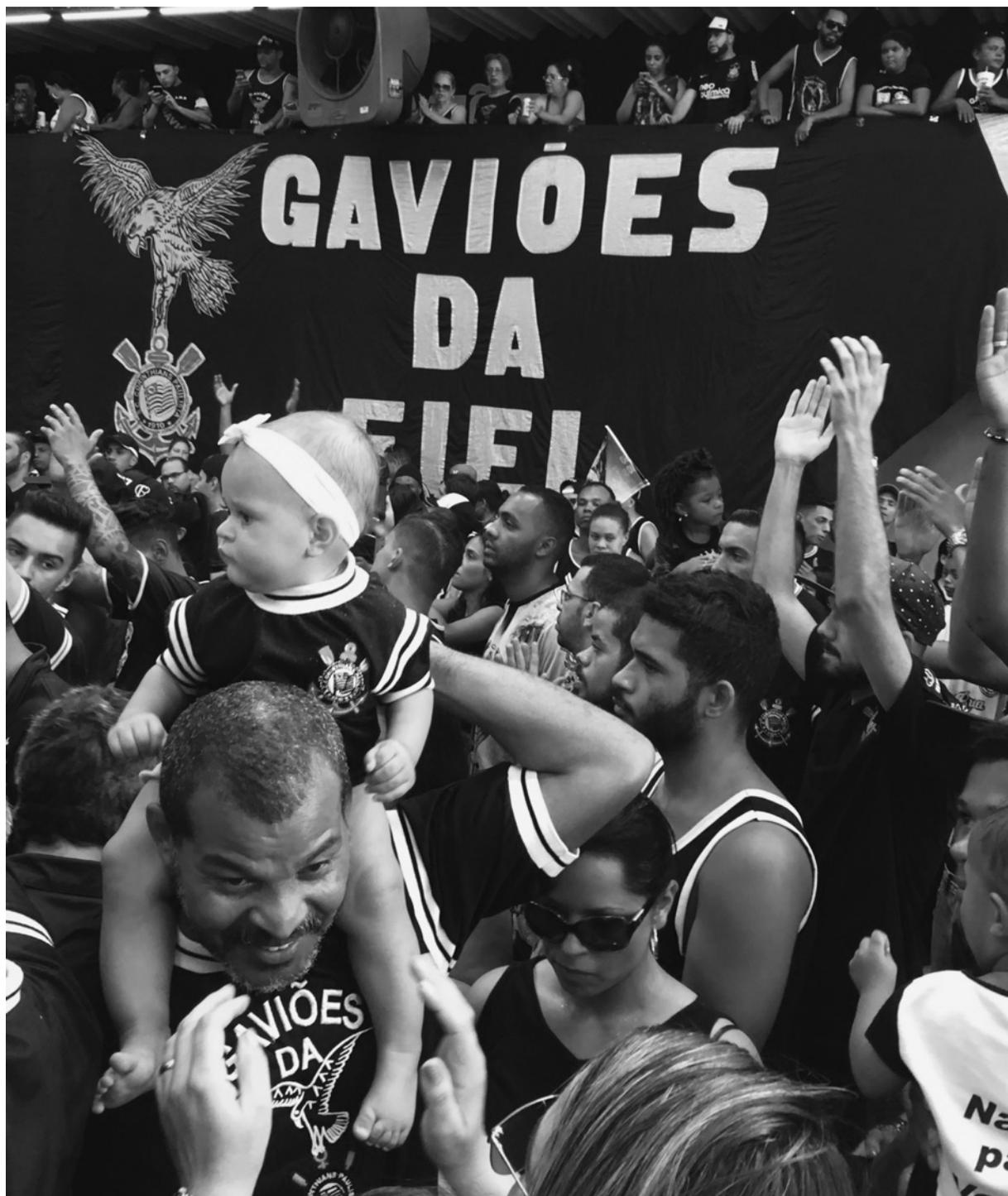
Gaviões da Fiel – *Um amor que floresce de criança.* Foto digital. SOUZA JUNIOR, 2019.



Torcedor na pele, no caminhar. Foto digital. SOUZA JUNIOR, 2019.



TO's – Paternidade e maternidade em jogo. Foto digital. SOUZA JUNIOR, 2019.



Quadra Gaviões. Foto digital. SOUZA JUNIOR, 2019.



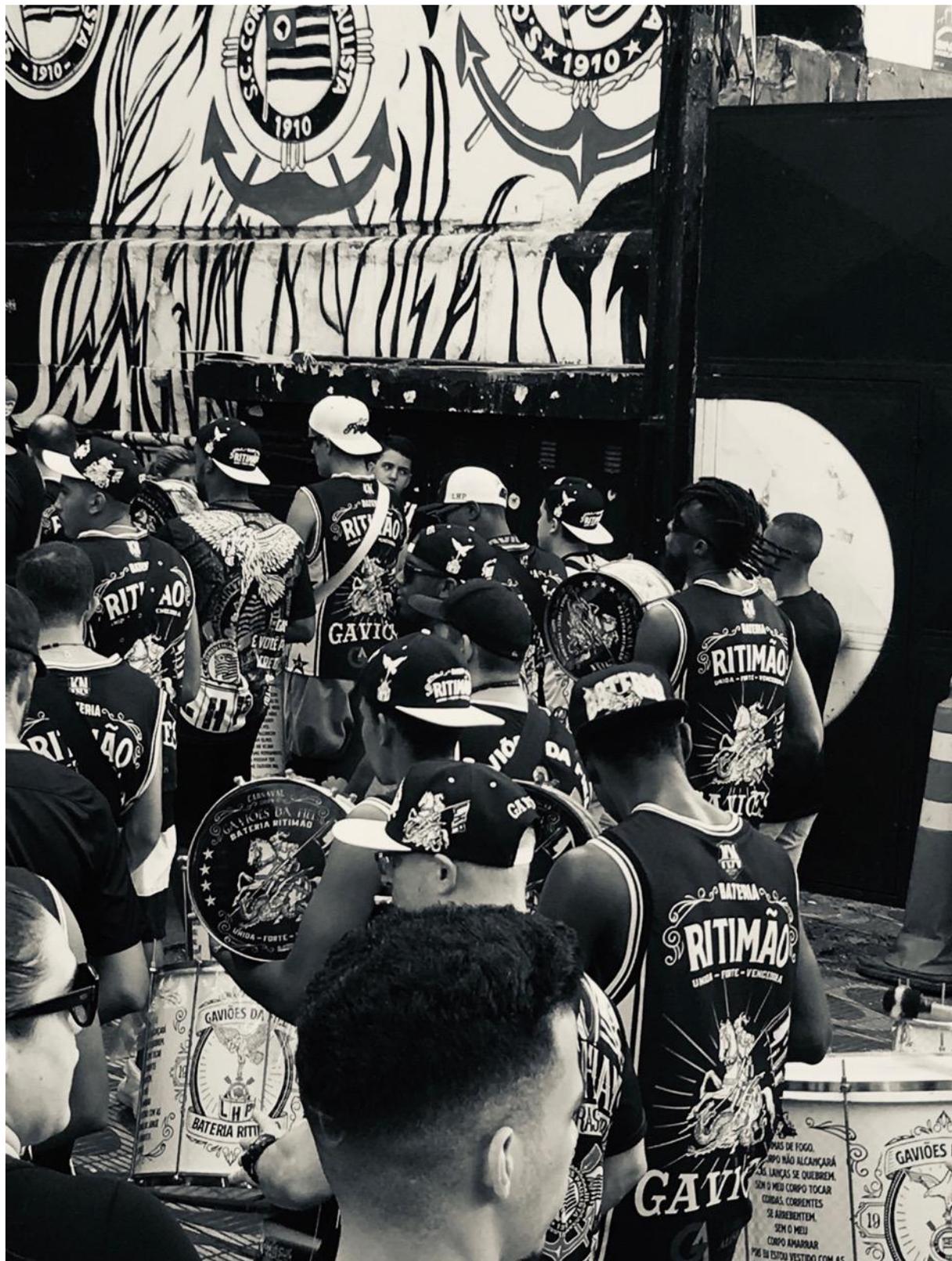
Quadra Gaviões da Fiel. Foto digital. SOUZA JUNIOR, 2019.



Bateria Gaviões da Fiel... no futebol. Foto digital. SOUZA JUNIOR, 2019.



Bateria Gaviões da Fiel... no samba. Foto digital. SOUZA JUNIOR, 2019.



Gaviões da Fiel – Uma torcida que samba. Foto digital. SOUZA JUNIOR, 2019.



Gaviões da Fiel no Bom Retiro – Ruas de Samba. Foto digital. SOUZA JUNIOR, 2019.



Samba que torce nas ruas do Bom Retiro – SP. Foto digital. SOUZA JUNIOR, 2019.

Referências

- BUARQUE DE HOLLANDA, Bernardo Borges; MEDEIROS, Jimmy. *Escolas de samba e torcidas organizadas de futebol: análise de um caso de sincretismo no carnaval paulistano*. Mosaico, Rio de Janeiro, v. 9, n. 14, p. 23-47, jul. 2018. ISSN 2176-8943. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/mosaico/article/view/73873>>. Acesso em: 06 Nov. 2020. doi:<http://dx.doi.org/10.12660/rm.v9n14.2018.73873>.
- CAIUBY NOVAES, Sylvia. *O silêncio eloquente das imagens fotográficas e sua importância na etnografia*. Cadernos de Arte e Antropologia, Salvador, v. 3, n. 2/2014, p.57-67, 2014. Semestral. Disponível em: <<https://journals.openedition.org/cadernosaa/245>>. Acesso em: 31 jul. 2019.
- HIKIJI, Rose Satiko Gitirana. *Imagem-violência - Etnografia de um cinema provocador*. 1. ed. São Paulo: Terceiro Nome, 2012. v. 1. 200p .
- KIM, Joon Ho. *O rúgbi em cadeira de rodas: um breve ensaio sobre a (des)construção da imagem da deficiência física*. In: CAIUBY NOVAES, Sylvia (org.). *Entre arte e ciência: a fotografia na antropologia*. São Paulo: EdUSP, 2015, 43-70.
- LIMA, Tânia Stolze. *Que é um corpo?* In: *Religião e Sociedade*, 2000, n. 22, v. 1, p. 9-20.
- SOUZA JUNIOR, R. A. P.. *Diário de campo – registros fotoetnográficos*. 2019.
- SOUZA JUNIOR, R. A. P.. *Corpos que torcem: as questões de gênero e as lógicas masculinizantes de torcidas organizadas de futebol*. Anais da Semana de Ciências Sociais da UFSCar. v. 16, n. 3, p. 58-74, 2020. Disponível em: <http://www.semanasociais.ufscar.br/analisis-semana-de-ciencias-sociais-da-ufscar/>. Acessado em: 07 Nov. 2020.
- TOLEDO, L. H. de.; SOUZA JUNIOR, R. A. P.. *Redes populares de proteção: Torcidas Organizadas de futebol no contexto da pandemia da COVID-19*. Ponto Urbe [Online], 26 | 2020a. Disponível em: <http://journals.openedition.org/pontourbe/8706>. Acessado em: 06 Nov. 2020.
- TOLEDO, L. H. de.; SOUZA JUNIOR, R. A. P.. *Sociabilidade pandêmica? o que uma Antropologia urbana pode dizer a respeito da crise deflagrada pela COVID-19*. Cadernos De Campo (São Paulo 1991), 29(supl), p. 53-64. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9133.v29isuplp53-64>. Acessado em: 06 Nov. 2020b.
- TOLEDO, Luiz Henrique. *Torcidas Organizadas de Futebol*. Campinas: Autores Associados e Anpocs, 1996.